

IV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

E IV MOSTRA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO VALE DO IVAÍ

CADERNO DE RESUMOS 2021



EXPEDIENTE

FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IVAÍ – UNIVALE

Diretora Geral
Jane Silva Bühler Taques

COMISSÃO ORGANIZADORA DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Presidente: Jane Silva Bühler Taques

Secretária: Inez Maria Stasiak

Bibliotecário: Eduardo Ramanauskas

Capa e Diagramação: Jefferson Silvestre Alberti dos Santos

Marketing Faculdade Univale

EQUIPE OPERACIONAL

Jane Silva Bühler Taques

Atilio Augustinho Matozzo

Inez Maria Stasiak

Jefferson Silvestre Alberti dos Santos

Lucidalva Maiostre

Ronan Anacleto Lopes

Fabiano da Silva Yoiti Kanadani

Denikid Araújo Albino



CADERNO DE RESUMOS

Encontro de Iniciação Científica e Mostra de Pós
Graduação / Gráfica Faculdades Integradas do Vale
do Ivaí – UNIVALE. Ivaiporã, 2021. 348 p.



SUMÁRIO

GRUPO: ADMINISTRAÇÃO E SUAS PERSPECTIVAS.....	8
RECRUTAMENTO E SELEÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES NA ZANNI DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS.....	9
A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DO CLIMA ORGANIZACIONAL NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL	16
DESAFIOS DA GESTÃO EM EMPRESAS FAMILIARES	20
O FEEDBACK E SUA IMPRESCINDIBILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES.....	29
GRUPO: A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA.....	32
IMPACTOS DA PANDEMIA NO SETOR CONTÁBIL COM BASE NO ESTUDO REALIZADO EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ.....	33
ESTUDO DE CASO REFERENTE À TRIBUTAÇÃO DE UMA FARMÁCIA OPTANTE PELO REGIME TRIBUTÁRIO DO SIMPLES NACIONAL.....	36
COOPERATIVAS DE CRÉDITO: EVOLUÇÃO DA COOPERATIVA SICREDI DO MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE, NO ATUAL CENÁRIO ECONÔMICO.....	43
GRUPO: CONTABILIDADE APLICADA AO AGRONEGÓCIO	52
CONTABILIDADE DE CUSTOS UMA ABORDAGEM PRÁTICA SOBRE O CUSTO DE PRODUÇÃO DE UMA SERRARIA	53
CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA COM ENFOQUE NOS TRIBUTOS FEDERAIS....	64
CUSTO DE PRODUÇÃO NA CULTURA DA SOJA	75
GESTÃO DE CUSTO PARA MELHORAR A PRODUÇÃO DO LEITE.....	86
GRUPO: CONTABILIDADE GERENCIAL E DE CUSTOS	92
BREVE RESGATE TEÓRICO ACERCA DA CONTROLADORIA COMO FERRAMENTA GERENCIAL EM MEIO A COMPETITIVIDADE	93
CONTABILIDADE DE CUSTOS E A SUA RELEVÂNCIA.....	99
APLICANDO CONTABILIDADE DE CUSTOS EM UMA MICRO EMPRESA.	105
PLANO DE CARREIRA.....	108



OTIMIZAÇÃO DOS CUSTOS PARA A MAXIMIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DOS LUCROS.....	119
CONTABILIDADE DE CUSTOS: APLICADA EM UMA EMPRESA DO RAMO DE ÓTICAS DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR.....	122
GRUPO: CONTABILIDADE FINANCEIRA	129
PLANEJAMENTO CONTÁBIL NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES NA EMPRESA FREITAS & GOEDERT ADVOGADOS.....	131
PLANEJAMENTO CONTABIL NA TOMADA DE DECISAO: UM ESTUDO APLICADO EM UMA EMPRESA IMOBILIARIA	141
GRUPO: COVID-19 E CÁRCERE: GRAMÁTICAS E DESAFIOS DAS PRISÕES E DAS CIÊNCIAS CRIMINAIS NO CONTEXTO DE PANDEMIA.....	148
DOENÇAS RESPIRATÓRIAS FRENTE AO CÁRCERE: OBSCURIDADE PANDÊMICA.....	149
OS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS.....	156
GRUPO: DIREITOS DOS VULNERÁVEIS, MIÑORIAS E CIDADÃOS À MARGEM DA SOCIEDADE.....	161
DESMITIFICANDO A SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA NO BRASIL	162
A DESIGUALDADE DE GÊNERO E A (IM)PARCIALIDADE DO SISTEMA JUDICIÁRIO MOVIDO PELOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO	167
A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DO ACESSO COM ANIMAIS DE APOIO EMOCIONAL QUANTO INSTRUMENTO EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA	174
GRUPO: EDUCAÇÃO PÓS-PANDEMIA: DILEMAS E PERSPECTIVAS	185
A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO.....	186
A IMPORTANCIA DO TRABALHO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	189
IMPACTOS COGNITIVOS RESULTANTES DO EXCESSO DE TECNOLOGIAS NA INFÂNCIA.....	193
DEFICIÊNCIA VISUAL NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	197



A LUDICIDADE E MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	200
GRUPO: HUMANIDADE E SOCIEDADE.....	204
EDUCAÇÃO E GÊNERO: UMA VISÃO DO ACESSO FEMININO AO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO.....	205
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: IMPLICAÇÕES ENTRE AVALIAR E EXAMINAR.....	207
CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS COMO FONTE DIAGNÓSTICA DE MAUS-TRATOS INFANTIL.....	213
AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM.NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	216
O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E A APRENDIZAGEM.....	220
A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	224
FILHOS DE CASAIS HOMOAFETIVO NA ESCOLA.....	231
QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE PLURALIDADE CULTURAL.....	234
A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO NO AMBIENTE ESCOLAR.....	238
A CONTRIBUIÇÃO DOS CONTOS DE FADAS NAS PRATICAS PEDAGÓGICAS.....	242
PARA QUE SERVE OS ANTECEDENTES CRIMINAIS?.....	246
GRUPO: TECNOLOGIA E SOCIEDADE.....	261
DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÃO PARA PROCRASTINAÇÃO.....	262
A INFLUÊNCIA DOS JOGOS NO PSICOLÓGICO.....	268
A APLICAÇÃO DA LINGUAGEM DE MODELAGEM UNIFICADA (UML) PARA O SUPORTE DE UM PROJETO DE JOGO.....	275
APLICANDO CONCEITOS DE GAMIFICAÇÃO NO AMBIENTE FAMILIAR COM A UTILIZAÇÃO DAS HEURÍSTICAS DE NIELSEN.....	281
APP GERENCIAMENTO DE PARTIDAS.....	287
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E SOFTWARE GERENCIADOR EMPRESÁRIAL UTILIZANDO DELPHI.....	292



COMPARANDO ENGINES	301
GRUPO: TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES	307
SOFTWARE DE FACILITAÇÃO AO ATENDIMENTO – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).	308
UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE FUNDAMENTALISTA NA AVALIAÇÃO DE EMPRESAS COMO UMA FERRAMENTA DE APOIO AO INVESTIDOR DO MERCADO DE CAPITAIS.....	312
GERAÇÃO ALFA NO FUTURO DAS ORGANIZAÇÕES	319
O WHATSAPP BUSINESS COMO FERRAMENTA DE VENDAS: UM ESTUDO DE CASO EM EMPRESA FAMILIAR DE PRODUÇÃO DE LEITE E QUEIJO.....	324
O COMPORTAMENTO DO NEUROMARKETING NA CONTEMPORANEIDADE DO MARKETING 4.0 DIANTE AS REDES SOCIAIS.	328
CONTROLE FINANCEIRO: IMPORTÂNCIA, BENEFÍCIOS E COMO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA PODE CONTRIBUIR COM A VIDA DAS PESSOAS.....	340



GRUPO: ADMINISTRAÇÃO E SUAS PERSPECTIVAS



RECRUTAMENTO E SELEÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES NA ZANNI DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS

NASCIMENTO, Eduardo Oliveira

RESUMO: O presente trabalho tem como intuito fazer uma abordagem a respeito da unificação do Recrutamento e Seleção com a tecnologia, dando um panorama geral de suas inúmeras vantagens, limitações e importância dentro das organizações. A tecnologia aplicada na área de Gestão de Pessoas se tornou hoje em dia não somente um recurso, mas uma poderosa estratégia na otimização dos lucros. Através de uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso sobre o recrutamento e seleção de uma Distribuidora de Bebidas, procurou-se mostrar a efetividade do novo modelo de recrutamento, a plataforma de recrutamento Z, identificando suas etapas, ferramentas e funcionamento.

Palavras-chave: Recrutamento. Seleção. Pessoas. Tecnologia.

1 INTRODUÇÃO

A Zanni Distribuidora de Bebidas, está localizada em Lidianópolis, conta com 10 colaboradores, e está inserida no mercado como uma empresa intermediária e de Médio Porte. Atende toda a região Vale do Ivaí e também região de Roncador, conta com uma grande carteira de clientes e oferece mais de 280 itens relacionados a bebidas e diferentes marcas, como: Ambev, Coca Cola, Brasil Kirin, Heineken, Bebidas Rio Branco, Cachaça Jamel e vários outros itens e marcas.

O tema a ser abordado na organização, será: Recrutamento e Seleção de equipe. Além de o tema ser carente na empresa, de acordo com Oliveira, Luana Y. Miolo, D. et al (2018), o mesmo ainda possui grande relevância para desenvolver e progredir a empresa, já que a Administração de Recursos Humanos é o ramo especializado na Ciência da Administração que engloba grande parte das ações que têm como foco a incorporação do colaborador no contexto da organização e o aumento da sua produtividade, treinamento, desenvolvimento, manutenção, controle e avaliação de pessoal, diz Chiavenato (2010). O setor está inteiramente ligado as pessoas, e partindo dessa afirmação, é necessário que as suas ações gerem resultados diretos a todos os membros que contemplam a empresa.



Pontua-se que após realizado uma pesquisa e indagado o diretor da organização acerca do contexto, conclui-se que há uma carência significativa deste setor na empresa. Isso porque na prática, não é realizado o processo de recrutamento e seleção, por conta de o setor não possuir incentivos e investimentos por parte do responsável, fazendo com que o procedimento fique ineficaz e posteriormente prejudicando a organização com eventuais admissões desnecessárias.

A partir disso, após ter feito todas as análises e decisões acerca das carências da organização acima do tema recrutamento e seleção, será elaborado um aplicativo a partir da realidade que a empresa se encontra, possibilitando a facilitação dos processos, e também a eficiência da mesma. O aplicativo trata-se de um formulário elaborado para fazer com que o programa de recrutamento e seleção de equipe da empresa se torne mais eficiente e facilitador para os responsáveis. Este formulário irá contar com 10 questões abertas, voltadas a indagações profissionais e também acerca de experiências de vida do entrevistado, o mesmo também se identificará adicionando suas informações básicas e preenchendo outras perguntas decorrentes ao tema.

A tecnologia aplicada na área de Gestão de Pessoas se tornou hoje em dia não somente um recurso, mas uma poderosa estratégia na otimização dos lucros. A internet vem modernizando o recrutamento nas empresas, e hoje, com um simples clique, é possível se encontrar profissionais qualificados que agregue valor à mesma, portanto, presume-se que a partir de estudos e referências, os objetivos deste documento acerca da organização analisada, trata-se de a partir da utilização da tecnologia e um aplicativo eficaz, elucidar o líder da empresa de como o processo de recrutamento e seleção é importante para o desenvolvimento não só da equipe, mas da organização como um todo, melhorando as condições de trabalho, através de admissões assertivas de novos colaboradores, dividindo e delegando tais tarefas para o público interno, tendo como consequência um bom clima organizacional, evolução dos processos e desenvolvimento da empresa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO PROJETO



Tendo em vista acerca dos objetivos gerais do projeto, presume-se que a partir de estudos e referências, efetuado no ano de 2020, um diagnóstico empresarial possa servir como uma resolução do problema identificado, deixando claro ao líder da empresa de como o processo de recrutamento e seleção é importante para o desenvolvimento não só da equipe, mas da organização como um todo, realizando análises, presumindo custos, apresentando melhorias aos processos e claro, com o intuito de propiciar um bom clima organizacional.

Os objetivos específicos, de acordo com Tumelero (2017), descrevem os resultados que se pretender alcançar a partir da pesquisa, portando caracteriza-se por objetivos específicos, elucidar a questão da importância do processo de recrutamento e seleção de equipes ao gestor, e com a utilização da tecnologia, elaborar um programa eficaz de recrutamento e seleção para empresa, na realidade que a mesma se encontra. Deste modo, medir todos os custos possíveis para a elaboração do projeto e apresentar o que é mais vantajoso e eficaz na organização.

E por fim, melhorar as condições de trabalho, através de admissões assertivas de novos colaboradores, dividindo e delegando tais tarefas para o público interno, tendo como consequência um bom clima organizacional, evolução dos processos e desenvolvimento da empresa como um todo.

2.2 ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO (EAP)

A EAP é uma ferramenta utilizada para ressaltar os pontos importantes a serem desenvolvidos em um projeto, o mesmo é feito de forma hierárquica mostrando realmente o que é necessário para o desenvolvimento do projeto, sendo assim facilitando a realização das tarefas. (ESPINHA, 2018).

A partir disso, após ter feito todas as análises e decisões acerca das carências da organização acima do tema recrutamento e seleção, será elaborado um sistema a partir da realidade que a empresa se encontra, possibilitando a facilitação dos processos, e também a eficiência da mesma.

A figura 1 irá retratar as etapas do recrutamento e seleção de uma forma geral, ou seja, demonstrará desde a parte da abertura dos processos seletivos, quando a empresa necessitar de um novo colaborador, até a parte da convocação de uma entrevista presencial e a avaliação final do candidato.



A figura 1, trata-se de um código QR, que após apontado a camera do celular, o leitor terá acesso ao aplicativo, onde o mesmo poderá observar e avaliar a plataforma.

FIGURA 01 – Plataforma de Recrutamento Z.

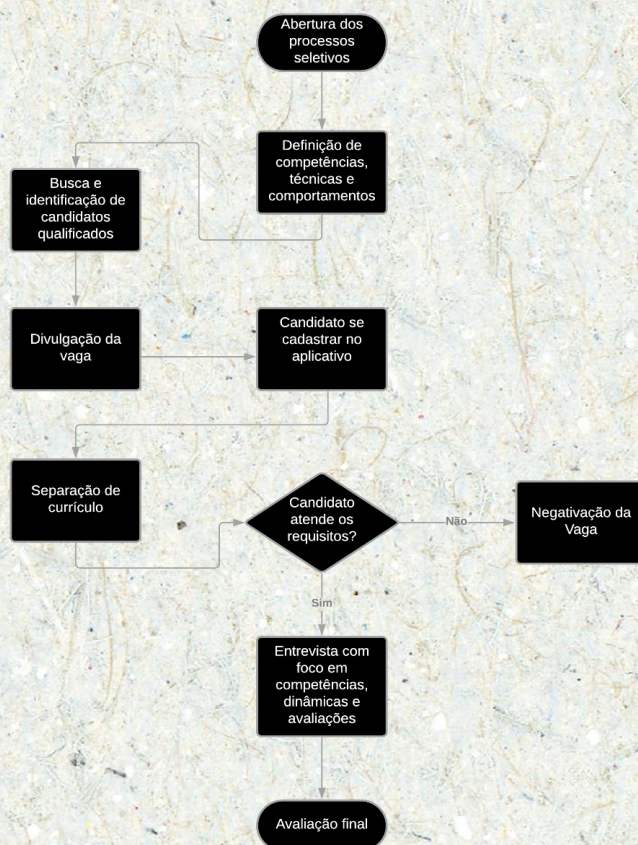


Fonte: Figura retirada da internet. Disponível em: <<https://www.qrcodefacil.com/>>. Acesso em 22 de maio de 2021.

Segundo Oliveira (2013), o fluxograma consiste na representação gráfica que, utilizando de diferentes formas geométricas representativas, apresenta a sequência de um trabalho de forma analítica, caracterizando as operações, os responsáveis e/ou unidades organizacionais envolvidas., desta forma a figura 2 trata-se de um fluxograma de todo o processo de Recrutamento e Seleção da organização.

FIGURA 02 – Fluxograma das etapas do Recrutamento e seleção da Zanni Dist.



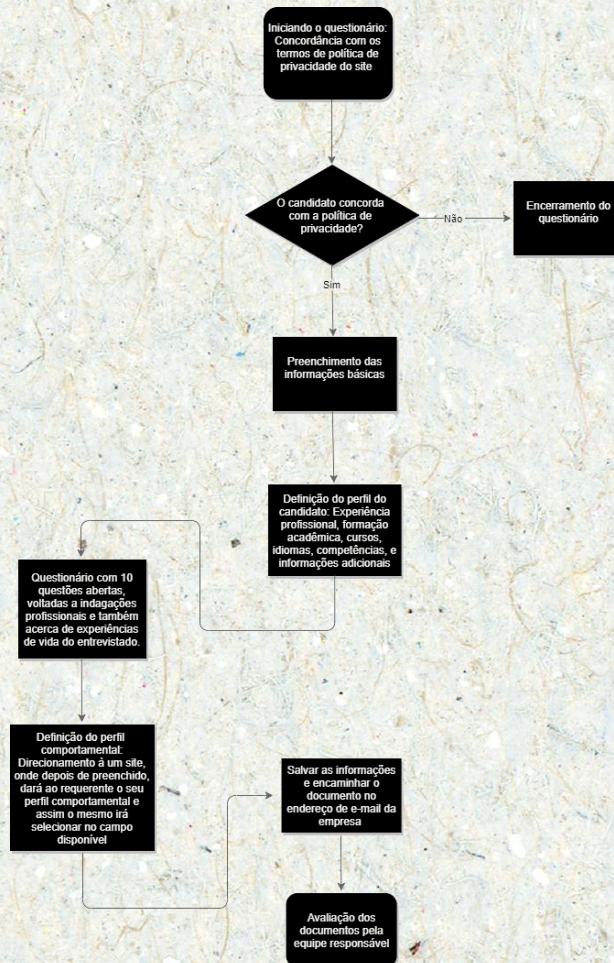


Fonte: Eduardo Oliveira do Nascimento UCP, 2021

FIGURA 03 – Fluxograma do processo de preenchimento do form. de Recrut. e Sel. da Zanni Dist.

O fluxograma do processo de preenchimento do formulário da empresa se trata de uma questão mais específica. O formulário trata-se de um aplicativo elaborado para fazer com que o programa de recrutamento e seleção de equipe da empresa se torne mais eficiente e facilitador para os responsáveis. O fluxograma retrata muito bem cada processo deste formulário, trabalhando questões de informações básicas, perfil do candidato, questionários, e perfil comportamental, facilitando a avaliação do mesmo.





Fonte: Eduardo Oliveira do Nascimento UCP, 2021

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Contexto organizacional atual está voltado completamente para a forma de se agregar pessoas ao corpo da organização. As pessoas se tornaram recursos estratégicos das modernas organizações. A tecnologia está presente em todas as áreas organizacionais, em especial no RH. A nova forma de se recrutar e selecionar os candidatos traz inúmeras vantagens e benefícios à empresa, reduzindo custos e dinamizando os resultados. A antiga forma de se recrutar foi substituída por um modelo inovador, onde a empresa possui milhares de opções de currículos, modernos sistema de triagem, testes virtuais, questionários, softwares de produtividade, entre outras ferramentas; proporcionando o melhor meio de se buscar o profissional ideal.

Em resposta ao problema da pesquisa, contribuir com a organização, por meio da criação deste projeto, uma vez que o mesmo promoverá muitos impactos positivos.



Assim, fazer deste projeto uma forma de engrandecimento pessoal, e ainda, disponibilizar o referente estudo para futuras pesquisas de conteúdos relacionados ao tema.

4 REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto *Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações* / Idalberto Chiavenato. -- 4. ed. -- Barueri, SP: Manole, 2014.

ESPINHA, Roberto Gil. **EAP e cronograma de projetos: entenda a diferença e aumente sua produtividade**. 2018. Disponível em: <<https://artia.com/blog/eap-e-cronograma-de-projetos-entenda-a-diferenca-e-aumente-sua-productividade/>>. Acesso em: 26 set. 2021.

OLIVEIRA, R. P. D. *Sistemas, organização e métodos*. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, LYMD; OLIVEIRA, PRB; SAWITZKI, R.; SANTOS, ABWD *Gestão de pessoas: Grupo A*, 2018. 9788595023901. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023901/>>. Acesso em: 26 set. 2021.

TUMELERO, Naína. *Obejtivo geral e objetivo específico: como fazer e quais verbos utilizar*. **Mettzer**. 2017. Disponível em: <<https://blog.mettzer.com/diferenca-entre-objetivo-geral-e-objetivo-especifico/>>. Acesso em 07: 07 out. 2021.



A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DO CLIMA ORGANIZACIONAL NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

BRASSAL, Lidiane da Silva

RESUMO: No ambiente organizacional existem meios formais e informais de comunicação, que influenciam na forma como os colaboradores agem e percebem o meio em que estão inseridos, bem como o público interno. O objetivo desse trabalho é proporcionar para os leitores um entendimento sobre os aspectos da cultura organizacional e sua relevância.

Palavras-chave: Cultura. Crenças. Valores.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem do tema estudado proporcionará aos leitores um melhor entendimento sobre os princípios mais relevantes e que regem a comunicação informal e cultura organizacional, tendo em vista a inserção delas na sociedade e a sua importância, pois influi na vida, percepção e qualidade de vida dos colaboradores, bem como influencia em como o consumidor entende e aceita a organização.

2 DESENVOLVIMENTO

O objetivo específico do presente trabalho é conduzir os leitores à uma reflexão sobre a importância da gestão e análise da cultura organizacional para promoção de um ambiente agradável e produtivo. O objetivo geral é fomentar o conhecimento na área de gestão de pessoas.

Desde o primeiro momento em que fomos concebidos somos influenciados pela família, sociedade e experiências vivenciadas, sendo gradativamente formados os valores em cada indivíduo, estes por sua vez transmitem-lhes às pessoas de sua convivência. No ambiente organizacional não é diferente, o colaborador integrante de uma organização leva consigo seus valores e crenças, que são transmitidos uns para os outros através da integração e socialização, em um processo de aprendizagem social contínuo.



A cultura Organizacional é o produto de variados fatores que compõe a identidade de uma organização, o conjunto de valores, crenças, normas e padrões construídos ao longo da trajetória empresarial, e que permeia os colaboradores.

Robbins (2012, p. 501) “um sistema de valores compartilhado pelos membros de uma organização que a diferencia das demais.

A cultura organizacional define e diferencia as organizações, transmite uma mensagem ao público interno e externo. O gestor deve utilizar a construção da cultura organizacional e da comunicação informal para integrar valores no âmbito humano, e criar elementos construtivos para entregar seus atributos e atender à necessidade social, humana e econômica da sociedade ao qual se insere. Uma discussão profunda e análise pormenorizada da cultura organizacional mostra-se cada vez mais necessária, validando a importância da formação da cultura. A formação da cultura organizacional é de extrema relevância, na medida que influi nos padrões de comportamento da equipe, estes por sua vez impactam diretamente nos resultados e processo de tomada de decisão.

Entender os padrões de comportamento organizacional, possibilita uma melhor análise e comparação dos entre os resultados planejados e executados. Os elementos simbólicos advindos da cultura organizacional, influenciam profundamente todos os processos empresariais, da entrada até a entrega do produto ou serviço. Quando gerida e bem consolidada alcançamos uma cultura organizacional forte, que é bem disseminada, aceita e vivenciada pelos colaboradores. Como resultando obtemos diminuição de turnover, absenteísmo, melhora na qualidade de vida dos colaboradores, trazendo conseqüentemente um aumento no setor de produção da empresa e seus resultados.

Segundo CHIAVENATO, Idalberto Comportamento Organizacional - A Dinâmica do Sucesso das Organizações “Na parte submersa, estão os aspectos invisíveis e profundos, cuja observação ou percepção se torna mais difícil. Aqui estão as cerimônias tradicionais ou não, os símbolos, os significados, os heróis, as tradições, as histórias, os valores, modus vivendi etc.¹⁹ Nessa parte estão as decorrências e os aspectos psicológicos e sociológicos da cultura”

A formação e seu estudo requer uma análise dos elementos que a compõe:

Valores: São propostas entregues aos consumidores internos e externos, estes são respaldados com os aspectos que a empresa deseja transmitir e entregar, e isso delimitará um público alvo que partilham mesmo valores e se identificam.



Normas: Regras existentes no âmbito empresarial, podem ser expressas e formais e ainda informais, porém com mesmo poder de influência.

Ritos: Atividades e processos estabelecidos e reproduzidos

Crenças: Materialização de ideias como verdadeiras

Processos de comunicação: Os meios formais e informais da comunicação.

Heróis: Pessoas que foram capazes que agregar valor à organização e exercem papel de influenciadores por sua história.

Tabus: padrões de comportamento considerado não bem quisto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho valida a necessidade da construção de uma cultura organizacional que represente os princípios e valores de cada organização. Reforça sua importância para atingir metas, bem como na tomada de decisões. Nesse sentido faz-se necessário uma gestão, tanto na formação como na consolidação e manutenção desses valores, contemplados pela cultura organizacional.

4 REFERÊNCIAS

CATANEO, M. Evangelista Antropologia das Organizações: livro didático; design institucional Viviani Poyer.- Palhoça: Unisul Vitual, 2006

CHIAVENATO, Idalberto, 1936-Comportamento organizacional : a dinâmica do sucesso das organizações / Idalberto Chiavenato. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2021

CURVELLO, João José Azevedo. Comunicação interna e cultura organizacional. João José Azevedo Curvello, 2002

FREITAS, Maria Ester de. Cultura organizacional grandes temas em debate. Revista de Administração de empresas, v. 31, p. 73-82, 1991.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia. A cultura organizacional. MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da administração, v. 3, 2002.



SARAIVA, Luiz Alex Silva. Cultura organizacional em ambiente burocrático.
Revista de Administração Contemporânea, v. 6, p. 187-207, 2002.



DESAFIOS DA GESTÃO EM EMPRESAS FAMILIARES

Santos, Luiz, Fernando

RESUMO: As empresas normalmente já enfrentam muitos desafios por terem que lidar com concorrentes e buscar inovações a todo momento. A empresa familiar acaba tendo mais desafios ainda, pois tem que lidar com as relações profissionais que acabam misturando às relações de parentescos, o que inevitavelmente leva a conflitos na organização. Portanto, o principal objetivo do trabalho é analisar a realidade vivida em uma empresa familiar, localizada no interior de Goiás, sobre os desafios da gestão. Por tanto foi realizada pesquisa bibliográfica e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica foi importante para conhecer os conceitos e características da empresa familiar, suas principais dificuldades, potencialidades e fragilidades. Os resultados obtidos atenderam aos objetivos gerais e específicos, analisando os conflitos familiares e como a má gestão afeta o desempenho organizacional. Mostrou ainda que a empresa estudada necessita rever algumas práticas de gestão para que o negócio possa se alavancar.

Palavras-chave: Empresa, Família, Gestão, Sucessão.

1 INTRODUÇÃO

A empresa familiar muitas vezes nasce de um pequeno negócio que se expande ao longo dos anos e acaba passando de uma geração para outra, sendo gerenciada sempre pelo domínio de uma mesma família, ou desta com a ajuda de outros profissionais administradores.

Geralmente a gestão da empresa familiar é bastante complicada em relação as demais, isso porque ela possui especificidades que são intrínsecas a fatores hereditários da cultura da própria família, mitos, vaidades, dificuldade de obediência a hierarquia, e muitos outros que acabam por dificultar o entendimento dos processos necessários para se gerenciar com sucesso o negócio ou empreendimento.

Diante do contexto apresentado, este trabalho teve como proposta analisar os desafios encontrados na gestão das empresas familiares e propor ferramentas para contribuir na gestão das mesmas.

Atualmente, com as mudanças no mercado novas oportunidades e desafios surgem a todo o momento, com isso as empresas devem estar preparadas para se adaptarem.

Os resultados alcançados com este estudo poderão ajudar os empresários a planejar melhor com conhecimentos específicos sobre a gestão de empresas



familiares, mostrando os erros e acertos mais comuns praticados na gestão dessas empresas.

2 DESENVOLVIMENTO

Empresas de pequenas e médias porte, atualmente representa uma parte significativa no conjunto das empresas existentes no país. Até 1991, a falta de concorrência externa e a insignificante concorrência interna colocavam as empresas familiares em uma posição confortável em um mercado atraente. Com muitos anos de experiência empresarial, herdaram valores e história como pilares e, com o tempo, os clientes fiéis conquistaram características semelhantes às da empresa. A sucessão era passada de pai para filho sem levar em conta a formação técnica e profissional do herdeiro do negócio, mas sim a cultura familiar.

Considerada a instituição mais duradoura e universal a empresa familiar existe desde muito antes da Revolução Industrial. A empresa familiar mais antiga foi fundada no ano de 578 no Japão, entre outras que continuaram sendo estritamente familiares e venceram pressões de governos, nações, e seguramente, de outras corporações muito maiores e mais poderosas como a brasileira Votorantim, porém, mesmo com tanta representatividade no mercado, a principal preocupação de uma empresa familiar hoje é a sua sobrevivência. Muitas empresas lutam com problemas existenciais ou estratégicos, ou seja, dificuldades relacionadas à inadequação.

Com a globalização e mercado externo, a empresa se viu obrigada a buscar um novo espaço no mercado, que tem o compromisso de adotar novas filosofias que garantam a perenidade da empresa para as próximas gerações.

2.2 Empresas Familiares

Normalmente quando se fala de empresas familiares o pensamento que nos remete de imediato é de má gestão e um mal funcionamento, mas não é bem assim, no Brasil e no mundo todo hoje a maioria das empresas são familiares. Pode-se conceituar empresa familiar como sendo a empresa que é marcada pelos sócios proprietários pertencentes a uma ou mais famílias.

Na maioria das vezes as empresas familiares são representadas pelos microempresários, portanto acabam sendo de ampla influência no mercado brasileiro,



e são responsáveis por uma importante porcentagem da geração de empregos que estimula o mercado.

Casillas, Vásquez e Díaz (2007) comentam sobre a dificuldade de obter uma definição clara e consensual sobre este tema, pelo fato de que os negócios familiares são realidades multidimensionais, motivo pelo qual há definições baseadas em múltiplos fatores, porém esses autores afirmam que a maioria dos conceitos giram em torno de três aspectos principais, que são:

- A propriedade ou controle sobre a empresa.
- O poder que a família exerce sobre a empresa, normalmente pelo trabalho nela desempenhado por alguns membros dessa família.
- A intenção de transferir a empresa a futuras gerações e a concretização disso na inclusão de membros da nova geração na própria empresa.

Sendo estes aspectos considerados em quase todos os conceitos para definição de empresa familiar. A maioria das empresas familiares tem como principal gestor e administrador o próprio dono do negócio, o que muitas vezes pode ocasionar problemas na administração.

As empresas familiares começam com o sonho do fundador em ter seu próprio negócio, então a empresa se aprimora, cresce e se fortalece. Os filhos tendem em dar continuidade aos planos do antecessor, no entanto isso tem mudado ano após ano. Em razão disso, quando chega à etapa de transmitir a liderança da empresa a um herdeiro sucessor, começam os conflitos no negócio familiar. Quando isso não é antecipado, o momento de sucessão por causa de alguma situação imprevisível e indesejada, como uma doença, ou até o falecimento do fundador.

2.3 Hierarquia

Gomides (2006) constatou que a estrutura hierárquica da organização ganhou maior vantagem após a criação da teoria clássica da administração. O autor destacou ainda que, no século XX, houve constantes ações administrativas com o objetivo de sugerir mudanças no modelo de gestão e na hierarquia organizacional. “Para os teóricos clássicos da administração, a hierarquia é a base da organização formal, e será pelas linhas de comando e de comunicação que a organização funcionará.” (GOMIDES, 2006, p.1) Nunes (2015, s.p) rebate sobre a origem da hierarquia: “O



homem inventou a hierarquia para que poucos tivessem poder sobre muitos. Concebendo uma cópia mal elaborada da Igreja e do Exército. [...]”.

A cultura organizacional existe em todas as organizações. Eles são os componentes responsáveis pela personalidade da empresa e refletem a forma como a empresa realiza suas atividades. A filosofia organizacional da empresa tem princípios culturais proeminentes, como tradicionalismo, nacionalismo e divulgação de valores familiares. Esses princípios podem ser compartilhados com os funcionários com base nos ideais de todos. (SILVA, 2014).

Botino-Antonaccio (2007) destacou que se espera que os jovens respeitem e cumpram as ordens dos mais velhos. No entanto, algumas empresas têm posições diferentes na hierarquia da empresa e na hierarquia familiar. Nesse caso, o status dos jovens é superior ao de outros membros mais velhos da família. Nesta vida familiar, o jovem ocupa uma posição inferior, mas na empresa, ele está acima dos membros mais velhos.

Os aspectos relacionados à pesquisa são definidos como a formação e estruturação da cultura organizacional na empresa familiar, a formação das relações interpessoais e planos de carreira, e a análise de cargos e funções. Esses aspectos estão inseridos na base da empresa, e o conhecimento de suas principais características fornecem as condições para a sobrevivência da organização no mercado comercial. (ROSÁRIO, 2010, p. 32).

2.4 Principais Problemas da Organização

Infelizmente na maioria das pequenas empresas familiares, o processo de gestão é pouco profissional, e muitas vezes realizado de forma centralizada, ferramentas de gestão tais como de controle de caixa, motivação, planejamento estratégico, são quase nunca usados ou até mesmo desconhecidos pela maioria gestores de empresas de pequeno porte.

Outro grande problema que foi percebido com a pesquisa é da grande dependência que a maioria das empresas familiares ficam dos seus gestores e fundadores, a relação com clientes e fornecedores passarem de algo profissional para pessoal, trazendo assim preferências, também a dificuldade de aceitar novas ideias mantendo o conservadorismo e não aceitando opiniões ou até mesmo sugestões.



2.5 Sucessão

Nas empresas familiares, a mudança de gestão da empresa, passo mais conhecido como sucessão, é um momento delicado, e que deve ser planejado tanto em itens de capacitação, como ligação emocional dos que deixam o poder e daqueles que estão assumindo um grande cargo dentro da organização.

Segundo Oliveira et al (2010), em uma empresa familiar, a sucessão é um processo de planejamento e estruturado que envolve todos os componentes da família. O sucessor é o fundador ou gerente da geração atual no círculo familiar, direitos de herança e a transição da empresa para uma nova geração de gestão. Além disso, diferentes opiniões devem ser consideradas no processo, como as opiniões da família, dos herdeiros, dos não herdeiros, dos administradores não familiares, dos sucessores e dos sucessores da administração.

A criação de novos empresários pode ter maior possibilidade de visualizar as soluções dos problemas e impedir que a criatividade seja congelada. Dessa forma, pode desenvolver novas chances de mercado, de tecnologia, choque nos concorrentes, nos produtos, e por consequência, nos aspectos econômicos e sociais, tais como geração de emprego e renda.

Na empresa em questão, vai ocorrer o processo de sucessão pois a família possui 2 filhos que também gostam de mexer com a lida de tirar leite.

2.6 Vantagens e desvantagens da empresa familiar.

Uma das vantagens das empresas familiares é que geralmente pequenos negócios, se bem administrados, começarão a produzir resultados satisfatórios e geralmente se torna uma grande empresa, criando oportunidades de emprego que movimentam o mercado financeiro. As empresas familiares orgulham-se da tradição familiar. Em geral, o pequeno empresário fica feliz, até mesmo orgulhoso para poder se posicionar no mercado financeiro devido à importância da sua empresa.

A realidade brasileira retrata empresas onde os familiares fazem parte da estrutura empresarial ou até trabalham nela, e trabalhar com a família tem suas vantagens. Irei citar algumas dessas vantagens:



- Lealdade: uma empresa familiar desfruta do mais alto grau de lealdade, pelo menos em teoria, o que cria um ambiente onde todos estão totalmente comprometidos com o crescimento da empresa.
- Valores compartilhados: os membros da família tendem a compartilhar valores comuns, servindo como pilares na busca por objetivos comuns.
- Intimidade: o ambiente é mais informal, menos burocrático, o que garante eficiência na troca de informações e na tomada de decisões.

No entanto, não existem apenas vantagens. Gostaria de chamar sua atenção para os três problemas mais sérios de uma empresa familiar: irei propor soluções para cada um dos problemas citados.

- Conflitos: isso é muito importante em um ambiente de negócios. O problema surge quando os conflitos afetam a família ou pelo contrário, quando os conflitos familiares têm consequências na empresa. Solução? Diálogo. Não que seja fácil. Mas é possível.
- Ausência de processo de sucessão: este é um tópico complexo, mas em resumo é a ambiguidade entre a habilidade de gestão da empresa e a propriedade da empresa. Ser herdeiro não significa que alguém tenha as habilidades necessárias para liderar pessoas e projetos. Solução? Planejamento de sucessão.
- Desorganização dos processos internos: às vezes, a intimidade torna o processo tão informal que prejudica o negócio. Solução? Procedimentos claros e definição de funções.

3 METODOLOGIA

Este projeto teve o objetivo de realizar estudo detalhado sobre a gestão em pequenas empresas de cunho familiar. Por tanto foi escolhido a pesquisa qualitativa, pois de acordo com Minayo (2001), ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação.



De modo específico foi realizado um Estudo de Caso na empresa X. Segundo Vergara (2013), o estudo de caso tem caráter de profundidade e detalhamento quando aplicado em um ou poucos locais.

Pode-se caracterizar este estudo com de natureza aplicada, pois gerou conhecimentos para a resolução de problemas específicos, e também de cunho exploratório-descritivo. De acordo com Vergara (2013), a pesquisa exploratória é realizada em área onde existe pouco conhecimento acumulado e sistematizado, e acreditamos ser este o caso da empresa que foi estudada.

Com este estudo foi possível aprofundar o conhecimento sobre a gestão na empresa familiar e assim contribuir para que outras empresas ou gestores possam se beneficiar dos resultados alcançados.

Especificamente falando o Estudo de Caso foi realizado numa empresa familiar localizada no interior de Manoel Ribas. Foi analisado com profundidade e detalhamento todos os processos da empresa.

Foi observado com rigor o processo de gestão, a hierarquia, o planejamento das ações, as condições de trabalho dos colaboradores, os procedimentos de gestão adotados para garantir a qualidade, a forma de sucessão e outros aspectos que julgamos que eram necessários.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na chácara São Carlos, onde foi realizado estudo, está situada na cidade de Manoel Ribas uma cidade pequena com 14 mil habitantes. Esta iniciou suas atividades em 2019 após o proprietário perceber uma oportunidade quando ainda era apenas um colaborador em uma empresa, a empresa em si tinha acabado de fechar as portas e ele iria ficar desempregado, então surgiu a ideia de criar o próprio negócio, começou com apenas uma cabeça de gado de leite, depois disso ele pegou o seu dinheiro de acerto da empresa em que trabalhava e investiu na aquisição de animais e construção de um lugar para ordenhar os animais.

A Empresa possui atualmente possui 3 funcionários da família mesmo, sendo assim os procedimentos são realizados em família desde o trato para os animais até o momento que é feito a ordenha dos animais sempre trabalhando em conjunto.

O processo de sucessão de gestores ainda não ocorreu na empresa. O fundador e proprietário da empresa continua envolvido ativamente na sua gestão, mas



mesmo com a transferência específica da sucessão, a empresa mostra que está a preparar-se para este momento, visto que o filho do proprietário já desempenha um papel importante na empresa, na qualidade, junto com o pai, auxilia na tomada de decisões estratégicas e realiza treinamentos para atividades futuras, adquirindo conhecimentos e constatando situações reais de decisões e resolvendo problemas que surgem no dia a dia da empresa.

De acordo com a entrevista feita com o gestor da empresa, as principais dificuldades de gestão empresarial são:

- Acomodação de familiares por não terem medo de demissão.
- Conflitos entre os familiares.
- Falta do controle de caixa e estoque.
- Falta de uso de estratégias administrativas.

Nota-se na fala do gestor que ele busca sempre reduzir gastos, com energia e também fazendo a compra de rações mais baratas mais de qualidade.

Uma das maiores dificuldades das empresas familiares ainda é a resistência a mudanças e ao novo. Dificuldade em introduzir novas técnicas de trabalho e novas Tecnologia (SOUZA, 2012).

Vale ressaltar que o modelo de gestão da empresa precisa ser revisto pois está da mesma forma por mais de 2 anos. A empresa familiar vai bem, mas obviamente necessita atualizar o modelo de gestão. É necessário maiores habilidades administrativas e técnicas de planejamento.

Para investir no mercado, uma empresa geralmente precisa entender seus maiores concorrentes, pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças. As

empresas que não buscam o aprimoramento da gestão em um curto espaço de tempo acabam ficando para trás, o que lhes confere uma vantagem competitiva.

4 REFERÊNCIAS

BETHLEM, A. A empresa familiar: oportunidades para pesquisa. Revista de



Administração, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 88-97, 1994.

BOTTINO, ANTONACCIO, C. F. Empresas Familiares: uma compreensão sistêmica, Rio de Janeiro, 2007, 260p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Cadernos Ebape.br, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 1-6, outubro. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v4n3/v4n3a13.pdf>. Acesso: 01 de Outubro. 2021

CASILLAS, José Carlos; VÁZQUEZ, Adolfo; DÍAZ, Carmen. Gestão da Empresa Familiar: conceitos, casos e soluções. São Paulo: Thomson, 2007.

ESTOL, Kátia Maria Felipe and FERREIRA, Maria Cristina. O processo sucessório e a cultura organizacional em uma empresa familiar brasileira. Ver. Adm. Contemp. 2006, vol.10, n.4, p. 93-110.

FREITAS, E. C.; BARTH, M. De Pai Para Filho: A Complexidade E Os Desafios Da Gestão Das Empresas Familiares dezembro. 2010 Disponível em http://www.redalyc.org/html/2734/273_424930011/ Acesso em 05 de Outubro 2021.

GOMIDES, Renato de Castilho. Hierarquia e empowerment: um estudo preliminar.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001. SOUZA, L. O. et. Al. Empresa familiar e a importância do planejamento para o processo sucessório. 2012, 13 f.



O FEEDBACK E SUA IMPRESCINDIBILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

ANDRADE, Lucas Mota de

RESUMO: O presente artigo buscou trazer reflexões acerca dos aspectos da comunicação empresarial dentro das organizações. Nesta ótica, almejou-se compreender a importância do feedback, analisando a sua conceituação, aplicação e o leque de possibilidades que o mesmo dispõe. Para a criação deste trabalho foi-se realizado uma revisão da literatura. Foi possível aferir que o feedback é de extrema importância para o crescimento das empresas, pois permite uma melhor comunicação entre colaboradores, gestores e clientes, possibilitando o aumento do rendimento e lucratividade.

Palavras-chave: Comunicação empresarial. Desenvolvimento. Relações.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação está presente em toda a parte, inclusive no mundo empresarial e organizacional, sendo uma importante ferramenta para o sucesso da empresa. Ela pode se dar de forma interna, compreendendo as relações entre funcionários e gestores, assim como de modo externo, abrangendo principalmente os clientes. No que concerne a esta conjuntura da comunicação, o feedback é sem dúvidas indubitável, considerando que o mesmo permite a troca de informações, experiências e ideias, almejando o aprimoramento das relações e o aumento do rendimento dos funcionários, bem como da lucratividade.

Sua aplicação ocorre de maneira cíclica, pois os gestores recebem o feedback dos funcionários e clientes, identifica erros e/ou acertos e com isso, busca aperfeiçoar o ambiente empresarial com base nas críticas construtivas e elogios que recebe. Dessa forma, com as mudanças feitas, busca um novo feedback para visualizar se aquilo que buscou fora consolidado.

2 DESENVOLVIMENTO

Barros e Matos (2015) afirmam que a comunicação faz parte das pessoas desde os primórdios da humanidade, sendo que é através dela que os relacionamentos são estabelecidos. Por ser o pilar de todas as relações inter-humanas, quando bem gerida, a comunicação traz grandes contribuições para o



mundo corporativo, desde o processo de vendas até o relacionamento entre os funcionários e gestores.

Para que a comunicação seja exitosa, é essencial que o fluxo desta comunicação ocorra de maneira planejada e organizada. No ambiente organizacional, o feedback assume um aspecto fundamental, uma vez que é por seu intermédio que se verifica se a mensagem foi compreendida de acordo com a pretensão inicial.

A palavra Feedback é de origem etimológica inglesa, sendo que feed significa alimentar e back, de volta, ou seja, significa realimentação e nos processos organizacionais é considerado como um processo de ajuda e estímulo para a mudança de comportamento, ajudando no aprimoramento da performance individual, para ser utilizado de forma estruturada e oportuna, viabilizando o processo de mudança e auxiliando o indivíduo na aquisição de comportamentos mais assertivos dentro da organização (MAIOLI, 2017, p. 5-apud HERINGER, 2003).

Nas ponderações de Sanches (2019) o feedback vai além do que uma simples ferramenta de gestão, se tratando de uma ação de treinamento e desenvolvimento de equipes e pessoas que é capaz de conglomerar um alto valor pessoal e profissional, tendo em vista que possibilita o aprimoramento do autoconhecimento, o direcionamento do foco das pessoas, a reformulação das atitudes praticadas, o destacamento de oportunidades pontuais de melhoria e, ainda, fornece alternativas para que o indivíduo possa alterar seu comportamento, com o fito de gerar benefícios à organização e a si próprio.

Importante frisar que a utilização de feedbacks dentro das empresas permite diversas contribuições, entre elas as que envolvem o desenvolvimento pessoal e profissional dos funcionários.

Além disso, numa perspectiva organizacional, permite também o aumento da lucratividade, proveniente do bom desempenho e rendimento dos funcionários.

A partir do momento em que os gestores identificam eventuais falhas e acertos dos seus colaboradores, e lhes fornecem um novo direcionamento, os funcionários se aproximam do resultado esperado pela organização.

O feedback tem o condão de direcionar e mostrar o caminho correto, ampliando a possibilidade de acertos e bons resultados e se tratam de necessidades humanas, pois permitem avaliar as possíveis correções ou pontar o que já está correto.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese o fato de o presente trabalho ainda precisar de complementação e aprimoramento, é possível inferir que até o momento possibilitou-se compreender a importância do feedback nas organizações empresariais e o quanto a sua aplicação é imprescindível para o desenvolvimento das empresas.

Não se pode olvidar que ferramentas comunicativas dentro das organizações são essenciais para o seu sucesso, pois possibilitam o aprimoramento das relações entre colaboradores e gestores, o aumento do rendimento e consequentemente, o avanço da lucratividade.

4 REFERÊNCIAS

BARROS, D.M.L; MATOS, N.S. A importância da comunicação organizacional interna e dos feedbacks gerenciais. **Revista de Administração**, [s.l.] v.13, n.23, p.3-20, ago. 2015. Disponível em: <http://periodicos.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/1553/1961>. Acesso em: 10 out. 2021

MAIOLI, Saulo Simões. **A importância do feedback dos colaboradores em relação as tomadas de decisões nas empresas atacadistas de bebidas em Guarapari/ES**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Faculdade Doctum, Guarapari, 2017.

SANCHES, Jéssica Aparecida Damacena. **A importância do feedback em uma organização militar o feedback como ferramenta essencial para todos os colaboradores**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Escola de Administração de Brasília, Brasília, 2019.



GRUPO: A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA



IMPACTOS DA PANDEMIA NO SETOR CONTÁBIL COM BASE NO ESTUDO REALIZADO EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ.

Vinicius Henrique Barticiotto Rocha
Lucas Matheus dos Santos

RESUMO:

Com a grande pandemia da Covid-19, muitos setores foram afetados drasticamente. Assim como todos os setores da economia, o setor contábil também foi afetado de forma significativa, seja financeiramente, seja com o aumento das atividades, visto que as obrigações acessórias e fiscais de seus clientes não foram paralisadas e, em alguns casos, aumentaram para atender a demanda de medidas adotadas para enfrentar a crise gerada pela pandemia. Em função disso, no presente trabalho, iremos demonstrar, levantando dados, e especificando como foi enfrentado e como estão agindo, até o momento, alguns escritórios contábeis.

Palavras-chave: Covid-19. Pandemia. Contábil.

1 INTRODUÇÃO

Estamos vivenciando um período de dificuldades e complicações, principalmente quando falamos sobre a economia do país. A pandemia do COVID-19 causou diversos acontecimentos o que levou a um colapso todo o otimismo em relação à recuperação da economia, que já vinha caminhando em passos lentos, transformou diversos projetos em apenas sonhos inquietos, elevando a insegurança e acima de tudo provocando uma desigualdade ainda maior que a existente.

Porém em meio a todo esse caos não podemos esquecer a grande importância que a contabilidade representa no meio econômico, ainda mais em tempos de crise, portanto, neste trabalho iremos especificar como o faturamento de um determinado escritório contábil foi afetado com a pandemia, e descrever como ocorreu a adaptação nesse período.

4 REFERÊNCIAS



PADOVEZE, Clóvis Luís – MANUAL DA CONTABILIDADE BÁSICA –
Contabilidade introdutória e intermediária. / Clóvis Luís Padoveze. –São Paulo: Editora Atlas S.A, 2011. p. 3 a 15

FARIA, Ana Cristina; IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos – Introdução à teoria da contabilidade – Para graduação. / Ana Cristina de Faria; Sérgio de Iudícibus, José Carlos Marion. – São Paulo: Editora Atlas, 2017. p. 1 a 109

PEREIRA, José Matias – MANUAL DE METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA. / José Matias Pereira. –São Paulo: Editora Atlas, 4º Ed. 2016. p. 1 a 105

EL PAÍS - 716.000 empresas fecharam as portas desde o início da pandemia no Brasil, segundo o IBGE, 2020. [Internet] Disponível em:

<<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-19/716000-empresas-fecharam-as-portas-desde-o-inicio-da-pandemia-no-brasil-segundo-o-ibge.html>>

Acesso em: 12/06/2021

CONEXÃO - Como a pandemia do coronavírus impactou a economia brasileira, 2020. [Internet] Disponível em:

<<https://conexao.segurosunimed.com.br/como-a-pandemia-do-coronavirus-impactou-a-economia-brasileira>>

Acesso em: 12/06/2021

CONTABILIZEI - Contador: O que faz? Qual sua importância para as empresas, 2020 [Internet] Disponível em:

<<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/contador-e-contabilista>>

Acesso em: 12/06/2021

MONOGRAFIAS - A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL, 2021 [Internet] Disponível em:

<<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/a-evolucao-contabilidade-no-brasil.htm>>



Acesso em: 11/06/2021



ESTUDO DE CASO REFERENTE À TRIBUTAÇÃO DE UMA FARMÁCIA OPTANTE PELO REGIME TRIBUTÁRIO DO SIMPLES NACIONAL.

OLIVEIRA, Ana Paula
ROMANEK, Vanessa

RESUMO: Ao realizar suas atividades uma empresa precisa estar atenta às diversas questões empresariais, gerenciais, organizacionais e tributárias. Uma de suas grandes preocupações está relacionada à redução de custos, e dentre as alternativas podemos citar a redução de encargos de forma lícita, o que consequentemente impacta no seu resultado e no retorno do investimento de seus sócios/acionistas. No entanto, apenas realizar a opção do melhor regime tributário, dentre os quais podemos citar o Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, não garante a empresa a economia adequada em relação aos tributos pagos. Além de realizar a opção do regime tributário adequado e mais vantajoso, é necessário estar atendo às diversas particularidades que cada um apresenta, pois, alguns tributos se analisados e apurados de forma incorreta, podem acarretar um custo indevido para a empresa, seja com o pagamento incorreto e em excesso, como também com penalidades, caso seu recolhimento esteja sendo realiza a menor, em função de imperícia do profissional responsável por suas apurações. Um exemplo a ser citado, é a tributação do PIS e COFINS, pelo regime do Simples Nacional, os quais possuem diversos detalhes, requerendo do contador grande conhecimento para fazer sua apuração. Um dos detalhes referentes à essas contribuições é a segregação das receitas em relação a incidência monofásica. Essa sistemática tributação consiste em tributar apenas a primeira etapa produtiva, dando as demais etapas a tributação de alíquotas igual a zero. Para fazer a segregação deverá identificar os produtos com incidência monofásica através da NCM/SH. Por desconhecimento, muitas empresas não usufruem desses créditos que são disponibilizados, tendo a bitributação desses produtos. Com isso o presente estudo visa detalhar os benefícios que essa segregação traz as empresas, nesse caso específico, uma empresa enquadrada no Simples Nacional no ramo farmacêutico. Após essa análise, a carga tributária da organização reduzirá tornando-a mais competitiva em relação ao mercado e melhorando seu resultado operacional.



Palavras-chave: Regime Monofásico. PIS. COFINS. Simples Nacional, Legislação Tributária.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência essencial para a economia, pois contribui para a continuidade das empresas. Segundo Oliveira (2003 p. 2), “sua contribuição é de tal relevância que provavelmente a economia moderna não existiria”. A relevância da contabilidade está concentrada em fornecer informações para usuários externos como: instituições financeiras, governo e outros; e usuários internos como: acionistas, gerentes de setores e presidentes. Dentro da relevância da contabilidade está também o planejamento tributário, com a função de diminuir os encargos. O Brasil possui uma das maiores cargas tributária do mundo. Segundo o *site* Estadão a carga tributária do país atingiu 35,07% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018. Sendo assim, a carga tributária influencia no resultado final da empresa de uma forma significativa. Por isso as organizações devem fazer um bom planejamento tributário, que compõe uma pesquisa sobre a melhor forma de reduzir os seus custos de forma lícita, que é denominada elisão fiscal.

Um bom planejamento tributário consiste em orientar o contribuinte em qual regime de tributação seria mais viável para a organização e pode ser realizado anualmente, considerando a complexidade e atualizações na legislação tributária brasileira e também em função dos atos e fatos que ocorrem no decorrer do Exercício. São três os principais regimes tributários: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional.

Além da opção do regime de tributação mais vantajoso e adequado para cada empresa, existem outros critérios que devem ser considerados e estudados pelos profissionais contábeis e que interferem na mensuração dos encargos de cada empresa, que pode variar de acordo com o tipo de produto ou serviço que estas ofertam a seus clientes. Muitos contadores com o intuito de diminuir a carga tributária da empresa focam apenas em definir a modalidade de tributação e, muitas das vezes não se atentam na cobrança monofásica de PIS e COFINS, fazendo a empresa pagar a contribuição sem a sua necessidade. A cobrança monofásica está prevista na lei 10.147/2000 em seu art. 2ª, que explica:

“São reduzidas a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda dos produtos



tributados na forma do inciso I do art. 1º, pelas pessoas jurídicas não enquadradas na condição de industrial ou de importador”

A cobrança monofásica é a atribuição de um determinado contribuinte a responsabilidade pelo recolhimento do tributo devido nas demais fases da cadeia produtiva. De acordo com o Portal Tributário, neste caso o contribuinte pagaria encargos a uma alíquota maior do que as usuais, de 2,20% para o PIS e 10,30% para a COFINS para produtos de Perfumaria, de Toucador ou de Higiene Pessoal e alíquotas de 2,10% para PIS e 9,90% para COFINS para Produtos Farmacêuticos. Em consequência os demais da cadeia produtiva não pagariam o tributo.

Dessa forma, é necessário que o contador faça um estudo de acordo com o ramo da empresa e seus produtos para fazer a segregação das receitas que envolve o PIS e a COFINS monofásico, calculando tais impostos de forma correta, acarretando a redução de custos tributários para a empresa.

O advento da Lei Complementar nº 128/2008, trouxe para as empresas optantes do Simples Nacional, que não se encontram na condição de importador e nem de industrial, o benefício do não pagamento do PIS e COFINS monofásico, outrora prevista apenas para regimes do Lucro Real e Lucro presumido. Em seu art. 18, § 4º, inciso IV, explica:

Os contribuintes optantes pelo Simples Nacional, na condição de atacadistas e varejistas, também passaram a ser beneficiados com o não pagamento de PIS/ PASEP e COFINS de seus produtos que estejam sujeitos à tributação monofásica. No entanto, devem destacar quais receitas são submetidas às alíquotas diferenciadas, a fim de excluir a parcela referente a estas contribuições em sua guia do Simples Nacional.

Com a lei citada acima e com a Lei nº 10.147/2000 (com alterações diversas, a última da Lei nº 12.859/13) que concedeu a tributação monofásica para produtos da indústria farmacêutica e de cosméticos (Pegas, 2018), as farmácias de pequeno porte podem se beneficiar com a redução a zero das alíquotas de PIS e COFINS.

Diante deste contexto, este trabalho tem como tema, a análise da incidência monofásica com pauta em produtos farmacêuticos, de uma empresa enquadrada na modalidade tributária do Simples Nacional e por conseguinte o objeto de estudo a ser avaliado é responder a seguinte pergunta: De que forma a incidência monofásica pode contribuir para a redução de sua carga tributária?



Para isso, será feito um estudo de caso aplicando o planejamento tributário em uma farmácia localizada no município de Lidianópolis, enquadrada no Simples Nacional, visando detalhar os benefícios que a incidência monofásica do PIS e COFINS, com a redução da alíquota à zero, traz a essa organização.

2 DESENVOLVIMENTO

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

No Brasil a redução da carga tributária de uma empresa é uma necessidade cada vez maior, as quais, por sua vez, buscam um planejamento tributário que seja de forma legal e menos onerosa, considerando todos os tributos incidentes da operação empresarial, que resultem uma maior segurança, ganho financeiro e que paguem o mínimo exigível em face de determinada legislação.

Segundo Domingues (2000), o planejamento tributário consiste em um conjunto de medidas contínuas que visam à economia de tributos, de forma legal, levando-se em conta as possíveis mudanças e eficazes, na hipótese do Fisco alterar as regras fiscais. Machado (2007) pressupõe que a falta de um planejamento tributário pode deixar a empresa mal preparada no que diz respeito aos investimentos futuros, comprometendo o fluxo de caixa com desembolsos desnecessários ou em momento inoportuno.

Com isso nota-se que um bom planejamento tributário é de fundamental importância para a empresa, evitando que ocorra problemas que ocasionarão em redução de seu lucro. Existem duas formas de evitar o pagamento de tributos, sendo chamadas de elisão e evasão fiscal. A elisão fiscal é a forma lícita de evitar ou reduzir a ocorrência de tributos, segundo Nobrega (2001), a elisão fiscal é desenvolvida pelo planejamento tributário, adequando o contribuinte à melhor forma de tributação, executando-o em conformidade com os sistemas legais que possibilitam a redução de tributos e ou alíquotas. Já a evasão fiscal é conhecida como sonegação fiscal, onde o contribuinte por meios ilícitos visa eliminar, reduzir ou retardar o recolhimento do tributo. Segundo Oliveira (1998, p. 109-122), pode ser definida ainda como a fuga do cumprimento da obrigação tributária já existente a tentativa de sua eliminação por forma ilícita – assim entendida a situação que não corresponde às três exigências da elisão, que são o ato ou omissão anterior ao fato gerador, o ato ou omissão que não se contraponha à disposição legal, e o ato ou omissão que seja efetivo e não simulado.



TRIBUTOS

O Sistema Tributário Nacional (STN) é estruturado conforme o Código Tributário Nacional (CTN), onde define tributos como toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada (Art. 3º da Lei nº 5.172/66 - CTN). Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria, podendo ser cobrados pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios, podem ser classificados como diretos quando o contribuinte é inscrito de forma individual através do lançamento tributário, como por exemplo o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e indireto quando incidem sobre o consumo ou despesas dos produtos e serviços, sendo suportados pelo consumidor final, como exemplo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Com os tributos surge a obrigação tributária que é a relação jurídica entre o credor (sujeito ativo) e o devedor (sujeito passivo), podendo ser obrigação tributária principal ou acessória conforme previsto no Art. 113 da CTN:

Art.113 – A obrigação tributária é principal ou acessória.

§1º - A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo e penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

2º - A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§3º - A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

O fator fundamental que difere uma obrigação da outra é o objeto da obrigação tributária principal, ou seja, o pagamento, se for exigido pela lei que seja feito o pagamento do tributo ou multa essa obrigação caracteriza-se como obrigação principal, já a emissão de notas fiscais, escriturar os livros obrigatórios caracteriza-se como obrigação acessória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta dessa pesquisa foi de fazer um estudo de caso analisando os dados em uma empresa do Simples Nacional, com produtos enquadrados no regime monofásico de PIS e COFINS, além da pesquisa bibliográfica, proporcionando



uma visão mais ampla sobre o assunto abordado, a legislação tributária, planejamento tributário, e regimes tributários existentes no Brasil.

Desta maneira, considerando esse assunto amplo e dinâmico, mesmo que os objetivos dessa pesquisa foram alcançados, pode-se apontar como sugestão para estudos futuras que o assunto seja abordado em empresas com outro regime de tributação, Lucro Real e Lucro Presumido, ajudando a ter melhor conhecimento do regime monofásico e auxiliando na escolha do regime tributário que se enquadra melhor na organização.

4 REFERÊNCIAS

Oliveira, Gustavo Pedro de. Contabilidade tributária/Gustavo Pedro de Olivera – 3.ed.rev. e atualizada. – São Paulo: Saraiva, 2009.

Andrade, Euridice S. Mamede de. Contabilidade tributária: um enfoque prático nas áreas federal, estadual e municipal/Euridice S. Mamede de Andrade, Luiz dos Santos Lins, Viviane Lima Borges. – São Paulo: Atlas, 2013.

CASSONE, Vittorio. Direito Tributário: fundamentos constitucionais da tributação, classificação dos tributos, interpretação da legislação tributária, doutrina, prática e jurisprudência, atualizado até a EC nº 42, de 19-12-2003. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8426.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.426%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20ABRIL%20DE%202015&text=Restabelece%20as%20al%C3%ADquotas%20da%20Contribui%C3%A7%C3%A3o,n%C3%A3o%2Dcumulativa%20das%20referidas%20contribui%C3%A7%C3%B5es. Acesso em 15 de junho de 2021.

BRASIL. Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12973.htm. Acesso em 26 de junho de 2021.

OLIVEIRA, G.P. Contabilidade Tributária. 3ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.



BRASIL. Lei nº 155, de 27 de outubro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp155.htm. Acesso em 10 de junho de 2021.

BRASIL. Lei nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em 30 de maio de 2021.

BRASIL. Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em 10 de junho de 2021.

PÊGAS, Paulo Henrique. PIS e COFINS, 5 ed. São Paulo: Atlas Editora, 2018.

FABRETTI, Láudio Camargo. Contabilidade Tributária, 16 ed. São Paulo: Atlas Editora, 2017.

SOUSA, Edmilson Patrocínio. Contabilidade tributária : aspectos práticos e conceituais, 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018.



COOPERATIVAS DE CRÉDITO: EVOLUÇÃO DA COOPERATIVA SICREDI DO MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE, NO ATUAL CENÁRIO ECONÔMICO.

SILVA, Carlos Henrique Francisconi da
SHAWARSKI, Joao Marcos

RESUMO: O conteúdo central deste trabalho está na compreensão sobre Cooperativas de Crédito e como elas vem evoluindo diante do cenário econômico do país, sabendo-se que o sistema financeiro desempenha papel crucial em qualquer economia. Uma cooperativa de crédito nada mais é do que uma instituição financeira formada por uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita a falência. Quando um grupo de pessoas constitui uma cooperativa de crédito, o objetivo é propiciar crédito e prestar serviços de modo mais simples e vantajoso para seus associados (por exemplo: emprestar dinheiro com juros bem menores e com menos exigências do que os bancos). Fatores como capitalização e atuação da cooperativa de crédito advindos de seus princípios e particularidades, competitividade frente aos bancos de crédito privado, forte regulamentação do setor bancário, mensuração e avaliação em termos de desempenho e eficiência vêm sendo fundamentais para as instituições financeiras. A sustentabilidade de longo prazo de cooperativas e bancos demanda a identificação e a comparação das variáveis que influenciam sua rentabilidade. O empreendedorismo cooperativo pode ser uma possibilidade para enfrentamento da crise, sabe-se que o empreendedor capitalista busca o lucro individual, já os empreendedores cooperativos buscam vantagens para todo o grupo. Essas vantagens não são necessariamente de ordem financeira. Em uma cooperativa de produção, por exemplo, a vantagem é o ganho de escala, que propicia melhores negociações. Em uma cooperativa de consumo, a vantagem vem em forma de descontos na compra de produtos de boa qualidade para todos. Em uma cooperativa de trabalho, a vantagem pode ser, por exemplo, a conquista de um espaço de co-working para todos os cooperados, e assim por diante. **Na era da economia compartilhada, as cooperativas de crédito e investimento estão se consolidando como uma opção vantajosa frente aos bancos tradicionais.** Ao oferecer todos os serviços financeiros com taxas mais justas e um atendimento próximo e pessoal, as instituições têm se tornado uma alternativa mais viável para pequenos e médios empreendedores – assim como para pessoas físicas e empresas de maior porte



Visando compreender como as cooperativas estão em evolução no mercado competitivo da economia brasileira, diante da crise que o país vem passando, este estudo apresenta conteúdos com metodologia de revisão bibliográfica atribuindo a cada capítulo informações sobre breve contextualização histórica sobre cooperativismo no Brasil, seguindo de informações sobre Cooperativa, ramos de atuações do cooperativismo e o perfil do cliente de cooperativas de crédito, a diferença entre instituição financeira privada e cooperativas de crédito e análise de uma cooperativa de crédito, localizada no município de Jardim Alegre, com a finalidade de demonstrar as contribuições locais e o avanço da mesma no cenário em que está inserida.

Palavras-chave: Cooperativas de crédito. Evolução. Economia

1 INTRODUÇÃO

Diante de um cenário, onde tem-se uma economia passando por períodos conturbados, com lastros negativos de grande significância, os quais refletem em cortes de gastos, aumento do desemprego, falência de empresas e carência de recursos para desenvolvimento da economia de uma forma global, as Cooperativas de Crédito encontram boa oportunidade de expansão, por sua forma de atuação.

Vislumbra-se o crescimento local com as Cooperativas de Crédito atuando como bases auxiliares para o crescimento de um grupo econômico, através da oferta de taxas de juros menores, créditos, financiamentos, seguros entre outros produtos que desenvolvam as atividades de seus membros. Esse diferencial, juntamente com a intenção de gerar maiores retornos sobre as transações bancárias, torna-se o principal fator que a faz crescer em meio a tantos problemas financeiros no País.

O momento de expansão das cooperativas de crédito vem num crescente embalo, sendo constituídas por empreendedores que buscam alternativas ao segmento tradicional bancário, se fortalecem por proporcionar taxas de juros menores e maior retorno possível aos seus cooperados. O setor cooperativista é de singular importância para a sociedade, pois atua na aplicação de recursos privados assumindo os correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde se desenvolve. Com isso, mesmo diante da crise, pergunto-me, é possível haver relação entre a evolução das Cooperativas de Crédito e a atual situação econômica do País? Com essa



indagação, o presente estudo visa conhecer a evolução das Cooperativas de Crédito no atual cenário econômico brasileiro, sabendo-se se existe ou não alguma relação entre si.

Com o objetivo de analisar os efeitos econômicos provocados em Cooperativas de Crédito oriundas da atual situação econômica do País, e, dando entendimento ao problema levantado, buscou-se informações em revisão de literatura como metodologia de pesquisa, que foram divididos em tópicos que formam o referencial teórico e cada capítulo apresentado.

A viabilidade desta pesquisa ocorre no momento em que o país encontra-se em profunda crise econômica e política, onde recursos estão sendo escassos, e como consequência, há um crescimento na busca por melhores taxas e maiores retornos. Neste quesito, as Cooperativas de Crédito cumprem muito bem o seu papel, pois, por não visarem lucros, todas as movimentações financeiras feitas pelos associados são revertidas em seu benefício através de preços competitivos e da participação na distribuição das sobras de acordo com a respectiva participação nas operações e movimentações.

Ao realizar a pesquisa com enfoque qualitativo, sem referências a dados estatísticos mas sim ao uso da real natureza das informações obtidas sobre a evolução das cooperativas de crédito frente a atual situação econômica do país, buscou-se informações de revisão de literatura com conceitos e argumentos de autores que realizaram pesquisas na área do cooperativismo. De acordo com MARTINS E THEÓPHILO (2009, p. 141) “A pesquisa qualitativa tem como preocupação central, descrições, compreensões e interpretações dos fatos ao invés de medições”.

Quanto aos objetivos do trabalho, a pesquisa se define como diagnóstica, por realizar uma análise sobre as alterações no quadro social de Cooperativas de Crédito e Instituições Financeiras Privadas, MARTINS E LINTZ (2011, p. 81) argumentam “Além do diagnóstico de determinados setores, ou de toda organização, outros projetos de pesquisa diagnósticos podem voltar-se para o ambiente externo da organização, como a pesquisa de mercado, a análise competitiva e os projetos de benchmarking, dentre outros”.



Portanto, os objetivos desta pesquisa serão analisados em diálogos de autores que fundamentam a revisão de literatura apresentada a seguir com o intuito de dar entendimento ao que se propõe este estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Sobre a origem das cooperativas no Brasil, pesquisou-se sobre a introdução dessa iniciativa popular e financeira sabendo-se que esse modelo já existia em outros países do mundo e com históricos de sucesso para a economia. As populações indígenas que viveram antes mesmo do descobrimento do Brasil utilizavam um modelo de sociedade solidária ao preservar as florestas. Com a Missão Jesuítica, quilombos faziam ações de mutirões que levaram mais tarde a ideia de associações e posteriormente a de cooperativas, oriundas de nações em maior desenvolvimento.

Por volta de meados 1889, surgia a primeira cooperativa de consumo no Brasil mais precisamente em Ouro Preto/MG, mas somente em 1902 foi criada a primeira cooperativa de crédito do país no estado do Rio Grande do Sul, liderados por imigrantes europeus com incentivo das igrejas. A partir daí deu-se a origem à cooperativas agropecuárias marcando o movimento cooperativista no Brasil. (ARAUJO E SILVA, 2011, p. 3).

O cooperativismo começou a ser regulamentado em 1903, em 6 de janeiro foi escrito o primeiro decreto que regulamentava o cooperativismo no Brasil, Decreto nº 779, no seguinte foi publicado outro decreto de nº 1.637 ainda muito despretensioso para ser a legislação de uma das atividades econômicas de nosso país.

Em 1932, vinte e cinco anos após os primeiros decretos sobre o cooperativismo enfim foi publicado o decreto nº 22.239 que realmente legalizava o cooperativismo no Brasil, sendo conhecido como “estatuto do cooperativismo”, podendo ser considerada a validação do movimento, dois anos após esse feito foi instituído a cooperativismo sindicalista pelo decreto de nº 24.467.

O movimento cooperativista ao longo dos anos cresceu e aprimora-se mediante a legislação específica. Atualmente, a Lei nº 5764/71 com seus 117 artigos em 18 capítulos normatiza as cooperativas brasileiras, além da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Organização Estadual de Cooperativas (OCE), em nível de cada Unidade da Federação. Ressalta LIMA (2004, p. 46) que:



Embora originário do movimento operário e socialista de contestação ao capital e constituindo-se em alternativa ao modelo de produção capitalista, o movimento cooperativista foi apropriado também por propostas reformistas de inspiração cristã, direcionadas à humanização das relações entre capital e trabalho.

No Brasil usufrui-se do cooperativismo da mesma maneira que em outros países da América Latina como instrumento de controle social e político, necessitando de mudanças na legislação para aprimoramento e inovação que contemple todas as classes sociais, diversificando o ramo de atividade.

As cooperativas atuam em diversas áreas e segundo NINAUT E MATOS (2008, p. 01);

O movimento cooperativista brasileiro é diversificado, dividido em 13 ramos de atividades distintas, sendo eles: Agropecuário; Educacional; Crédito; Saúde; Infra estrutura; Habitacional; Transporte; Turismo e lazer; Produção; Especial; Mineral; Consumo; Trabalho.

A divisão por ramo pode facilitar a visualização de peculiaridades referentes a grupos específicos de cooperativas, de modo a propiciar um melhor entendimento da formação, estrutura, composição e participação nos diversos setores econômicos;

Observa-se que as cooperativas surgem atreladas ao índice de desigualdade social, e com ela ressurgem organizações importantes que fazem distribuição de renda voltadas ao coletivo em diferentes ramos da economia.

Dessa forma, a consolidação do sistema cooperativista no Brasil tem papel significativo no desenvolvimento da sociedade, pois promove, dentre outros benefícios, acesso a crédito, saúde, educação, moradia, e ao mercado de trabalho, com responsabilidades sociais e ambientais (OCB, 2004, p.09).

Assim, percebe-se que o cooperativismo no Brasil enfrenta desafios na prática de inclusão impostos pela globalização e pela necessidade característica de países em desenvolvimento, destacando a importância de novos estilos de gestão com maior participação dos associados para manter-se nos mercados globais com ascensão.

COOPERATIVAS

Cooperativas são constituídas por um grupo de pessoas com interesses em comum, objetivando principalmente o crescimento econômico e financeiro através da



prestação de serviço mútuo, contando com o fornecimento de produtos atrativos em busca do desenvolvimento coletivo.

Conforme BENATO (2004, p.61), as características de uma cooperativa são especiais, por possuírem caráter social sem visão principal de lucro, comandada pelos cooperados, com igualdade de direitos, visando administrar a sua atividade econômica sem intermediários, dando valores aos cooperados por meio do processo produtivo.

Percebe-se que o maior interesse da cooperativa é valorizar os sócios/cooperados e essa é uma característica peculiar da empresa que tem objetivos coletivos e com igualdade de direitos.

Segundo MORATO E COSTA (2001) apud NITAUT E MATOS (2008, p. 01), a cooperativa é uma das formas avançadas de organização da sociedade civil, pois proporciona desenvolvimento sócio econômico aos seus integrantes e à comunidade, resgatando a cidadania por meio da participação, do exercício da democracia, da liberdade e autonomia.

A parte econômica e social são dimensões que as cooperativas apresentam em prol do associado/sócio e de sua comunidade, independentemente da área de atuação.

Segundo a Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1.971, define-se este tipo de sociedade como:

Art. 4º - "As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: adesão voluntária; variabilidade do capital social representado por quotas-partes; limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado; inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; singularidade de voto; quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral; indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social; prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços" (BRASIL, 1971)



As decisões necessárias para o funcionamento destas empresa são de inteira responsabilidade de seus usuários, os quais são proprietários destas sociedades. Todo o resultado obtido através destas atividades coletivas, são revertidas exclusivamente aos sócios.

Segundo ZANGHERI et al (2000, p.34):

A cooperativa prestará serviços àqueles que são ao mesmo tempo seus usuários, pois participarão diretamente das operações da empresa, e seus proprietários, já que decidirão sobre o destino da sociedade, até porque é na esfera social que lhes está assegurado sua condição de sujeito de todo o processo decisório na sociedade.

A participação do associado nas decisões da cooperativa é importante desde que definidas em seus regimentos, principalmente quanto ao número de associados. O sócio para ser participativo, precisa ainda obter maiores incentivos que compensem a sua participação ativa em reuniões, assembleias e comitês.

Afirma CRÚZIO (1999, p. 24) que o associado tem participação no processo decisório e pode determinar o que e para quem produzir assim como quando e quanto investir na cooperativa, tornando a gestão democrática mais eficaz.

Contudo, entende-se que o que definirá a participação do associado é o desempenho econômico financeiro, quanto maior o desempenho, menor a necessidade de participação.

Portanto, o cliente associado visualiza no cooperativismo uma possibilidade de desenvolvimento e transformação social na vida do trabalhador, por isso sua satisfação como cooperado é importante para o sucesso da cooperativa.

3 METODOLOGIA

A pesquisa possui enfoque qualitativo, pois, não faz referências a dados estatísticos e sim ao uso da real natureza das informações obtidas sobre o cooperativismo. De acordo com Martins e Theóphilo (2009, p. 141) “A pesquisa qualitativa tem como preocupação central, descrições, compreensões e interpretações dos fatos ao invés de medições”.

Quanto aos objetivos do trabalho, a pesquisa se define como diagnóstica, por realizar uma análise sobre as alterações no quadro social de Cooperativas de Crédito



e Instituições Financeiras Privadas, Martins e Lintz (2011, p. 81) argumentam “Além do diagnóstico de determinados setores, ou de toda organização, outros projetos de pesquisa diagnósticos podem voltar-se para o ambiente externo da organização, como a pesquisa de mercado, a análise competitiva e os projetos de benchmarking, dentre outros”.

Os documentos utilizados classificam a pesquisa como documental, pois, serão utilizadas fontes primárias para fazer referência ao problema de pesquisa. Para possibilitar a análise entre as instituições financeiras, analisar-se-á dados documentais relacionados ao quadro social.

Martins e Theóphilo (2009, p. 55), mencionam “A estratégia de pesquisa documental é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências”. E segundo Gil (1999, p. 66) “A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

4 AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus que nos deu forças para a realização deste artigo, a professora Patrícia Carvalho da Silva, pela orientação, apoio e confiança, e a Faculdades Integradas do Vale do Ivaí – UCP Univale pelo ambiente criativo amigável que proporciona.

5 REFERENCIAS

ARAUJO, E A T. Cooperativas de Crédito: A evolução dos principais sistemas brasileiros com um enfoque em indicadores econômicos e financeiros. 2011. Disponível em www.contextus.ufc.br/2014/index.php/contextus/article/download/145/110

BENATO, J. V. A. O ABC do Cooperativismo. 7ª ed. São Paulo: OCESP/SEESCOOP, 2004.

BRASIL. Lei nº 5.764/71 de 16/12/1971 Lei que define a Política Nacional do Cooperativismo, Institui o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> acesso em 28 de maio de 2021.



GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, J. E. Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/2/955.pdf> acesso em 12 de maio 2021.

MARTINS, G. A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed. - 4. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011.

PAGNUSSAT, A. Guia do cooperativismo de crédito. Porto Alegre, Sagra Luzzatto, 2004.

SANTOS, A.S.; SANTOS, R. A. S. A importância das Cooperativas de crédito no atual cenário econômico brasileiro. 2016. Disponível em <http://revistas.cesmac.edu.br/index.php/administracao/article/view/510> acesso em 14 de maio de 2021

THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Acesso em 20 de maio de 2021.

ZANGHERI, E.; JUVÊNCIO, F. C.; ANDRADE, G. V.; HIRIART, M. M. M.; SILVA, P. F.; PANZUTTI, R. Cooperativa: uma empresa participativa. n.2 São Paulo: OCESP/SEESCOOP, 2000.



GRUPO: CONTABILIDADE APLICADA AO AGRONEGÓCIO



CONTABILIDADE DE CUSTOS UMA ABORDAGEM PRÁTICA SOBRE O CUSTO DE PRODUÇÃO DE UMA SERRARIA

BARBOSA, Alessandra
OLIVEIRA, Stephanie

RESUMO: Neste trabalho pretendeu-se realizar uma abordagem prática sobre o custo de produção de uma serraria. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, por meio da coleta de dados, para, através dos resultados, fornecer dados a níveis gerenciais e auxiliar no desempenho e planejamento das operações de controle da empresa, até o custo final de cada peça. Como materiais foram realizadas buscas abrangendo informações e demonstrações contábeis. Como objetivo, buscou-se elaborar um estudo identificando e analisando os custos de produção, demonstrando a forma mais adequada de apropriação dos custos e utilização dos recursos, visando apresentar o retorno gerado do produto.

Palavras-chave: Custos. Importância. Empresa.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo de caso, em uma serraria na cidade de Manoel Ribas, estado do Paraná, que tem como finalidade de fornecer dados a níveis gerenciais, auxiliando no desempenho e planejamento das operações de controle, coletando dados e o rateio dos custos, sendo eles de máxima importância, denominados dados internos, determinando assim o custo final de cada peça.

Assim, pretende-se com este trabalho, cooperar com o avanço da empresa em análise, demonstrando a importância deste controle, pois em se tratar da utilização de uma mesma matéria-prima, em diversos tipos de produtos, observar os critérios de rateio dos gastos na produção de cada peça, sendo um fator importante e decisivo para determinação do preço e comercialização do portfólio de produtos, ou no caso, em que a empresa não defina o preço de venda, a mesma consiga observar se o resultado auferido está dentro da margem de lucro esperada pelo (os) investidor (es).

Considerando o exposto, este trabalho se justifica considerando que o ramo da contabilidade de custos tem como finalidade fornecer dados a níveis gerenciais, auxiliando no desempenho e planejamento das operações de controle. Ele coleta dados operacionais denominados dados internos, determinando assim o custo final de cada peça. Neste contexto, analisar os custos são de extrema importância para a



tomada de decisões, especialmente em relação a redução de custos, assim estabelecendo preços justos, fazendo com que o produto chegue ao seu consumidor final com preços mais apropriados.

Entre os objetivos propostos estão, como geral, o de elaborar um estudo identificando e analisando os custos de produção, demonstrando a forma mais adequada de apropriação dos custos e a utilização. Dos recursos, visando apresentar o retorno gerado do produto trabalhado pela atividade em análise. E como objetivos específicos, buscou-se analisar se a empresa possui um controle de gastos e custos; avaliar a distribuição dos gastos variáveis e fixos utilizados no processo de fabricação; analisar a forma de alocação/rateio dos gastos indiretos e pro fim verificar se os métodos utilizados estão de acordo com os princípios contábeis.

Para embasar teoricamente os estudos e a fundamentação teórica, e também adquirir conhecimentos que seriam necessários para a análise, utilizou-se autores que já abordaram os temas pertinentes anteriormente. Na primeira parte, relacionada a gestão e custos, foram utilizados os estudos de Alves *et al* (2018), Hildebrand (1995) e Silva (2010). Já na parte que aborda as terminologias aplicadas às atividades industriais, os autores utilizados foram: Martins (2011), Crepaldi (2018), Nogueira (2009), Padoveze (2013) e Viceconti *et al* (2013). Para embasar a classificação dos custos industriais, foram utilizados os estudos de Yanase, (2018), Veiga *et al* (2016) e Nogueira (2009). Nos métodos de custeio, os autores consultados foram: Moura (2005), Sato (2008) e Lopes de Sá (2009). Finalizando, abordou-se a análise do ponto de equilíbrio e margem de segurança, onde foram utilizados os estudos de Crepaldi (1999), Martins (2003) e Veiga *et al* (2016).

2 CONTABILIDADE DE CUSTOS: UMA ABORDAGEM PRÁTICA SOBRE O CUSTO DE PRODUÇÃO DE UMA SERRARIA

2.1 GESTÃO DA ATIVIDADE DE CUSTOS EM UMA SERRARIA



A gestão da empresa traça sua estratégia, visando alcançar resultados positivos na sua elaboração, aplicação e controle do plano, visando atingir seus objetivos, mas para atingi-los é importante envolver os custos do negócio.

Conforme Alves et al (2018, p. 20):

A gestão estratégica de custos representa uma ferramenta de controle gerencial de extrema importância para as entidades. A ferramenta parte do pressuposto de que a gestão de custos e as despesas precisam ser aplicadas de modo metódico e integradas em todas as áreas da empresa, tendo como foco todos os colaboradores que estão inseridos no processo de produção, sejam de forma direta ou indireta.

Os custos têm por especialidade a classificação de dados operacionais, tal como, os históricos, os previstos, os uniformes e os produzidos, assim sendo, um importante instrumento no controle de custo. Sendo que, a título deste artigo, serão apresentados os custos fixos, custos variáveis e custo total de produção e o custo direto.

Os custos fixos incluem despesas relacionadas a salários diretos de mão de obra; despesas sociais; depreciação de máquinas e equipamentos; compensação de capital; despesas administrativas e ferramentas. A depreciação é definida como uma diminuição no valor de um ativo, que é devido ao desgaste ou uso, natureza ou obsolescência (HILDEBRAND, 1995).

Os custos variáveis incluem custos relacionados com a compra de matérias-primas (toras), combustível, eletricidade e água, bem como custos gerais de manutenção. Custos associados à obtenção de matérias-primas (toras). O valor do consumo de combustível, eletricidade e água é fornecido pela empresa. Os custos de manutenção também incluem a compra de lubrificantes, pneus e outros acessórios.

O custo total é obtido a partir da soma dos custos fixo e variável, onde conforme Silva (2010, p. 41):

O cálculo de custos por absorção tem a característica básica de agregar ao produto acabado tanto os custos diretos de produção como os indiretos, ou seja, esses produtos assimilam para si os custos diretos de materiais, mão de obra e gastos gerais e mais os rateios dos valores de despesas inerentes à estrutura industrial propriamente dita, como administração da fábrica, manutenção geral, controle de qualidade etc.



Outra forma de calcular o custo de um produto é o que chamamos de custo direto, seu cálculo inclui apenas os custos diretos de produção e as demais despesas indiretas são classificadas como despesas industriais na conta.

2.2 TERMINOLOGIA DE CUSTOS APLICADA À ATIVIDADE INDUSTRIAL

Algumas terminologias compõem os custos aplicados à atividade industrial, e, neste trabalho, abordou-se algumas que estavam relacionadas os objetivos pretendidos, destacando-se os gastos, investimentos, perda, custos e despesas.

Em se tratando dos gastos, estes são sacrifícios financeiros com a qual a indústria se submete a arcar, a fim de atingir seus objetivos.

Segundo Martins (2011, p.9):

Conceito extremamente amplo e que se aplica a todos os bens e serviços adquiridos; assim, temos Gastos com a compra de matérias-primas, Gastos com mão de obra, tanto na produção como na distribuição, Gastos com honorários da diretoria, Gastos na compra de um imobilizado etc.

Os Investimentos são outro tipo de gasto, sendo uma aplicação de recursos onde há uma perspectiva de retorno financeiro no futuro. Onde, segundo Crepaldi, (2018, p.20):

São todos os gastos ativados em função da utilidade futura de bens ou serviços obtidos. É realizado na obtenção de um bem para o ativo da entidade, bem este ativado em função de sua vida útil ou porque será atribuído a exercícios futuros.

- Os investimentos em função da época do retorno se classificam em:
- Circulantes: estoques de matérias-primas e produtos para revenda;
- Permanentes: máquinas, equipamentos e instalações.

Portanto, pode considerar que todo custo é um investimento, porém nem todo investimento é um custo. Alguns exemplos como: matérias-primas, máquinas para a fábrica, ações de outras empresas.

Já as perdas são gastos sobre incidentes que eventualmente não trazem nenhum retorno para a indústria. Conforme afirmado por Nogueira (2009, p.26), "São gastos que a empresa incorre, porém, têm características de anormalidade ou involuntário, ou seja, aconteceu sem a empresa desejar ou sem que pudesse prever". Desta forma, perdas são valores em eventuais gastos involuntários que fogem da anormalidade da empresa. Assim sendo, perda é um gasto não intencional resultante de fatores externos não esperados da atividade produtivas normal da indústria.



Como custos entende-se tratar-se do valor pago em gastos necessários para produção de produtos ou serviços. Segundo Padoveze, (2013, p.16), “São os gastos, que não são investimentos, necessários para fabricar os produtos da empresa. São os gastos, efetuados pela empresa, que farão nascer os seus produtos”. No entanto, pode-se observar que os custos são os gastos referente aos produtos, sucessivamente ativados quando os produtos, objeto desses gastos, forem realizados. São os gastos relacionados à área industrial.

As Despesas são um gasto necessário que vai além dos gastos com produção, envolve despesas administrativas e comerciais, onde, de acordo com Viceconti *et al* (2013):

Em termos práticos, nem sempre é fácil distinguir custos e despesas. Pode-se, entretanto, propor uma regra simples do ponto de vista didático: todos os gastos realizados com produtos até que este esteja pronto, são custos; a partir daí, são despesas.

Podemos concluir que são despesas os pagamentos relacionadas a gastos para geração de lucros, como por exemplo, comissão de vendas.

2.3 CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS INDUSTRIAIS

Nesta classificação, se destacam os custos diretos, indiretos, os custos fixos e variáveis, como se vê a seguir:

Em se tratando dos custos diretos, estes são custos que podem ser realmente determinados para o segmento de mercado específico em consideração. Conforme Yanase (2018, p. 43):

Custos diretos são geralmente os compostos por matérias-primas e mão de obra direta, os custos diretos são aqueles que podem ser apropriados de maneira clara e objetiva pelos produtos elaborados, uma vez que existe uma forma objetiva de medição de seu consumo para fabricá-los.

A principal característica do custo direto é marcar sua aplicação diretamente no produto. Por exemplo, na confecção de jeans, ele pode ser identificado sem laboriosa verificação do tecido principal, forro, linha, botões, zíperes e etiquetas, como modelagem manual direta e aplicações de corte, costura e acabamento.



Os custos indiretos estão ligados a um conjunto de gastos relacionados ao andamento de uma empresa que não estão ligados diretamente à uma atividade específica. Segundo Veiga *et al* (2016, p.26), “indiretos são os custos que não se pode apropriar diretamente a cada tipo de bem ou função de custo no momento de sua ocorrência”. Os custos indiretos são adequados ao custo do bem ou serviço sobre a colocação de critérios de rateio fixadas.

Custos fixos são os que não alteram seu valor, independente se empresa produziu ou permaneceu sem movimentação, esse custo existirá da mesma forma, por isso chama-se de custo fixo, pode ocorrer de mudar o valor, mas quando se trata de produção ele permanece da mesma forma. Segundo Nogueira (2009, p.29):

Custos fixos, são os custos que não variam no período independentemente da quantidade produzida. Esses custos têm natureza fixa, ou seja, terão sempre o mesmo valor se a indústria produzir cem ou mil unidades. O aluguel é um exemplo de custo fixo, uma vez que seu valor é fixado por mês a empresa pagará de aluguel determinada quantia, independentemente da quantidade que esta fabrique.

Custos fixos não aumentam e nem diminuem no decorrer do tempo o aluguel de um prédio, por exemplo, é considerado um custo fixo, pois independente se a empresa aumenta ou diminui a capacidade produtiva ele não influenciara na produção, e terá que ser pago da mesma forma.

Já os custos variáveis, são gastos que se relacionam com o processo de produção, pois quanto mais produto produzido, maior os custos variáveis, diante disso seu valor tem um envolvimento ligado a quantidade fabricada pela empresa. De acordo com Nogueira (2009, p. 29):

Custos variáveis, são os custos que guardam relação direta com a quantidade produzida. Assim, esses custos variam de acordo com a variação na produção: quando a produção aumenta, os custos variáveis aumentam; quando a produção diminui, os custos variáveis também diminuem.

Custos variáveis correspondem ao consumo de materiais diretos, portanto depende do volume de produção. Se produzir mais assim o seu consumo também será elevado, o valor de seu custo com matéria-prima baseia-se com o volume de produção, logo materiais diretos são custos variáveis.



Métodos de custeio é a forma como as empresas agregam ao preço de venda seus custos de fabricação. Sendo eles o custeio por absorção e o

No custeio por absorção, Moura (2005), ensina que todos os custos são atribuídos ao estoque, onde cada produto absorve aquilo que lhe caiba para sua fabricação não importando se é custo fixo ou variável, direto ou indireto.

De acordo com Sato (2008), o sistema de custeio por absorção atende aos princípios de contabilidade aceitos no Brasil. Portanto, a empresa que não adotar esse tipo de método, poderá ter problemas na identificação dos custos relacionados a cada produto.

No custeio variável, conforme Lopes de Sá (2009), somente os gastos variáveis são apurados no custo das vendas. Esses custos variam de acordo com o faturamento da empresa como, por exemplo, comissão sobre as vendas e os impostos (ICMS, PIS, COFINS). Uma das características do custeio variável é o maior controle sobre os gastos fixos, pois se mantém isolados dos custos das vendas.

Para Moura (2005), no custeio variável são excluídos todos os custos fixos relacionados com o produto, e somente são contabilizados os custos variáveis a alguma relação (volume, quantidade, faturamento). Basicamente somente os custos variáveis são levados em conta sejam eles diretos ou indiretos.

2.5 ANÁLISE DO PONTO DE EQUILÍBRIO E MARGEM DE SEGURANÇA

É inevitável ignorar o ponto de equilíbrio e a margem de segurança na gestão de uma empresa. Para manter a sua saúde financeira é de fundamental importância o conhecimento de tais fatores. Segundo Crepaldi (1999), uma empresa se encontra num ponto de equilíbrio financeiro, quando não apresenta nem lucro e nem prejuízo, ou seja, as receitas totalizam o mesmo valor que resultam na soma dos custos ou despesas totais. E, serão melhor abordados o ponto de equilíbrio contábil (PEC), o ponto de equilíbrio econômico (PEE), o ponto de equilíbrio financeiro (PEF) e a margem de segurança.

O ponto de equilíbrio contábil (PEC), basicamente, busca obter o valor mínimo que as vendas devem ter para a empresa não obter prejuízo, apenas dividindo o gasto



fixo total pela margem de contribuição. Segundo Veiga *et al* (2016, p.118), o ponto de equilíbrio contábil “Consiste no equilíbrio entre os custos e despesas, diante das receitas totais. Para realizar o cálculo do ponto de equilíbrio contábil, basta dividir a soma dos custos e despesas fixos pela margem de contribuição unitária (MCU). Conforme Veiga *et al* (2016, p.118), “A margem de contribuição unitária é o preço de venda unitário menos os respectivos custos e despesas variáveis”.

O ponto de equilíbrio econômico (PEE), considera o custo de oportunidade ou retorno de investimentos, no cálculo do ponto de equilíbrio. Conforme Veiga *et al* (2016, p.119):

O ponto de equilíbrio econômico consiste no momento em que as receitas se igualam aos custos e às despesas, adicionando o custo de oportunidade. A princípio, com o resultado nulo apresentado pelo ponto de equilíbrio contábil, supõe-se que a entidade não esteja tendo prejuízo. Porém, economicamente, entende-se que a entidade estará perdendo, pelo menos, o juro do capital próprio investido (custo de oportunidade).

Para Martins (2003, p. 234), custo de oportunidade é “o quanto a empresa sacrificou em termos de remuneração por ter aplicado seus recursos numa alternativa ao invés de outra”.

Portanto, deverá ser considerado no cálculo do ponto de equilíbrio os custos e despesas fixas, acrescido o custo de oportunidade e dividido pela margem de contribuição. O resultado do PEE, será o valor que a empresa deverá obter para remunerar o capital investido.

No ponto de equilíbrio financeiro, como ensina Veiga *et al* (2016, p.121), “o objetivo do ponto de equilíbrio financeiro é identificar o momento em que as receitas se igualam aos custos e despesas, sem considerar as despesas registradas contabilmente em que não ocorreu o efetivo desembolso de recursos”. Desse modo, no ponto de equilíbrio financeiro (PEF), são excluídos dos custos fixos a depreciação dos ativos e outras despesas não desembolsáveis e considerados apenas os gastos que representam um desembolso de dinheiro do caixa da empresa.

Por fim, a margem de segurança é o valor físico ou monetário que excede o valor do ponto de equilíbrio. É utilizada para representar o quanto um determinado volume de vendas pode cair sem que a empresa passe a operar com prejuízo, sendo esse volume em unidades, valor ou percentual.

De acordo com Veiga *et al* (2016, p.125):



Margem de segurança (MS) em unidades e MS em valores representa o volume de vendas que supera as vendas calculadas no ponto de equilíbrio. Haverá margem de segurança quando as vendas realizadas ou projetadas em unidades, em valor ou em percentual, diminuïrem até o limite das vendas no PE – ponto de equilíbrio. Se as vendas no ponto de equilíbrio forem de R\$ 1.000,00 e as vendas efetivas totalizarem R\$ 1.100,00, a margem de segurança será de R\$ 100,00. Se o ponto de equilíbrio em quantidades for de 1.000 unidades e as vendas efetivas foram de 1.100 unidades, a margem de segurança será de 100 unidades. Percentualmente, a MS será o valor ou quantidade da margem de segurança, dividido pelo valor ou quantidade das vendas efetivas. No exemplo mencionado, a MS será de 9,0909% (100 u. / 1.100 u.), ou seja, pode-se reduzir as vendas em até 9,0909%, em 100 unidades ou em R\$ 100,00 em vendas, sem entrar na faixa do prejuízo contábil.

Ao aplicar essa margem na empresa, haverá mais segurança por parte do empresário na quantidade de produto a fabricar e no volume de vendas que pode alcançar, estando ele preparado para quando a empresa obtiver algum prejuízo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que após análises realizadas foi possível compreender mais a fundo a importância dos custos em uma empresa com ênfase na que está sendo analisada, pode-se notar que os custos influenciam muito no lucro e prejuízo em uma organização, por isso é de suma importância o conhecimento e a gestão de custos dentro da empresa.

Através dos dados expostos no trabalho que auxiliam na provisão de dados referente a análises que pode-se efetuar para ter maior rentabilidade no centro de custos, nota-se que é preciso fazer rateio dos custos, pois assim pode-se notar qual o produto é mais vantajoso.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, Aline. MARTINS Lilian. [Et al.]; **Análise de custo** [recurso eletrônico]/[revisão técnica:]. – Porto Alegre: SAGAH, 2018.

COSTA, Carlos Eduardo da. Métodos De Custeio A melhor escolha para obtenção de lucro.

Disponível em:



<https://administradores.com.br/producao-academica/metodos-de-custeio-a-melhor-escolha-para-obtencao-de-lucro#:~:text=M%C3%A9todos%20de%20custeio%20%C3%A9%20a,pre%C3%A7o%20de%20venda%20do%20produto>. Acessado em: 14 de junho de 2021.

CREPALDI, Silvio Aparecido, CREPALDI Guilherme Simões. **Contabilidade de custos**. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 1999.

LOPES DE SÁ, Antônio. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANHIÇA, Alberto António, ROCHA, Márcio Pereira da, JUNIOR. Romano Timofeiczky Custos no Desdobro de Pinus spp. com Utilização de Modelos de Corte numa Serraria.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/loram/a/TgCtXzpz95WTfHGkjYPKw4N/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 19 de junho de 2021.

MORAES, Juliana. **Contabilidade de Custos**. 2ª Reimpressão em 2020. Maringá Pr: UniCesumar, 2017.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 11. ed. - São Paulo: Atlas, 2018.

MOURA, Herval da Silva. **O custeio por absorção e o custeio variável: qual seria o melhor método a ser adotado pela empresa?** Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/32/o_custeio_por_absorcao_e_o_custeio_variavel.pdf. Acessado em: 15 de junho de 2021.

NOGUEIRA, Daniel Ramos. **Contabilidade de custos: administração**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade informatizada**. 3ª edição, São Paulo: Atlas, 1997.

PADOVEZE, Clovis Luís. **Contabilidade de custos: teoria, prática, Integração com Sistemas de Informações (ERP)**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

VEIGA Windsor Espenser, SANTOS, Fernando de Almeida. **Contabilidade de custos: gestão em serviços, comércio e indústria**. – 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de Custos: um enfoque direto e objetivo**. 11. ed., rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=VYVnDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&dq=contabilidade+de+custos++perda&ots=GIEXVU3Kvk&sig=LtUaFuYPLthXRzREkj3tkO0XQs8#v=onepage&q=contabilidade%20de%20custos%20%20perda&f=false>. Acessado em: 22 de maio de 2021.



YANASE, João. **Custos e formação de preços** [livro eletrônico]: importante ferramenta para tomada de decisões. São Paulo: Trevisan Editora, 2018.



CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA COM ENFOQUE NOS TRIBUTOS FEDERAIS

CABRINI, Aline

1 – INTRODUÇÃO

Este trabalho é realizado na área de Contabilidade Tributária, por ser uma das áreas que mais chama a atenção, pois independentes das atividades empresariais têm-se a cobrança dos impostos, e assim, aprofundando o conhecimento, pode-se estudar formas de reduzir os tributos das mesmas.

Com enfoque nos regimes tributários vigentes no Brasil, sendo eles: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional, com definições como o significado da Contabilidade Tributária, Planejamento Tributário, dos Regimes Tributários, empresas optantes e alíquotas tributárias de cada um, impostos diretos e indiretos que incidem sobre a renda ou prestação de serviços.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

Ao analisar o contexto tributário no Brasil, observa-se como são grandes os desafios que as empresas enfrentam e também como é complexa a questão contábil das mesmas, com lançamentos de receitas e despesas, para que consigam controlar e planejar o seu futuro, em um ambiente competitivo, onde a carga tributária é onerosa e com desafios constantes.

De acordo com Pêgas (2017, p. 40) o objetivo principal da contabilidade “[...] é fornecer informações de qualidade a seus usuários internos e externos, e é para isso que a contabilidade existe, para informar que todas as suas demais funções assumem caráter secundário diante do seu objetivo principal”.

Uma das divisões da contabilidade é a tributária e a fiscal, visto que é sobre a arrecadação de impostos que os Estados e até a União praticam para equilibrarem suas contas, assim como em nossas residências, que temos que controlar e dividir nossas despesas e ganhos.

2.1.1 Planejamento tributário.

O Planejamento tributário consiste em um plano de conhecimento sobre as leis de tributação do nosso país, servindo assim para que os contadores, administradores, economistas e até as pessoas físicas auxiliem todas as partes envolvidas da empresa, para que a mesma possa obter descontos ou vantagens perante aos tributos que pagam mensalmente ao governo, e isso ajudem as mesmas



a sobreviver no mercado, buscando a redução de custos e a diminuição do preço de vendas, que é essencial para manter-se no mercado.

De acordo com Oliveira (2013, p. 201 e 202):

O planejamento tributário consiste em um conjunto de medidas contínuas que visam à economia de tributos, de forma legal, levando-se em conta possíveis mudanças rápidas e eficazes, na hipótese do Fisco alterar as regras fiscais. Corresponde ao detalhamento das alternativas selecionadas dentro de determinada perspectiva temporal, considerada pela empresa como médio e longo prazos (um ano por exemplo) quantificando-se analiticamente recursos, volumes, preços, prazos, investimentos e demais variáveis planejadas.

Desta forma, a contabilidade pode ser considerada uma ciência que estuda com exatidão e veracidade os registros contábeis, e quando fala-se em algo lícito, refere-se a elisão fiscal, caso contrário, quando é algo ilícito, ou seja, fora do que prevê as normas tributárias, dá-se o nome de evasão fiscal.

2.2 LUCRO REAL (REGIME NÃO CUMULATIVO)

2.2.1 Conceito

Pode-se dizer que o lucro real é aquele decorrente do resultado auferido através dos registros contábeis, é apurado no Lalur (livro de apuração do lucro real), podendo ser calculado na forma mensal, trimestral ou anual.

Lucro Real como o próprio nome diz, é o verdadeiro, seguindo os registros contábeis, como nos diz Oliveira et al (2015, p. 191) que “Contabilmente falando, pode-se concluir que o lucro real é aquele realmente apurado pela contabilidade, com base na completa escrituração contábil e fiscal, com a estrita e rigorosa observância dos princípios da contabilidade e demais normas fiscais e comerciais”.

Assim, percebe-se uma esfera federal, estadual e municipal dos impostos que são recolhidos, lembrando que quando fala-se em imposto de renda e contribuição social que são calculados sobre o lucro ajustado no LALUR, correspondem necessariamente a impostos apresentados na esfera federal. Estando o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços) como um imposto Estadual e o ISS (Imposto Sobre Serviço) identificado como um exemplo de imposto Municipal.

2.2.2 Alíquotas e período de apuração

Como pode-se observar nos dados estudados, o cálculo do lucro real pode ser calculado trimestralmente, podendo ser encerrado em 31 março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro e também pode ser anual, também finalizado em 31 de dezembro.



Conforme material apresentado no Portal Contabilizei (2021), evidencia que:

As alíquotas são o resultado da seguinte fórmula: receita – despesas= lucro real. A opção pelo lucro real é adotada quando o lucro efetivo (lucro real) é inferior a 32% do faturamento no período de apuração. Para cálculo do IRPJ a alíquota é de 15% para lucro até R\$ 20.000,00 mensais e 25% nos casos em que o lucro for superior a esse valor no mesmo período. O CSLL é taxado em 9% em relação a qualquer lucro apurado durante o período. Dentre todas as mudanças de alíquotas na opção pelo lucro real, está no Pis, que passa a ser de 1,65% e não mais de 0,65% e a Cofins que chega a 7,6%, as deduções de Pis. e Cofins 1,65% e 7,6%. Sendo assim observamos as taxas de pagamento do lucro real conforme foram impostas pela União, lembrando que a Receita Federal é o órgão responsável por essas cobranças e fiscalizações.

Assim sendo, evidencia-se que o lucro real também compreende uma série de análises e cálculos, tendo a empresa optado por essa forma de regime tributário, possuir livros de escrituração como Diário, Razão e o LALUR para um bom processo apresentação dos valores a serem recolhidos em decorrência do regime adotado.

2.2.3 Livro de apuração do lucro real

Sabe-se que a contabilidade possui seus livros de registros, e para apuração do lucro real não seria diferente, utilizando-se do livro específico chamado LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real).

Conforme Chaves e Muniz (2016, p. 370):

Dessa forma, o Imposto de Renda é calculado com base no lucro real que será apurado em livro próprio, que é o LALUR. O LALUR é dividido em duas partes, quais sejam, A e B. Na primeira parte, são demonstrados os cálculos do imposto; na segunda, são controlados os créditos tributários, tanto a favor da Fazenda quanto do contribuinte.

Sendo assim, observa-se que o LALUR é um livro totalmente fiscal e dividido em duas partes distintas, parte A são colocadas todas as despesas/receitas adicionadas, receitas/despesas que serão excluídas e as compensações de prejuízos fiscais anteriores. Na parte B, é efetuado o registro de prejuízos fiscais do próprio exercício ou de anteriores, a fim de manter o controle do saldo a ser compensado futuramente, nota-se que as adições e as exclusões são ajustes fiscais para determinar o lucro real, são consideradas permanentes ou temporárias, dependendo do período que ocorrem, pois podem afetar a tributação da empresa no presente e no futuro.

2.3 LUCRO PRESUMIDO (REGIME CUMULATIVO)

2.3.1 Conceito

Sabe-se que a escolha de um regime tributário é algo muito importante para as pessoas jurídicas, pode-se dizer que um estudo bem realizado, levando-se em



consideração a atividade desenvolvida (comércio, indústria ou prestação de serviço) e algo essencial para diminuir o ônus tributário.

Neste sentido, Chaves e Muniz (2016, p. 374) destaca:

A tributação pelo lucro presumido, nos últimos anos, tem sido muito incentivada pelas autoridades tributantes, sempre apresentada como a forma mais simples de ser apurado o imposto, o que é verdade. Entretanto, devem ser analisadas com muito critério as vantagens e desvantagens. Ocorre que virou moda as empresas apurarem os seus impostos com base nessa sistemática sem fazer qualquer avaliação.

Assim sendo, pode-se afirmar que o lucro presumido tem uma forma mais simples de calcular o IR (Imposto de Renda) e a CS (Contribuição Social), pois leva em consideração apenas as receitas da empresa para base de cálculo.

Mesmo que considera-se o lucro presumido um regime tributário mais simples, não significa que ele seja ruim ou bagunçado, pois, seus cálculos são realizados com base nos dados do faturamento da empresa, seguindo as legislações fiscais, são respeitados prazos de pagamento das parcelas e possuem algumas regras de enquadramento, como veremos no decorrer no trabalho.

2.3.2 Base de cálculo e alíquotas

No Lucro Presumido, utiliza-se as receitas da empresa para determinar a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, levando-se em consideração percentuais a serem utilizados de acordo com cada tipo de atividade.

De acordo com o Portal Contabilizei (2021): “Neste regime tributário, o IRPJ e o CSLL devem ser apurados e pagos a cada trimestre, tendo a receita bruta como base de cálculo para o período. O IRPJ é cobrado na alíquota de 15% sobre o valor de presunção. Já o CSLL varia de 9% a 32%, dependendo da atividade econômica”.

Neste sentido, observa-se comparativamente os regimes de lucro real e lucro presumido, que além das diferenças de determinação da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, encontramos diferenças em relação as alíquotas de outros impostos federais, como por exemplo, o PIS que a alíquota é de 0,65% (no lucro real é 1,65%) e a COFINS de 3% (no lucro real é 7,6%). Um ponto importante a observar é que no lucro real as alíquotas são maiores, mas se tem a possibilidade da geração de crédito, o mesmo não acontece com o lucro presumido, no qual calcula-se o tributo somente com base na receita bruta, justificando a utilização de alíquotas menores.

2.3.3 Período de apuração



O lucro presumido costuma ser apurado a cada trimestre do ano-calendário, mas não é impedido de pagar mensalmente pela DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), a empresa que assim desejar.

De acordo com Oliveira et al (2015, p.208):

O lucro presumido deve ser apurado trimestralmente nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário, ou na data de extinção da pessoa jurídica, caso encerre as atividades ou o seu acervo líquido seja totalmente destinado.

Por ser essa apuração, determinada com base na receita bruta e acréscimos auferidos a cada mês, nada impede que as pessoas jurídicas optantes pelo lucro presumido façam os pagamentos mensais, com o código de lucro presumido no Darf – Documento de Arrecadação código – 2089 –, ao invés da apuração trimestral, desde que nesse intervalo seja ajustado o valor pelo efetivamente devido no último mês do trimestre.

O cálculo do lucro presumido realizado trimestralmente, faz com que a empresa optante por esse regime contribua no recolhimento do imposto, considerando o regime de competência, pelo menos quatro vezes ao ano em situações normais de faturamento. Podendo a mesma, parcelar o valor do IRPJ e a CS em até três parcelas sucessivas não inferior a R\$ 1.000,00 (Um mil reais) por parcela, no caso em que o montante total a ser pago seja inferior a R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) o tributo tem que ser recolhido em quota única, sujeito a normas e multas no atraso do pagamento das parcelas do imposto, sendo cobrado juros de 1% de acordo com a taxa Selic, após o último dia útil de quitação não ter sido pago.

2.3.4 Empresas que podem participar

Para fazer parte do lucro presumido, as empresas precisam se enquadrar em alguns requisitos, como a renda bruta inferior ou igual a R\$ 78.000.000,00 do faturamento de ano – calendário de atividade, empresas de construções civis, loteamento, empresas de capital aberto ou que tenham sócios que residem no exterior, entre outras.

A Apuração do Imposto de Renda das pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), são devidos por lei perante a legislação fiscal, após as empresas apurarem seus lucros, elas pagam uma parcela de contribuição para União, Estado ou Município que residem.

De acordo com o portal Jornal Contábil (2021): “O Lucro Presumido é um regime tributário para empresas que possuem sua receita bruta em até R\$78 milhões por ano. Ele surgiu em 1943 para otimizar o cálculo de arrecadação e declaração de tributos das empresas brasileiras”.



Desta forma, percebe-se que através dos cálculos do lucro presumido, as empresas podem fazer análises para descobrir qual regime tributário é mais vantajoso para ela, e assim, podendo fazer a mudança no prazo definido pela legislação fiscal.

2.4 SIMPLES NACIONAL (REGIME UNIFICADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS)

2.4.1 Conceito

O Regime Simples Nacional pode ser considerado um regime simplificado de impostos e também possui seus critérios de enquadramento, facilitando para as empresas, pois uma vez que elas possam fazer seu planejamento tributário para ver qual opção é menos onerosa para a entidade, desde que esteja dentro dos parâmetros citados. De acordo com o portal Receita Fazenda (2021):

O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP);

Recolhimento dos tributos abrangidos mediante documento único de arrecadação - DAS;

Disponibilização às ME/EPP de sistema eletrônico para a realização do cálculo do valor mensal devido, geração do DAS e, a partir de janeiro de 2012, para constituição do crédito tributário;

Apresentação de declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais;

Prazo para recolhimento do DAS até o dia 20 do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta;

Deste modo, conclui-se que o Regime Simples foi criado especificamente para as ME e EPP, como uma maneira mais simplificada de tributação, abrangendo todas as áreas sendo municípios, estados e a União.

2.4.2 Empresas que podem optar pelo simples nacional

Para fins de enquadramento na condição de ME ou EPP, deve-se considerar o somatório das receitas brutas de todos os estabelecimentos e também observa-se que a maioria das empresas se enquadram no Simples Nacional, mas também, pode-se observar que nem todas exercem as atividades exigidas para o regime, vale ressaltar que quando se fala em porte não se refere a tamanho físico da empresa, mas sim, ao tamanho da sua receita no ano-calendário de atividade.

Conforme o portal Receita Fazenda (2021):

Para ser uma ME ou EPP, o contribuinte precisa cumprir dois tipos de requisitos: 1. Quanto à natureza jurídica, precisa ser uma sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada ou empresário individual; 2. Quanto à receita bruta, precisa observar



o limite máximo anual estabelecido em Lei. Quanto a esse limite, temos que: a) desde janeiro de 2012, a ME precisa ter receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); b) a partir de janeiro de 2018, a EPP tem receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Base legal: art. 3º, I e II, da Lei Complementar 123, de 2006.)

Assim sendo, pode-se observar os limites de receita bruta estabelecidos por lei para as ME e EPP, e assim, elas podem optar pelo regime tributário Simples Nacional.

2.4.3 Forma de apuração dos tributos

Sabe-se que o regime tributário Simples Nacional tem a característica de ser um regime simplificado de tributos, específico para as ME e EPP, abrangendo todos os Municípios, Estados e a União.

Conforme o Portal Tributário (2021):

O Simples Nacional é uma forma simplificada e englobada de recolhimento de tributos e contribuições, tendo como base de apuração a receita bruta.

O Simples Nacional foi instituído pela [Lei Complementar 123/2006](#).

As pessoas jurídicas que se enquadram na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte poderão optar pela inscrição no Simples Nacional, recolhendo em guia única diversos tributos, como a seguir exposto.

apuração e geração da guia de recolhimento deverá ser efetuada através do aplicativo [PGDAS-D](#) - Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional.

Sendo assim, conclui-se que as empresas optantes pelo Simples nacional simplificam seus tributos pagando mensalmente a parte que lhes cabe por lei dos seguintes impostos: IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS/PASEP, ICMS e ISS.

2.5 TRIBUTOS DIRETOS

2.5.1 IRPJ (imposto de renda pessoa jurídica)

O IRPJ é denominado como o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, pode ser considerado como a renda que as pessoas jurídicas pagam, conforme o rendimento de suas receitas anuais ou trimestrais auferidas no ano-calendário.

O portal Receita Federal (2021), declara que:

São contribuintes e, portanto, estão sujeitos ao pagamento do IRPJ, as pessoas jurídicas e as pessoas físicas a elas equiparadas, domiciliadas no País. Elas devem apurar o IRPJ com base no lucro, que pode ser real, presumido ou arbitrado. A alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20.000,00 / mês.

Então, pode-se considerar que o IR é um imposto direto, pois refere-se diretamente a pessoa jurídica como fator gerador da atividade do qual se obtém a



renda para calcular o imposto, daquilo que se ganhou num determinado período (anual ou trimestral).

2.5.2 CS (Contribuição Social)

A CS é um imposto chamado contribuição social sobre o lucro, que as empresas pagam trimestralmente ou anualmente, com base na receita bruta do ano-calendário da atividade, respeitando os limites de alíquotas de cada regime tributário, na qual a empresa está inserida, suas alíquotas são 15% no lucro real e 9% ou até 32% dependendo da atividade da empresa no lucro presumido.

Segundo Oliveira (2013, p.118):

De competência exclusiva da União, essa contribuição foi instituída pela Lei no 7.689/88 com o objetivo de financiar a seguridade social por meio dos lucros auferidos pelas pessoas jurídicas e das entidades que lhes são equiparadas pela legislação do imposto de renda.

Para as empresas tributadas pelo lucro real, a CSLL deverá ser apurada trimestralmente, encerrada nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário, com base no resultado do exercício, antes da Provisão para IRPJ, ajustado pelas adições, exclusões e compensações estabelecidas na legislação.

Caso as empresas apurem o IRPJ com base no lucro presumido ou arbitrado, a CSLL também deverá ser apurada trimestralmente pelos mesmos critérios, mas com base em um valor determinado pela aplicação de percentuais definidos pela legislação sobre a receita bruta acrescido dos ganhos de capital, de rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras, as demais receitas e rendimentos e os resultados positivos decorrentes de receitas não abrangidas pela incidência do percentual.

Neste caso, pode-se afirmar que a Contribuição Social também tem como base de cálculo a receita bruta, independente do regime lucro real, lucro presumido ou simples nacional, a empresa é obrigada por lei a fazer seu recolhimento, respeitando as alíquotas de percentual a serem cobrados de acordo com a legislação tributária de cada regime.

2.6 TRIBUTOS INDIRETOS

2.6.1 PIS (Programa de Integração Social)

O PIS é um imposto e suas siglas significam: Programa de Integração Social, criado pela União, define as empresas a utilização de uma alíquota de 1,65% sobre o faturamento mensal no lucro real. Lembrando que neste regime, são gerados créditos nas aquisições de mercadorias, desde que a legislação tributária permita.

Neste sentido, Fabretti (2017, p. 214) declara que:

Contribuintes:



I –As pessoas jurídicas de direito privado e as que lhe são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, inclusive as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, com base no faturamento do mês.

II –As entidades sem fins lucrativos definidas como empregadoras pela legislação trabalhista e as fundações, com base na folha de salários.

Desta forma o PIS é recolhido pelas pessoas jurídicas sujeitas a IR (imposto de renda), cobrado com taxa de 1,65% no regime não cumulativo sobre a base de cálculo do imposto (receita bruta menos aquisições de mercadorias, quando tributados) na sua forma mensal e pode-se considerá-lo como imposto indireto por que não recai sobre a renda, mas sobre os serviços ou preço de bens, quando se fala em PIS/PASEP não se pode esquecer que eles compõem o Programa do Seguro-Desemprego e Abono Salarial.

2.6.1 COFINS (Contribuição para Financiamento e Seguridade Social)

A COFINS é um tributo federal, sendo recolhido pelas pessoas jurídicas que possui faturamento, pode ser cumulativo (Lucro Presumido) ou não cumulativo (Lucro Real) a depender do regime tributário adotado. Lembrando que no caso do simples nacional, o valor pago através do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional) já está incluso a contribuição dentre outros impostos, o PIS e também a COFINS.

De acordo com o portal Significados (2021):

COFINS é a sigla de **Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social**, que é uma **contribuição social** aplicada sobre o valor bruto apresentado por uma empresa.

Existem dois regimes de COFINS: o regime cumulativo e o regime não cumulativo. Quando a taxa não é cobrada de forma cumulativa, ela não é cobrada todos os meses. No entanto, em empresas que adotam o sistema de lucro presumido, a COFINS está no regime cumulativo. A não cumulatividade da cobrança desta contribuição surgiu com a lei 10.833 de 2003, que indica que as empresas que escolhem o sistema de lucro real devem descontar a contribuição da sua receita bruta.

A alíquota da COFINS pode ser de 7,6% para pessoas jurídicas em regime não cumulativo e de 3% para pessoas em regime cumulativo.

Neste caso, observa-se que os rendimentos são a base de cálculo para a COFINS, que independente da atividade da empresa, ela possui faturamento mensal, sendo assim, tem base para o pagamento dos tributos, as alíquotas variam de 3% e 7,6%, conforme o regime tributário da empresa.

3 - CONCLUSÃO



Pode-se concluir que a Contabilidade Tributária é uma ferramenta de auxílio para os contadores, no planejamento tributário faz-se os cálculos para os empresários terem uma forma menos onerosa e assim, pagar menos impostos.

Observar-se os regimes tributários vigentes em nosso país, com suas características, alíquotas e enquadramento de participação para as empresas, que podem fornecer alternativas na possível mudança de regime tributário para reduzir impostos, seguindo os requisitos em lei.

E por fim, viu-se alguns impostos federais que é o foco do trabalho, suas formas de pagamento em cada regime, alíquotas e prazos de quitação, não se esquecendo que eles se diferem em diretos e indiretos, possuem escalas municipais, estaduais e federais.

4 - REFERÊNCIAS

CONTABILIZEI. LUCRO REAL. 2021. Disponível
em:

www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/lucro-real/. Acessado em: 12/06/2021

CHAVES, Francisco Coutinho e MUNIZ, Érika Gadêlha. **Contabilidade tributária na prática**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 201

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 16º ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JORNAL CONTÁBIL. LUCRO PRESUMIDO. 2021. Disponível
em:

www.jornalcontabil.com.br/lucro-presumido-como-funciona-suas-aliquotas-e-leis/
Acessado em: 20/06/2021

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Luíz Martins de et al. **Manual de contabilidade tributária**. 14º ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária**. 9º ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **SIMPLES NACIONAL**. 2021. Disponível em:
<http://www.portaltributario.com.br/guia/simples.html>. Acessado em 05/06/2021

RECEITA FAZENDA . **IRPJ**. 2021. Disponível
em:

www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/tributos/IRPJ



Acessado em 27/06/2021

RECEITA FEDERAL. SIMPLES NACIONAL. 2021. Disponível
em:
<http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/documentos/pagina.aspx?id=3>

Acessado em 25/06/2021

SIGNIFICADOS. COFINS. 2021. Disponível
em:
www.significados.com.br/cofins/. Acessado em 27/06/2021



CUSTO DE PRODUÇÃO NA CULTURA DA SOJA

Rengel, Maiza Cristina Amancio

Aguiar, Maria Eduarda Heinzen

RESUMO: A atividade agrícola consiste em fonte de renda para várias famílias. Esta atividade apresenta diversos riscos atrelados a suas características peculiares. Deste modo, a problemática desta pesquisa na apresentação de dados para delimitar os custos atrelados à atividade do cultivo da soja, bem como a avaliação do custo médio da saca da soja produzida. Neste enfoque, objetivou-se responder a tal problemática através do cultivo da soja e da propriedade onde buscou identificar e apurar os gastos associados ao cultivo e comercialização da soja produzida em uma propriedade rural.

Palavras-chave: Atividade rural. Cultivo da soja. Custo da Atividade.

1 INTRODUÇÃO

A atividade agrícola vem ganhando cada vez mais espaço na economia. Uma das culturas que é a soja, está presente na economia como um dos principais produtos agrícolas e com uma imensa área de cultivo. Em virtude disto o produtor rural sofre muito por ainda não conhecer a importância da contabilidade na gestão rural.

Além disso, o produtor muitas vezes não possui controle dos custos na produção, e como consequência, junto com outros fatores, não alcança os resultados desejados. Desta maneira o produtor precisa buscar aprimorar-se na gerência da sua propriedade. Conseqüentemente a agricultura pode trazer resultados desfavoráveis devido à variação climática, como geada, seca, granizo entre outras, também as oscilações dos preços no mercado, neste sentido pode acontecer que a safra não consiga cobrir os custos de produção.

Em virtude disto o produtor deve buscar formas de diminuir o custo de produção, também deve buscar formas de planejamento e gerenciamento dentro da propriedade. Assim gerando informações precisas sobre a produção real.

Diante do exposto, consegue-se entender que é necessário que o produtor tenha um conhecimento da importância da contabilidade rural. O uso dos documentos contábeis pode servir na tomada de decisões, proporcionando melhores resultados na produção. Diante disto, busca-se, por meio deste estudo demonstrar que o uso correto da contabilidade rural, pode de fato auxiliar o produtor rural.



O objetivo geral deste estudo é verificar a importância da gestão de custo na agricultura, aplicação da gestão de custo em duas propriedades, também ressaltar a variação climática entre ambas, já que uma se encontra no Paraná e a outra no Mato Grosso do Sul. Tendo em vista buscar a rentabilidade da safra nas duas propriedades, eliminando gastos desnecessários e por fim faz-se uma análise comparativa entre as duas, propondo demonstrar qual das propriedades é mais rentável no período analisado.

Os objetivos específicos delineados ao estudo, são apurar o custo do produto da safra 2020/2021 em uma propriedade do Estado do Mato Grosso do Sul e outra propriedade no Estado do Paraná apresentando o seu resultado financeiro para uma análise comparativa de retorno auferido.

Por fim, o estudo justifica-se pela contribuição prática para os produtores rurais, que têm dificuldade na gestão da sua propriedade, principalmente no que se diz respeito a custo e resultado. E além da prática, o presente estudo busca realizar análise de literaturas que abordam sobre gestão de custo em propriedades rurais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITOS CONTABILIDADE

Os primeiros registros de contabilidade foram encontrados mesmo antes de o homem conhecer os números, e tão pouco a escrita. Assim estes registros eram feitos com marcas nas paredes das cavernas. A contabilidade teve seus primeiros rastros de existências aproximadamente 2.000 anos a.C.

Como descrito por Ludícibus (2021, p.13):

O homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao enumerar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de Contabilidade. É possível localizar os primeiros exemplos completos de contabilização, portanto, seguramente no terceiro milênio antes de Cristo, na civilização da Suméria e da Babilônia e Mesopotâmia (hoje Iraque), no Egito e na China.

Complementa Alves (2017, p.8):

A contabilidade está ligada à necessidade de registrar e monitorar os bens que o homem adquire e pretende deixar aos seus descendentes. É importante destacar que não bastava ao homem gravar tudo o que possuía, pois as suas funções



envolviam o comércio, no qual aconteciam grandes quantidades de trocas. Por isso houve a necessidade de um controle mais rígido.

A contabilidade pode ser entendida como. “[...] Uma ciência social que tem por objetivo o controle do patrimônio das organizações.” (MARION; RIBEIRO, 2011, p.2). Dentro da contabilidade as principais funções são: registrar, organizar, demonstrar, analisar e acompanhar as modificações do patrimônio em virtude da atividade econômica ou social que a empresa exerce no contexto econômico. Existem vários ramos dentro da contabilidade. Neste estudo será utilizada mais especificamente a contabilidade de custo e a contabilidade rural.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE CUSTOS NA ATIVIDADE AGRÍCOLA

A contabilidade rural dentro da empresa traça e planeja as informações para o controle da atividade. As atividades rurais são entendidas como várias formas de cultivo caseiro para a sua própria permanência. “[...] A agricultura representa toda a atividade de exploração da terra, seja ela o cultivo de lavouras e florestas.” (CREPALDI, 2019, p.19).

A gestão de custo é de extrema importância para atividade agrícola, pois consegue encontrar gastos e perdas desnecessárias. E também consegue melhorar o planejamento assim aumentando a rentabilidade.

Com o um grande desenvolvimento tecnológico, a agricultura vem ganhando espaço e com isto gerando muitos empregos, e, além disso, vem trazendo uma base para implantação de grandes indústrias. Há uma grande necessidade de mão de obra qualificada para operar as atividades agrícolas. Neste sentido visando um controle mais rigoroso. “[...] A contabilidade pode desempenhar um importante papel como ferramenta gerencial, por meio de informações que permitam o planejamento, o controle e a tomada de decisão.” (CREPALDI, 2019, p.37).

Em alguns casos fica evidente a dificuldade de o produtor gerenciar os custos da sua safra, e assim controlar a produção e apurar o resultado da atividade exercida.

Sobre este assunto, Crepaldi (2019, p.45) evidencia que:

Para utilização efetiva da contabilidade rural está na complexidade e no custo de manutenção de um bom serviço contábil. A dificuldade de separar o que é custo de produção do que é gasto pessoal do empresário rural, a inexistência de recibos, notas fiscais, avisos de lançamentos e cópias de cheques ou extratos de contas



bancárias pessoais fazem com que não se possa adotar a contabilidade para esse fim.

Pode-se entender que a contabilidade rural possui diversos ramos relacionados ao controle da atividade e seu planejamento, também se torna um mecanismo de apoio na tomada de decisão, pois irá fornecer informações sobre a real situação da empresa rural, fazendo com que o proprietário ou o administrador possa avaliar a condição de expandir a produção ou a necessidade da redução de custos ou despesas. Neste contexto é possível perceber uma carência, que revela a possibilidade de expansão da contabilidade rural.

2.3 CLASSIFICAÇÕES DE CUSTOS

O custo de produção pode ser classificado pela soma de recursos e operações utilizadas no processo produtivo. “[...] Gasto relativo a bens ou serviços utilizados na produção de outros bens ou serviços.” (CREPALDI, 2018, p.30). Neste setor o critério mais utilizado para a classificação dos custos é a variação qualitativa dos insumos agrícolas de acordo com o volume produzido. Estes custos podem ser custos fixos ou variáveis.

2.3.1 Custos fixos

São aqueles que não variam de acordo com a produção, independente da produção eles vão existir. Alguns exemplos de custos fixos são a mão de obra permanente, depreciação de maquinários, entre outros. “[...] Os custos fixos são custos que no seu total são constantes dentro de uma faixa relevante enquanto o nível do direcionador de atividade varia.” (HANSEN E MOWEN, 2001, p.88).

De acordo com Padoveze (2013, p.50):

Apesar da possibilidade de classificarmos uma série de gastos como custos fixos, é importante ressaltar que qualquer custo é sujeito a mudanças. Mas os custos que tendem a se manter constantes nas alterações do volume das atividades operacionais são considerados fixos. De modo geral, são custos e despesas necessários para se manter um nível mínimo de atividade operacional, por isso também denominados custos de capacidade.

O custo fixo pode alterar quando há uma mudança na capacidade produtiva, tanto para mais quanto para menos. Então pode-se observar que seu valor pode mudar para outro nível, mas ele continuará sendo um custo fixo.



Neste caso também mostra os custos fixos estruturas, que dão proteção e apoio a instalação produtiva. Este tipo de custo vai existir mesmo que a empresa não esteja produzindo ou com uma capacidade acima do normal. Está ligada diretamente a capacidade produtiva máxima da área de, por exemplo, uma determinada planta, que a empresa vai produzir. Porém não é afetada pela quantidade produzida.

Geralmente estes custos não se alteram no período, desde que a empresa está ou não operando a produção. Este tipo de custo também é determinado de custo de capacidade ou de sustentação.

E tipo de custo fixo é o operacional, como o nome já indica são custos necessários para a manutenção da planta não necessariamente pela sua capacidade produtiva. “[...] São custos fixos, porém seu valor pode ser alterado por mudança nas políticas da organização.” (MARTINS, ROCHA, 2015, p.23).

Por fim, observa-se que os custos fixos são aqueles gastos ligados à atividade produtiva da empresa, mas não variam com a quantidade produzida.

2.3.2 Custos variáveis

São custos que vão variar de acordo com a produção. Que podem ser insumos como semente, adubo, mão de obra temporária, entre outros. Neste tipo de custo o montante é afetado pelo volume da produção, neste sentido pode-se compreender que os custos variáveis são aqueles que variam através da sua dimensão física, ou seja, pela sua produção. “[...] Os custos variáveis são definidos como custos que no total variam em proporção direta às mudanças em um direcionador de atividade.” (HANSEN E MOWEN, 2001, p.89).

Segundo Padoveze (2013, p.51):

São assim chamados os custos e as despesas cujo montante em unidades monetárias varia na proporção direta das variações do nível de atividade a que se relacionam. Tomando como referencial o volume de produção ou vendas, os custos variáveis são aqueles que, em cada alteração da quantidade produzida ou vendida, terão uma variação direta e proporcional em seu valor. Se a quantidade produzida aumentar, o custo aumentará na mesma proporção. Se a quantidade diminuir, o custo também diminuirá na mesma proporção.

Levando em consideração alguns aspectos, pode-se observar que a variabilidade destes custos diz sobre a dimensão produtiva da empresa em termos



monetários. E também pode ter variação cambial, e não necessariamente custos gerados pelo consumo e volume na atividade.

2.4 CUSTOS DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

O custo de produção agrícola é de extrema importância para a gestão do empreendimento rural. A atividade agrícola tem uma pequena margem de lucro e um alto risco de custos. Outro ponto importante é entender que existem custos fixos e custos variáveis. Os custos que não vão variar com a produção são conhecidos como custos fixos como, por exemplo, depreciação, aluguel, etc. Os custos variáveis são aqueles que vão variar com a produção como por exemplo a semente, adubo, etc.

Assim diz Crepaldi (2019, p.4):

O conhecimento das condições de mercado e dos recursos naturais dá ao produtor rural os elementos básicos para o desenvolvimento de sua atividade econômica. Cabe a ele agora decidir o que, quanto e como produzir, controlar a ação após iniciar a atividade e, por último, avaliar os resultados alcançados e compará-los com os previstos inicialmente.

Outro ponto interessante é que estes custos podem variar pelo valor de mercado, que pode oscilar durante o ano ou a safra, assim pode-se gerar mais ou menos lucro no resultado final. Portanto, evidencia-se que os custos agrícolas são de extrema importância para gestão agrícola e para propriedade rural.

2.4.1 Cultura temporária soja

A cultura temporária é a que proporciona uma única colheita, com um período curto de no máximo 12 meses. Assim que é realizada a colheita são retirados do solo para o novo plantio ou então é realizado o plantio direto que é em cima da palhada existente. Exemplos: soja, milho, arroz, feijão, batata, legumes entre outros. Esse tipo de cultura é também conhecido como anual.

Marion (2020, p.17) afirma:

Esses produtos são contabilizados no Ativo Circulante, como se fossem um “Estoque em Andamento” numa indústria, mas são denominados Ativos biológicos (produtos agrícolas em formação). Dessa forma, todos os custos serão acumulados em uma subconta com título específico da cultura em formação (arroz, ou trigo, ou alho, ou cebola, ou...) da conta “Culturas Temporárias”. Os custos que compõem esta rubrica são: sementes, fertilizantes, mudas, demarcações, mão de obra, encargos,



energia elétrica, encargos sociais, combustível, seguro, serviços profissionais, inseticidas, depreciação de tratores e outros imobilizados na cultura em apreço.

O sistema de cultivo da soja, refere-se às práticas comuns de manejo associadas a essa espécie vegetal, visando sua produção a partir da combinação lógica e ordenada de um conjunto de atividades e operações.

2.4.2 Gastos com materiais, insumos e outros.

Estes custos são variáveis, pois podem mudar com o nível de produção da área. Isto influenciará nas decisões de curto prazo do produtor.

Crepaldi (2019, p.112):

Os critérios de avaliação adotados pelas entidades rurais devem fundamentar-se nos seus ciclos operacionais. Os bens originários de culturas temporárias e permanentes devem ser avaliados pelo seu valor original, por todos os custos integrantes do ciclo operacional, na medida de sua formação, incluindo os custos imputáveis, direta ou indiretamente, ao produto, tais como sementes, irrigações, adubos, fungicidas, herbicidas, inseticidas, mão de obra e encargos sociais, combustíveis, energia elétrica, secagens, depreciações de prédios, máquinas e equipamentos utilizados na produção, arrendamentos de máquinas, equipamentos e terras, seguros, serviços de terceiros, fretes e outros.

Alguns custos que serão apresentados neste estudo: custos com financiamento, agrônomo, agrotóxico de dessecação para iniciar o plantio, tratamento de semente (previne a entrada de pragas em áreas de cultivo e ajuda no desenvolvimento de plantas vigorosas e saudáveis), plantio, aplicação de agrotóxicos (inseticidas: controle de pragas, herbicidas: ervas daninhas, fungicidas: agentes causadores de doenças), despesas com a colheita, descontos das cooperativas (1,0% de Quota Capital como cooperado, 2 a 4% impurezas, acima de 15 graus de umidade tem um desconto de 2%) e Funrural, segundo o SENAR para pessoa física, a alíquota é de 1,5% (1,2% INSS + 0,1% RAT + 0,2% SENAR) e para Pessoa Jurídica, a alíquota é de 2,05% (1,7% INSS + 0,1% RAT + 0,25% SENAR).

2.4.3 Armazenamento

Primeiramente é feita a colheita e logo após o armazenamento da produção. Quando armazenado ele passa por limpeza e secagem, tudo isso gera custos. Após estar totalmente acabado e não sofrendo mais nenhuma alteração, em momento oportuno será realizada a comercialização do produto.



Marion (2020, p.19) expõe:

Esses gastos são normalmente tratados como Despesa de Vendas no grupo Despesa Operacional, e não Custo do Produto. Dessa forma, são considerados custo do período, e não do produto. Todavia, considerando que o produto agrícola pode ficar em estoque para vendas futuras (especulação), algumas vezes ultrapassando um ano, há quem prefira contabilizar o gasto de armazenamento acumulando no custo (estoque), identificando melhor o custo do produto no momento da venda.

Para o produtor armazenar os produtos na propriedade, gerar algumas economias como a redução de frete até a cooperativa, não tem custos de armazenamento e pode vender os produtos em época de menor oferta e maior demanda, ou seja, depois da safra.

Por outro lado, o produtor menor não tem infraestrutura para o armazenamento da mesma na propriedade, tendo que recorrer à cooperativa mais próxima. Onde precisa ter um caminhão para levar até a cooperativa, na qual poderá ficar um período sem nenhum custo, após este período terá de pagar taxas mensais ou anuais, para estocar a soja até o momento da sua venda.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, atividade agrícola é a atividade econômica produtiva organizada mais antiga que existe, diante disso percebe-se que cresce constantemente. A agropecuária apresentou crescimento de 0,6% no primeiro trimestre de 2020 em comparação ao quarto trimestre de 2019, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, o PIB do país teve contração de 1,5% nos primeiros três meses do ano no comparativo com o quarto trimestre do ano passado.

Apesar da importância da atividade econômica agrícola, nas finanças de uma grande parte da população, é comum os produtores sofrerem por desconhecer ou não fazer uso da contabilidade na sua propriedade. Outro problema bastante visível é a falta de conhecimento para realizar o plantio a fim de obter mais lucros. E também os produtores sofrem com a dúvida na hora de efetuar a venda, tendo em vista grande oscilações de preços dos produtos agrícolas.

Diante das dificuldades encontradas pelos produtores, vêm atualizando a forma de assistência à contabilidade gerencial/rural para conseguir diminuir os custos e evitar desperdícios e melhorar o planejamento e assim a rentabilidade.



Fica evidente a dificuldade de o produtor gerenciar os custos da sua safra, e assim controlar a produção e apurar o resultado da atividade exercida. Diante disto, este trabalho apresenta o seguinte problema: A diferença de produção de soja entre dois estados brasileiros.

4 REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Alexandre Augusto, AZEVEDO, Luciana Luiza Chaves, MORAES, Mario Emmanuel de Oliveira, **Agrometeorologia: Princípios, Funcionalidades e Instrumentos de Medição**, 1ª edição, São Paulo: Erica, 2015.

ALVES, Aline, **Teoria da Contabilidade**, São Paulo: Sagah Educação, 2017.

AZEVEDO, Iraneide Socorro dos Santos, et al. **Análise de Custo**, São Paulo: Sagah, 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido, **Contabilidade Rural: uma abordagem decisória**, 7ª edição, São Paulo: Atlas, 2012.

CREPALDI, Silvo Aparecido, **Contabilidade Rural Uma Abordagem Decisória**, 9ª edição, São Paulo: Atlas, 2019

CREPALDI, Silvo Aparecido, CREPALDI, Guilherme Simões, **Contabilidade De Custos**, 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2018.

FRANCO, Hilário, Definição da Contabilidade, acessado em 27-05-2021 às 11h13min. Disponível em:

http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/contabilidade_comentada.htm

GIRALDELI, Ana Ligia, Funrural: 7 dúvidas mais comuns e atualizações para 2020, acessado em 03-06-2021 às 20h07min. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/funrural/>

HANSEN, Don R., MOWEN, Maryanne M., **Gestão de Custos: Contabilidade e Controle**, São Paulo: Cengage Learning, 2001.

KRUGER, Silvana Dalmutt, MAZZIONI, Sady. et AL. A importância da contabilidade para a gestão das propriedades rurais. Acessado em 30-05-2021 às 20h27min. Disponível em: <file:///E:/Downloads/944-944-1-PB.pdf>

LAKATOS, Eva Maria, **Fundamentos de Metodologia científica**, 9ª edição, São Paulo, Atlas, 2021.

LUDÍCIBUS, Sergio, **Teoria da Contabilidade**, 12ª edição, Rio de Janeiro: Atlas, 2021.



MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria, **Fundamento de metodologia científica**, 8ª edição, São Paulo, Atlas, 2017.

MARION, José Carlos, **Contabilidade Rural**, 14ª edição, São Paulo: Atlas S.A., 2014.

MARION, Jose Carlos, **Contabilidade Rural: Agrícola, Pecuária e Imposto de renda**, 15ª edição, São Paulo: Atlas, 2020.

MARION, Jose Carlos, RIBEIRO, Osni Moura, **Introdução Contabilidade Gerencial**, 3ª edição, São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, Eliseu, **Contabilidade de custo**, 11ª edição, São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Eliseu, **Contabilidade de Custos**, 11ª edição, São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Eliseu, ROCHA, Welington, **Métodos de Custeio Comparados: Custos e Margens Analisados sob Diferentes Perspectivas**, 2ª edição, São Paulo: Atlas, 2010.

MICHEL, Maria Helena, **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**, 3ª edição, São Paulo, Atlas, 2015.

PADOVEZE, Clovis Luis, **Contabilidade de Custos: Teoria, prática, integração com sistemas de informações (erp)**, São Paulo: Cengage Learning, 2013.

PANDOVEZE, Clovis Luis, **Gerencial de Custos**, 2ª edição, São Paulo: Cengage Learning, 2006.

REIS, Tiago Ponto de equilíbrio contábil: o que é e como ele funciona? Acessado em 30-05-2021 às 11h53min. Disponível em: <https://www.sunoo.com.br/artigos/ponto-de-equilibrio-contabil/>

RIBEIRO, Osni Moura, **Contabilidade de custos**, 3ª edição, São Paulo: Saraiva, 2013.

RODRIGUES, Igor C. Margem de Segurança, acessado em 02-06-2021 às 15h11min. Disponível em: <https://www.consultorianwc.com.br/grau-de-margem-seguranca/#:~:text=Primeiro%20vamos%20entender%20o%20objetivo,gere%20preju%C3%ADzo%20em%20sua%20empresa>

SANTOS, Jose Santos, **Manual de Contabilidade e Análise de Custos**, 7ª edição, São Paulo: Atlas, 2017.



SILVA, Andre Felipe Moreira, **Entenda os custos de produção agrícola e esteja no comando da sua fazenda.** Acessado em 03-06-2021 às 10h26min. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/custos-de-producao-agricola/#:~:text=Os%20custos%20que%20n%C3%A3o%20variam,sobre%20quais%20empresas%20devem%20investir>

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida, **Metodologia do Trabalho Científico: Um enfoque didático da produção científica,** São Paulo: E.P.U., 2001



GESTÃO DE CUSTO PARA MELHORAR A PRODUÇÃO DO LEITE

Ribeiro, Gabriel
Ribeiro, Luis Felipe
Orientador: Lucimar

RESUMO

A propriedade rural, tempo atrás era vista apenas como campo de cultivo e criação de poucos animais, local afastado da cidade e sem interesse para as pessoas, que visava o comércio da cidade, mas recentemente as propriedades rurais começaram a ter grande demanda e alto valor de aquisição, pois da terra sai o alimento para o consumidor, e isso nunca vai ficar sem demanda.

INTRODUÇÃO

Ultimamente, muito se vem falando sobre os sítios se transformarem em empresa, e isto tem uma explicação muito lógica, que é está o aumento gritante do preço da terra, e principalmente, a roça está dando muito, mas muito dinheiro, se souber trabalhar, e o leite para o pequeno produtor é a principal melhora de vida.

PONTO DE EQUILIBRIO E MARGEM DE SEGURANÇA NA ATIVIDADE

Quando falamos de o quesito do leite dar uma margem quase perfeita, temos vários quesitos, mas muitos destes passam pela mão do produtor, como por exemplo contagem de bactérias, atualmente no ramo do laticínio empresas que compram o leite dos produtores disponibilizam a contagem bacteriana, onde tem uma margem para ser seguida, que em 2019 foi criada uma lei IN 76 e IN 77, que tem por objetivo melhorar a qualidade do leite, que segundo a própria se define como melhorar a qualidade do leite ofertado, e beneficiar tanto o consumidor com um leite de qualidade, mas também o produtor, o intuito de instalar essa lei, pela Kollac (empresa que compra o leite dos produtores) a iniciaria a partir de 2020, para dar tempo dos produtores se adequarem a novas normas, e traria um grande benefício e um malefício a cada produtor, só que sendo individual, onde o leite seria ajustado pela sua qualidade, e o



principal enfoque, seria a contagem bacteriana, onde teria um limite para o preço mais bem pago, quer seria 300.000 de bactérias no leite, com uma média dos últimos três meses, e caso passasse, a empresa pegaria o leite por mais três meses, só que já pagando menos, e se nesses três meses continuasse com esta alta, a empresa acabaria com a parceria com o produtor, a solução seria, ter mais higiene, tanto na hora de manusear os equipamentos, mas principalmente na hora de limpar estes, sendo recomendando água sanitária, e detergente para fazer a higienização, com preferência de água quente, tanto para limpar o freezer onde se despeja o leite, mas também pela ordenha (máquina usada para ordenhar a vaca) e baldes que são usados na hora de ordenhar o rebanho.

Após saber o que fazer para vender o leite mais caro, vem uma dúvida cruel, como fazer a produção com uma margem boa, não tendo muita despesa, e conseguindo um lucro bom, uma margem excelente para trabalhar com o leite seria em torno de 30%, considerando custos diretos e indiretos, mas afinal, como chegar a uma margem destas, o primeiro passo é conhecer seu rebanho e sua limitação, analisando a condição de cada animal, o que ele vem entregando, e o que ele pode entregar, como por exemplo dados da árvore genealógica da família deste animal, por exemplo se a mãe de animal x dava em média 15 litros diários chegando ao seu pico com 20 litros, em condições climáticas perfeitas que seria com muito sol, e bastante chuva, que é o clima perfeito para a pastagem, o clima é extremamente importante para este tipo de análise, por isso sempre se basear no tempo de lactação e fazer um média mensal, após isso se analisa o pai deste animal, e se baseia pela sua mãe, onde quantos litros diários ela entrega, por exemplo se for 20 litros, e com seu pico de lactação em 26, logo se percebe só pela lógica que este animal não entregará muito mais que os dados que foram apresentados a cima, caso o animal for puro, como por exemplo holandesa, que é o tipo mais comum de gado na região Sul, esta vaca dará em torno 13 litros na primeira cria, 17 na segunda, e com seu auge na terceira cria, que é o pico de todas no seu tempo de lactação, chegara em mais ou menos nos 22, logo saberá o quanto de ração um animal deste porte comera por dia, em média na primeira cria 2,5Kg de ração diária, na segunda seria 4Kg, e por fim no seu auge, ela devera comer 5Kg por dia, claro estes números são um media do tempo de lactação do animal, mas durante os três primeiros no começo da lactação o animal deve comer 1Kg de ração concentrada em 20% para cada três litros de leite, após isso a ração



cairá, até o fim do ciclo de lactação, onde faltando dois meses para ela criar novamente deverá secar (esgotar seu leite, para finalizar o período) para ela poder criar uma cria mais forte, e mais saudável, e com isso dar mais leite, este tipo de análise é feita por um tipo específico de ração, com determinada porcentagem de proteína, no exemplo citado a cima, em todos os casos, a ração citada foi a de 20%

Depois se saber a quantidade de ração correta para cada tipo de animal, vem uma informação extremamente importante, a formação do leite, por ser formado por dois tipos de elementos, sólidos e água, mas tem uma grande diferença para um e para outro, os elementos sólidos correspondem entre 12% a 13% da composição do elemento, e a água por 87%, os principais elementos sólidos são gordura, carboidratos, proteínas, sais minerais e vitaminas.

Para ter um percentual bom de gordura, é necessário ter uma porcentagem boa de fibra, e para conseguir o animal deve ter uma dieta com por exemplo a silagem, que é o milho cortado e picado por uma máquina, depois coloca num buraco para fermentar, e depois de 15 dias fermentando, começa a ser dado para a criação, proteínas estão ligados pela ração, onde o animal deve ter sua alimentação baseada pela quantia de leite que este entrega, pois vacas leiteiras, comem para dar leite, não para engordar, carboidratos, está relacionado com a pastagem, que o animal ingere, vitaminas se tem como importantíssimas a vitamina A, vitamina D e vitamina E, a vitamina A é essencial para o animal, pois está aumenta a imunidade do animal, fazendo-o passar com mais saúde em períodos críticos, período de transição, o período pré-parto, segunda uma pesquisa feita nos Estados Unidos (USA) NRC 2001, mostra que animais que estão com a vitamina A em dia, durante seu pós parto, reduz em 60% a porcentagem de o animal contrair a mastite clínica na lactação, que é o principal problema econômico para quem está nesse ramo, fazendo o animal ficar vários dias sem tirar leite, só podendo voltar após o leite ficar puro (sem as impurezas que o mastite traz, que são algumas bolinhas de leite, é como se o leite saísse empedrado) e mesmo após voltar, o animal tem dificuldade em voltar a entregar o que entregava antes, e só conseguindo após algum tempo, que varia de cada tipo de animal, na vitamina D a NRC (2001) é umas das vitaminas menos estudadas, mas sabe-se que sua falta está associada a hipocalcemia (febre no leite) ela atua como



um sistema de imobilização absorvendo o cálcio, por fim a vitamina E que é a vitamina mais importante antioxidante, segundo autores de um artigo na MilkPoint tem por definição

A vitamina E é o mais importante antioxidante lipossolúvel. Sua função é impedir que haja acúmulo de espécies reativas de oxigênio e nitrogênio no organismo celular, prevenindo assim danos teciduais, e por consequência, impedindo ou retardando processos inflamatórios e degenerativos. Esse nutriente também está envolvido no sistema imunológico do animal e por isso se torna fundamental no período de transição, onde grandes mudanças metabólicas, fisiológicas e nutricionais acontecem. Por se mostrar tão importante, os estudos a respeito dessa vitamina se intensificaram e ela mostrou ter efeitos importantes na reprodução de vacas leiteiras

E por fim, os sais minerais que trazem nutrientes para os animais, uma vaca de porte leiteira, deve comer no mínimo 100g de sal mineral por dia, sendo de preferência estas 100g forçada na hora de tirar leite, sendo 50g de manhã e 50g de tarde, e mais sal mineral no cocho, para os animais comerem também, após elas comerem poucas 50g, isso faz uma diferença gigantesca, pois o rebanho sai da mangueira e vai direto tomar água, que é extremamente importante para o animal, auxiliando os que estão no período de gestação, quanto mais o animal toma água, mais raro é deste correr o risco de abortar, e traz retornos financeiros enormes, outro benefício é o aumento na produção de leite, lembrando que 87% do leite é constituído por água, após todos esses passos, ficará mais fácil de encontrar o ponto de equilíbrio quase perfeito no ramo leiteiro, por que, se sabe o quanto de ração será dado por cada animal que é extremamente importante, e reduz, muito os gastos, fazendo com o que o animal possa chegar no seu pico leiteiro, sabe-se também que após o início de 2020, o preço do leite é pelo controle de qualidade, e com isso sempre vendera o litro do leite no maior preço disponibilizado pelo láctico, e por fim e não menos importante, a saúde do animal, que quanto mais um animal saudável, mais retorno financeiro ele trará, podendo ser tanto no leite, quanto numa venda possível de bezerro.



CONCLUSÃO

Dinheiro mensal	Valor por litro	Litros mensal	Litros diários	Meses do tempo de analise
7186	2,19	3281 litros	109 litros diarios	jul/20
6800	2,06	3300 litros	110 litros diarios	ago/20
6453	2,06	3132 litros	104 litros diarios	set/20
6150	2,04	3014 litros	100 litros diarios	out/20
5250	1,98	2651 litros	88 litros diarios	nov/20
5003	1,98	2526 litros	84 litros diarios	dez/20
4800	1,98	2424 litros	80 litros diarios	jan/21
4301	1,9	2263 litros	75 litros diarios	fev/21
4140	1,85	2237 litros	74 litros diarios	mar/21
3860	1,79	2156 litros	71 litros diarios	abr/21
3052	1,79	1705 litros	56 litros diarios	mai/21
3005	1,95	1541 litros	51 litros diarios	jun/21

Como se pode perceber, o dinheiro sempre esteve em uma de caída, isso por vários aspectos, o preço do leite unitário caindo mensalmente, o tempo do frio chegando com isso o pasto fica mais seco e diminui bem a quantia de leite que cada animal entrega por que come menos, mas o principal, a falta de administração dos gastos e do controle de qualidade, desses 12 meses nos quatros primeiros foi feito o controle de gastos e o controle de qualidade do rebanho, e nos últimos oito não, justificando a queda brusca de renda.

Por meio deste trabalho, pesquisas e principalmente nos dados colhidos no dia a dia, pude notar que sim, estas teses funcionam, que não adianta apenas estar todos os dias na mangueira, faça frio ou faça sol, deve também ter um conhecimento para pode melhorar sua produção, tendo menos gastos, e consequentemente uma margem de lucro boa em cima do seu trabalho, muitos têm uma dificuldade para entender, ou tem a cabeça fechada para novas ideias, por isso de uma forma breve e de fácil compreensão, encerro este trabalho comprovando que sim, da sim para ter uma margem de lucro boa, tendo uma boa gestão de custos.

REFERÊNCIAS

M, Eliseu. **Contabilidade de Custos**, 11ª edição. Grupo GEN, 2018. 9788597018080. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018080>>. Acesso em: 04 Jul. 2021.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade de custos**. Cengage Learning Brasil, 2014. 9788522113835. Disponível em:



<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522113835/>>. Acesso em: 04 Jul 2021.

M.J.C. **Contabilidade Rural - Agrícola, Pecuária e Imposto de Renda**. Grupo GEN, 2020. 9788597024210. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024210/>>. Acesso em: 04 Jul 2021



GRUPO: CONTABILIDADE GERENCIAL E DE CUSTOS



BREVE RESGATE TEÓRICO ACERCA DA CONTROLADORIA COMO FERRAMENTA GERENCIAL EM MEIO A COMPETITIVIDADE

CAVALHEIRO, Carlos Daniel Coelho
SANTINI, Bruno

RESUMO: A Controladoria como uma ferramenta importante para o gerenciamento, planejamento estratégico e tomada de decisões, tendo como propósito deste estudo discorrer sobre a finalidade da Controladoria como ferramenta gerencial. É realizado uma breve recapitulação sobre o surgimento e incorporação da Controladoria nos EUA e Brasil. Destaca-se as funções da controladoria diante um mundo mais globalizado, competitivo e tecnológico, demonstrando o seu propósito, sempre buscando atender as exigências do mercado de forma competitiva e com foco na continuidade e no objetivo das empresas.

Palavras-chave: Controladoria. Ferramenta. Competitividade.

1 INTRODUÇÃO

Com a ascensão da globalização e inovações tecnológicas, onde se mudam os paradigmas com relação aos modelos de negócios e demanda de produtos que exigem sentido mais flexível com rotinas de trabalhos mais desgastantes e frenéticas, isso se tornou algo muito comum no cotidiano das empresas. Sendo assim para estar à frente e se manter no mercado competitivo, as empresas precisam se reinventar adequando-se as exigências do mercado, sobretudo, as formas de gerenciamento buscando otimizar os processos e resultados.

A controladoria atua com uma missão otimista, a de manter a organização rentável, zelando pela sua continuidade em busca de otimizar os resultados através de análises mais precisas, que muitas vezes a contabilidade na sua forma pura não disponibiliza. Além disso, por buscar integração e sinergia com os demais setores da empresa, isso contribui para auxiliar na otimização do desempenho, contribuindo para resultados sustentáveis e inteligentes.

Assim, a controladoria busca constantemente influenciar, organizar e interpretar os dados para a cúpula da administração gerando informações precisas



que os norteiam para manter ou alterar o planejamento estratégico de acordo com os negócios da organização quando necessário, visto que está como sua missão promover a eficácia gerencial disponibilizando informações adequadas para tomada de decisão e continuidade da atividade.

2 METODOLOGIA

Sabedor da importância que um adequado levantamento teórico possui para os estudos acadêmicos, o presente ensaio teve como aporte a pesquisa bibliográfica. Para fundamentar o trabalho de forma teórica e adicionar ideias válidas, que em sua maioria foram livros, artigos científicos e sites de órgãos governamentais, composto por autores envolvidos nas áreas de Controladoria e que apresentavam materiais confiáveis e fontes claras. Dessa forma, “a pesquisa bibliográfica é realizada com base em fontes disponíveis, como documentos impressos, artigos científicos, livros, teses, dissertações, mas não podemos esquecer que toda pesquisa implica no levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas.” (Lakatos, 2021, pg. 45).

Como toda pesquisa tem embasamento em informações anteriores para chegar a inferências relevantes sobre determinado tema, a pesquisa bibliográfica como requer leitura para se aprofundar no assunto é uma importante chave para bons resgates teóricos, críticas e discussões. Logo, de acordo com Fachin (2019) todo tipo de estudo deve ter apoio e respaldo da pesquisa bibliográfica, embora o foco seja outro tipo de pesquisa, utilizar a bibliográfica funciona de forma preparatória para outros afins.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A controladoria como sendo um departamento responsável pelo planejamento estratégico, elaboração e disseminação de informações relevantes ao processo decisório, na busca da eficiência e eficácia gerencial, surgiu com a necessidade auxiliar nas técnicas de gerenciamento das empresas no século XX,



inicialmente nos Estados Unidos e posteriormente no Brasil sem data precisa, mas marcado com a chegada das empresas americanas. Como corrobora Pereira (2016, p. 14) em sua pesquisa:

No início do século XX nos Estados Unidos com a finalidade de dar suporte ao crescimento das empresas e aos conglomerados econômicos que surgiram da fusão de diversas empresas surgiu a controladoria. As grandes empresas necessitavam de instrumentos eficientes e eficazes para gerirem a complexidade de suas atividades.

No Brasil a controladoria foi incorporada à prática empresarial no momento em que muitas empresas multinacionais americanas se instalaram no país.

Além disso, a crescente competitividade, globalização e inovação tecnológica tem mudado a percepção de futuro no mundo empresarial, desde a adequação as exigências dos clientes, tramites da rotina interna de uma empresa e desafios relacionados as exigências do mercado. Com isso, é necessário adequar a empresa e demais envolvidos a uma ciência, a controladoria, segundo Crepaldi (2019, p. 38) “com o aumento da competitividade, o avanço da tecnologia, a crescente exigência dos consumidores, entre outros fatores, houve uma mudança no paradigma das empresas, exigindo delas uma permanente adaptação a esse novo ambiente”.

Dessa forma, a controladoria atua com o propósito de zelar pela continuidade da empresa e proporcionar resultados econômico e financeiro mais sólidos para atender as exigências dos stakeholders e manter a missão e visão da empresa adequada, assim, a controladoria também possui missão, que de acordo com Crepaldi (2019, p. 34) é “[...] otimizar o processo decisório e garantir informações adequadas aos gestores em busca de uma eficácia gerencial, assegurando a continuidade do negócio da empresa”, ou seja, a controladoria prepara as empresas para atender as exigências de mercado e mantê-la competitiva.

Além disso, uma empresa funciona como um sistema integrado, todas as partes relacionam-se entre si na busca de objetivo único, de forma a não se distanciar do planejamento estratégico. A controladoria é responsável por verificar essas informações e sua veracidade, segregando as melhores informações para a continuidade da empresa e mantendo os gestores informados e atualizados com relação aos relatórios gerenciais e informações necessárias no processo decisório.

Assim, a controladoria tem o objetivo de informar, influenciar e organizar dados para a administração da empresa no processo decisório, mantendo de acordo



com o planejado e concordando com a metas e condições, para promover a eficácia da empresa. De acordo com Crepaldi (2019, p. 40, apud Catelli, 2003) os objetivos da controladoria são:

- Promover a eficácia organizacional;
- Viabilizar a gestão econômica;
- Promover integração das áreas de responsabilidade.

Sendo assim, empresas que aderem à controladoria em seu operacional tem posicionamento diferenciado no mercado, visto que terá mais controle sobre seus planejamentos, visão ampla de mercado, estratégias vencedoras e tudo isso impacta nos custos e por consequência no resultado, garantindo a sustentabilidade do negócio e prosperidade da organização em momentos de grande competitividade.

Mas, para implantação da controladoria em uma empresa é preciso ter quem a exerça e conduza de forma eficiente e com responsabilidade, nesse caso o responsável por executar todas as minúcias desse trabalho é o controller. Crepaldi (2019, p. 41) complementa “o controller tem uma visão ampla da organização e conhece a fundo todas as informações, por isso, sua função é elaborar, analisar e interpretar os relatórios gerenciais de acordo com as necessidades do usuário, que servirão de suporte para tomada de decisões na empresa”.

O controller por ser semelhante a um contador geral e ocupar cargo de responsabilidade dentro da empresa, está bem próximo da alta administração, logo, é sua responsabilidade verificar, analisar e organizar informações relevantes para a cúpula da administração os direcionando para que possam tomar decisões precisas no presente que tem impacto no futuro.

Ao conhecer toda a empresa o controller atua analisando as minúcias e agindo nos detalhes e contribuindo além dos resultados, ao pessoal que o auxilia e às várias áreas de atuação para que todos objetivos sejam concluídos. Desse modo, segundo Padoveze (2013, p. 44) “a atuação do controller deve ser no sentido de informar, formar, educar, influenciar e persuadir, nunca impondo, de tal forma que todos ajam coordenadamente com os objetivos da empresa e, com isso, a empresa será lucrativa e eficaz”.

Portanto, uma empresa que adere a controladoria e possui um controller está mais avançada e propicia a realizar um planejamento estratégico eficiente, ter



controles precisos, relatórios gerenciais fidedignos, compatibilidade maior com o sistema de informação, entre outras, e está lado a lado com a inovação tecnológica e exigência do mercado interno e externo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de manter a empresa competitiva atendendo as exigências de mercado, seja nas minúcias dos processos administrativos, no gerenciamento organizacional, controle de resultados e planejamento estratégico, na busca por otimizar os resultados e aumentar a qualidade de seus produtos para manter posição no mercado interno e externo, é necessário implementar a inovação tecnológica e se adequar as sazonalidades presentes no mercado.

Competitividade sempre será um assunto de extrema importância dentro das empresas, criando assim a necessidade de capacitação e inovação cada vez mais presentes. A controladoria e o profissional que exerce essa profissão de controller, estão atentos aos sinais que o mercado emite, seja para alteração ou continuidade de modelo de negócio, esse papel atribui certa tranquilidade ao administrador.

Portanto, a controladoria será responsável em encontrar medidas para manter a empresa em constante crescimento e fortalecimento, seja na interpretação dos resultados, análise de mercados ou implementação de novos negócios, perseguindo o objetivo de manter os resultados contínuos e sustentáveis e gerando valor aos clientes que são a peça chave de qualquer empreendimento

5 REFERÊNCIAS

PEREIRA, Vaniza; ROJAS, Pablo. **Controladoria**. Porto Alegre: SAGAH, 2016.

CREPALDI, Silvío Aparecido, CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**; 8 ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria avançada**; 1. Ed. – São Paulo: Cengage Learnig, 2010.

Barreto, Maria da Graça Pitiá. **Controladoria na gestão: a relevância dos custos da qualidade**; - São Paulo: Saraiva, 2008.



PEREIRA, Vaniza, ROJAS, Pablo. **Controladoria**; Porto Alegre: SAGAH, 2016.

PADOVEZE, Clóvis Luís, BERTOLICCI, Ricardo Galinari. **Gerenciamento do risco corporativo em controladoria**; 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**; 6. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses doutoradas, dissertações de mestrado, trabalho de conclusão de curso**. Atualização da edição João Bosco Medeiros. – 9. Ed. – São Paulo: Atlas, 2021.



CONTABILIDADE DE CUSTOS E A SUA RELEVÂNCIA

SOUZA, Eliane
MENDONÇA, Douglas

RESUMO:

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar e pontuar a relevância e os pontos positivos que uma gestão de custos consegue proporcionar as empresas e instituições, se tornando essencial para tais. A tipologia da pesquisa é caracterizada como exploratória e qualitativa; também destaca a definição de custos e quais os meios para controlá-los e suas classificações.

Palavra Chave: Planejamento. Informações. Gestão.

INTRODUÇÃO:

Atualmente, diante da enorme competitividade em um mundo globalizado, torna-se cada vez mais necessário que as empresas se adaptem com rapidez ao nível da demanda, baseada em informações precisas e confiáveis. A contabilidade de Custos contém as informações necessárias para garantir a continuidade e estabilidade de empresa, auxiliando na tomada de decisões. “Após a Revolução Industrial, no entanto, com o advento da produção em escala, surgiu a necessidade de mais informações para a administração das empresas, possibilitando um processo decisório mais seguro, respaldado por dados de transações internas e externas às organizações que refletissem as suas tendências.” (GRAÇA, 2011, p.20.)

A partir da Revolução Industrial (século XVIII), se tornou cada vez mais necessário um método de avaliação que demonstrasse a realidade dos custos das indústrias, que anteriormente em sua maioria eram apenas comércio, e registrados de acordo com a Contabilidade Financeira, onde todos os custos eram relacionados a despesas, independentemente de venda de seus produtos. Com o grande desenvolvimento industrial os contadores tiveram que adaptar seus métodos de mensuração, relacionando assim custos como encargos financeiros e salários ao custo do produto.

A contabilidade de Custos pode ser considerada a sub-divisão da contabilidade Geral da entidade, comumente relacionada como sendo um sistema de contas que mostra os elementos de custos que incidem sobre a produção, sendo uma grande arma de controle e decisão gerenciais.



CUSTOS

Em relação a custos, e todos os meios informais há um falso entendimento de que custos e despesas são sinônimos, o que não é verdade, custos e despesas de diferem de várias maneiras. De modo simples podemos dizer que custos é tudo que tem relação com o produto antes do mesmo ser acabado, como matéria prima, mão de obra, energia elétrica, e despesa seriam os gastos relacionados a administração da empresa como, aluguel das instalações, matérias de escritório e conta de internet. O custo integra o produto e pode ser classificado como custo direto e indireto, já despesa reduz o lucro.

“Em se tratando de uma empresa de atividade puramente mercantil, o custo nada mais é do que o valor de compra das mercadorias que forem estocadas para revenda. Incluem-se na constituição desse valor, quando for o caso, fretes, armazenagens, despesas aduaneiras, comissões de despachantes, impostos de importação ou de industrialização etc, e no caso de indústrias o Custo Industrial refere-se a cálculos de formação de custos de produtos que sofrem processos de transformação, de beneficiamento ou de montagem, antes de serem estocados para comercialização. A esse conjunto de processos damos mais especificamente o nome de Industrialização, Produção ou Fabricação. (LIMA E SILVA, 2012, p. 19.)

Os custos podem ser divididos em 4 grupos diferentes, todos eles impactam o custo final de produção, sendo eles custos direto, indireto, variável e fixo.

CUSTO FIXO:

O custo fixo é aquele que existe todo mês, independente da variação das vendas, e pelo nome ser custo fixo não significa que o valor é fixo, ou seja, não significa que seja sempre o mesmo valor. Ele significa que ocorre todo mês e isso independe da quantidade de produtos vendidos ou serviços prestados.

Conforme PEREZ JÚNIOR, OLIVEIRA e COSTA (1999.p.20) os custos fixos são “Os que permanecem constantes dentro de determinada capacidade instalada, independente do volume de produção, ou seja, uma alteração no volume de produção para mais ou para menos não altera o valor total do custo”

Alguns exemplos de custos fixos são: Salário de funcionários, Aluguel de máquinas ou equipamentos envolvidos na confecção de produtos e manutenção de equipamentos.

CUSTO VARIÁVEL:



O custo variável é um gasto que varia de acordo com a quantidade de produtos ou serviços vendidos.

O aumento dos custos variáveis na empresa não são sempre más notícias. Quando as vendas aumentam, você precisa fazer mais produtos ou se preparar para executar uma quantidade maior de serviços. O montante que você gasta em custos variáveis aumenta. Mas, o aumento das vendas também traz mais receita para o seu negócio, e para fazer análises mais abrangentes é possível calcular a margem de contribuição variável.

“A margem de contribuição variável é a diferença entre receita e custos variáveis. Você pode encontrar a margem de contribuição variável com estas três etapas:

- **Etapa 1:** Encontre o preço do produto ou serviço, ou a quantidade que o item vende para o seu negócio.
- **Etapa 2:** Determinar os custos variáveis para o produto ou serviço. Os custos variáveis mudam com suas vendas, incluindo materiais diretos, mão-de-obra direta e despesas de envio.
- **Etapa 3:** Subtrair os custos variáveis do preço. A margem de contribuição variável é a solução para este cálculo (preço – custos variáveis).” (Blog FM25, Educação e Consultoria).

Esse custo sofre alterações em curto prazo como por exemplo os tributos, a matéria-prima, insumos produtivos, trabalho direto e envio e embalagens, outros exemplos de custo variável são: matérias-primas, embalagens, combustível e mão-de-obra temporária.

CUSTO DIRETO:

Entende-se que os custos diretos são aqueles que o gestor consegue identificar e mensurar com facilidade de maneira objetiva, sendo exemplos disso as matérias-primas utilizadas na produção direta do produto, a mão de obra contratada para prestar os serviços fins dessa organização.

“São os custos que podem ser apropriados diretamente aos produtos, e variam com a quantidade produzida” (CREPALDI, 2016, p. 39).

Os custos diretos tem a propriedade de serem facilmente mensuráveis de maneira objetiva. Os custos são qualificados aos portadores finais (produtos), individualmente considerados. Alguns exemplos de custo direto são: matérias-primas, embalagens e mão-de-obra, são os mesmos exemplos dados no tópico custo variável.

CUSTO INDIRETO



Os custos indiretos são aqueles que não necessariamente estão ligados à atividade-fim realizada pela empresa. Isso quer dizer que são custos que interferem na produção, seja do produto ou do serviço, mas que não têm relação direta com estes.

Segundo Bonfim, os custos indiretos “São aqueles incorridos dentro do processo de produção, mas, que, para serem apropriados aos produtos, obrigam o uso de rateios” (BOMFIM e PASSARELI, p. 51,2009). Esses custos não são tão facilmente alocados aos produtos quanto os custos diretos porque, eles precisam de uma forma de rateio que é uma divisão proporcional por uma base que tenha dados conhecidos em cada uma das funções em que se deseja apurar esses custos.

GESTÃO DE CUSTOS

No meio empresarial é imprescindível que os gestores tenham conhecimento dos gastos para a formação do seu produto final, para não ficar dependendo de terceiros. Para esse conhecimento temos a Gestão de custos, que engloba a gestão administrativa e financeira com esse intuito. SANTOS, Aline Alves (2018, p. 10) classifica custos como “Todos os valores investidos em um produto ou serviço para a produção de outros bens e serviços são chamados de custos de produção; ou seja, tais custos abrangem todos os gastos compreendidos na fase de desenvolvimento dos itens”.

A gestão de Custos é a junção de métodos de planejamento e técnicas para se chegar ao produto final com o menor gasto de produção e com a melhor qualidade que se pode obter, pode ser definido como o valor em dinheiro ou equivalente que é utilizado para a prestação de serviços ou produção de produtos, dos quais se espera obter um benefício futuro para a organização.

“A gestão de custos, todavia, está além das técnicas tradicionais da contabilidade. Sob o enfoque contábil, os custos podem ser analisados como Custo Contábil e Custo Gerencial. O Custo Contábil, subordinado à Contabilidade Financeira, está disciplinado por normas legais técnicas (princípios contábeis), fiscais (compulsoriedade na aplicação das leis) e societárias (fatos passados e rigidez formal). O Custo Gerencial, embora não objetive desrespeitar as leis, não está vinculado a elas. Compromete-se com a eficiência pela redução dos gastos, através de estudos e análises voltados para a mudança de processos, gestão financeira adequada e para o



atendimento de questões especiais relacionadas com a logística do atendimento correto aos clientes.” (ANDRADE, 2007, p. 04.)

Um sistema de gestão de custos deve englobar toda a organização, que possui três principais objetivos que são: Fornecer informações que fundamentem as tomadas de decisões, fornecer informações para o planejamento, controle interno e externo e fornecer os cálculos dos custos dos serviços e produtos da entidade. Para que esses três objetivos sejam realizados da maneira mais eficiente possível o primeiro passo é a coleta de informações.

“Informações de custos também são uma entrada básica para o planejamento e controle. Devem ajudar o gestor a decidir o que deve ser feito, por que deve ser feito, como deve ser feito e quão bem está sendo feito. Por exemplo, informações sobre as receitas e os custos esperados para um produto novo podem afetar como o produto é projetado e comercializado. Nesse estágio, as receitas e os custos esperados podem cobrir a vida toda do produto novo. Assim, os custos projetados para o projeto, desenvolvimento, testes, produção, comercialização, distribuição e serviço seriam informações essenciais. Finalmente, informações de custos são uma entrada crítica para muitas decisões gerenciais. Por exemplo, um gestor pode precisar decidir se deve continuar a fazer um componente internamente, ou se deve comprá-lo de um fornecedor externo. Nesse caso, o gestor precisaria saber o custo de materiais, mão-de-obra, e outras entradas de produção associadas com a manufatura do componente, e quais desses custos deveriam desaparecer se o produto não for mais produzido. Também são necessárias informações com relação ao custo de compra do componente, incluindo qualquer aumento no custo por atividades internas como recebimento e o armazenamento de produtos.” Hansen, Don R. (pagina 57, ano 2009)

Não importa o valor, vale registrar tudo que entra e sai da empresa, de forma organizada e rotineira, assim se obtém dados seguros para análises mais precisas e efetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Após a dissertação acima é possível identificar que a Contabilidade de Custos gera para as empresas vários benefícios de curto e longo prazo, alguns deles são o crescimento da lucratividade, impacto direto na redução de custos, competitividade de mercado com os concorrentes porque, tendo mais capital em caixa é possível investir mais em seus produtos e serviços, e diminuir os riscos para sustentabilidade do negócio.

REFERÊNCIAS:

PEREZ JUNIOR, José Hernandes; OLIVEIRA, Luís Martins de; COSTA, Rogério Guedes. Gestão estratégica de Custos. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

<https://www.fm2s.com.br/o-que-sao-custos-variaveis/>



CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso Básico de Contabilidade de Custos, 5ª Edição, Editora Atlas, São Paulo, 2016.

BOMFIM, Eunir de Amorim. PASSARELLI, João. Custos e Formação de Preços, 6ª Edição, IOB, São Paulo, 2009.

Gestão de custos [recurso eletrônico] /Aline Alves...[et al.]; [revisão técnica: Lilian Martins]. – Porto Alegre: SAGAH, 2018.

<http://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Rafael-Silva-de-Andrade-Gest%C3%A3o-de-Custos-Ferramenta-Otimizadora-de-Resultados.pdf>

Hansen, Don R. Gestão de custos / Don R. Hansen, Maryanne M. Mowen; tradução Robert Brian Taylor ; revisão técnica Elías Pereira. -- São Paulo: Cengage Learning, 2009.

SILVA, Moacyr de Lima. **Custos**: Contabilidade Descomplicada. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536520568/>. Acesso em: 07 out. 2021.



APLICANDO CONTABILIDADE DE CUSTOS EM UMA MICRO EMPRESA.

DE CARVALHO, Bruno Frois
SABINO, Fabrício Sena

RESUMO:

A contabilidade pode ser aplicada em qualquer negócio, de qualquer ou tamanho. Esse trabalho tem como objetivo demonstrar de forma prática e direta como a contabilidade pode oferecer ferramentas úteis para uma empresa de fabricação de artefatos de cimentos para uso em construção, gerenciar e controlar seus custos em busca de maximizar seus lucros.

Palavras-chave: Contabilidade. Gerenciar. Controlar. Lucros. Negócio.

1. INTRODUÇÃO

A Contabilidade é uma ciência social, de acordo com Osni Moura, a Ciência Contábil (2013, p. 16), “tem como objetivo o estudo e o controle do patrimônio e das suas variações visando fornecer informações úteis para as tomadas de decisões”. A todo momento, usuários precisam tomar decisões: algumas pequenas, outras grandes. Muitas vezes essas decisões podem ser certas ou erradas. Para minimizar os riscos de tomar uma decisão errada, a contabilidade vem com suas ferramentas para subsidiar as decisões baseadas em informações.

Essas informações estão todas concentradas em Sistemas de Informações, segundo Kennevan (1978):

por ser um método organizado para promover informações passadas, presentes e futuras, relacionadas com as operações internas e os serviços de inteligências externas, oferecendo o suporte necessário para as funções de planejamento, controle e operação.

Sem informações, a contabilidade não tem fundamento algum. Por meio das informações uma empresa é capaz de estabelecer padrões e medidas de desempenhos para que as decisões adotadas sejam compatíveis com os seus objetivos e metas, conforme afirma Barreto (2008).



Conforme uma empresa cresce, ela precisa criar sistemas internos, pois, de acordo com Catelli (1999): “[...] ela possibilita o aperfeiçoamento e a agilidade da ação dos gestores de maneira eficiente, por meio de informações vitais para o sucesso da empresa”. Padoveze e do Padro (2020), acrescenta a respeito da importância da Controladoria: “tem como missão suportar todo processo de gestão da empresa objetivando as otimizações dos resultados planejados”.

Todos esses recursos pontuados, contribuem para a gestão dos custos. A contabilidade de custos tornou-se indispensável para qualquer negócio, pois de acordo com Crepaldi (2011), “ela fornece informações para o estabelecimento de padrões, orçamentos ou previsões e, ainda, para acompanhamento da execução dos gastos no processo produtivo e confrontação com os valores previstos.”

Diante disso, o objetivo desse trabalho é manifestar através de estudos e análises que qualquer empresa pode se beneficiar do uso dos recursos contábeis para desenvolver-se economicamente, de forma que possa apresentar a realidade dos empresários e apresentar possibilidades de reduzir e controlar melhor seus custos, além de apresentar soluções para controle e gerenciamento dos custos de fixos e variáveis.

2. DESENVOLVIMENTO

A contabilidade precisa ser aplicada, testada e validada. Para isso, é preciso prática para coletar resultados e investigar com mais informações o que os números dizem. Por isso, foram realizados dois métodos de pesquisas para realizar o estudo de caso: qualitativa e quantitativa. A respeito do método qualitativo, Flick (2009), diz:

[...] pesquisa qualitativa é uma atividade que consiste em um conjunto de práticas interpretativas que tornam o mundo visível, ou seja, com base na situação da empresa de fabricação de artefatos de cimentos, vamos observar e formular soluções para que os objetivos propostos sejam satisfeitos.

Por outro, falando sobre método quantitativo, Flick (Apud Kromrey 2009, p.23), fala que:

[...] procedimento estritamente orientado para o objetivo, que visa à ‘objetividade’ dos seus resultados por meio de uma padronização de todos os passos na medida possível, e que poste uma verificabilidade intersubjetiva como a norma central para a garantia da qualidade.



Neste trabalho, a proposta é medir e qualificar as informações para propor a melhor solução para os custos da empresa. Afinal, a contabilidade é isso: tomar decisões baseadas em informações.

A Contabilidade de Custos pode causar muitos efeitos positivos em uma microempresa, especialmente, do segmento de indústria que envolve custos fixos e variáveis, ligado a produção dos artefatos de cimentos para uso em construção civil porque irá possibilitar entender de forma prática como os pilares fundamentados nesse trabalho possam contribuir para o desenvolvimento econômico e financeiro.

Cada um desses pilares possuem grande importância para uma microempresa, mas podemos destacar 3 áreas que fazem a diferença para que a aplicação da contabilidade de custos seja eficiente: controle interno, sistemas de informações e gestão de custos.

Portanto, iremos propor soluções para ajudá-los a formar seu preço de venda que seja lucrativo através de sistemas de informações para que seja possível ter um histórico e que possibilite o gerenciamento e o controle de forma mais assertiva, eficiente e rápida.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Maria da Graça Pitiá. Controladoria na gestão: a relevância dos custos da qualidade. São Paulo: Saraiva, 2008.

CATELLI, Armando. Controladoria - Uma abordagem da Gestão Econômica GECON. São Paulo: Atlas, 1999.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria Contábil: teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KENNEVAN, J. A. Design for management information systems. Management Science. 1970.

KROMREY (2006)

PADOVEZE, Clóvis Luis; DO PRADO, Eduardo Vieira: Contabilidade e gestão de unidades de negócio. São Paulo: Almedina, 2020.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade geral fácil - 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.



PLANO DE CARREIRA

CARDOSO, Eder Luiz da Silva
MARTINS, Rodrigo de Paiva

RESUMO: O plano de carreira é utilizado dentro das organizações para determinar qual caminho cada funcionário devera percorrer dentro da empresa, determinando quais as competências necessárias para cada posição hierárquica. Esse plano deve proporcionar a cada funcionário a possibilidade de se desenvolver cada vez mais, podendo saber por quais etapas passará na hierarquia da empresa e definir quanto tempo ficara em cada uma delas, de modo a valorizar o potencial de casa colaborador individualmente. Sendo assim o Plano de Carreira e salários é um programa que possibilita a empresa a organizar os cargos de acordo com sua relevância para o negócio da organização. A empresa pode iniciar um Plano de Carreira fazendo uma avaliação interna, para saber qual é seu ambiente para que seus colabores tenham melhor desempenho funcional e ocorra um desenvolvimento em larga escala trazendo benefícios tanto para a organização quanto para seus colaboradores. Outro benefício do plano de carreira é motivar os funcionários a buscarem se interessar mais pelos processos da empresa, além de proporcionar salários compatíveis com o mercado, autonomia de equipes, entre outros.

Palavras-chave: Plano de Carreira, Recursos Humanos

DESENVOLVIMENTO

O plano de carreira surge mito pela valorização do capital humano em uma empresa, e está diretamente ligado com seu planejamento estratégico corporativo. Trata-se, portanto, de uma interligação entre as estratégias, interesses e expectativas de uma empresa em relação aos seus colaboradores.

Para Pestka (2015, p. 18) entende-se por plano de carreira a estrutura formal e registrada por meio de documentos de todas as etapas que envolvem a vida profissional de uma pessoa de acordo com as suas necessidades e metas, estabelecendo em cada estágio os objetivos a serem alcançados.



De acordo com Moura, Lopes e Barbosa (2016, p. 9) “o plano de carreira é um documento que possui diversas finalidades, em destaque a função de instruir as organizações, e principalmente os colaboradores a gerirem suas carreiras de forma que traga benefício para ambos”.

A principal tarefa do plano de carreira é colocar a pessoa no caminho certo para que esta consiga alcançar o sucesso, programando o crescimento de forma eficaz. É um meio que possibilita a programação do tempo necessário para alcançar os objetivos traçados e avaliação dos conhecimentos de tal pessoa. (SOUZA, 2015, p. 5)

O plano de carreira permite a empresa em desenhar os cargos e salários e planejar de maneira clara e objetiva suas estratégias voltadas para os recursos humanos deixando-a competitiva no mercado. Para tanto, é fundamental que tanto empresa quanto colaborador compreendam as metas e objetivos a serem alcançados, e saibam qual o papel de cada um neste processo, daí a importância de um plano de carreira bem definido.

A essência do plano de carreira consiste em dar rumo à vida profissional de cada colaborador. Planejando cada passo a ser desenvolvido pelo mesmo e como desenvolver, porém se o plano de carreira não for elaborado de uma forma eficaz de nada valerá, pois ao invés de dar rumo para o profissional ele acaba fazendo efeito contrário. Para que isso não ocorra o colaborador e a organização tem que ter plena consciência de quais são suas metas e objetivos a serem alcançados. (MOURA, LOPES E BARBOSA, 2016, p. 9)

Corroborar Souza (2014, p. 26) que o plano de carreira “abrange diversos fatores, que podem ser sintetizados na identificação e satisfação das necessidades dos colaboradores dentro do ambiente de trabalho e também das organizações perante o mercado de trabalho”.

Uma organização eficiente e moderna sabe da importância que o plano de carreira oferece aos seus colaboradores. Com o mercado atual cada vez mais competitivo é essencial que as empresas motivem seus funcionários e oportunize o seu desenvolvimento e crescimento tanto com relação à remuneração quanto à profissão. Neste contexto, o plano de carreira se torna uma ferramenta não somente



para valorização profissional, mas, também colabora com a robustez da marca no mercado.

5.1 ELABORAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA

Como já dito anteriormente, o plano de carreira é uma ferramenta que permite a empresa tornar-se competitiva no mercado, tendo em vista que tal ferramenta é voltada ao material humano disponível no quadro da organização. Mas para que haja eficácia na sua execução é de suma importância que seja elaborado antes de ser implementado.

Para elaborar o plano de carreira, é essencial que a empresa reconheça seus pontos fracos e fortes em cada setor, e com base nessa análise determine metas para seus funcionários. Neste contexto, de acordo com Souza (2015, p. 10) “analisa-se então a importância de se elaborar um plano de carreira [...] para que não haja transferência da pessoa para um cargo menor ou até que aconteça a demissão”.

De acordo com Lima, Machado e Estender (2015, p. 3) a responsabilidade na elaboração do plano de carreira deve partir “da própria organização. Cabendo a esta ainda a definição deste plano e das trajetórias que serão construídas a partir dele para fomentar o crescimento profissional do colaborador”. Portanto, cabe a empresa analisar e elaborar o plano de carreiras com base nas metas e objetivos estabelecidos.

Para elaboração e implementação do plano de carreira deve-se levar em consideração alguns pontos, conforme afirmam Moura, Lopes e Barbosa (2016, p. 09, *apud*, Oliveira, 2009).

Análise do mercado atual e futuro, estabelecimento da visão, estabelecimento de valores pessoais, identificação de oportunidades e ameaças, debate de cenários, análise da vocação profissional, análise da capacitação profissional, estabelecimento da missão e dos focos da atuação, estabelecimento da postura estratégica, análise dos concorrentes, estabelecimento da vantagem competitiva, estabelecimento dos objetivos e metas, estabelecimento das estratégias e dos projetos, estabelecimento do código de ética profissional, estabelecimento de políticas, análise da evolução profissional, estratégias para aprimoramento e qualidade total do plano de carreira.



A elaboração de um plano de carreira deve ser pensada estrategicamente. Cada etapa deve ser desenvolvida com base nos objetivos e metas da empresa e em como ela deseja que o funcionário atue principalmente: quais os requisitos que o colaborador deve possuir para cada fase do plano.

Portanto, o plano de carreira não pode somente ser elaborado para que a empresa o tenha arquivado e registrado, ele precisa ser desenvolvido com base em informações reais e em uma série de fatores que o torne efetivamente executável. Esta ferramenta tem sido cada vez mais aplicada pelas empresas no mercado atual, sua principal função é fazer com que os colaboradores se sintam motivados para o trabalho, o que permite a empresa a se tornar mais forte no mercado.

CONCLUSÃO

A contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio. Na antiguidade praticada na contagem de animais e atualmente uma das ferramentas essenciais para gestão de empresas e claro controle patrimonial. Neste contexto, inclui-se os recursos humanos, que também é tratado como patrimônio empresarial intangível, ou seja, é o conteúdo intelectual da empresa.

Diante da importância dos recursos humanos para o desenvolvimento e principalmente crescimento da organização no mercado, o plano de carreira surge como uma ferramenta fundamental para valorização e motivação dos colaboradores. Tal ferramenta possibilita o melhor aproveitamento do capital humano disponível, além de proporciona a empresa posicionamento no mercado de maneira sólida e competitiva.

Portanto, um plano de carreira bem desenvolvido deve ser pensado em nível estratégico com o objetivo de contribuir de maneira eficiente para que a empresa se destaque no mercado. Quanto mais a empresa investe na motivação de seus colaboradores melhores resultados deverá colher futuramente, tendo em vista que o capital intelectual presente nas empresas tem se tornado o diferencial no que se refere ao mercado atual, e que o desempenho de seus colaboradores é o que determina seu sucesso ou fracasso diante de um ambiente exigente.

REFERÊNCIAS



ALMEIDA, Marcelo Almeida. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 533 p. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/61293288/auditoria-um-curso-moderno-e-completo-8-edicao-almeida-marcelo-cavalcanti>. Acesso em: 15/05/2021.

BARROSO, Deivson Vinicius. **Teoria da Contabilidade**. Teoria da Contabilidade. UFBA - Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância. Salvador/BA, 2018. 117 p. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553593/2/eBook%20FCCC58-Teoria%20da%20Contabilidade.pdf>. Acesso em: 10/05/2021.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Secretaria de Controle Interno. **Manual de controle interno**. Brasília/DF - Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 47 p. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/download/pdf/manualdeauditoria2012.pdf>. Acesso em: 12/05/2021.

CALDEIRA, Nilcelia Bento; MENDES, Daniel Hassel. **A importância do controle interno na gestão das organizações**. Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica). Anápolis/GO, 2018. 32 p. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/8233/1/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DO%20CONTROLE%20INTERNO%20NA%20GEST%C3%83O%20DAS%20ORGANIZA%C3%87%C3%95ES.pdf>. Acesso em: 12/05/2021.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **História dos congressos brasileiros de contabilidade / Conselho Federal de Contabilidade**. 3. ed. Brasília/DF, 2016. 236 p. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_congressos_2012.pdf. Acesso em: 12/05/2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 650 p. Disponível em: <https://redeprocurso.com.br/docs/T%C3%89CNICO%20EM%20ADMINISTRA%C3%87%C3%83O/M%C3%B3dulo/teoria-geral-da-administracao-chiavenato.pdf>. Acesso em: 15/05/2021.



COSTA, Caio Soares. **Gestão de custos: a influência na área empresarial.** FEMA-Fundação Educacional do Município de Assis. Assis/SP, 2015. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1211390941.pdf>. Acesso em: 22/06/2021.

DAMIANI, Natália Cristiane De Souza. **Controles internos: conceitos e técnicas para implementação em empresas.** Universidade Federal De Minas Gerais (Faculdade De Ciências Econômicas), Belo Horizonte/MG, 2011. 44 p. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EMAE-98LHUM/1/monografia_controles_internos_nat_lia_damiani.pdf. Acesso em: 13/05/2021.

DANTAS, Laysa Raphael; SILVA, Letícia Fidelis; BARBUTE, Maria Fernanda Santana. **Gestão de folha de pagamento: análise de redução de custos trabalhistas e possíveis passíveis contingentes Baby's Gula Restaurante LTDA – Lins-SP.** Monografia UniSAlesiano. Lins/SP, 2018, – 84 p. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/62116.pdf>. Acesso em: 18/06/2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Custo do Trabalho no Brasil Proposta de uma nova metodologia de mensuração: relatório final maio/2012.** Disponível em: [https://cmicro.fgv.br/sites/cmicro.fgv.br/files/file/Custo%20do%20Trabalho%20no%20Brasil%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final\(1\).pdf](https://cmicro.fgv.br/sites/cmicro.fgv.br/files/file/Custo%20do%20Trabalho%20no%20Brasil%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final(1).pdf). Acesso em: 17/06/2021.

HICKMANN, Jorge Fernando. **Controle interno nas organizações.** Universidade Federal de Santa Maria – Centro de Ciências Sociais e Humanas. Santa Maria/RS, 2005. 17 p. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2130/Hickmann_Jorge_Fernando.pdf?sequence=1. Acesso em: 12/05/2021.



IIDA, Elaine Akemi; CREPALDI, Paola Guariso. **História da contabilidade**. 12 p. disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arg-idvol_54_1529444950.pdf. Acesso em: 10/05/2021.

LIMA, Gilvaneide Maria de; MACHADO, Daniela; ESTENDER, Antonio Carlos. **Plano de carreira e plano de remuneração para motivação e retenção de talentos**. XII SEGeT - Simpósio de Excelência em Gestão Tecnológica, 28-30/out. Porto Alegre/RS, 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/6227.pdf>. Acesso em: 20/06/2021.

LOUREIRO, Diogo Pavan Brito. **A importância dos controles internos nas organizações**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/RS, 2010. 22 p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27239/000763044.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15/05/2021.

MACHADO, Marcos William Kaspchak. **Controladoria, gestão de custos e finanças**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2018. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2018/12/E-book-Controladoria-Gest%C3%A3o-de-Custos-e-Finan%C3%A7as.pdf>. Acesso em: 13/06/2021.

MAGALHÃES, Joice de; CIUPAK, Clébia. **Separação e classificação de custos e despesas: o desafio de um bovinocultor de gado de corte no Município De Chapada Dos Guimarães – MT**. Disponível em: https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/486/1/TCCP_2015_Joice%20de%20Magalh%C3%A3es.pdf. Acesso em: 15/06/2021.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 269 p. Disponível em: <https://idoc.pub/documents/contabilidade-basica-jose-carlos-marion-10-ed-1pdf-d49o122o1849>. Acesso em: 16/05/2021.

MEDEIROS, Kamila Vargas; HARTMANN, Vando Knob; DRUZIAN, Bruno Siqueira; DALONGARO, Roberto Carlos. **A evolução da profissão contábil**. 2º



Encontro Missionário de Estudos Interdisciplinares em Cultura (EMICULT), 25 A 26/ago, V. 2. 15 p. URI São Luiz Gonzaga/RS, 2016. Disponível em: <http://omicult.org/emicult/anais/wp-content/uploads/2016/11/A-EVOLU%C3%87%C3%83O-DA-PROFISS%C3%83O-CONT%C3%81BIL-2.pdf>.

Acesso em: 10/05/2021.

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor; BARBOSA, Marcus Vinicius. **O plano de carreira utilizado como estratégia pelas organizações como ferramenta motivacional e de desenvolvimento organizacional**. XII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 31/out a 01/nov. Porto Alegre/RS, 2016. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/15249.pdf>.

Acesso em: 22/06/2021.

MUNIZ, Ian. **Introdução à contabilidade**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/RJ. 2015. 63 p. Disponível em: https://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/u100/introducao_a_contabilidade_2015-2.pdf. Acesso em: 11/05/2021.

OLIVEIRA, Mateus de Melo *et al.* **Principais tipos de planejamento e controle empresarial**. XII EEPA – Encontro de Engenharia de Produção Agroindustrial. 20-22/nov/2018. Campo Mourão/PR. Disponíveis em: http://anais.unespar.edu.br/xii_eeepa/data/uploads/artigos/6-engenharia-organizacional/6-04.pdf. Acesso em: 16/05/2021.

PEREIRA, Amanda Carolina Silva. **A importância do controle interno: estudo de caso numa microempresa localizada no município de Campina Grande-PB**. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande/PB, 2017. 26 p. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/15496/1/PDF%20-%20Amanda%20Carolina%20Silva%20Pereira.pdf>. Acesso em: 16/05/2021.

PEREIRA, Filipe Matos Rodrigues. **Encargos sociais e custos do trabalho: uma análise comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos: diferenças na legislação e os impactos na economia**. Universidade de Brasília/DF, 2017. 58 p.



disponível em:
https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18933/1/2017_FilipeMatosRodriguesPereira.pdf.

Acesso em: 21/06/2021.

PESTKA, Luana machado. **Planejamento e gestão de carreira: um estudo com acadêmicos**. Centro Universitário UNIVATES. Lajeado/RS, novembro/2015. 96 p. disponível em:
<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1020/1/2015LuanaMachadoPestka.pdf>.

Acesso em: 20/06/2021.

POZZER, Lucas. **Contabilidade de custos como ferramenta de gestão em uma empresa de transporte rodoviário de passageiros, viagens e turismo**. Tapejara/RS, 2019. Disponível em:
<https://www.fatrs.com.br/faculdade/uploads/tcc/1051a3b86a67f7ee455ab5e77770f1af.pdf>. Acesso em: 14/06/2021.

SABINO, Ludymilla Andressa Mendonça; CUNHA, Norival Carvalho. **Remuneração e salário numa abordagem administrativa**. Revista Getec, v.5, n.10, p.1-11. Campinas/SP, 2016. Disponível em:
<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/getec/article/view/785/559>. Acesso em: 18/06/2021.

SANTOS, Jailma Carvalho dos; BÔAS, Ginda Klaus Emerick Vilas; MORAES, Luciana da Silva. **A importância do controle interno na gestão das pequenas empresas**: um estudo de caso realizado em uma empresa de pequeno porte, do ramo de consultoria na cidade de Barreiras – BA. 2012, 18 p. Disponível em:
<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigojhay281112.pdf>. Acesso em: 14/05/2021.

SANTOS, Marinéia Almeida dos. **Contabilidade de custos**. UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância. Salvador/BA, 2018. 103 p. Disponível em:



<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/30859/1/eBook%20Contabilidade%20de%20Custos%20UFBA.pdf>. Acesso em: 14/06/2021.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa. **Dicionário financeiro**. 2011. 29 p. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/dicionariofinanceiro.pdf>. Acesso em: 12/05/2021.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Contabilidade Geral**. 3. ed. Ver. Amp. Departamento de Ciências Contábeis da Administração/UFSC. CAPES:UAB. Brasília/DF, 2015. 124 p. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401374/1/contabilidadegeral_web-atualizado.pdf. Acesso em: 16/06/2021.

SILVA, Jandeson Dantas da; COSTA, Wênyka Preston Leite Batista da; SILVA, Sergio Luiz Pedrosa; OLIVEIRA, Leônidas Lamartine Fernandes de. **Gestão de custos como ferramenta de planejamento e controle**: um estudo no Jornal Gazeta do Oeste em Mossoró/RN. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/3689/3690>. Acesso em: 13/06/2021.

SILVA, Leonardo dos Santos da. Apuração dos custos do principal produto oferecido por uma empresa do ramo alimentício baseado no custeio variável. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2008. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis292197.pdf>. Acesso em: 15/06/2021.

SOUZA, Bruna Florindo Vieira de. **Planejamento estratégico da carreira profissional**. V Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano. 06 a 09/out, Lins/SP, 2015. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/simposio2015/publicado/artigo0125.pdf>. Acesso em: 21/06/2021.



SOUZA, Luan Henrique Fernandes de. **As vantagens da elaboração e a implementação do Plano de Carreira dentro da empresa.** Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA. Assis/SP, 2014. 43 p. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1011260557.pdf>. Acesso em: 21/06/2021.

VASCONCELOS, Luiz Antônio Teixeira; VOLPATO, Luiz Antonio. **Salários e encargos trabalhistas ou sociais: os custos do trabalho nos processos produtivos.** VII Congresso Brasileiro de Custos – Recife, PE, Brasil, 2 a 4 de agosto de 2000. 19 p. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/3043/3043>. Acesso em: 19/06/2021.



OTIMIZAÇÃO DOS CUSTOS PARA A MAXIMIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DOS LUCROS.

BERTELLI, Leonardo Henrique

RESUMO: A produção no cenário empresarial é considerada o coração para uma empresa, pois ela está diretamente ligada ao setor de marketing e financeiro. Por esse motivo deve-se possuir um controle bem feito nesta área, para evitar desperdícios de material que é utilizado para atender no processo e a demanda de seus clientes. Com base nisso, será realizada uma análise para controlar os custos na produção com intuito de maximização do lucro, sem perder a qualidade do produto ofertado ao seu público, além de otimizar seu processo de produção.

Palavras-chave: Controlar 1. Custo 2. Lucro 3. Produto 4.

1 INTRODUÇÃO

A administração de produção pode ser considerada a função principal de uma organização, podemos defini-la como o coração de empresa de pequeno, médio e grande porte, pois ela está diretamente ligada ao setor de marketing, financeiro e ao principal objetivo, que é a entrega de seu produto com a qualidade e valor adequado aos seus clientes. Devido sua importância, a empresa precisa dispor de um controle bem feito nesta área, para evitar desperdícios de materiais que são utilizados no processo de produção e atender a demanda de seus clientes.

Neste trabalho o objetivo é analisar a produção e os custos de uma empresa de pequeno porte que está inserida no ramo alimentício que também oferta serviços de garçom. Desta forma é uma análise que será feita para controlar os custos na produção com intuito de maximização do lucro, sem perder a qualidade do produto ofertado ao seu público.

2 DESENVOLVIMENTO

Para a realização do presente trabalho, foi analisada uma empresa de pequeno porte de produtos alimentícios e serviços de garçons localizada no município de Faxinal, no estado do Paraná, que atende diversas cidades quando necessário. O enfoque da pesquisa será levantado apenas na venda dos produtos alimentícios, com o objetivo de levantar um controle de custos eficiente.

Desta forma foi efetuado um levantamento dos custos nesta organização no período de duas semanas, com intuito de analisar os produtos que mais possuem em venda. Para analisar esta demanda foi elaborado um levantamento junto com a proprietária da empresa analisando todo os pedidos que são efetuados por meios de



comunicação ou até presencialmente. A ferramenta que foi desenvolvida, coletando estes dados durante este período, foi uma planilha no Excel com base nas receitas.

A gestão de custos está totalmente interligada ao lucro que a empresa almeja com seus produtos ofertados, ou seja, cada organização é livre para almejar o percentual de lucro que veja ser lucrativo baseado neste controle pois desenvolvendo essa ferramenta possibilita saber todo custo produtivo e ver quanto pode ser a porcentagem que terá prejuízo ou lucro. Abaixo segue uma demonstração de como foi elaborada essa planilha de custos sugerida.

Foto 01: Elaboração do cálculo do custo

Receita Bolacha de Nata				
Massa				
Ingredientes	Quantidade	Unidade de Medida	Valor	Custo
Ovos	10	uni	16,00	5,33
Nata	500	g	8,00	4,00
Margarina	500	g	6,45	3,23
Açúcar Refinado	1	kg	4,50	4,50
Coco	100	g	5,45	0,55
Pó Royal	40	g	8,50	0,34
Salamoniaco	100	g	1,50	0,15
Amido de Milho	1	kg	8,40	0,01
Trigo	500	g	17,00	8,50
Embalagem				
	Quantidade	Unidade de Medida	Valor	Custo
Embalagem	1	uni	79	1,58
Custo total				
Componentes	Valor			
Massa	26,60			
Embalagem	1,58			
Total	28,18			

Fonte: Leonardo Bertelli, 2021.

Conforme Slack (2009, pg. 04) “A administração de produção é responsável por gerir os recursos destinados a produção transformando em bens e serviços”. Ou seja, o gestor desta área deve conhecer a capacidade de seus maquinários e seus subordinados produzir por minuto, estes aspectos devem ser conhecidos para medir o que pode ser feito para alcançar a demanda solicitada pelo seu consumidor, buscando satisfazer a organização com um controle desta área.



Para a área e o controle da produção o controle de custos é uma das mais importantes ferramentas, pois está totalmente interligado a receita da produção e na transformação, o que irá impactar significativamente em seu resultado operacional. Segundo BRUNI e FAMÁ (2003, pg. 25) “ custos representam todos os gastos relacionados nos bens ou serviços utilizados na produção dos produtos, bens ou demais serviços. ” Ou seja, está relacionado diretamente aos produtos serviços produzidos pela empresa.

Ao falar de custo pode acabar confundindo com despesas, no entanto existe uma diferença entre esses dois conceitos. Conforme BRUNI e FAMÁ (2003, pg. 27) “ as despesas estão relacionadas no consumo do momento, ou seja, temporário. ” Com isso citado fica explicado a diferença entre custo e despesas, pois a parte de custo está ligada diretamente na produção, já a despesas está interligada no momento que pode acontecer ou não um exemplo é assuntos relacionados ao administrativo.

Quando analisado a questão de custos possui uma divisão em dois que é denominado como diretos (variáveis) ou indiretos (fixos). Conforme citado anteriormente os custos fixos não tem relação direta com a produção, ou seja, a demanda não irá interferir nos gastos que não sofrerão alteração no valor, já os custos variáveis, ao contrário dos custos fixos, sofrerão alteração de acordo com a quantidade produzida, ou seja, a demanda irá interferir diretamente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma a gestão de custo é uma ferramenta totalmente interligado a produção na empresa, pois ela geriu o controle da produção como as medidas que é utilizado em cada receita para chegar ao produto final.

Com isso ao desenvolver este controle observa que o ramo alimentício é um ótimo cenário para desenvolver esta forma de gerir os custos, pois para cada receita a uma diversidade de produtos utilizados e sabendo quanto gasta e controla para atender sua demanda é algo extremamente satisfatório.

4 REFERÊNCIAS

BRUNI, A.L.; FAMÁ, R. Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12c e Excel. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da Produção. 3ª edição – São Paulo: Atlas 2009.



CONTABILIDADE DE CUSTOS: APLICADA EM UMA EMPRESA DO RAMO DE ÓTICAS DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR

OLIVEIRA, Ana Caroline Barbosa
DOMINGUES, Suellen Regina

RESUMO: Essa pesquisa abordou o tema "Planejamento de Custos", visando entender o conceito do mesmo, e a forma em que se apresenta na empresa no dia-a-dia. No decorrer do texto é aprofundando o tema de extrema importância que são os custos fixos, variáveis, custos diretos e indiretos. Tem, portanto, como objetivo, utilizar o método de gestão de estoque, aplicando a metodologia de coleta de informações através de pesquisa bibliográfica e análise documental.

Palavras-chave: Contabilidade de Custos. Estudo de caso. Gestão de estoque. Análise de custos.

1 INTRODUÇÃO

Nesse trabalho será abordada a contabilidade de custos e gestão de estoques, e, depois de apresentar a fundamentação teórica sobre os temas, será realizado um estudo, onde será feita uma análise dos custos e dos estoques de uma empresa que atua no ramo de óticas, localizada no município de Ivaiporã/PR.

2 CONTABILIDADE DE CUSTOS

2.1 Custos

Os custos, assim como as despesas, são peças importantes na gestão de custos, e, é preciso que se estabeleça um conceito de custos, assim como apresentar algumas características do que os custos envolvem. Diante dos estudos, entende-se que os custos envolvem todo gasto aplicado na produção de bem ou serviço, ou seja, está relacionado ao desembolso aplicado diretamente na produção do bem.

Isso pode ser comprovado nas palavras de Lopes (2014, p. 12-13), que diz que “entende-se como custo todo desembolso aplicado diretamente sobre o produto vendido, ou seja, tudo o que se aplicou diretamente na produção do bem, é custo”. Neste mesmo sentido e concordando com Lopes (2014), Marion e Ribeiro (2011) também fala que quando os gastos realizados pela empresa, são efetuados no intuito



de obter bens e serviços, e que são aplicados diretamente na produção de outros bens, estes correspondem aos custos.

Desta forma, é possível entender, como visto acima, que o custo se refere aos gastos efetuados com a produção do produto ou serviço de uma organização, na produção de um bem. Outro autor que define os custos da mesma forma como os citados acima é Martins (2003), colocando de maneira bastante clara sua definição sobre custo:

Custo — Gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços. O Custo é também um gasto, só que reconhecido como tal, isto é, como custo, no momento da utilização dos fatores de produção (bens e serviços), para a fabricação de um produto ou execução de um serviço. (MARTINS, 2003, p. 17)

Porém, para melhor entender o que são os custos dentro da organização, é importante apresentar alguns exemplos, como quando a matéria-prima foi um gasto em sua aquisição, que de forma imediata se tornou um investimento, e assim permaneceu durante o tempo em que ficou em estoque. Então, no momento em que é utilizada na fabricação de um bem, surge o Custo da matéria-prima como parte integrante do bem elaborado, onde este, por sua vez, é de novo um investimento, já que fica ativado até sua venda. (MARTINS, 2003).

2.2 Custo fixo, variável, direto e indireto

Existem várias classificações de custo, sendo elas as de custo fixo, custo variável, custo indireto e custo direto, e, cada uma delas é muito importante dentro da contabilidade de custos, pois, independentemente do método de custeio escolhido pela empresa, pois custos serão sempre custos. E, o primeiro custo a ser abordado serão os custos fixos, que, de acordo com Marion e Ribeiro (2011, p. 52-53), “são aqueles que permanecem estáveis independentemente de alterações no volume da produção. São custos necessários ao desenvolvimento do processo industrial em geral, motivo pelo qual se repetem todos os meses do ano”.

Assim sendo, são considerados custos fixos, aqueles que ocorrem independentemente se ocorre ou não produção na empresa, ou seja, mesmo que não exista uma atividade de produtividade. São considerados exemplos de custos fixos, o aluguel da fábrica, o IPTU ou a depreciação da edificação (conforme o caso) e, ainda,



salários de faxineiros, seguranças e porteiros da fábrica. É importante destacar que os custos fixos não sofrem variação em relação ao volume de produção, porém, podem sofrer variação nos valores com o passar do tempo, de acordo com as variações que podem ocorrer nos itens que o compõem. (SANTOS, 2015)

Os custos variáveis, são aqueles que sofrem variação em decorrência do volume de produção ocorrido na organização, ou seja, quanto maior for o volume de produtos fabricados em um período, maiores serão os custos variáveis. (MARION e RIBEIRO, 2011)

Santos (2015), fala que os custos variáveis que tem seus valores alterados em função do volume que a empresa apresenta em um período de produção, sendo em unidades de produto, produtos ou fabricadas. Como exemplos de custos variáveis estão as matérias primas consumidas na produção, representando um custo variável, pois quanto mais unidades se produz, maiores serão os custos com sua aquisição.

Outro custo a ser abordado, que também é muito importante conhecer sua definição dentro da contabilidade de custos, são os custos diretos. Eles são aqueles que podem ser identificados no custo aplicado do produto e são definidos como os custos que não precisam de rateio. (SANCHES *et al*, 2018)

Sobre os custos diretos, Marion e Ribeiro (2011), falam sobre eles, definindo-os como gastos com materiais, além de apresentar outras características deste custo:

Custos diretos compreendem os gastos com materiais, mão de obra e gastos gerais de fabricação aplicados diretamente na fabricação dos produtos. São assim denominados porque suas quantidades e valores podem ser facilmente identificados em relação a cada produto fabricado. (MARION e RIBEIRO, 2011, p. 50)

Como pode ser observado nas palavras de Marion e Ribeiro (2011), este tipo de custo pode ser facilmente identificado em cada produto fabricado, e, neste mesmo sentido, de facilidade em serem reconhecidos, Lopes (2014, p. 22), em sua definição de custos diretos, chama atenção para esta mesma característica, falando que “os custos diretos são mais fáceis de serem observados, pois são os custos que tem origem na aplicação direta de recursos na fabricação do bem”.

Os custos diretos, são aqueles cuja apropriação se dão diretamente aos produtos produzidos pela organização, não existindo a necessidade de qualquer rateio, pois existe uma medida objetiva em relação ao seu consumo já na etapa de fabricação. Em alguns casos, o custo é considerado direto devido à sua natureza,



porém, seu valor é tão pequeno, que não compensa o trabalho de o associar a cada produto, sendo nestes casos tratados como indiretos, como por exemplo os gastos com verniz e cola no caso de fabricação de móveis.

Em relação aos custos indiretos, como o próprio nome já diz, é o contrário dos custos diretos, ou seja, não são facilmente detectados no produto, sendo necessário para esta detecção a utilização de um critério de rateio. (SANCHES *et al*, 2018). E, concordando com estes autores, sobre a necessidade de uso de um critério de rateio para que ele possa ser identificado, apresenta-se as palavras de Santos (2015), onde o autor diz que custos indiretos são:

Custos que dependem de cálculos, rateios ou estimativas para serem alocados aos diferentes produtos (componentes da linha de produtos da empresa). Apropria-se, portanto, tais valores indiretamente aos produtos (através de rateio). O parâmetro utilizado para as estimativas (rateios) é chamado de base ou critério de rateio. (SANTOS, 2015, p. 03)

Marion e Ribeiro (2011), ensinam que os gastos com materiais são compreendidos dentro dos custos indiretos, envolvendo gastos com materiais, mão de obra e gastos gerais com a fabricação, os quais sejam aplicados diretamente na produção dos produtos. Segundo estes autores, os custos diretos recebem essa denominação, por não possuírem uma identificação segura em relação às suas quantidades e valores em cada produto fabricado pela empresa.

Em se tratando dos custos indiretos, Lopes (2014, p. 23), concorda com os demais autores, sobre sua característica de não ser possível uma determinação exata de sua aplicação no produto, de acordo com este autor, os “custos indiretos são aqueles em que não é possível sua determinação exata de aplicação, eles incidem ao produto final por meio de um rateio, que tem um método de cálculo próprio para isso”.

Assim, entende-se que para a determinação dos custos indiretos, é preciso que se faça uso de um critério de rateio, que possui um cálculo próprio para essa finalidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar alguns fundamentos da contabilidade de custos, cujo conhecimento são necessários para a construção da segunda etapa



deste TCC, onde será realizada a análise de custos de uma empresa do ramo de óticas no município de Ivaiporã-Pr.

Entendeu-se que a contabilidade de custos é essencial para que a empresa consiga se manter competitiva e viva em seu mercado de atuação, e, todas as etapas são importantes nesse processo de controle, pois é necessário que se entenda os custos envolvidos em cada setor, para que eles sejam devidamente lançados, promovendo com isso resultados que demonstrem a realidade financeira da organização, e, especialmente, fornecendo dados que ajudem o gestor na tomada de decisões.

Portanto, para que a fundamentação ficasse bem estruturada, abordou-se diversos conceitos dentro da contabilidade de custos, especialmente os que pudessem enriquecer os conhecimentos necessários para a análise a ser realizada na empresa escolhida.

Com base nos estudos, entendeu-se a importância da controladoria, pois através dela, é possível que se entenda o funcionamento dos vários setores da empresa, especialmente quando ela é voltada para os custos, que são diretamente responsáveis pela sobrevivência da empresa no mercado de atuação, pois os controles de custos é que são a base da tomada de decisões por parte do gestor, que busca, com base nas informações, executar as ações para promover as mudanças necessárias. Lembrando que, para que essas informações sejam verídicas, é preciso que os lançamentos e controles sejam realizados com lisura e com conhecimento dos vários fatores que o compõe. Outra abordagem feita foi em relação aos sistemas de informação, que, devido ao avanço cada vez maior das tecnologias, tem se tornado importante ferramentas no controle empresarial em seus diversos setores.

Também foi visto sobre a diferença entre as terminologias custo e despesa, e, ao desenrolar das pesquisas, foi possível entender que determinadas despesas se transformam em custo, dependendo da etapa da produção em que ela se encontra, e que os custos são declarados de acordo com a sua natureza e setor.

Desta forma, ao apresentar os fundamentos, deste trabalho, buscou-se mostrar os vários tipos de custos, sendo eles o direto, indireto, fixos e variáveis, assim como os métodos de custeio, fazendo uma melhor abordagem sobre o método de custeio por absorção e variável, onde aprendeu-se que o por absorção é o mais



utilizado, pois é o que é aceito legalmente. Aprender esses diferentes tipos de custo é importante para que o devido lançamento contábil seja realizado.

Para finalizar, o tema abordado envolveu custos diversos, abordando de forma mais abrangente três custos que precisam ser cuidadosamente tratados pela organização, sendo eles a folha de pagamento, o custo de mercadoria vendida (CMV) e os impostos. Onde entendeu-se que na folha de pagamento se apresentam além de todos os funcionários que trabalham na empresa, também são apresentados seus vencimentos, apontando assim os gastos com pessoal da empresa. Em outro ponto viu-se o CMV, que está diretamente ligado à formação de preço, pois é através do cálculo dos custos de produção que se é possível determinar o preço de venda (lembrando que esse tema, determinação do preço de venda, não foi abordado no corpo do texto). Finalizando abordou-se os impostos, que, como visto, são pagos por toda e qualquer empresa, e os resultados deste pagamento são revertidos em benefícios para a população, como por exemplo, investimentos em saúde, educação, saneamento básico, etc.

Conclui-se com isso que, a devida gestão dos custos é de extrema importância para qualquer empresa, garantindo que os resultados encontrados demonstrem a verdadeira situação financeira da empresa, proporcionando assim ao gestor, informações verídicas, que auxiliem na tomada de decisões e, conseqüentemente, consigam que as ações que esse gestor execute, sejam capazes de manter a saúde financeira da empresa saudável e que ela se mantenha competitiva em seu mercado de atuação.

4 REFERÊNCIAS

LOPES, Lincon. **Gestão Estratégica de Custos**. Valinhos: 2014.

MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à contabilidade gerencial**. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/36630369/Introdu%C3%A7%C3%A3o_a_Contabilidade_Gerencial_JosA_Carlos_Marion>. Acesso em: 20 mai 2021.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxlc3VkYTMwMdB8Z3g6MTI1NDg2ODM2OGEyMTkxMg>>. Acesso em: 20 mai 2021.



SANTOS Luiz Eduardo. **Contabilidade de custos decifrada**. Contabilidade decifrada. 2015. Disponível em: <http://www.contabilidadedecifrada.com.br/upload/topico/pdf_envios/aula-0030104-a-texto.pdf>. Acesso em: 30 mai 2021.

SANCHES, Débora Maria Nazareth; SILVA, Gláucia de Fátima da; SANCHES, Vander Lúcio; MELO, Alan da Silva; MATOS, Salete de. **A Importância da Gestão Estratégica de Custos para a Tomada de Decisão**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 06, Vol. 02, pp. 186-207, Junho de 2018. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/gestao-estrategica-de-custos?pdf=16322>>. Acesso em: 11 mai 2021.



GRUPO: CONTABILIDADE FINANCEIRA





PLANEJAMENTO CONTÁBIL NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES NA EMPRESA FREITAS & GOEDERT ADVOGADOS

AZEVEDO, Larissa Caroline Martins de
GARBELINE, Suzane Duria

RESUMO: O objeto desta pesquisa foi um estudo de caso em um escritório de advocacia em Ivaiporã/Pr, analisando a importância do planejamento contábil na tomada de decisões. As metodologias utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e a coleta de dados, no intuito de traçar um perfil para o gestor em relação ao seu estilo de tomar de decisões e quais suas impressões sobre o planejamento contábil. Como materiais foram utilizados dois questionários para a coleta de dados. Observou-se o estilo de tomador de decisões do entrevistado de acordo com Robbins *et al* (2014), e seu conhecimento sobre o planejamento contábil.

Palavras-chave: Planejamento contábil. Processo decisório. Estudo de caso.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de um estudo de caso, em um escritório de advocacia na cidade de Ivaiporã/Pr, analisando a importância do planejamento contábil como ferramenta para a tomada de decisões. E, para chegar aos resultados, este irá abordar importantes conceitos em torno de planejamento, planejamento contábil, serviços e serviços advocatícios, buscando com isso entender melhor os temas.

Assim sendo, este estudo se justifica considerando que o planejamento, dentro de qualquer organização, é muito importante, e, dentro desse contexto, o planejamento contábil surge também como uma ferramenta essencial para qualquer gestor.

Entre os objetivos propostos estão o de analisar o planejamento contábil como ferramenta para a tomada de decisões; analisar, com base nas respostas obtidas, traçar o perfil do tomador de decisões do escritório alvo do estudo, com base nos estilos apresentados por Robbins *et al* (2014); e, apontar algumas sugestões que podem colaborar com o processo decisório da empresa.

Os estudos utilizados buscaram embasar teoricamente as pretensões deste estudo e, cada autor contribui para que isso fosse possível, onde, foram utilizados estudos que apresentassem os conceitos de serviços e serviços advocatícios como é o caso de Marangoni (2015), Santos *et al* (2014), para falar de planejamento o estudo escolhido foi o de Chiavenato (2010) e para falar do



planejamento contábil Fernandes (2018) e França (2005). Finalizando o estudo, para abordar o processo decisório, foi utilizado o estudo de Robbins *et al* (2014).

2 PLANEJAMENTO CONTÁBIL NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES NA EMPRESA FREITAS & GOEDERT ADVOGADOS

2.1 CONCEITUANDO SERVIÇOS E SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

Para que melhor se entenda os resultados que se pretende obter, faz-se necessário estabelecer alguns conceitos, sendo que, neste primeiro momento, será apresentada a definição do que são serviços, abordando de forma mais abrangente os serviços advocatícios, pois o foco do trabalho será voltado para uma empresa que atua no ramo de advocacia. Assim, buscando apresentar um conceito em torno de serviço, onde, de acordo com Marangoni (2015):

O serviço é um processo, consistindo em uma série de atividades mais ou menos intangíveis que, normalmente, mas não necessariamente sempre, ocorrem nas interações entre o cliente e os funcionários de serviço e/ou recursos ou bens físicos e/ou sistemas do fornecedor de serviços e que são fornecidas como soluções para problemas do cliente. (MARANGONI, 2015, p. 12)

Assim, dando continuidade, agora é preciso entender sobre os serviços advocatícios, onde, em um primeiro momento, será estabelecido o significado das palavras advogado e advocacia, que, nos estudos de Santos *et al* (2014, p. 04), os autores ensinam que a palavra advogado “deriva do latim *advocatus*, que significa o indivíduo assistente daquele que foi chamado à justiça. Já o vocábulo advocacia, oriunda do latim *advocatio*, que significa, assistência e a consulta judiciária a outrem”.

Estes mesmo autores falam que o serviço jurídico, assim como outro qualquer, traz com ele a inseparabilidade, assinalando assim a dificuldade de conseguir avaliar o mesmo antes deste ser prestado. Destacando no serviço legal, situação de simultaneidade. Também se destaca o componente da heterogeneidade, posto que envolve o componente humano no serviço de advocacia, vislumbrando a variabilidade da qualidade de sua execução, seja ela relacionada aos diferentes



prestadores deste serviço, seja relacionado aos diferentes períodos de tempo. Desta forma, entre outras coisas, ele envolve as diferenças de percepção de um cliente em distintos momentos e a existente entre diferentes clientes. (SANTOS et al, 2014).

São serviços prestados pelos escritórios de advocacia, de acordo com Santos et al (2014):

- 1) Advocacia cível especialmente na área consumerista e tributária;
- 2) Atendem-se outras áreas (como trabalho e família) e excepcionalmente crime;
- 3) Advocacia contencioso e de consultoria;
- 4) Planejamento Tributário;
- 5) Orientação em gestão tributária e consultoria de negócios;
- 6) Recuperação de créditos fiscais e utilização de ativos para liquidação de débitos;
- 7) Apresentação de defesas administrativas e judiciais contra as Fazendas Públicas;
- 8) Planejamento e Reestruturação Societária, totalizando em sua oferta de serviços o número de 08. (SANTOS et al, 2014, p. 05)

Assim sendo, entende-se a diversidade de serviços oferecidos pelos escritórios do ramo de advocacia, porém; o alvo deste estudo, é o planejamento contábil de um escritório de advocacia da cidade de Ivaiporã, no estado do Paraná.

2,2 PLANEJAMENTO E PLANEJAMENTO CONTÁBIL: DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS

O planejamento é portanto, uma importante ferramenta para o gestor, pois ele ajuda na tomada de decisões, e, com isso, permite que as soluções para a resolução de problemas seja mais eficaz, devido ao tipo de controle que o planejamento oferece.

Sobre o planejamento, apresenta-se as palavras de Chiavenato (2010), que, em seus estudos, diz que:

O planejamento define o que a organização pretende fazer no futuro e como deverá fazê-lo por essa razão, o planejamento é a primeira função administrativa, e que define os objetivos para o futuro desempenho organizacional e decide sobre os recursos e tarefas necessários para alcançá-los adequadamente. Graças ao planejamento, o administrador se orienta pelos objetivos visados e das ações necessárias para alcançá-los, baseando-se em algum método, plano ou lógica. (CHIAVENATO, 2010, p. 14)

Assim, com já citado acima, o planejamento é importante para garantir as ações que serão realizadas pela empresa no futuro. Desta forma, faz-se necessário entender o que é o planejamento contábil, onde entende-se que este planejamento está também ligado à tomada de decisões, devendo no entanto ser realizado de forma contínua e sistemática.



Estas características do planejamento contábil, podem ser confirmadas nas palavras de Fernandes (2018, online), que fala que o “planejamento contábil é um processo de tomada de decisão que deve ser realizado de forma contínua e sistemática”.

França (2005, p, 86), sobre o planejamento contábil, ensina que “o planejamento contábil pode ser entendido como sendo a formulação e a definição de metodologias e sistemas para produção de informação contábil para atendimento das necessidades dos usuários”.

Assim sendo, o planejamento contábil é importante para qualquer empresa, seja qual for seu porte ou segmento, auxiliando na sua sobrevivência financeira no mercado, mesmo sem cenários pessimistas, auxiliando principalmente na tomada de decisões primordiais, sendo uma ferramenta que pode colaborar para que o gestor, por meio das informações obtidas através do planejamento, possa conhecer a realidade da organização e assim nortear suas ações, de modo a atingir os objetivos da empresa e já ter em mãos informações que serão essenciais caso algum imprevisto aconteça.

2.3 PROCESSO DECISÓRIO

Neste item será abordado o processo decisório, pois, em toda organização, são as decisões tomadas que são responsáveis por garantir que os objetivos traçados sejam alcançados, garantindo com isso que a empresa consiga se manter competitiva no mercado de atuação. Essas decisões são formada por um conjunto de ações que estão vinculadas ao planejamento estratégico, servindo de norte para a solução de problemas.

Em relação ao processos decisório, e, buscando estabelecer uma definição para ele, Ludícibus (2010), em seu livro ensina que:

Processo decisório é o conjunto de ações que faz com que se consiga a obtenção dos objetivos desejados, definidos pelo planejamento. O processo decisório ocorre pelas tomadas de decisões já planejadas e pelas tomadas de decisões corretivas quando o controle evidencia que o caminho sendo seguido não era o planejado. (Ludícibus, 2010, p. 06)



Assim sendo, é possível dizer que os efeitos das decisões tomadas, referentes a qualquer área da empresa, deixam ser sentidas de forma mais acentuada na contabilidade, aumentando assim a responsabilidade dos gestores no momento de assinar os relatórios contábeis. (IUDÍCIBUS, 2010)

Sobre a tomada de decisões, é importante destacar as palavras de Kryza (2015), ensina que é toda escolha dentro de uma empresa implica em uma tomada de decisão, ou seja, parte de uma decisão tomada pelo gestor. Assim sendo, de acordo com este autor:

Todas as escolhas feitas em uma empresa implicam em tomada de decisão. Em todos os níveis e departamentos, sejam eles altas gerências responsáveis pela formulação das estratégias, ou cargos medianos responsáveis pela atuação tática ou operacional, todas as pessoas decidem e determinam os rumos da empresa, definindo a quantidade de geração de valor para a sociedade, para os funcionários e para a própria empresa. (KRYZA, 2015, p. 33)

Desta forma, entende-se que, por meio de um processo decisório organizado e bem estruturado, o gestor pode contar com variadas formas de atender os objetivos da empresa ou mesmo resolver problemas. Por isso, é importante que o gestor da empresa, que é o responsável pela tomada de decisões, precisa conhecer todas as partes envolvidas no processo decisório e ter ciência das consequências das decisões tomadas, trabalhando intensamente com o intuito de diminuir os erros. (KRYZA, 2015)

Sobre o processo decisório, também é importante destacar as palavras de Pereira (2013), pois este autor destaca que o processo decisório é uma das atividades mais importantes do dia a dia de qualquer organização e válido para qualquer esfera. Em suas palavras:

O processo decisório ou a tomada de decisão se configura em uma das atividades mais importantes do dia a dia do profissional administrador bem como dos indivíduos de uma forma geral. É um processo dinâmico de escolher o caminho mais adequado à organização, em um dado contexto, para alcançar um fim específico. O processo decisório é válido para toda e qualquer tipo de organização, seja ela pública, privada ou não governamental, compreendendo tanto o nível de governo municipal, estadual ou federal, quanto o nível individual. (PEREIRA, 2013, p. 06)

Portanto, entendeu-se que o processo decisório está ligado ao planejamento, pois é este que fornecerá as informações necessárias para o gestor escolher a alternativa que melhor se encaixa na resolução do problema ou alcance dos objetivos



da organização, sendo portanto, importantes ferramentas que auxiliam a empresa a se manter competitiva no mercado.

2.3.1 Estilos de tomada de decisão

Para que posteriormente se possa traçar o estilo do gestor do escritório alvo do estudo de caso na tomada de decisões, é importante entender os diferentes estilos de tomada de decisão, que, segundo Robbins et al (2014), possuem um fundamento básico para cada modelo de estilo de tomada de decisão, que para estes autores:

É o reconhecimento de que as pessoas diferem em duas dimensões. A primeira é seu modo de pensar. Algumas pessoas são lógicas e racionais; elas processam informações em série. No entanto, algumas pessoas são intuitivas e criativas e percebem as coisas como um todo. A outra dimensão aborda a tolerância de uma pessoa à ambiguidade. Algumas pessoas tem uma grande necessidade de estruturar informações de maneira que minimizem ambiguidades, enquanto outras processam muitos pensamentos ao mesmo tempo. (ROBBINS et al, 2014, p. 185-186)

Ainda sobre o processo decisório e seus estilos, estes mesmos autores falam que existem quatro estilos de tomada de decisão, que, segundo estes autores são o estilo diretivo, o estilo analítico, o estilo conceitual e o estilo comportamental.

Para Robbins *et al* (2014), em se tratando do estilo diretivo, nele as pessoas que fazem uso deste tipo de tomada de decisão, possuem pouca tolerância à ambiguidade e buscam racionalidade. São pessoas eficientes e lógicas. Suas preocupações em buscar eficiência, podem ter como resultado tomadas de decisões baseadas no mínimo de informação e depois de ter avaliado poucas alternativas. São pessoas que tomam as decisões de forma rápida e se concentram no curto prazo. (ROBBINS et al, 2014)

Já pessoas que pertencem ao estilo analítico, tem uma tolerância maior à ambiguidade que as diretivas. Por este motivo desejam obtenção de maior número de informação e à consideração de mais alternativas. Gestores analíticos podem ser definidos como tomadores de decisão mais cuidadosos e com maior capacidade de se adaptar ou mesmo lidar com situações novas. (ROBBINS et al, 2014)

Gestores que apresentam estilo conceitual de tomada de decisões, são normalmente indivíduos que tendem ao modo de pensar mais amplo e costumam considerar muitas alternativas. Focam no longo alcance e são muito bons em



encontrar soluções de modo criativo para solucionar os problemas. (ROBBINS et al, 2014)

Por fim, como ensina Robbins et al (2014), vem os gestores que apresentam o estilo comportamental, que se caracterizam por ser tomadores de decisão que trabalham bem em conjunto com os outros. Costumam se preocupar com a realização de seus funcionários. São bastante receptivos à sugestões de outras pessoas e confiam fortemente na realização de reuniões para que ocorra comunicação. Esse tipo de tomador de decisão tenta evitar conflitos e buscam aceitação.

A imagem a seguir mostra o modelo de tomada de decisões de acordo com Robbins et al (2014), de forma bem fácil de se entender.

Figura 1 - Modelo de estilo de tomada de decisão



Robbins et al (2014, p. 186)

Assim, compreendido o que é o processo decisórios e quais os estilos de tomada de decisão existentes, o próximo tópico abordará o planejamento contábil como ferramenta para a tomada de decisão.

2.4 O PLANEJAMENTO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA PARA A TOMADA DE DECISÃO

Rodrigues et al (2013), também consideram o planejamento contábil auxiliar na tomada de decisões, apresentando-o como um conjunto de procedimentos e medidas, os quais, tem por finalidade, orientar as atividades relacionadas à execução orçamentária, financeira e patrimonial da empresa, fornecendo com isso para os gestores, os subsídios necessários que poderão servir de base para que melhores decisões possam ser tomadas em relação ao negócio.

Dando assim o planejamento contábil, este ser um instrumento que produz as informações, as quais serviram de base no processo decisório da organização, de acordo com Krysa (2015, p. 10), “as decisões são baseadas nas informações e darão



condições de fundamentar a escolha por A ou B, e justificar estas escolhas em suas crenças, cultura e seu conhecimento para o máximo de assertividade e a redução das incertezas”.

Portanto, o planejamento contábil, além de ser essencial para qualquer empresa, seja qual for o ramo de atuação ou porte, também é uma importante ferramenta auxiliar nas tomadas de decisão, auxiliando o gestor nas decisões que envolvem os setores da empresa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para poder chegar aos resultados da pesquisa, foi necessária a realização de uma entrevista com o tomador de decisões, por meio de dois questionários, um sobre planejamento contábil e outro sobre tomada de decisão, buscando determinar as percepções do mesmo em relação ao planejamento contábil e o processo decisório.

Depois de respondidos os questionários, eles serviram de base para traçar o perfil do tomador de decisões da empresa, onde, para poder entender a que estilo ele pertence, tomou-se de base os estudos de Robbins *et al* (2014), que apresentaram em seu livro 04 estilos de tomador de decisão.

Assim sendo, analisando as respostas obtidas por meio dos questionários, viu-se que se trata de um tomador de decisões pós graduado, proprietário de uma empresa prestadora de serviços e que atua no mercado de advocacia há mais de seis anos. De maneira geral, ele apontou que considera as informações contábeis muito importante para a sua empresa e que, os dados obtidos por meio do planejamento contábil são muito importantes no momento de tomada de decisão. Também apontou fazer uso desse tipo de informação quanto toma as decisões, porém, apesar de considerar o planejamento importante no processo decisório, só o considera essencial diante de determinadas decisões.

Sobre as respostas obtidas, relacionadas ao processo decisório, estas apontaram que se trata de um tomador de decisões que busca decidir a curto prazo e de forma rápida, segundo ele, a quantidade de informações é sempre essencial para qualquer decisão que seja tomada e, em alguns casos, costuma usar a emoção e a intuição para decidir, não tendo o habito de usar o raciocínio lógico. Ele considera as



incertezas algo de alta tolerância no momento de tomar as decisões. Questionado se faz uso de algum documento contábil para tomar suas decisões, ele apontou que costuma consultar o relatório de faturamento e a previsão de entrada de valores.

Desta forma, com base nas respostas e analisando o perfil do proprietário do escritório, que é o responsável pelo processo decisório, como ele afirmou tomar as decisões de forma rápida, é possível concluir que se trata de um tomador de decisões do estilo diretivo, pois, Robbins *et al* (2014), consideram que indivíduos com esse estilo racionalidade e são pessoas eficientes e lógicas. Se preocupam em buscar eficiência, podem ter como resultado tomadas de decisões baseadas no mínimo de informação e depois de ter avaliado poucas alternativas. São pessoas que tomam as decisões de forma rápida e se concentram no curto prazo. Vale destacar que o entrevistado disse considerar um maior número de informações importantes para o processo decisório.

Como sugestão, considerando trata-se de uma empresa de prestação de serviços, e, analisando as respostas obtidas, seria interessante que o tomador de decisões considerasse mais vezes o uso das informações contábeis neste processo, agregando algum outro documento contábil nas suas análises, como por exemplo o Demonstrativo dos Resultados do Exercício e o Fluxo de caixa, que poderão dar uma noção de uma média mensal de valores, os quais poderão dar mais visão nas decisões tomadas.

4 REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos**. Segunda edição. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/20948506/Administra%C3%A7%C3%A3o_nos_novos_tempos>. Acesso em: 20 jun 2021.

FERNANDES, Daniela Pereira. **Planejamento contábil: como alinhar a contabilidade e o plano estratégico**. Treasy. 2018. Disponível em: <<https://www.treasy.com.br/blog/planejamento-contabil/>>. Acesso em: 25 jun 2021.

FRANÇA, José Antonio de. **Planejamento e políticas contábeis: instrumento de apoio à gestão da informação**. Revista Brasileira de Contabilidade. nº 15. pp. 85-97. janeiro/fevereiro. 2005. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/525/321>>. Acesso em: 13 ago 2021.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade introdutória**. 11. ed. - São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/n00051>>. Acesso em: 25 jun 2021.



KRYSA, Agenor Felipe. **O processo decisório**. UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/970>>. Acesso em: 17 ago 2021.

MARANGONI, Suzana. **Marketing de serviços**. Rio de Janeiro: SESES, 2015. Disponível em: <<https://tigubarcelos.files.wordpress.com/2019/03/marketing-de-servicos-ld356-1.>>. Acesso em: 27 jun 2021.

PEREIRA, Cândido de Souza. **Introdução ao estudo do processo decisório: métodos e ferramentas administrativas**. Editora Saraiva. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332180186_Processo_Decisorio_Candido_Ebook>. Acesso em: 18 ago 2021.

ROBBINS, S. P.; DECENZO, D. A.; WOLTER, R. M. **A Nova Administração**. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. 9788502225336. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502225336/>>. Acesso em: 17 set. 2021.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz; PROENÇA, André Eduardo de; BUSCH, Cleber Marcel; GARCIA, Edino Ribeiro; TODA, William Haruo. **Planejamento Contábil e Reorganização Societária**. Coleção IOB de Planejamento de Tributário. Volume II. 2ª edição. São Paulo: IOB, 2013.



PLANEJAMENTO CONTABIL NA TOMADA DE DECISAO: UM ESTUDO APLICADO EM UMA EMPRESA IMOBILIARIA

CAMARGO, Nayara
MUNEFICA, Priscila Hizume
MACHADO, Carlos Henrique

RESUMO: A contabilidade contempla a gestão contábil empresarial, a qual auxilia no planejamento e nos controles internos. Este estudo tem a intenção de demonstrar a contabilidade sobre esse ângulo, enfatizar a importância da informação contábil para o gerenciamento de empresas, contribuindo com informações, utilizando-se de ferramentas de planejamento, execução e controle. O estudo de caso foi elaborado através de entrevista com o proprietário, análise aos documentos e observação do funcionamento da empresa. O estudo enfatiza a importância de tomar decisões embasadas nos controles contábeis aplicando-se à empresa que foi analisada. Evidencia-se que as decisões sem a análise dos dados empresariais podem acarretar em prejuízos para a empresa.

Palavras chaves: Planejamento, Gerenciamento, Análise.

1 INTRODUÇÃO

O Principal objetivo do presente artigo irá ser o de analisar qual a importância do planejamento contábil para que as empresas se preparem para que tenha uma visão futura de mercado. O trabalho tem o objetivo de verificar quais ferramentas são utilizadas para realizar o planejamento empresarial, contábil no processo decisório da imobiliária. Justifica-se a relevância do Presente estudo sobre auferir quais ferramentas auxilia no desenvolvimento e sustentabilidade do negócio.

A metodologia do presente é de caráter descrito, qualitativo, com levantamento bibliográfico em livros e sites de renomados autores que auxiliam no desenvolvimento teórico, mas também irá ser aplicado questionário de caráter

¹ Nayara Camargo, estudante, Ciências contábeis - UCP Univale – 8º Período

² Priscila Hizume Kussaba, estudante Ciências contábeis – UCP Univale – 8º Período.

³ Carlos Henrique Machado, Administrador, Mestre em Gestão e Estratégia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Pós graduado em Marketing e Propaganda pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, Graduado em Administração pela pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Professor dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da UCP Univale. prof_carlosmachado@ucpparana.edu.br.



entrevista ao proprietário da imobiliária, a fim de garantir um melhor entendimento dos métodos utilizados no processo decisório diante do planejamento contábil.

Neste trabalho ficará disposta a função do planejamento, como sendo o processo de definir objetivos, atividades e recursos, objetivando mostrar que a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões, e todo negócio envolve necessariamente algum produto/serviço. O processo decisório é poder escolher diante de algumas circunstâncias o caminho mais certo a trilhar para o benefício futuro da empresa

No Brasil o mercado Imobiliário tem crescido fortemente, contando com mais visibilidade a cada dia, estando espalhado por todo o país através de sites e redes sociais.

2 DESENVOLVIMENTO

PLANEJAMENTO CONTÁBIL

Segundo Marion (2008, p.23), “a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões, pois ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os em forma de relatórios, que contribuem para tomada de decisão”, e o planejamento contábil é um serviço imprescindível para a saúde financeira da empresa na sua tomada de decisão, que perante Bachtold (2011 p.161), “a contabilidade permite registrar e mensurar os recursos da empresa”, e a administração sem os relatórios contábeis resulta em qualquer planejamento é inconsistente.

Segundo Alves (2017, p.11), a contabilidade poder ser “considerada um sistema de controle econômico de extrema relevância”. Traz precisão em resultar em organização, eficiência, melhora nos procedimentos de controle interno, adequação legal, redução de custos.

O planejamento contábil é um, “serviço importante que ajuda no planejamento e no controle interno de toda e qualquer empresa, segundo Max (2018), possibilitando aos gestores julgar e avaliar seu plano estratégico e se necessário sugerir mudanças até que a tomada de decisão seja justa, esse processo auxilia com o bom andamento de outras funções administrativas.

PLANEJAMENTO



Planejamento é o processo de definir objetivos, atividades e recursos. Planejar, segundo Moraes (p. 13, 2001,), significa “pensar antecipadamente em objetivos, ações e atos, com base em algum método, plano ou lógica (não palpites)”. O planejamento produz planos, em que se determinam estratégias, diretrizes, táticas ou procedimentos, de forma racional, a fim de que os objetivos sejam alcançados. Ackoff (p. 1, 1981) observa que, o “planejamento é a definição de um futuro desejado e de escolher os meios mais eficazes de alcançá-lo”.

Outra forma de definir o planejamento é: ato de analisar o presente para determinar formas de atingir um futuro desejado. Planejamento do ponto de vista empresarial consiste, no seu sentido mais amplo, em um processo que estabelece objetivos, define linhas de ação e planos detalhados para atingi-los e determina os recursos necessários à consecução dos mencionados objetivos e de acordo com Oliveira (p. 5, 2009), o processo de planejar envolve, portanto, um modo de pensar; e um salutar modo de pensar envolve indagações; e indagações envolvem questionamentos sobre o que fazer.

SERVIÇOS

Serviço é um conjunto de atividades realizadas por uma empresa para responder às expectativas e necessidades de algum cliente, e segundo Chiavenato, “o produto fabricado ou o serviço prestado constitui o resultado final de todas as operações da empresa” (2012 p. 90).

O negócio é toda atividade consistente na aquisição de renda em função da entrega de bens e serviços como contrapartida, e diante de Chiavenato, (2012, p. 32), “negócio é uma atividade baseada no esforço organizado de determinadas pessoas para produzir bens e serviços a fim de vendê-los a um determinado mercado e alcançar recompensa financeira pelo seu esforço”. (CHIAVENATO, p.20, 2012).

O objetivo do negócio é o de aumentar a renda e reduzir custos, e para isso, “todo negócio envolve necessariamente algum produto/serviço e, por consequência, algum fornecedor e algum cliente” (Chiavenato, p.20, 2012).

IMOBILIARIAS

O processo imobiliário teve seu início no Brasil para regulamentar esse mercado, visto que não possui organização nenhuma, segundo Farias o mercado imobiliário no Brasil,

“iniciou seu sistema imobiliário tardiamente, apenas em 1964 cria-se o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Banco Nacional de Habitação



(BNH), as Sociedades de Crédito Imobiliário (SCI), através da Lei nº 4.380, antes disso não havia um sistema de crédito imobiliário regulamentado" (FARIAS, 2010).

Após a constituição de uma imobiliária, são necessárias algumas características para sua prestação de serviço, sendo necessário o profissional corretor de imóveis, o locador e os locatários, sendo entendido por Silva esses termos da seguinte forma,

"o corretor de imóveis é a pessoa física ou jurídica que serve de intermediário entre vendedor e o comprador, atuando com a finalidade de aproximar as partes numa operação de compra e venda de imóveis, com o intuito de receber um determinado percentual sobre os valores da transação, valores denominados corretagem". (SILVA).

Sendo segundo Silva o locatário e locador possuem as seguintes descrições, "devemos esclarecer, ainda, que se denomina locador a parte contratante que concede o uso e gozo da coisa a outrem" (Silva), e "do outro lado, a parte que recebe a coisa para usá-la e gozá-la denomina-se locatário," e "todavia é de se destacar que, para que essa coisa se torne efetivamente objeto da locação, é necessário que seja coisa não-fungível".

PROCESSO DECISÓRIO

O processo decisório tem evoluído em sua aplicabilidade e seus e em seus estudos, realizando 'parcerias', que segundo Moritz o "processo decisório vem se apoiando em diversos fatores para que o tomador de decisão tenha mais segurança diante dos possíveis problemas surgidos" (p.79, 2015), sendo o tomador de decisão conforme Chiavenato a "pessoa que faz uma escolha ou opção em varias alternativas futuras de ação" (p.124, 2010).

A tomada de decisão corresponde ao processo decisório da **escolha de possíveis alternativas**, opções já pré-existentes, que conforme Benakouch, "a tomada de decisão é, em geral, o resultado de um debate, de uma 'batalha de argumentação', entre os membros do staff de uma organização" (p.159).

Chiavenato diz que, "toda decisão é um processo de análise e escolha entre alternativas disponíveis de curso de ação que a pessoa deverá seguir". (p.124, 2010).

O processo decisório está relacionado com o tempo e com a capacidade humana e computacional de processar informações com tempestividade, então houve a necessidade de aumentar e ajustar os níveis gerenciais, e os métodos utilizados nos processos decisórios, que Conforme Moore e Bazerman,

"no passado, a maior parte da pesquisa sobre decisão comportamental, como a pesquisa econômica que ela tanto critica, via o processo decisório como um processo cognitivo. Entretanto, mais recentemente, os pesquisadores começaram a atribuir muitos dos erros que



as pessoas cometem a influências motivacionais e emocionais” (MOORE E BAZERMAN, 2014, p. 171).

Os contadores entram no processo decisório conforme Chiavenato, com as unções contábeis, “relacionadas com registro contábeis, balanços, custos, estatísticas e inventários” (p. 28, 2010), diante disso é possível distinguir a importância da contabilidade nesse processo decisório, ela coleta dados econômicos, mensurando-os monetariamente e registrando-os em forma de relatórios ou de comunicados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho desmitificou o planejamento, sendo que é considerado o ato de analisar o presente para determinar formas de atingir um futuro desejado. Planejamento do ponto de vista empresarial consiste, no seu sentido mais amplo, em um processo que estabelece objetivos, define linhas de ação e planos detalhados para atingi-los

O planejamento contábil tem uma forte importância nas organizações, visto que o profissional contábil, os contadores entram no processo decisório, com as unções contábeis, relacionadas com registro contábeis, balanços, custos, estatísticas e inventários

O processo decisório se resume segundo os autores especialistas basicamente em formular o problema, encontrar as alternativas e implantar a alternativas que soluçãoe o problema. O processo decisório, inerente à gestão empresarial, é moldado por inúmeras variáveis que o torna complexo e ao mesmo tempo intrigante.

Conforme a entrevista realizada, o proprietário comentou que a, etapa decisiva no processo de transação imobiliária é a apresentação do imóvel, esse é o momento de criar no cliente o desejo de possuir o imóvel apresentado.

4 BIBLIOGRAFIA

ACKOFF, Russell L. Planejamento empresarial. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1981.

ALVES, Aline. Teoria da contabilidade. Porto Alegre: Sagah. 2017.

BACHTOLD, Ciro. Contabilidade Básica. Curitiba. 2011.

BAZERMAN, Max H. Processo decisório - tradução Daniel Vieira. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.



BISPO, Anselmo Lino. Marketing Na Nova Era do Mercado Imobiliário.

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor – 4 ed. Barueri, São Paulo. 2012

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. RJ: Elsevier, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. Iniciação à teoria das organizações. São Paulo: Manole, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. Remuneração, benefícios e relações de trabalho: como reter talentos na organização. São Paulo: Manole, 2015.

CHAET, Mike e LUNDIN, Stephan C. Loops: O ciclo do sucesso das pequenas empresas. São Paulo: Editora Gente, 2011

<https://incorporacaoimobiliaria.com/>

http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1998_ART094.pdf - Acessado em 15-08-2021

<https://pt.slideshare.net/VivianeCarvalho1/tcc-planejamento-estrategico-31343413> - Acessado em 15-08-2021

<https://www.treasy.com.br/blog/planejamento-contabil/> 01-09-2021

<https://www.rtek.com.br/planejamento-contabil-o-que-e-e-como-beneficia-sua-empresa/>

MARION, Jose Carlos. Introdução a contabilidade Gerencial. Saraiva-Uni, 3 ed.

MARTINI, Luigi. Contabilidade Geral. 2013.

MINTZBERG, Henry. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOREIRA, Rafael de Lacerda et al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, v.10, n.19, p. 119-140, jan./abr. 2013. Disponível em: . Acesso em: 12 abr. 2014.

MORITZ, Gilberto de Oliveira. Processo decisório,. – 3. ed. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC, 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2004.



RODRIGUES, Orlando Barbosa. Estratégia Organizacional: uma ação além dos padrões.

SILVA, Americo Luís Martins. Direito das Locações Imobiliárias



**GRUPO: COVID-19 E
CÁRCERE: GRAMÁTICAS E
DESAFIOS DAS PRISÕES E
DAS CIÊNCIAS CRIMINAIS NO
CONTEXTO DE PANDEMIA**



DOENÇAS RESPIRATÓRIAS FRENTE AO CÁRCERE: OBSCURIDADE PANDÊMICA

SKOLUTE, Maria Fernanda Rota
BENEDITO, Marielly de Freitas
SILVA, Luís Gustavo Cândido e

RESUMO: O presente trabalho visa estudar a aplicação do direito à saúde no sistema carcerário, abordando a responsabilidade do Estado em fornecer acesso a atendimentos e tratamentos médicos, principalmente durante a pandemia de Covid-19, utilizando-se de pesquisa qualitativa através de bibliografias, artigos científicos e dados disponibilizados por órgãos competentes que acompanham a situação pandêmica nos presídios brasileiros, concluindo pela falta de organização administrativas de políticas públicas, ocasionando um grande número de contaminação e falta de celeridade na vacinação, tornando um ambiente que já era desastroso e inconstitucional em uma realidade muito mais difícil para aqueles que estão dentro do sistema prisional.

Palavras-chave: DOENÇAS RESPIRATÓRIAS. SISTEMA CARCERÁRIO. PANDEMIA

1- INTRODUÇÃO

O direito à saúde é um direito relacionado ao princípio da dignidade da pessoa humana, por meio do qual todos possuem acesso a tratamentos e atendimentos médicos. No ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal, delega essa função ao Estado, o qual instituiu o Sistema Único de Saúde, viabilizando o tratamento igualitário à saúde de todo cidadão brasileiro.

O trabalho a seguir, tem a finalidade de abordar a situação enfrentada durante a pandemia de Covid-19, demonstrando a exposição dos reclusos a doenças respiratórias. A falta de um sistema com adequada assistência médica, como já havia ocorrido durante a epidemia de tuberculose na década de 1990, bem como a ausência de infraestrutura carcerária para acolhimento dos presos, destacando-se que o sistema, declarado inconstitucional em 2015, logo, acabou por colaborar com a disseminação de um vírus, o qual contaminou a vida de mais de 90 mil pessoas, e tirou a vida de 580 detentos.

2-DOENÇAS RESPIRATÓRIAS E O CÁRCERE



As doenças respiratórias, são aquelas que atingem os órgãos do sistema respiratório humano, podendo a transmissão ocorrer por meio do ar ou por superfícies que possuem gotículas de muco ou saliva, com bem ressalva a National Geographic Brasil. Pode-se utilizar de exemplo, o caso da Tuberculose, uma doença respiratória recorrente no Brasil, presente desde a chegada dos missionários ao país, os quais proliferaram a doença entre os índios, conforme informações históricas.

Em 1993, a Organização Mundial de Saúde - OMS, decretou surto epidêmico de Tuberculose no sistema prisional brasileiro. Concluiu-se ainda que, a incidência dos casos desta patologia nas prisões, é 28 vezes maior do que na população em geral, decorrente da superlotação, a ausência de ventilação e luz solar nas penitenciárias. De acordo com dados do Ministério da Saúde, em 2019 a população carcerária representava 11,1% do total de casos de tuberculose, equivalente a aproximadamente 0,37% da população total. Em 2010, estimava-se cerca 4.625 presos infectados, em 2019 esse número passou para 8.154, havendo um aumento de 76% da proliferação da doença nos presídios brasileiros.

Ainda, segundo o Ministério da Saúde, a incidência de casos de tuberculose na população privada de liberdade é de 932 infectados a cada 100 mil pessoas, por outro lado, na população em geral a média é de 32 infecções a cada 100 mil habitantes. Em 2017, o Brasil lançou o Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública, reafirmando o comprometimento da Organização Mundial de Saúde - OMS, em reduzir a incidência da doença na população mundial. Deste modo, o lançamento do projeto, carrega como propósito, a meta de chegar ao ano de 2035, com menos de 10 casos por 100 mil habitantes.

2.1- DIREITO À SAÚDE NO SISTEMA CARCERÁRIO

Nesse contexto, impende realizar a seguinte pergunta: Será que o Estado está na prática objetivando a realização de medidas para o cumprimento da medida de contenção de doenças junto aos indivíduos que se encontram reclusos nas penitenciárias brasileiras?

A Constituição Federal, além de ter seu alicerce no princípio da Dignidade Humana, dispõe de um rol para tratar-se apenas do direito à saúde, iniciando-se no



artigo 196, o qual enfatiza a saúde como um direito de todos. Outro ponto que é esclarecido no referido artigo, é o dever do Estado em garantir mediante políticas sociais e econômicas à redução do risco de doenças e tratamento igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Diante disso, Sarlet aponta para a figura do Estado, o papel de fornecer acesso ao direito em discussão, conceituando como,

Em sentido estrito (acompanhando aqui a terminologia proposta por Robert Alexy) a dimensão prestacional traduz-se no fornecimento de serviços e bens materiais ao titular desse direito fundamental (atendimento médico e hospitalar, entrega de medicamentos, realização de exames de mais variada natureza, prestação de tratamentos, ou seja, toda uma gama de prestações que tenham por objeto assegurar a saúde de alguém). (SARLET, 2008)

Visando a universalidade, a criação do SUS - Sistema Único de Saúde – e sua regulamentação, promulgou-se duas leis: a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. O artigo 2º da Lei 8.080/90, aponta novamente o Estado como capaz de prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, por meio de políticas públicas expressando organização social e econômica. Já a Lei 8.142/90, aponta a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Além disso, o artigo 14 da Lei 7210 de 1984, a Lei de Execução Penal, prevê o direito à saúde ao preso e ao internado de caráter preventivo e curativo. Nessa linha, a Portaria Interministerial nº 1 de 2 de janeiro de 2014, instituiu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), abordando as diretrizes dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do acesso à saúde dos detentos. Ainda, a PNAISP qualifica a formação, bem como a modalidade de cada equipe de atendimento e sua atuação em cada instituição prisional, ressaltando-se a carga horária dos profissionais.

A população carcerária é amparada também por tratados e declarações internacionais, as quais buscam zelar pelos direitos humanos internacionalmente garantindo. Com o mesmo ideal, a ONU estabeleceu as Regras de Mandela, um



compilado de “Regras Mínimas das Nações Unidas para Tratamento de Presos”, a qual prevê em sua regra 24:

Regra 24

1. O provimento de serviços médicos para os presos é uma responsabilidade do Estado. Os presos devem usufruir dos mesmos padrões de serviços de saúde disponíveis à comunidade, e os serviços de saúde necessários devem ser gratuitos, sem discriminação motivada pela sua situação jurídica.

2. Os serviços de saúde serão organizados conjuntamente com a administração geral da saúde pública e de forma a garantir a continuidade do tratamento e da assistência, inclusive nos casos de HIV, tuberculose e outras doenças infecciosas, abrangendo também a dependência às drogas.

Rememore-se que o ordenamento jurídico brasileiro abrange o direito à saúde para todos os cidadãos, inclusive aos que estão com sua liberdade restrita em decorrência de delitos por eles cometidos. Assim é responsabilidade do Estado proporcionar o atendimento e tratamento daqueles que estão em instituições prisionais. Deste modo, não resta dúvida quanto à responsabilização estatal para a difusão igualitária do direito à saúde, dentro e fora do sistema carcerário, vez que, o ordenamento jurídico possui normativos que visam resguardar esse direito fundamental.

2.2 – CÁRCERE E AS DOENÇAS RESPIRATÓRIAS: O CAOS COM A PANDEMIA

Os dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em maio de 2021, apontam que o total de pessoas encarceradas é de aproximadamente 682,2 mil, sendo que no ano de 2020, a população carcerária chegou à 759.518, conforme dados do SISDEPEN. Outro dado importante apresentado pelo CNJ, é quanto a superlotação que era de 67,5% e caiu para 54,9%. Ressalta-se que o sistema prisional brasileiro já foi declarado inconstitucional pela ADPF 347, julgada pelo Supremo Tribunal Federal em 2015, reconhecendo e expondo a violação de direitos fundamentais.

Nesse sentido, Juliana Borges preconiza que “as precariedades são de toda ordem, em tratamentos médicos paliativos, falta de medicamentos, convívio com esgoto aberto, cortes no abastecimento de água” (BORGES, 2020, p.31). De acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP – cerca de 31% das 1.439



unidades prisionais do país não possuem assistência médica, possuindo um agravante, a região Nordeste tem 42.7% das suas unidades deficientes de aparelhos para atender os detentos. São essas mesmas instituições que enfrentaram a chegada da pandemia de Covid-19 no início de 2020, um vírus respiratório que encontrou na superlotação dos presídios, um ambiente propício para proliferação.

Depois de muito atraso na divulgação de dados, hoje o Conselho Nacional de Justiça mantém uma atualização semanal dos casos de contaminação e óbitos: ao todo, 91.964 casos confirmados, ocorrendo um aumento de aproximadamente 0,4% nos últimos 30 dias. Em relação aos óbitos, cerca de 580 pessoas perderam sua vida desde o início da pandemia, verificando um aumento de 1,6% nos últimos 30 dias, entretanto, há a escassez de dados quanto à vacina dos presidiários. Segundo dados disponibilizados em Julho de 2021, o CNJ informou apenas 18,2% do total de presos haviam sido vacinados, enquanto 75,7% dos servidores receberam a vacinação. As informações mais recentes do CNJ, trazem em setembro o total de presos vacinados foi de 62,2%, e os com a imunização completa, são um total de 30,2%.

Observa-se a escassez de dados, falta de organização unificada entre os estados, uma vez que, cada um decidiu seguir um padrão diferente durante a pandemia, discordando das próprias medidas indicadas pelo Poder Judiciário. Resta claro, a falta de políticas públicas elaboradas pelo Estado para atender a demanda de uma pandemia que atinge gravemente as pessoas reclusas, na década de 90 o Brasil foi assolado com a grande contaminação de presos com Tuberculose, sendo o Estado omissivo com estes indivíduos, não fornecendo um tratamento, local e uma infraestrutura adequada, ocasionando inúmeras mortes conforme já mencionado acima. Portanto, até onde o ser humano é capaz de chegar para manter a ordem social? E, qual o intuito de arrancar até o último resquício da dignidade de alguém para manter a ordem social?

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que existem leis, tratados e até declarações internacionais voltadas à garantia dos direitos daquele que se encontra preso, sendo responsabilidade do Estado proporcionar o acesso a esses direitos. O direito à saúde é um direito fundamental para todos os cidadãos, todavia, é prejudicado quando se trata de sistema carcerário.



Há anos, somos a terceira maior população carcerária do mundo, a Suprema Corte brasileira já declarou inconstitucionalidade das nossas instituições prisionais. Existe negligência por parte do Estado ao desempenhar sua função, e durante a pandemia de Covid-19 esse cenário piorou gravemente. Outro ponto a se questionar, é acerca da obscuridade que permanece nas estatísticas de vacinação, vez que, a demora para atualização dos dados foi de mais de 2 meses.

Por outro lado, temos a clareza da previsão legal quanto aos direitos humanos, fundamentais e sociais, e como é necessário que o acesso seja igualitário e universal. Em contraponto, o sistema carcerário é fruto de constante esquecimento, com déficit de políticas públicas, má administração, bem como total desorganização.

Conclui-se que, atualmente enfrentamos uma nova pandemia, e o Estado continua mantendo seu padrão negligente em relação aos presos, sendo omissos, esquecendo-os atrás de uma sela, sem fornecer condições mínimas de saúde, suprimindo por diversas vezes direitos fundamentais que lhes são garantidos. Por fim, é imprescindível a tomada de providências a fim de aplicar na prática o que os textos jurídicos dispõem, cumprindo com as responsabilidades que já foram delegadas há muito tempo.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em Setembro/2021.

BRASIL. **Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Instituiu a Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em Setembro/2021.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral a Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade - PNAISP**. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/pnaisp?view=default>. Acesso em Setembro/2021.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 01, de 02 de janeiro de 2014**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html. Acesso em Setembro/2021.



Brasil, **Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico de 2020.** Disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/24/boletim-tuberculose-2021_24.0. Acesso em Outubro/2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Conselho publica tradução das Regras de Mandela para o tratamento de presos.** Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cqnj>. Acesso em Setembro/2021.

SARLET, Ingo Wolfgang; FIGUEIREDO, Mariana Filchtiner. **Reserva do possível, mínimo existencial e direito à saúde: algumas aproximações.** Disponível em https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao024/ingo_mariana.html. Acesso em: Setembro/2021.

BORGES, Juliana. **Prisões: Espelhos de nós.** São Paulo, ed. Todavia, 2020.

LOPES JUNIOR, Francisco Xavier. **Saúde na prisão: os direitos humanos em uma penitenciária de segurança máxima.** 1.ed. – Curitiba: Appris, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Covid-19: vacinação de pessoas presas nos estados varia entre zero e 95%.** Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/covid-19-vacinacao-de-pessoas-presas-cresce-95-no-bimestre/> Acesso em Outubro/2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Registros de Contágios e Óbitos.** Disponível em <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/covid-19/registros-de-contagios-obitos/>. Acesso em Setembro/2021



OS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

MARTINS, Leticia da Silva

RESUMO: O Estado democrático de direito é uma busca constante, devendo sempre ser aprimorado, pelo fato de sempre ser ameaçada por elites dominantes. A participação não é somente um direito, mas sim um dever, ao qual o cidadão o utiliza para a efetivação de seus anseios e preocupações que permeiam seu cotidiano. Neste trabalho pretende-se esclarecer quais os motivos que fazem as políticas públicas em especial no cenário brasileiro serem má administradas, a importância da participação popular na criação das políticas públicas, e de que forma isso poderá ocorrer.

Palavras-chave: democracia, participação popular, efetivação de direitos, direitos sociais, conselhos de políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A democracia no Brasil sempre foi permeada de lutas, principalmente no que se trata da redemocratização, e como fruto disso, a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu primeiro artigo estabelece que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

O Estado democrático de direito é uma busca constante, devendo sempre ser aprimorado, pelo fato de sempre ser ameaçada por elites dominantes. A participação não é somente um direito, mas sim um dever, ao qual o cidadão o utiliza para a efetivação de seus anseios e preocupações que permeiam seu cotidiano.

Em presente momento, cabe ressaltar a importância dos conselhos municipais, que incentivam a população a participar do cenário político de determinada região o respeito aos princípios administrativos e constitucionais, e aos direitos e deveres do Estado e de seus cidadãos.

Ademais, a hipótese utilizada neste estudo é que dentro de uma sociedade desigual, e por muitas vezes discriminatória, a população mais pobre passa despercebida, silenciada, e subjugada de inúmeras formas, tendo pouco acesso a uma educação de qualidade, atividades culturais, e uma saúde precária. Para mudar esse cenário a participação popular na elaboração das políticas públicas é uma ferramenta fundamental. Neste trabalho pretende-se esclarecer quais os motivos que fazem as políticas públicas em especial no cenário brasileiro serem má administradas, a importância da participação popular na criação das políticas públicas, e de que forma



isso poderá ocorrer. Adotadas essas premissas, bem como o método dedutivo, com pesquisa bibliográfica e legislativa, o trabalho se desenvolve forma que se passa a expor.

2 DESENVOLVIMENTO

O entendimento que se possui do cidadão na atualidade foi aprimorado durante o século XIII, no qual se abriu possibilidade de o “povo” ser visto como sujeito político significativo (GOHN, 2008, p.23). deste modo. Houve um reconhecimento do direito a educação sobre a cidadania, sendo os cidadãos os incumbidos como agentes de transformação da sociedade.

A Constituição de 1988, deu chance, por meio de legislação pormenorizada, para condutas participativas nas mais diversas áreas, assim acabou concentrando grande porção das reivindicações do movimento da “Participação popular na Constituinte” legitimando variadas formas de participação da sociedade na vida estatal.

Em alusão à participação direta descritas na Constituição, estão o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular. Já no que concerne a democracia participativa, A Constituição faz menção a várias formas pelas quais os cidadãos podem cumprir esta faculdade, dentre os quais se destacam: o Orçamento Participativo, as Audiências Públicas, a Iniciativa Popular, os Plebiscitos, os Referendos e os Conselhos de Políticas Públicas.

Estabelece os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos níveis municipal, estadual e federal, com representação da sociedade e do Estado, designando que os comandos das políticas da criança e do adolescente, da educação e da Seguridade Social, necessitariam ter caráter democrático e descentralizado.

Após a promulgação, o dispositivo de emendas populares foi de caráter basilar para a criação das constituições estaduais, e das leis orgânicas municipais, tendo como resultado a criação de conselhos de controle e gestão de políticas públicas, tendo como participantes o Estado e a população civil em seu caráter fiscalizatório. A criação deste espaço de participação da sociedade nas políticas sociais, fez com que nascesse a esperança de uma mudança na cultura política do



país, trazendo novos valores, maior transparência e controle social no exercício do poder do Estado no que concerne às políticas sociais.

Os Conselhos de Políticas Públicas são meios de participação que articulam representantes da população e membros do poder estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos. Os Conselhos constituem, nos tempos atuais como, a principal novidade em termos de políticas públicas. Para a autora Maria da Glória Gohn, os conselhos:

São agentes de inovação e espaço de negociação dos conflitos. Entretanto, há uma longa história e um acirrado debate na trajetória dos conselhos envolvendo questões relacionadas com participação, formas de governo e representatividade, natureza da esfera pública, divisão de poder local, regional, nacional e global, além de temas mais abrangentes que configuram o cenário em que os conselhos de desenvolvem, como o próprio sistema da democracia e os condicionantes políticos econômicos que influenciam as gestões públicas (2003, p.7).

Na conjunção histórica brasileira existem, de acordo com a autora Maria da Glória Gohn, os mais variados exemplos de conselhos. Tem-se aqueles criados pelo Poder Público Executivo, com o intuito de mediar suas relações com os movimentos e com as organizações populares. Há, ainda, os constituídos pelos movimentos populares ou setores organizados da sociedade em suas relações de negociações com o poder público. E por fim, os conselhos institucionalizados, com a possibilidade de participar da gestão dos negócios públicos criados por leis originárias do poder Legislativo surgidos após pressões e demandas da sociedade civil (GOHN, 2003, p. 70):

A Constituição Federal de 1988, além de garantir a cidadania como direito fundamental, ainda estabeleceu a soberania popular como um princípio, deixando explícita a necessidade de descentralização do poder e da efetiva participação civil ao tratar de saúde, assistência social e infância e juventude. Como pondera Avritzer (2009, p. 34) não há previsão explícita dos conselhos como instrumentos de controle social na Constituição, apenas premissas que tratam da participação da comunidade 26 na formação e controle das políticas públicas, cabendo à legislação superveniente sua formalização.

A atuação nos Conselhos pode ser definida como a capacidade de debate e representação das predileções dos indivíduos, estabelecendo, inclusive o ementário público. Se faz proveitoso mencionar que sua conjectura é legalmente definida, sendo



incluso o cunho híbrido que permeia os conselhos, pelo fato de haver uma participação igualitária entre a comunidade e o poder estatal.

Não somente um canal de diálogo entre o Estado e a sociedade, os conselhos de políticas públicas, são formas eficazes de garantir que os interesses dos cidadãos sejam amplamente debatidos, deliberados e efetivados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia é uma luta contínua sendo necessário de forma contínua sua análise nos mais diversos contextos e situações. Trazida pela Constituição de 1988, é um fundamento que garante a soberania popular, de forma direta ou indireta.

Constituição enumera e limita os poderes e funções do Estado, institui poderes, cria órgãos e determina competências e estabelece procedimentos a fim de garantir a todos os setores da sociedade uma convivência pacífica. O texto constitucional busca dentro dos limites do ambiente democrático assegurar a ocorrência dos direitos através de sua força normativa, tornando-se desta forma um fundamento privilegiado.

Os conselhos de Políticas Públicas se tratam de órgãos permanentes e deliberativos de participação popular, com o desígnio de propor e supervisionar as políticas públicas. Funcionam como uma ferramenta de garantia da cooperação, controle, e gestão democrática das políticas públicas.

Os conselhos de Políticas Públicas no Brasil são considerados híbridos, pois, no momento de sua criação há paridade entre a parte Administrada/Administradora, é constituído desta forma, com a finalidade de honrar o princípio da isonomia, bem como cumprir os preceitos Democráticos. No entanto, esta paridade não deve ser apenas figurativa a nível numérico, deve ser efetiva em todas as suas etapas, e todos os membros devem ter conhecimento de sua importância dentro do sistema, bem como saber os mecanismos que possuem para concretizar suas ideias, os Conselhos encontram limitações importantes, como a dependência para com os governos e sua predisposição a burocratização.

Simultaneamente em que tem expressivo potencial de democratizar decisões, traz junto a si o risco dessas decisões servirem interesses próprios. Entretanto, os Conselhos, assim como as demais instancias participativas, são peças



estratégicas do projeto de democratização do Estado, não atuando sozinho como agente responsável por todo o projeto democrático-participativo.

Os Conselhos são de grande importância na realidade social da atualidade, mesmo que ainda seja desconhecido por muitos, este instituto torna possível um melhor atendimento dos anseios da população, através de lutas e deliberações legítimas. Conseguimos vislumbrar através dos conselhos a possibilidade de uma gestão compartilhada com a sociedade, de forma coerente com a realidade social apresentada.

4 REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. **Experiências nacionais de participação social.** Leonardo Avritzer (Org.). São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 de out. 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica.** 2. ed. São Paulo, Cortez 2003.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos, ONGs e redes solidárias.** 2.ed. São Paulo, Cortez, 2008.



**GRUPO: DIREITOS DOS
VULNERÁVEIS, MINORIAS E
CIDADÃOS À MARGEM DA
SOCIEDADE**



DÉSMITIFICANDO A SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA NO BRASIL

BORGES, Andreza Rudey Maciel

RESUMO: Apesar dos avanços tecnológicos que tivemos nos últimos anos e com isso a informação estando em todo lugar para todo mundo, salvo exceções, a sucessão testamentária no Brasil ainda é um caminho pouco explorado. Os brasileiros tem a cultura de pouco se falar em morte, e quando a mesma chegar deixar para a sucessão legítima resolver. O que nem todos sabem, é que através da sucessão testamentária se faz cumprir o desejo do testador. O conhecimento é o primeiro passo para fazer com que essa forma de sucessão seja mais utilizada no nosso país.

Palavras-chave: Testamento. Testador. Sucessão. Desmitificação.

1 INTRODUÇÃO

De início, a desmitificação da sucessão testamentária no Brasil faz-se necessária em meio a realidade que vemos hoje em nosso país. Grande parte da população não tem conhecimento algum sobre o que é, e qual a finalidade de um testamento. Esse tema é de extrema relevância, ainda mais num país onde é pouco conhecido e utilizado como o nosso. O objetivo deste trabalho é fazer com que mais pessoas conheçam o testamento e entendam que ele não é um vilão, mas pelo contrário, podendo trazer muitos benefícios.

Veremos mais adiante que este tema no Brasil precisa ser mais divulgado e as pessoas devem ter mais conhecimento acerca dessa temática, pois é um direito de todos, que muitas vezes, por falta de conhecimento que existe um procedimento desse ou por imaginar que é algo bem longe da realidade, acaba não sendo respeitada a vontade do falecido.

2 DESENVOLVIMENTO

A sucessão testamentária é a que deriva da expressa manifestação de vontade do testador, ela é a última disposição de vontade do indivíduo. No testamento pode-se dispor sobre bens móveis e imóveis, sendo o mais comum, mas também sobre direito existente e os que eventualmente podem ser declarados, como reconhecimento de filhos, nomeação de tutor, reabilitação de indigno entre outros, atribuindo seu patrimônio a pessoa certa e determinada ou determinável. Essa modalidade só tem efeito após a morte do testador, por isso é chamado última vontade



ou *causa mortis*. Pode dispor de seus bens toda pessoa capaz, e os maiores de 16 anos.

Conforme SIMSEN (2007), o objeto do direito das sucessões é a sucessão hereditária, e o objeto da sucessão em si conforme supracitado é todo o patrimônio que a pessoa deixou, composto por bens móveis, imóveis, direitos já existentes e também aqueles que ainda podem ser declarados por ações em processo, além é claro de ser composto por todas obrigações do finado, tudo lavrado em um ato testamentário, ou seja, através de um testamento.

Para o Dr. Zeno Veloso (2015), o testamento é um negócio jurídico típico que esta suscetível a condições, causas e modas, neste contém as últimas vontades do autor da sucessão, e é considera uma manifestação *mortis causa*.

O brasileiro nunca teve a cultura de pensar na morte, mas não há como negar que todos iram passar por isso algum dia em algum momento, e após o falecimento há muitas consequências jurídicas e burocráticas (como um ditado popular diz: “até para morrer do trabalho”), e uma delas é saber se o falecido deixou algum testamento.

Acessando o site da CENSEC (Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados) consegue-se solicitar uma consultar para saber se existe ou não um testamento (público ou cerrado) e se houve revogações, após dois ou três dias a certidão positiva (que contém testamento) ou negativa (que não contém testamento) estará disponível, com um custo pelo serviço de R\$ 73,40. Ainda nesse site dá para confirmar a autenticidade do documento inserindo o código que está no próprio testamento.

O testamento tem a finalidade de expressar a vontade do testador, tendo a seguridade que será cumprida, e ainda é uma forma, na maioria das vezes, de evitar certos desentendimentos e intrigas entre familiares/herdeiros e a sobrecarga do judiciário.

O Código Civil brasileiro, divide em duas categorias os testamentos, os ordinários, no seu artigo 1.862, e os especiais, no seu artigo 1.886, sendo o primeiro o mais comum de ser utilizado, é o que todas as pessoas capazes fazem, salvo exceções, e o segundo é restrito a testamento marítimo, aeronáutico e militar. Para o ato do testamento não há necessidade de um advogado, como é o caso do inventário.



O testamento público tem como obrigatoriedade ser redigido em cartório, por um tabelião, deve ser lido em voz alta e ter duas testemunhas, todos devem assinar o documento, sendo das opções o mais seguro. O testamento Cerrado é escrito pelo próprio testador, ou por alguém que ele escolha e com sua devida assinatura, deve ser aprovado pelo tabelião na presença de duas testemunhas, o testador deve declarar ao tabelião que aquele é o seu testamento, após é lavrado o auto de aprovação e o mesmo é lido pelo tabelião aos presentes, onde todos assinam, sendo lacrado e aberto somente após o falecimento do testador. E o testamento Particular é o escrito pelo próprio testador, devendo ser lido e assinado pelo testador e por mais três testemunhas, e é o que traz menos seguridade, pois tem grande risco de não estar de acordo com a legalidade e ser anulado, por isso é aconselhável fazer um testamento particular com a ajuda de um advogado.

Não há uma explicação certa pelo fato do brasileiro não ser adepto ao testamento, mas o fato dos cidadãos não terem conhecimento sobre esse procedimento com certeza é um dos motivos. Apesar de não ser um grande número de pessoas no nosso país que fazem o testamento, no primeiro semestre desse ano houve um aumento significativo de testamentos registrados em comparação a mesma época do ano anterior, enquanto que em 2020 de janeiro a junho foram registrados mais 12.300 testamentos, na mesma época em 2021 foram mais de 17.500 registros, esses dados são do Colégio Notarial do Brasil, a diretoria atribuiu esse aumento a situação de pandemia que ainda estamos vivendo. E mesmo após esse aumento, se levarmos em consideração a quantidade pessoas que falecem no Brasil (aproximadamente um milhão e trezentas pessoas por ano) contra a baixíssima quantidade de testamentos que existem no país, chega ser assustador.

Analisando por um aspecto cultural, as pessoas tem um apego grande pela vida e aos bens que nela conquistam, não aceitando a possibilidade de um dia morrer e ter que “abrir mão” de tudo para outras pessoas. Ainda, que ao falar em testamento estarão atraindo a morte. Pelo lado legal, verifica-se que na sucessão legítima o legislador elencou quem seria contemplado pessoas próximas do autor da herança, fazendo com que aparente ser desnecessário o testamento, já que o testador iria beneficiar as mesmas pessoas que a sucessão legítima já beneficia, e ainda nesse ramo legal, observa-se que a burocracia assusta as pessoas, fazendo com que as mesmas desistam antes mesmo de iniciar o processo. O brasileiro tem o costume de



deixar as coisas para última hora, nesse contexto não seria diferente, mesmo sabendo que se prevenir é muito melhor que remediar.

Outro fator relevante, que levam muitas pessoas a não optarem fazer um testamento é o seu alto custo, que não é nada acessível, que pode chegar a aproximadamente dois mil reais. A maior parte da população brasileira é de classe baixa ou média, sendo incompatível com a renda familiar, sem comprometer outras áreas (saúde, alimentação e etc.), poder desembolsar esse valor para ter um testamento, isso sem incluir um auxílio de um advogado para acompanhar e garantir a correta elaboração do testamento, evitando futuras anulações e nulidades, o que aumentaria ainda mais o custo.

Não há como negar que o ato de se fazer um testamento é uma mudança necessária na cultura do nosso país. A aceitação da morte, para muitos, pode ser um processo longo e delicado, mas é necessário para que o uso do testamento se torne mais comum, pois é tendo ciência que um dia sua morte chegará que o testador conseguirá manifestar sua última vontade.

Normalmente, quem utiliza-se da sucessão testamentária é quem não possui herdeiros necessários, dessa forma consegue deixar expressa sua vontade para quem irá seus bens, ou ainda os que não concordam com a disposição legal e pretende dispor, da parte disponível, para quem o interessar.

Se analisarmos como a sociedade em geral está hoje, vemos que a informação está a um clique de distância, e que qualquer um pode entender o que é a sucessão testamentária e qual sua finalidade. Mas, é certo que as informações e conteúdo mais consumidos são os que estão com mais fácil acesso, tornando esse tema mais distante da sociedade. A divulgação sobre este conteúdo, e muitos outros que também se fazem necessário conhecer, acaba sendo extremamente precária e ineficaz, não alcançando a maioria da população.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desmitificar a utilização do testamento no Brasil é algo demorado e complexo, uma vez que é da cultura do povo não utilizar esse meio de expressar seu desejo. Reduzir a burocracia e o alto custo para fazer um testamento, chamaria mais



atenção das pessoas que já tenham interesse de fazer um e só não o fazem pelo alto custo e para evitar “dor de cabeça”, tornaria o procedimento mais acessível e viável.

O ideal no Brasil é a população ter mais conhecimento sobre o que é, como funciona e pra que serve o testamento, afinal quanto mais você tem conhecimento e dominância sobre algo, menos medo você tende a ter. Como já citado acima, uma solução para esse relevante e importante tema alcançar mais pessoas é através da divulgação, e a mais eficaz é a que está sendo mais consumida pela maioria da população. Hoje é muito raro encontrar um indivíduo sem um celular na mão, então a maneira mais rápida de fazer com que mais pessoas tenham conhecimento, e consequentemente vá quebrando tabus (mas ainda sim a passos lentos) é a internet, são as redes sociais, então porque não utilizar desse meio para essa desmitificação acontecer.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil Brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de janeiro de 2002.

LÉON, Lucas Pordeus. Número de testamentos no Brasil cresce 41% no primeiro semestre. **Radio Agência Nacional**. Brasília. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2021-07/numero-de-testamentos-no-brasil-cresce-41-no-primeiro-semester>>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

SIMSEN, Hedi. **A sucessão testamentária no Brasil**. 2007. 209 fls. Monografia Bacharel Direito, Itajaí, 2007. Disponível em: < <http://siaibib01.univali.br/pdf/Heidi%20Simsen.pdf> >. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

VELOSO, Zeno. **Das Disposições Testamentárias**. X Congresso Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: < <https://ibdfam.org.br/assets/upload/anais/252.pdf> >. Acesso em: 23 de setembro de 2021.



A DESIGUALDADE DE GÊNERO E A (IM)PARCIALIDADE DO SISTEMA JUDICIÁRIO MOVIDO PELOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO

SOARES, Taynara Thaís Gonçalves
SANCHES, Gabriela Cristina Oliveira
SILVA, Luís Gustavo Candido e

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo versar sobre como os estereótipos de gênero podem influenciar nas ações do Estado. Diante de um cenário social estruturado pelo patriarcado e pela desigualdade de gênero, procura-se questionar sobre a possibilidade do sistema judiciário tomar apenas decisões sob a ótica da imparcialidade, em um contexto definido a partir de preconceitos e um estigma de gênero, em especial em relação à mulher, capazes de reforçar as desigualdades e que naturalizam e justificam a prática da violência sexual.

Palavras-chave: Estereótipos. Desigualdade. Parcialidade. Judiciário.

1 INTRODUÇÃO

Mediante os estudos da socióloga Lourdes Bandeira, a violência física contra a mulher é precedida por outros eventos, tais como abusos físicos e psicológicos, que tentam submeter as mulheres a uma lógica de dominação masculina, a um padrão cultural que subordina a mulher e que foi aprendido ao longo de gerações; trata-se, portanto, de parte de um sistema de dominação patriarcal e misógino. (BANDEIRA, 2013. p. 1 e 2)

Com a pesquisa, pretende-se analisar a possibilidade da construção social possuir raízes machistas, na qual atitudes de discriminação podem ser pautadas no sexo, sendo que desde a descoberta do gênero de um feto os estereótipos e suposições são reproduzidos. Dessa forma, analisa-se que o machismo e sexismo podem afetar quaisquer pessoas, porém, sendo nítido o quanto apresenta-se mais nocivo às mulheres.

Ou seja, é incontroverso que na ordem patriarcal de gênero, os homens possuem vantagem. O poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual (Saffioti, 2015. p.33).

A Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, foi criada em homenagem a uma vítima de violência doméstica que sofreu dupla tentativa de homicídio e, ao denunciar, foi vítima de revitimização por parte do sistema, que por 15 (quinze) anos foi tolerante com os crimes praticados pelo agressor.



Após a promulgação da lei, esta estabeleceu eixos a serem seguidos, sendo que um deles dispõe sobre garantia de segurança à mulher e acesso à justiça.

Apesar do notável avanço em razão das pautas e lutas feministas, ainda pesquisa-se a problemática da ausência de tais garantias, vez que os órgãos oficiais, que deveriam oferecer apoio e acolher a vítima, agem de forma contrária à isso, fazendo com que a mulher visite mais uma vez o trauma sofrido, com questionamentos vexatórios e ofensivos, que a tornam culpada pelo crime, invés de vítima.

O tema é de extrema importância, principalmente dentro de um sistema construído pelo patriarcado, no qual a mulher é revitimizada e o verdadeiro agressor é mantido impune. Por tais razões, o Estado deve ater-se às decisões do sistema judiciário, para que sejam livres de preconceitos e imparciais, buscando políticas públicas direcionadas ao devido atendimento às vítimas de crimes sexuais e relacionados ao gênero.

2 DESENVOLVIMENTO

OS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA:

Historicamente, homens e mulheres ocupam posições distintas na sociedade, desigualdade que é fruto de uma construção social, em que homens ocupam posições de maior relevância, e as mulheres as de menor relevância, através de uma divisão sexual das atividades.

Através dessa divisão sexual, as qualidades masculinas são opostas as feministas, e na maioria das situações seguem uma hierarquia que inferioriza as mulheres

As representações de gênero são fixadas por estereótipos, generalizações que reforçam características e comportamentos definidos conforme o sexo. Consistem em atributos pessoais tidos como adequados a homens e mulheres, uma personalidade ideal ao indivíduo e guardada na memória social.

Conforme os estereótipos são reproduzidos e reafirmados pela sociedade, ocorre uma construção social que afeta diretamente as relações de gênero/poder, fixando estigmas e preconceitos que permitem o controle dos homens sobre os corpos femininos.



Quanto a isso, Marina Torres Costa Lima afirma:

Os homens do mundo patriarcal devem pautar-se de forma sexualmente livre – e até libertina – devido à posição de superioridade e independência que lhes cabe. Devem ser, portanto, rígidos, másculos e dominadores. Por sua vez, às mulheres resta a necessidade de resguardar sua moral sexual, agindo de forma efetivamente recatada. Suas vestimentas, seus diálogos e seus comportamentos devem revestir-se da cautela necessária a ensejar o respeito do seio social. Seu corpo não é considerado sua propriedade, senão verdadeiro objeto de controle da sociedade. (LIMA, 2012, p. 9)

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E OS DIREITOS DAS MULHERES

Os movimentos sociais feministas desempenharam um papel fundamental no que diz respeito à luta pelos direitos das mulheres e igualdade.

No Brasil, o artigo 5º da Constituição Federal, promulgada em 1988, manifesta o princípio da igualdade, dessa forma, o texto traz que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]" (Brasil, 1988). Além disso, a legislação brasileira demonstra-se protetiva para com as minorias e grupos vulneráveis, tomando por exemplo a Lei Maria da Penha.

A Questão é: a formalidade traz a materialidade consigo? Apesar do rol protético, a problemática dos estereótipos de gênero diz respeito ao social, à cultura, à história.

Com base no supracitado, verifica-se que não apenas a palavra da mulher é sempre menosprezada, como também seu grito e clamor por socorro. São atitudes enraizadas na sociedade que facilitam cada vez mais a violência e o feminicídio.

Além disso, independente de afetividade ou relação, há medo, temor pela integridade física, receio pelos julgamentos que serão enfrentados. Nas palavras de Ruth Benedict, lembradas por Saffioti, as mulheres são treinadas para sentir culpa, mesmo que não existam razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização de culpa. (SAFFIOTI, 2015. p. 24)

A sociedade pode ser cruel com vítimas, naturalizamos o deboche e o desrespeito em perguntas que violentam ainda mais a vítima, afinal, nenhum lugar é



apropriado à violência, ao estupro. Nenhuma roupa, nem nada disso deveria fazer com que dedos fossem apontados para a mulher e que homens se sentissem tão livres para violar corpos e vidas.

Neste sentido, a Professora Elizandra Iop ressalta que:

O patriarcado instaura a inferioridade da mulher no grupo social, sua capacidade de participar ativamente nas funções do grupo é colocada em dúvida pelo poder masculino, sendo essa relegada, então, ao espaço privado, passando a ser incluída subjetivamente como propriedade do homem. (IOP, 2009, p. 1)

A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E A PARCIALIDADE DO SISTEMA JUDICIÁRIO

O filósofo Michel Foucault, defendia em sua tese que a violência contra a mulher tem relação direta com as construções fictícias em torno do gênero feminino, assumindo distintas significações em diferentes contextos culturais, sociais e históricos. (MATTIOLI, ARAÚJO, RESENDE, 2013, p.25)

Isto é, dentre as modalidades de violência cometidas contra as mulheres, tem-se a prática da violência institucional de gênero, que possui raiz histórica, e parte de estereótipos de gênero, perpetuados pela sociedade e que conseqüentemente, afetam o sistema judiciário. Os genes carregam uma enorme “bagagem histórica”. (KELLER, 2022, p. 136)

A violência institucional de gênero, retrata o momento em que a vítima, mulher, é culpabilizada pela conduta típica que sofreu, principalmente em casos de crimes sexuais.

A figura feminina é taxada pelo próprio sistema por louca, surtada, aproveitadora, interesseira e por muitas vezes, aquela que provocou a ação do agressor, seguindo e reproduzindo preconceitos obtidos a partir dos estigmas de gênero. Ato que permite a rápida transformação da vítima em ré, procedimento que em diversos casos, permite absorver o verdadeiro réu. (SAFFIOTI, 2015. p. 48)

Neste ponto, nasce o seguinte questionamento: os agentes do direito, desde o atendimento da vítima, denúncia e posterior julgamento do acusado, analisam tão somente o fato em si ou também reproduzem preconceitos e discriminações, em



especial em relação à mulher, que reforçam as desigualdades de gênero e naturalizam e justificam a violência sexual? (ROSSI, 2015. p.8)

Assim, com os estudos em comento, percebe-se que na ordem patriarcal de gênero os homens possuem vantagem, e não há como afirmar que o sistema judiciário tome apenas decisões sob a ótica imparcial, em um contexto definido a partir de preconceitos e estereótipos quanto ao gênero feminino.

E mesmo que os homens ocupem o espaço de agressor, e a mulher de vítima, esta é questionada e culpabilizada, inclusive por órgãos que deveriam acolhê-la e oferecer segurança. O fenômeno que se chama revitimização, na prática, diz respeito a violência cometida pelo próprio sistema judiciário contra Maria da Penha em 1983, Mariana Ferrer em 2018, e tantas outras mulheres que foram caladas e questionadas de forma desrespeitosa e vexatória sobre suas denúncias.

Destarte, é urgente tratar sobre a culpabilização causada pela violência institucional, e a parcialidade de um sistema judiciário movido pelos estereótipos de gênero, para que não sejam mais produzidos discursos machistas e discriminatórios em relação às mulheres.

E somente quando o sistema estiver livre de preconceitos e estigmas de gênero, será possível que a mulher se sinta segura, e não constrangida e novamente violentada ao denunciar crimes sexuais. Para a devida efetividade dos direitos humanos, da segurança jurídica e aplicação da lei mediante o fato em si.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, vivemos em uma sociedade com raízes doentes, a cultura patriarcal e sexista que segrega os direitos humanos das mulheres e beneficia quem ocupa o poder, ou seja, dessa forma auxilia “ [...] na repetição da violência contra a mulher é a invisibilidade sob a qual se acobertam comportamentos opressores, ainda tidos como naturais” (DISKIN, 2011, p.14).

Em contrapartida os movimentos nunca cessaram, “o problema reside na prática, instância na qual a igualdade legal se transforma em desigualdade, contra a qual tem sido sem trégua a luta feminista” (SAFFIOTI, p.43). Mas é em razão deles que podemos visualizar os difíceis avanços. A luta feminista nos trouxe o amparo legal



de muitos direitos, mas ainda há muito a conquistar, principalmente quando falamos em efetividade e liberdade.

Dessa forma, não se pode fechar os olhos aos abusos cometidos às vítimas, inclusive àqueles pelas mãos do sistema. O poder judiciário carrega consigo a parcialidade e a defesa de interesses próprios muitas das vezes, os interesses de homens com poder, isso violenta novamente a vítima, que fica exposta a situações vexatórias, questionamentos infundados na tentativa de justificar violência. É possível confiar à justiça ao próprio algoz?

4 REFERÊNCIAS

LIMA, Marina Torres Costa. **O estupro enquanto crime de gênero e suas implicações na prática jurídica.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

MATTIOLI, Olga Ceciliato. ARAÚJO, Maria de Fátima. RESENDE, Vera da Rocha. **Violência e relações de gênero: o desafio das práticas institucionais.** 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência.** 2 ed. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2015.

ROSSI, Giovana. **A culpabilização da Vítima No Crime De Estupro: Os Estereótipos De Gênero E O Mito Da Imparcialidade Jurídica.** 1 ed. São Paulo. Empório do Direito, 2016

HOCH, S. DA S. **IGUALDADE GÊNERO E DIREITO DAS MINORIAS: A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E OS DIREITOS DAS MULHERES.** Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, n. 6, 19 nov. 2018.

MEDEIROS, Maíra. **Este livro é coisa de mulher: desconstruindo para construir.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2020.

BANDEIRA, Lourdes. **Femicídio: a última etapa do ciclo da violência contra a mulher.** Acesso em 06 de outubro de 2021: [http://www.compromissoeatitudo.org.br](http://www.compromissoeatitude.org.br).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 de abr. 2021

IOP, Elizandra. **Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais.** Visão Global, Joaçaba, v. 12, n. 2, p: 231-250, jul./dez. 2009



DISKIN, L. A invisibilidade da violência. Instituto Avon/IPSOS. **Percepções sobre a violência contra a mulher no Brasil, 2011.**



A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DO ACESSO COM ANIMAIS DE APOIO EMOCIONAL QUANTO INSTRUMENTO EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA

RICKEN, Mateus Stipp
ARAÚJO, Felipe Ferreira

RESUMO: O animal de apoio emocional ajuda pessoas a enfrentar problemas psicológicos ou emocionais, podendo auxiliar em problemas de contato social. Em tempos de pandemia, por exemplo, os animais se tornam muito importantes para o enfrentamento do isolamento social. No direito brasileiro ainda não há regulamentação que garante as pessoas o direito de frequentar lugares ou veículos públicos ou privados na companhia de seus animais de suporte emocional, por esta razão, acabam sendo violados direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana. Por isso, será apresentado um contexto histórico para entender a relação entre o cão e o homem, trazendo conceitos dos direitos fundamentais e da dignidade humana, analisando um projeto de lei que pretende regulamentar a entrada de animais em viagens de avião e explicando sobre a legislação dos Estados Unidos, onde o animal de apoio é protegido por lei.

Palavras-chave: animal de apoio emocional, direitos fundamentais, direito comparado, dignidade da pessoa humana.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano, de modo geral, tem passado por diversos problemas de saúde ao longo dos anos, sejam eles físicos, psicológicos ou de contato social. Por esse motivo, para enfrentar os seus desafios, muitas pessoas tem buscado apoio em animais, para amenizar os impactos causados em suas saúdes. Assim, por meio do animal de suporte emocional é possível conseguir auxílio no tratamento de várias doenças psicológicas como, depressão, transtornos mentais, crises de ansiedade, bem como em questões de isolamento social, facilitando as relações interpessoais, ajudando na redução de estresse e na amenização da solidão.

Diversos estudos na área da psicologia comprovam que a companhia dos animais trazem muitos benefícios para saúde mental, fazendo com que os humanos procurem os animais como apoio emocional para enfrentar situações difíceis, tornando mais fácil a comunicação entre as pessoas apenas com a presença e comportamento do animal, causando assim um efeito catalisador social.

Com isso, vale dizer que este trabalho se preocupa em demonstrar que há locais, veículos e estabelecimentos públicos que se limitam em permitir a entrada de pessoas acompanhadas de seus animais de apoio, tendo em vista a falta de regulamentação sobre o tema. Assim, através do direito brasileiro, precisa-se buscar amparo, a fim de garantir o direito



das pessoas em ter os animais em sua companhia, independentemente de local, pois a presença do animal de apoio é necessária para o bem-estar do indivíduo.

Importante destacar que o animal de apoio emocional é aquele que tem direito de ficar ao lado do dono, inclusive ser transportado nas viagens de avião de forma gratuita. Todavia, caso o dono do animal queira o levar para outra cidade ou ainda em outro país, ele vai encontrar dificuldades, podendo até mesmo ser impedido pela falta de legislação. Dessa forma, o pet fica submetido às regras gerais de cada estabelecimento ou empresa de transporte aéreo.

Vale ressaltar, que no Brasil existe o projeto de lei n. 3759/2020 que atualmente está em tramitação na Câmara dos Deputados. De forma sucinta, este projeto visa assegurar ao indivíduo o direito de transportar seu animal de apoio emocional nas cabines de aeronaves brasileiras, visto que as companhias aéreas acabam criando suas próprias regras de transporte de animais se limitando aos de suporte emocional.

Portanto, buscando trazer para o ambiente acadêmico, um conhecimento mais aprofundado sobre o tema, as técnicas utilizadas para realização desse estudo foram pesquisas bibliográficas, ou seja, foram realizados levantamentos de informações e conhecimentos a respeito do assunto a partir de diversos materiais bibliográficos (livros, artigos científicos, projetos de lei, etc.), colocando em exposição diferentes opiniões, fatos, pensamentos e dados de autores que estudaram, desenvolveram e defendem estudos a respeito do assunto.

2 O VINCULO ENTRE CÃES E HUMANOS

Em linhas gerais, antes de atingir questões jurídicas, precisa-se explicar alguns pontos da área da psicologia, a fim de entender a importância, a necessidade e os benefícios do animal de apoio emocional. Por isso, será necessário falar da Terapia Assistida por Animais (TAA), método utilizado pela psicologia que consiste em colocar cães em contato com pacientes buscando resultados mais eficientes no tratamento de determinadas doenças. Dessa forma, este tópico tem por objetivo explicar o contexto histórico da relação entre homem e cão e seus benefícios.

Para Roma (2015), é indiscutível a participação do homem na domesticação dos cães, por isso “processos de seleção de traços específicos marcam a história de domesticação sendo que a partir dela foi possível selecionar características desejáveis para utilização dos animais”, sendo em atividade de trabalho (como a caça) ou somente para companhia (o que hoje se entende como apoio emocional). Desse modo, é possível entender



que, desde a antiguidade, os cães já eram importantes na vida humana, pois eram fundamentais para sua sobrevivência.

Para explicar o comportamento dos cães, precisa-se entender que eles compartilharam o mesmo ambiente com os humanos por mais de 10.000 (dez mil) anos, o que possibilitou o estímulo de comportamentos caracteristicamente humanos, fazendo com que esses animais desenvolvessem estruturas cognitivas semelhantes a dos homens (Hare e Tomasello, 2005).

Com isso, Fine e Beck (2010) apontam que para a formação de vínculo entre duas espécies, se faz necessário uma comunicação parecida/idêntica entre eles. Assim, Rossow (2002) indica que para a formação de tal vínculo, é importante que ele seja duradouro e recíproco. No entanto, para que esta relação seja benéfica, é importante ela trazer bem-estar e saúde aos envolvidos.

Granger e Kogan (2006), explicam que pessoas com problemas físicos e psíquicos relatam que após sessões de Terapia Assistida por Animais (procedimento no qual são utilizados cães) relatam que ficaram mais calmas, se sentiram menos sozinhas e mais felizes. Assim, com a presença desses animais as pessoas ganham mais conforto para interagir, aumentando a autoestima e a autoconfiança.

Roma (2015) cita que a companhia do cão pode servir de apoio emocional, ajudando no controle do stress, amenização da solidão, principalmente em cidades grandes, onde pessoas vivem na correria do cotidiano, dificultando o contato social e o estreitamento de vínculo. Desse modo, a companhia de um animal de estimação traz resultados positivos no comportamento das pessoas, facilitando o desenvolvimento de habilidades e instigando o exercício da responsabilidade.

A partir dessa análise histórica, pode-se entender que o vínculo entre cão e humano é algo que foi construído ao longo do tempo, passando por diversas modificações, até chegar do status de hoje, onde os cães são vistos como os filhos de quatro patas dos humanos. Por isso, para entender o surgimento do vínculo entre essas espécies, precisa-se considerar que o primeiro contato entre cão e humano, foi por uma necessidade do homem, o qual tinha auxílio dos lobos para caça, a partir daí esses animais passaram a conviver no mesmo meio social que os humanos, ocorrendo assim à domesticação. Por fim, o vínculo entre eles só se concretiza quando a comunicação entre eles é recíproca e duradoura, e como resultado o cão passa a ter comportamentos semelhantes ao dos humanos.

2.1 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIREITOS FUNDAMENTAIS



Apesar da terapia assistida por animais, no Brasil, não existe regulamentação quanto ao acesso desses animais com seus respectivos donos em diversos locais, como aviões, ônibus, restaurantes, hospitais, entre outros. Isso ocorre porque a pessoa que necessita do apoio emocional, não é deficiente física, mas sim uma pessoa com necessidades especiais. Assim, nem por analogia conseguimos pegar, por exemplo, o estatuto da pessoa com deficiência. É necessário haver uma nova logística de normas. Enquanto isso não ocorre, há a violação do princípio da dignidade da pessoa humana que é um fundamento da república, e violam também direitos fundamentais, como o direito a liberdade, saúde e igualdade, conforme será explicado nos próximos parágrafos.

O princípio da dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da Constituição Federal de 1988, consagrando o Estado como uma organização voltada para o ser humano. A razão de ser do Estado brasileiro não se funda em classes, propriedades ou organizações religiosas, mas sim na pessoa humana. Com isso, pode-se dizer que o direito a vida, por exemplo, decorre diretamente da ideia da dignidade humana, assim como o direito a liberdade, igualdade, etc. (ALEXANDRINO, 2015)

Segundo Alexandrino (2015), a dignidade da pessoa humana apresenta-se como um direito de proteção individual em relação ao Estado e em frente aos indivíduos, assim como constitui dever fundamental de tratamento igualitário para todos. Desse modo, é um princípio que assegura a liberdade individual do ser humano.

Tavares (2012) vai dizer que há inúmeras situações em que a dignidade humana é violada, todavia encontra no campo conceitual uma grande dificuldade, ressaltando ainda que permite diversas interpretações, enfoques, considerações e definições. Assim, o autor entende que o principal motivo da introdução deste princípio na constituição brasileira, foi fazer com que as pessoas sejam o fundamento e fim da sociedade.

A dignidade da pessoa humana é um princípio concretamente positivado, por isso é necessário buscar soluções a fim de modernizar o conservadorismo sem se desvirtuar de seu fundamento principal. É preciso buscar estabelecer políticas, nas quais os indivíduos tenham seus direitos garantidos, sem que sejam rotulados, separados ou simplesmente esquecidos. Dessa forma, através do Direito pode-se garantir o que a constituição estabelece, isto é, assegurar a todas as pessoas a sua dignidade. (NAJY, 2018)

Em virtude dessas definições do princípio da dignidade humana, percebe-se claramente que a falta de legislação sobre o animal de suporte emocional viola tal princípio, haja vista que as pessoas que dependem desse tipo de animal estão sendo deixadas de lado. Não possui na legislação brasileira a garantia do direito de ter o animal em sua companhia (seja no avião ou qualquer outro local), o qual proporciona bem-estar psicológico ao indivíduo. Por isso, considerando que a dignidade humana é um dos fundamentos principais da



constituição brasileira e que apresenta-se como uma proteção individual a fim de garantir tratamento igualitário para todos, é de extrema relevância a criação de leis que asseguram o direito de viajar ou frequentar determinados locais na presença do animal de apoio.

Conforme art. 5º da Constituição, perante a lei são todos iguais, sem qualquer distinção, garantindo-se ao indivíduo o direito a igualdade. O legislador não pode criar leis que se afastem do princípio da igualdade, bem como as leis não podem ser aplicadas aos casos concretos criando ou aumentando as desigualdades. Sendo assim, de acordo com o direito de igualdade, todos devem gozar de tratamento isonômico perante a lei. (BRASIL, 2011).

Dentre os direitos fundamentais feridos pela falta de legislação sobre o animal de apoio, pode-se citar o direito a igualdade. Desse modo, conforme Tavares (2012), este direito implica no tratamento desigual das condições de vida desiguais, na medida de sua desigualação, pois os tratamentos diferenciados podem estar de acordo com a Constituição Federal. Em razão disso, é preciso saber quais os elementos ou situações de desigualdade ou igualdade que autorizam ou não, o tratamento igual ou desigual.

Outro direito fundamental que acaba sendo violado diante da falta de legislação de acesso do animal de apoio emocional é o direito a liberdade, tendo em vista que determinados locais proíbem ou dificultam a entrada de animais, ou seja, a pessoa não tem a liberdade de ir e vir com o seu animal de apoio. Sendo assim, conforme Tavares (2012) dentre os direitos de liberdade está o direito de circulação e de locomoção, que cabem perfeitamente no caso em questão, quanto aos direitos fundamentais que são violados.

Vale dizer também que, é violado frente à falta de legislação do animal de suporte emocional o direito a saúde, previsto no art. 196 da Constituição. Segundo Lenza (2014), saúde é direito de todos, devendo o Estado garantir por meio de políticas sociais e econômicas a redução de doenças e o acesso igualitário às ações e serviços que visam sua proteção. As práticas e serviços de saúde possuem importância pública, sendo que o Poder Público é responsável por dispor, através de leis, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle.

Portanto, a ausência de regulamentação do animal de apoio emocional viola o direito à igualdade, visto que os indivíduos que necessitam da presença do animal estão em desigualdade perante a lei, pois não podem exercer seu direito (acabam encontrando empecilhos pelo caminho), por não existir nada concreto e positivado. De igual forma, fere o direito a saúde, tendo em vista que o Estado não cumpre seu papel de legislar sobre o tema, ou seja, não está elaborando projetos para proteger a saúde desses indivíduos, pois estudos revelam que o animal de suporte é benéfico para a saúde psicológica, mas não encontram garantias na nossa legislação. E fere o direito a liberdade, visto que está cerceando o direito de livre circulação e locomoção dos indivíduos que precisam do animal de apoio, mas que encontram limitações para andar, embarcar ou ingressar em determinados locais.



3.1 PROJETO DE LEI Nº 3759/2020 E A LEGISLAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS

O projeto de lei n. 3759/2020, o qual foi apresentado no final do ano de 2020, pelo Deputado Paulo Bengtson, que dispõe sobre o transporte de animal de apoio emocional nas cabines de aeronaves de empresas aéreas brasileiras e atualmente está em tramitação na Câmara dos Deputados. Assim, no atual cenário brasileiro, isto é algo muito positivo, pois o Brasil passa por um momento de pandemia e os voos acontecem em volume menor. Com isso, passaremos a análise do projeto e suas justificativas, buscando apresentar e explicar qual a sua finalidade e qual a sua importância para pessoas que necessitam ter este direito assegurado em lei, bem como será explicado como funciona esse tipo de legislação na prática, citando-se os Estados Unidos como referência.

Importante citar o projeto de Lei nº 3759/2020, o qual foi criado diante a falta de legislação brasileira sobre o transporte de animais de apoio emocional, visto que as companhias aéreas criam suas próprias regras em relação ao tema. O autor do projeto, o Deputado Paulo Bengtson, ressalta que o projeto permite que os animais de assistência possam viajar na cabine do avião, juntamente com seu dono, proporcionando conforto emocional com sua presença. (SOUZA, 2020)

Desse modo, para justificar a apresentação do projeto, Bengtson (2020) explica que há vários estudos comprovando que a interação entre animais e pessoas provocam o aumento da produção e a liberação de, no mínimo, dois “hormônios da felicidade”, a serotonina e dopamina, que amenizam o estresse e estimulam a realização de exercício físico, bem como incita na socialização e ajuda no combate a depressão, entre outros. Assim, para pessoas com transtornos psicológicos, a presença de um animal poderia ser fundamental para superar os desafios do cotidiano.

Bengtson (2020) define o animal de apoio emocional como aqueles utilizados para fins terapêuticos, auxiliando no tratamento de doenças psicológicas e psiquiátricas, pois a presença desses animais proporciona conforto e segurança para seus donos. Bengtson ressalta ainda que o animal de assistência emocional não precisa de treinamento, basta que ele seja obediente, possibilitando um convívio harmonioso com pessoas e outros animais. Assim, somente os animais de serviço que precisam de treinamento, haja vista que auxiliam pessoas com deficiência física.

Por isso, Bengtson (2020) explica que o objetivo do projeto de Lei nº 3759/2020, é assegurar que os animais de serviço e de assistência emocional possam ser transportados na cabine do avião, assistindo seu dono e proporcionando apoio emocional, garantindo bem-estar físico e psicológico ao passageiro que necessita da companhia do animal durante o voo.



A aprovação deste projeto de lei é uma medida de inclusão social e relevante valorização humana, tendo em vista que as pessoas que necessitam do apoio do animal poderão viajar á vários lugares sabendo que terão a presença do seu animal durante as viagens, as quais muitas vezes se tornam angustiantes e causam ansiedade na maioria dos passageiros. (BENGTSON, 2020)

Bengtson (2020) destaca também que nos Estados Unidos já existe lei regulamentando e assegurando os direitos dos donos de animais de assistência emocional, autorizando a presença deles no interior do avião sem cobrança extra, desde que seja respeitada a circulação de passageiros e não atrapalhar a equipe de bordo.

Vale dizer que nos Estados Unidos existe a Lei Federal Fair Housing Act (podendo ser traduzida como ato de habitação justa), a qual é aplicável em todos os estados, assegurando que os proprietários devem acomodar razoavelmente os inquilinos que tenham animais de suporte emocional, mesmo que o prédio proíba a entrada de animais. (ESA, 2021, tradução nossa)

Outra Lei Federal que existe nos Estados Unidos é a Lei de Acesso a Transportadora Aérea, a qual antes de janeiro de 2021 obrigava as transportadoras aéreas a autorizar que os passageiros viajassem na cabine com seus animais de suporte emocional gratuitamente. Porém, houve mudanças e o Departamento de transportes dos Estados Unidos não permitiu que animais de apoio fossem reconhecidos em voos. Sendo assim, algumas companhias aéreas aceitam esses animais de forma voluntária. (ESA, 2021, tradução nossa)

A Lei Fair Housing Act se aplica em todos os estados e seus habitantes, incluindo alugueis, cooperativas e condomínios. Para fazer parte dos benefícios e proteções advindos dessa lei e para embarcar com seu animal de apoio emocional nos voos de companhias aéreas participantes, é necessário ter em mãos uma carta do ESA assinada por um provedor de saúde licenciado. Dessa forma, segundo as previsões da referida lei, a carta ESA é a única forma para qualificar o animal de apoio emocional, para que possa gozar dos benefícios dessa legislação. (ESA, 2021, tradução nossa).

Importante ressaltar que a carta ESA, é redigida e assinada por um profissional de saúde mental licenciado, que declarará que a pessoa possui deficiência mental ou emocional (depressão ou ansiedade, por exemplo) e que a presença do animal é essencial para aliviar os sintomas de seu problema. Sendo assim, o dono do ESA tem direito a privacidade de informações, isto é, não é autorizado solicitar detalhes específicos ou informações sensíveis e confidenciais sobre sua doença. (ESA, 2021, tradução nossa).

Portanto, acredita-se que a aplicação de uma lei que autoriza o transporte de animais de apoio emocional em aviões, poderá dar margem a elaboração de outras normas autorizando a presença desses animais em locais públicos, como hospitais, escolas, etc.



Assim, garantindo o direito de poder viajar na presença do animal, estará sendo garantido o princípio da dignidade da pessoa humana, visto que será assegurado um direito fundamental. Dessa forma, não há razões para a não aplicação deste projeto de lei, tendo em vista que há diversos estudos que comprovam a capacidade que o animal tem de trazer bem estar ao indivíduo, bem como já existe lei que regulamenta o tema em outros países, a exemplo dos Estados Unidos, o que pode servir de base na criação de leis no Brasil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar, precisa-se entender que no Brasil existem muitas pessoas que necessitam de apoio emocional, ainda mais em tempos de pandemia onde a incerteza de que tudo retorne ao normal é a única coisa que passa pelos pensamentos, desencadeando sentimentos como estresse, solidão, angústia, ansiedade, entre outros. Com isso, a necessidade de suporte emocional aumenta, e o animal de apoio pode ser uma saída para amenizar ou até mesmo superar estes tipos de sentimentos que acabam dominando o ser humano.

O animal de suporte emocional é um tema que contribui de forma positiva para a sociedade, visto que sua presença proporciona ao ser humano bem-estar psicológico, isto é, a companhia do animal é como se fosse um remédio que auxilia na superação ou amenização de diversos sentimentos ruins e doenças psicológicas, como por exemplo, a depressão.

Considerando os benefícios do animal de apoio, é preciso fazer valer o direito das pessoas de frequentar livremente lugares e veículos de uso coletivo na companhia de seu animal de apoio, sem que haja dificuldades ou barreiras que impeçam a circulação dos cidadãos. Precisa-se que tudo seja padronizado, para que não haja motivos de cada estabelecimento ou veículo criarem suas normas e limitarem o direito dos indivíduos que necessitam do animal de suporte emocional. Por isso, é válido lembrar que a melhor solução é que seja tudo regulamentado por lei, proporcionando um amparo concreto e positivado.

Assim, para que o direito dessas pessoas seja assegurado, é necessária uma atuação por parte do Estado, o qual deixa de regulamentar esta situação. Trata-se da questão de criar e/ou aprovar leis que passem a garantir o direito de circular livremente com o animal ou embarcar com ele em veículo de uso coletivo, tendo em vista que sua presença oferece suporte psicológico para garantir sua saúde e bem-estar. Seria uma forma de amparo, para que a pessoa possa se deslocar a determinados lugares sem nenhum tipo de constrangimento ou limitações, garantindo os seus direitos e sua dignidade.

Importante destacar que, a exemplo dos Estados Unidos, a regulamentação em lei funciona muito bem, ou seja, o Brasil possui referências em legislações estrangeiras, não



cabendo à justificativa de que é algo que na prática não vai funcionar. Assim, a legislação estrangeira pode servir de base, para a criação de leis nacionais.

Cabe ressaltar que este tema é de extrema relevância social e tem muito a ser discutido. É um assunto que deve ser levado ao conhecimento da sociedade, para que aqueles que ainda desconhecem, passem a ter conhecimento, que os animais de estimação podem servir de suporte emocional, ajudando no melhoramento dos mais diversos problemas psicológicos que possam surgir durante a vida. Por isso, é muito válido levar a informação até as pessoas, para que possam entender a importância de tal assunto e o porquê da necessidade de sua regulamentação em lei.

Por fim, cumpre salientar que existe uma lacuna na legislação brasileira, pois não há um regramento que dispõe sobre o direito de viajar ou se deslocar na presença do animal de apoio emocional, violando assim direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana, conforme explicado no presente estudo. Portanto, essa pesquisa é de grande relevância, visto que tem por objetivo mostrar que através do direito brasileiro é possível encontrar amparo e soluções para este problema.

4 REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Vicente Paulo Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. 14^a ed. rev. e atual. – São Paulo: Método, 2015.

BENGTSON, Paulo. Projeto de lei, PL 3759/2020. Câmara dos Deputados. Brasília. Disponível em < <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2257498> > Acesso em: 15/05/2021.

BRASIL, Associação Nacional dos Analistas Judiciários da União. Princípio Constitucional da Igualdade. 13 de agosto de 2011. Disponível em < <https://anajus.jusbrasil.com.br/noticias/2803750/principio-constitucional-da-igualdade> > Acesso em 13/07/2021.

BRASILIA, Assembleia Legislativa. Projeto de Lei PL nº 3759/2020, que dispõe sobre o transporte de animal de assistência emocional e animal de serviço nas cabines das aeronaves das companhias aéreas brasileiras. Disponível em < <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2257498> > Acesso em: 15/05/2021.



ESA, Doctors. Emotional Support Animal Laws You Should Know. Disponível em < <https://esadoctors.com/esa-laws/> > Acesso em 07/08/2021.

FINE, A.H. & BECK, A. (2010). Understanding our kinship with animals: input for health care professionals interested in the human-animal bond. In Fine, A.H. (ed). Animal-assisted therapy: theoretical foundations and guidelines for practice, USA: Academic Press, 3-15.

GRANGER, B. P. & KOGAN, L. R. (2006). Characteristics of animal-Assisted Therapy in Specialized Settings In Fine, H. A. In Handbook of animal-assisted therapy: theoretical foundation and guidelines for practice 2nded. London: Academic Press, 263-276.

HARE, B. & TOMASELLO, M. (2005) Human-like social skills in dogs. Trends in cognitive science, 21, 101-148.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 18^a ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2014.

NAGY, Valéria M. O Direito para todos. São Paulo, 2018. Disponível em < <https://vmnagadv.jusbrasil.com.br/artigos/648488280/o-direito-para-todos> > Acesso em: 06/07/2021

ROMA, R. P. S. (2015). A influência do cão na expressividade emocional de crianças com transtorno do espectro do autismo. Instituto de psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 130, 30-38

SOUZA, Murilo. Projeto autoriza o transporte de cães de assistência dentro da cabine do avião. Câmara dos Deputados. Brasília, 27 de agosto de 2020. Disponível em < <https://www.camara.leg.br/noticias/681297-projeto-autoriza-o-transporte-de-caes-de-assistencia-dentro-da-cabine-do-aviao/> > Acesso em: 15/05/2021.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10^a ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.





**GRUPO: EDUCAÇÃO PÓS-
PANDEMIA: DILEMAS E
PERSPECTIVAS**



A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

COSTA, Andressa Lunardello da

RESUMO: O trabalho partiu da análise acerca da afetividade entre professor e aluno, enquanto mola propulsora ao desenvolvimento efetivo do educando. O objetivo desta pesquisa é criar uma reflexão que possibilite compreender como relações afetivas dentro da sala de aula são molas propulsoras para a concretização da aprendizagem, atentando-se ao questionamento: como a afetividade contribui positivamente para o processo de ensino-aprendizagem? Para isso, parte-se de uma revisão da literatura para estabelecer parâmetros para uma reflexão mais robusta acerca do tema.

Palavras-chave: Educação. Afeto. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A educação é de extrema importância na formação do indivíduo, visto que é ela quem fornece as bases sólidas para o futuro, oportunizando não só que adentramos no mercado de trabalho, mas que também sejamos capazes de exercer a nossa cidadania. Dentro do ambiente educativo é mister que se consolide uma relação de afetividade entre os docentes e seus alunos.

Nesta perspectiva é admissível afirmar que somos seres humanos dotados de sentimentos e emoções, algo inerente à nossa espécie e relações. Quando estamos envolvidos com algo, tudo flui de forma mais verdadeira, sendo que no contexto educativo isso não poderia ser diferente, pois professor e aluno precisam estar em sintonia e comprometimento para que a aprendizagem ocorra de maneira eficaz.

Para Medeiros (2017) trabalhar sob a ótica da afetividade é fazer surgir sentimentos de tolerância, respeito a si e ao próximo. Na sociedade contemporânea, marcada pelo sistema capitalista, onde a busca do ter é mais importante que a do ser, os sentimentos de humanização são deixados de lado, quando muito, à segundo plano, e, certamente, não estão cumprindo sua esperada e essencial função na transformação e relações entre os indivíduos.

O objetivo desta pesquisa é criar uma reflexão que possibilite compreender como relações afetivas dentro da sala de aula são molas propulsoras para a concretização da aprendizagem, atentando-se ao questionamento: como a afetividade



contribui positivamente para o processo de ensino-aprendizagem? Para isso, parte-se de uma revisão da literatura para estabelecer parâmetros para uma reflexão mais robusta acerca do tema.

2 DESENVOLVIMENTO

O ato de educar não implica apenas a transmissão de informações, mas sim, visa interceder no processo de conhecimento do aluno de si próprio, dos outros e da sociedade que o rodeia, assim como do status e papel que nela ele ocupa. Da mesma forma, deve ser capaz de fornecer inúmeras formas para que o indivíduo consiga escolher o caminho que deseja trilhar, podendo determinar aquele que se assemelha com seus valores e perspectiva de vida.

Nesta conjuntura educativa, o professor ocupa um papel fundamental, pois quanto maior sua história, vivências e práticas, maiores serão as possibilidades de uma prática democrática e efetiva. Todavia, tal efetividade só pode ser realmente alcançada com a afetividade, pois esta é a relação mais intrínseca que há entre o professor e o aluno.

Partindo desse pressuposto, resta elencar que a afetividade faz parte das relações humanas, e em relação a seu conceito, pode-se afirmar que é o termo utilizado para identificar um domínio funcional abrangente e, nesse domínio funcional, aparecem diferentes manifestações: desde as primeiras, basicamente orgânicas, até as diferenciadas como as emoções, os sentimentos e as paixões (ALMEIDA, 2008, p.346-347).

Por manifestações orgânicas, explica Almeida (2008) que se trata dos motivos que ocasionam o estado de bem ou mal-estar, ligados intimamente com as sensibilidades interoceptivas, proprioceptiva e exteroceptivas, sendo que, por outro ângulo, quando esses motivos envolvem a sensibilidade ao outro, externo ao eu, a afetividade evolui para uma ordem moral, seja nas relações pessoais ou sociais.

Frisa Sarnoski (2014) que a afetividade é intimamente peculiar à cognição, sendo um importante fator na vida escolar, devendo o professor ter consciência dos problemas que pode enfrentar e estar preparado para resolvê-los. O fator afetivo é muito importante para o desenvolvimento e a construção do conhecimento, pois por meio das relações afetivas o aluno se desenvolve, aprende e adquire mais



conhecimentos que ajudarão no seu desempenho escolar. Ser professor não se constitui em uma simples tarefa de transmissão do conhecimento, pois vai mais além e também consiste em despertar no aluno valores e sentimentos como o amor do próximo e o respeito, entre outros (SARNOSKI, 2014, p.5).

Conforme exposto anteriormente, quando o processo de ensino-aprendizagem se pauta nas relações afetivas, o desempenho do educando pode se tornar mais robusto e rentável, pois existe mais interesse e vontade de sua parte. Uma sala de aula harmônica e fixada em princípios afetuosos entre professor e alunos, se torna um ambiente mais agradável e propício ao estudo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado, ainda está em um crescente processo de construção, todavia, já é possível ressaltar questões importantes. Admissível dizer que a afetividade é essencial dentro da sala de aula, sendo que uma aprendizagem nela embasada, permite a construção de princípios, identidades e harmonias dentro do contexto escolar e socioeducativo. Ainda faltam algumas análises e estudos, mas podemos inferir que este artigo terá grande relevância aos estudos em pedagogia.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. R. S. A afetividade no desenvolvimento da criança. Contribuições de Henri Wallon. **Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação da UFG**, Goiânia, GO, v.33, n.2, p.343-357, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/5271/4688>. Acesso em: 01 set. 2021.

MEDEIROS, M. F. O papel da afetividade na relação professor e aluno e suas implicações na aprendizagem. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, [s.l.], v.21, n. esp.2, p. 1165-1178, Nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10179/7023>. Acesso em: 30 ago. 2021

SARNOSKI, E. A. Afetividade no processo ensino-aprendizagem. **Revista de Educação do IDEAU**, Caxias do Sul/RS, v.9, n.20, p. 1, Dez. 2014. Disponível em: https://www.caxias.ideau.com.br/wp-content/files_mf/0591228939ab3bddbe3d293fc78a6251223_1.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021.



A IMPORTANCIA DO TRABALHO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

KUHNEN, Mariana de Azevedo
SOUZA, Larissa Schirmer

RESUMO: Os jogos, brinquedos e brincadeiras fazem parte do mundo infantil, pois estão presentes nesse meio desde o início da humanidade. É cada vez mais necessário integrar a ludicidade como uma ferramenta indispensável na Educação Infantil. O objetivo do presente artigo visa ressaltar a importância da ludicidade na Educação Infantil como um fator essencial no processo de ensino-aprendizagem, citando também, um breve estudo teórico sobre a concepção de criança e infância em diferentes momentos da história. O desenvolvimento do trabalho será fundamentado em ideias de autores e teóricos que apresentam definições significativas para a construção de conceitos destacados no presente trabalho.

Palavras-chave: Educação. Ludicidade. Ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

As mudanças que vem ocorrendo nas escolas que atendem a Educação Infantil, estão se tornando foco das discussões das novas possibilidades na forma de ensinar. Tais transformações têm permitido novas metodologias que possibilitam o aluno a construir o conhecimento através da interação: fator considerado fundamental no desenvolvimento da estrutura do pensamento. Uma atividade que tem ganhado espaço é o trabalho lúdico. Muitos pesquisadores e estudiosos comentam sobre a figura do brinquedo como uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento íntegro da criança, pois através do brincar ela desenvolve conceitos afetivos, sociais e mentais além de possibilitar a construção de normas, regras e alternativas para a resolução de problemas que possam surgir durante o ato de brincar.

Partindo deste pressuposto, houve a necessidade de desenvolver esse estudo sobre importância do trabalho lúdico na Educação Infantil, resultante da notória ausência dessa prática neste nível de ensino. No qual até mesmo nos dias de hoje,



escolas apadrinham o ensino formal do conhecimento: a leitura, contagem e escrita, preocupando-se pouco com ferramentas lúdicas que encantam o mundo infantil.

É evidente o quanto o trabalho lúdico é uma questão importante a ser desenvolvida na Educação Infantil. O desafio que se apresenta para os professores e também aos pais, é a expansão dessa discussão: o que o lúdico possibilita na criança? Segundo Moyles (2002, p.22) “O brincar ajuda os participantes a desenvolver confiança em si mesmo e em suas capacidades, em situações sociais, ajuda-os a julgar as variáveis presentes nas interações sociais e a ser empático com os outros.”

Para tanto esse artigo busca demonstrar de que forma as metodologias lúdicas podem melhorar a aprendizagem da criança ainda na Educação Infantil, pois segundo os autores estudados este é um período fundamental para o desenvolvimento e a aprendizagem significativa.

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste artigo a metodologia utilizada seguiu os preceitos do estudo exploratório e investigativo por meio de observações vivenciadas e pesquisa bibliográfica. O desenvolvimento deste trabalho será fundamentado em ideias e pressupostos de teóricos que apresentam significativa importância na definição e construção dos conceitos discutidos nesta análise.

DESENVOLVIMENTO

A maneira de se pensar na criança, vem passando por mudanças em sociedade em diferentes momentos da história e se restabelecendo a novos olhares que as rodeiam ao longo da sua infância.

Até o fim da Idade Média, não havia uma concepção formada sobre a infância, até o momento era reconhecida como uma fase inútil e que deveria passar depressa e não deixar resquícios para a vida adulta; com a concepção de infância indefinida, acreditavam que essa fase condizia desde o nascimento dos dentes até os sete anos de idade.

Por muito tempo, a figura da criança foi ignorada enquanto sujeito histórico e a concepção de infância era inexistente. De acordo com Philippe Áries:



Sendo a infância negada no período medieval, as crianças eram percebidas como insignificantes, como homens em tamanho reduzido, “a criança deixava os cueiros, ou seja, as faixas de tecido que era enrolada em torno do seu corpo, ela era vestida como os outros homens e mulheres de sua condição” (ÁRIES, 1981, p.33).

Com a modernidade, as crianças foram separadas dos adultos e mantidas em escolas até estarem “prontas” para a vida em sociedade (ÁRIES, 1981). Neste momento, começa-se o avanço na concepção de criança e infância diante da sociedade, por meio de pesquisas e estudos envolvendo os campos da pedagogia e da psicologia.

Tanto na Europa quanto no Brasil, as primeiras experiências de organizações de instituições que prezavam em atender as crianças pequenas e carentes, nascem para suprir a necessidade de acolher os filhos de mulheres que ingressaram o mercado de trabalho, resultante dos fatores econômicos, a ascensão do sistema capitalista, a urbanização e o processo de industrialização.

O autor Didonet (2001, p.2) comenta que:

As referências históricas da creche são unânimes em afirmar que ela foi criada para cuidar das crianças pequenas, cujo as mães saíam para o trabalho, está, portanto, historicamente vinculada ao trabalho extradomiciliar da mulher. Sua origem, na sociedade Ocidental, está no trinômio mulher-trabalho-criança. Até hoje a conexão destes três elementos determina grande parte da demanda, da organização administrativa e dos serviços da creche.

Diante das novas perspectivas acerca da criança, surge novos desafios que culminam na construção de novas políticas públicas voltadas para os interesses específicos desse grupo.

Com a Constituição de 1988, a criança fica legalmente reconhecida como um sujeito de direitos, que define que os pais, a sociedade e o governo devem assegurar e garantir os direitos estabelecidos no artigo 277, que aborda:

É dever da família, da sociedade, e do Estado assegurar a criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).



A partir de então, a criança foi contemplada como um sujeito de direitos especiais e à educação infantil, nesse momento, deixa de ter apenas o caráter assistencialista e é acrescido pelo caráter educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado está ainda em processo de construção, mas já é possível ressaltar alguns pontos. Até o presente momento podemos dizer que o trabalho lúdico na Educação Infantil é uma etapa muito importante para o desenvolvimento da criança, e a utilização de metodologias diferenciadas é uma forma satisfatória de melhorar a aprendizagem dos alunos. Ainda faltam algumas análises e estudos de alguns autores, mas podemos dizer que este artigo terá uma relevância muito importante para os estudos na área da Pedagogia.

REFERÊNCIAS

- ÁRIES, P. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305p.
- DIDONET, Vital. Creche, a que veio...para onde vai... In: DIDONET, Vital (org). **Em aberto - Educação Infantil: a creche, um bom começo** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. V. 18, n. 73, Brasília, 2001, pp.11-27
- MOYLES, Janet R. **Só brincar? O papel do brincar na educação infantil** / Janet R. Moyles; trad. Maria Adriana Veronese. – Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.



IMPACTOS COGNITIVOS RESULTANTES DO EXCESSO DE TECNOLOGIAS NA INFÂNCIA

JORGÉ, Leticia Ribeiro

RESUMO: O vigente artigo expõe as informações obtidas através dos estudos bibliográficos desenvolvidos acerca da temática relacionada aos impactos cognitivos gerados pelo excesso de tecnologia na infância. Seu arcabouço teórico fundamenta-se em pesquisas realizadas previamente, já investigação do conteúdo se deu pela diligência em acompanhar as diversas faces do contato com tecnologias na primeira infância. Acredita-se ser de suma necessidade de compreender como o uso excessivo da tecnologia digital afeta o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, visto que a tecnologia abarca grande parte do cotidiano. Para a realização do presente trabalho será utilizada a metodologia da pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Tecnologias, Internet, Infância, Impactos Cognitivos.

1 INTRODUÇÃO

A primeira infância pode ser caracterizada como o período entre os primeiros sinais de vida pós-nascimento até os seis anos de idade, e para muitos pesquisadores compete na fase fundamental do desenvolvimento cerebral, marcada pela aquisição dos primeiros conhecimentos acerca do mundo em que vivem. No decorrer dos anos, o número de pesquisas com enfoque nesse período cresceu exponencialmente, principalmente relacionado ao processo de ensino-aprendizagem, uma vez que atualmente as mesmas já podem adentrar o ambiente escolar (CMEI) desde os seis meses.

Com a ascensão das tecnologias de mídia a partir da década de 80, surge uma nova geração, os denominados “nativos digitais”, ou seja, aqueles nascidos depois da criação das tecnologias digitais. Logo, acreditava-se na formação de uma “nação”, com promessas de melhoria do rendimento escolar, promovendo uma interação entre o gosto pessoal da criança e os conhecimentos promovidos pela escola.

Entretanto, o que se acreditava ser um benefício para o desenvolvimento cognitivo e social, tem se mostrado um forte oponente do mesmo, uma vez que estudos recentes apresentam inúmeros malefícios acerca do uso excessivo das telas, principalmente na primeira infância. Transpondo a temática para o período atual, onde se vive uma pandemia em



decorrência do vírus COVID-19, e as pessoas passaram a trabalhar e estudar em casa, o número de crianças entre zero e seis anos expostas às telas aumentou drasticamente.

Levando em consideração a problemática levantada, surge o seguinte questionamento: Quais os impactos causados pelo excesso de tecnologias digitais em crianças da primeira infância? E quais afetam o processo de aprendizagem? Por conseguinte, acredita-se ser de suma necessidade de compreender como o uso excessivo da tecnologia digital afeta o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, visto que a tecnologia abarca grande parte do cotidiano.

Através do presente documento, objetiva-se compreender e discutir as consequências do uso desordenado de tecnologias digitais na primeira infância, sob uma perspectiva educacional, com base em estudos anteriormente produzidos, correspondendo a uma pesquisa bibliográfica.

2 DESENVOLVIMENTO

Através do surgimento das tecnologias, diversos conceitos de comunicação se modificaram, tal qual a interferência do tempo, lugar e distância, que se alteraram conforme os modos de conversação evoluíram. Com o decréscimo do valor de investimento em aparelhos tecnológicos, a inserção desses equipamentos nas famílias se tornou habitual, impulsionando seu contato principalmente com as crianças.

Nascidas em uma era recheada de tecnologia, as crianças do século XXI são dependentes dessas inovações, uma vez que aprendem manusear os aparelhos eletrônicos antes mesmo de serem alfabetizadas, sem qualquer auxílio ou orientação de um adulto.

Como qualquer outro hábito, o uso de aparelhos tecnológicos também compõe as atividades do núcleo familiar, resultando em uma ação espelho para os pequenos, que repetem tudo aquilo que os permeiam. Desta forma, o excesso do uso desses dispositivos acaba gerando práticas prejudiciais para o desenvolvimento infantil. Nessa perspectiva, Alves (2011) considera:

"[...] é importante que pais e mães se atentem ao mundo frequentado por seus filhos - seja ele real ou virtual. Acompanhar e encontrar, desde os primeiros passos digitais dos filhos, oportunidades de tornar a tecnologia uma aliada no estreitamento das relações familiares é mandatório para pais e



mães que não desejam viver em mundos totalmente diferentes dos seus filhos no futuro" (ALVES, 2011, p.25).

Ou seja, observa-se que é fundamental a orientação e supervisão dos responsáveis durante das crianças ao se conectarem a internet.

Ainda de acordo do Alves (2011),

“Aparentemente, a idade da criança é um fator determinante para a ambição de ter seu próprio computador ou laptop. Se as crianças se satisfazem e se interessam pela companhia dos pais quando realizam atividades *online* [...], os adolescentes e pré-adolescentes certamente buscam a independência em todas as áreas, incluindo a digital – o que implica em um computador exclusivo que possa ser manipulado de forma a atender apenas seus interesses. O mesmo se aplica a outras interfaces, como celular ou smartphone.” (ALVES, 2011, p.50).

Em suma, os comportamentos são conseqüências de cada faixa etária, a qual demanda necessidades próprias, do mesmo modo que, na infância as carências relacionam-se com a dependência de uma figura autoritária.

De acordo com o IBGE no ano de 2019, o acesso à rede de Internet foi de 82,7% nas grandes Regiões Metropolitanas, e ainda de acordo com O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas 92,7% desses usuários tem idade entre 20 e 24 anos e 77,7% entre 10 e 13 anos, e 95,7% das pessoas com 10 anos utilizam a internet para enviar e receber mensagens de textos, voz ou imagens no mesmo ano. (IBGE, 2019).

Devido o grande excesso de tecnologias na vida das crianças, o trabalho em sala de aula tomou proporções diversificadas, assim como o estresse que elas sentem ao terem que “abandonar” as telas para irem à escola.

Apesar de ser uma eficiente ferramenta de apoio, o excesso tem prejudicado o trabalho pedagógico, vista que em sua maioria, tem provocado grandes prejuízos no desenvolvimento mental e social das crianças.

No que tange ao processo de ensino aprendizagem, nota-se que as crianças se concentram em excessivamente nas telas, e insuficientemente em sala de aula, gerando um atrito entre as novas aquisições de conhecimento, além de necessitar novos métodos de ensino.

Em relação ao excesso de tecnologia, muitos estudiosos questionam-se quais os impactos nos processos sociais e cognitivos da criança, em outras palavras,



indagam se esse contato direto gera efeitos negativos ou positivos sobre o seu desenvolvimento.

Para consolidação e comprovação estrutural da presente pesquisa, utilizou-se a metodologia bibliográfica, ou seja, a pesquisa é desenvolvida a partir de materiais já publicados, bem como em revistas, sites, periódicos e em alguns livros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado está ainda em processo de construção, mas já é possível ressaltar alguns pontos. Até o presente momento podemos dizer que o uso excessivo de tecnologias parece influenciar no desenvolvimento e aprendizagem das crianças, o que pode acarretar danos futuros. Ainda faltam algumas análises e estudos de alguns autores, mas o presente artigo possui extrema relevância para os estudos na área da Pedagogia.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, Marissol Mello. Família Plugada: Tecnologia, Pais & Filhos. **PUC-SP**, São Paulo, 2011. Disponível em: <
<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/18085/1/Marissol%20Mello%20Alves.pdf>.
Acesso em: 04, set, 2021.

IBGE. Uso de Internet, televisão e celular no Brasil. **IBGE Educa**, 2019. Disponível em: <
<https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>>. Acesso em: 17, set, 2021.



DEFICIÊNCIA VISUAL NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

FREITAS, Aline de

RESUMO: Trabalho sobre a Inclusão de Deficientes Visuais no processo de ensino aprendizagem, apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia do Instituto Superior de Educação. Com o objetivo de investigar quais dificuldades encontradas pelos professores no processo de aprendizagem e inclusão dos alunos quem possuem Deficiência Visual.

Palavras-chave: Deficiência. Visual. Na. Educação.

1 INTRODUÇÃO

O processo para realizar a Inclusão de alunos com Deficiência Visual no processo de ensino-aprendizagem não é uma tarefa fácil de se realizar, pois são inúmeros os fatores que precisam ser analisados antes de planejar qualquer prática pedagógica (tipo de deficiência visual, desenvolvimento psicomotor além do histórico social). E a cada ano faz-se mais necessário que as escolas estejam preparadas para receber esses alunos de forma acolhedora e afetuosa, pois aumenta cada vez mais o número de crianças deficientes visuais sendo matriculadas em escolas.

Pensando nisso faz-se necessário investigar quais são as dificuldades encontradas pelos professores no processo de aprendizagem e inclusão dos alunos que possuem Deficiência Visual.

2 DESENVOLVIMENTO

Pensando em aprimorar cada vez mais os conhecimentos sobre o processo de inclusão de alunos deficientes visuais, desenvolvemos um questionário contendo dez perguntas que foram destinados a nove professores, sendo estes, cinco professores do segundo ano ensino fundamental (séries iniciais) e, quatro outros professores do sétimo ano ensino fundamental, ambos da rede pública de educação.



Para Gil (2000) a visão é o sentido mais importante para possibilitar o indivíduo se relacionar com o mundo exterior, a visão permite que o indivíduo capture e registre informações trazidas de outros órgãos. Quando o indivíduo é diagnosticado com cegueira na infância ele não possui “memórias visuais” gravadas no cérebro, o que dificulta o entendimento de certos conceitos como o verde das árvores, o azul do céu, o brilho do sol, entre tantos outros.

Pensando nisso, decidimos comparar as respostas e identificar quais as maiores dificuldades encontradas no processo de inclusão dentro da escola. Fazendo o levantamento sobre as respostas dos professores ficou claro que, as dificuldades mais encontradas no processo de inclusão de alunos que possuem DV são, as necessidades de preparar materiais adaptados para trabalhar com esses alunos, já que, os materiais disponibilizados para as escolas não conseguem suprir totalmente a necessidade desses alunos, além da falta de materiais em Braille, que facilitaria mais o processo de ensino aprendizagem. Percebem também a falta de uma formação qualificada para professores trabalharem com esses alunos.

Alguns métodos utilizados pelos professores são, organizar atividades diferenciadas, mais, que estejam de acordo com as normas do planejamento, com o objetivo de desenvolver a oralidade desses alunos, desenvolvendo atividades como roda de conversa, cantigas, entre outras. Essas atividades também proporcionam uma melhor interação desses alunos com os demais, pois no início existe um certo nível de preconceito por parte de alguns alunos, mas, com o processo de socialização conseguem superar as diferenças e, possibilitar uma ótima interação entre os alunos, que por sua vez brincam juntos e conversam, além de juntos realizarem as atividades propostas pelos professores, além disso a participação dos pais também ajuda muito para que esses alunos tenham um bom desempenho escolar, pois acompanhando o comportamento de seus filhos estão cientes da sua evolução e, poderão colaborar se preciso for com algumas medidas que possam melhorar o desempenho das crianças.

Para concretizar a análise dos questionários percebe-se que ainda algumas medidas precisam ser tomadas, para assim possibilitar um melhor trabalho de inclusão realizado no espaço escolar, pois a maior dificuldade encontrada nesse processo é a falta de materiais adaptados que possam suprir as necessidades desses alunos.

Além de um melhor período de adaptação para os professores, assim os professores compreenderão



melhor a forma de trabalhar com alunos.

A disponibilidade do material em braille é de suma importância nesse processo, pois esse material possibilita o contato direto com a grafia, além de desenvolver coordenação motora e as habilidades táteis dos alunos, pois o sistema Braille adapta-se perfeitamente a leitura tátil, seus seis pontos em relevo podem ser percebidos pela parte sensível do dedo com apenas um toque. O Braille permite as pessoas deficientes visuais terem acesso a leitura e a escrita, com isso adquirem conhecimentos, o que favorece a inclusão na sociedade e o pleno exercício da cidadania.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado está ainda em processo de construção, mas já é possível ressaltar alguns pontos. Até o presente momento podemos dizer que a Educação Infantil é uma etapa muito importante para o desenvolvimento da criança, e a utilização de metodologias diferenciadas é uma forma satisfatória de melhorar a aprendizagem dos alunos. Ainda faltam algumas análises e estudos de alguns autores, mas podemos dizer que este artigo terá uma relevância muito importante para os estudos na área da Pedagogia.

4 REFERÊNCIAS

<https://www.portaleducacao.com.br/conteúdo/artigos/medicina/a-cegueira-nocontexto-historico/67589>.

<https://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteúdos/conteúdo.php?conteudo=686> <https://novaescola.org.br/conteudo/270/deficiencia-visual-inclusao>.



A LUDICIDADE E MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

BARBOSA, Brenda Mariane

MAIA, Ana Letícia

RESUMO: Na Educação Infantil é urgente a necessidade de desenvolver metodologias renovadoras aproximando as crianças do mundo da brincadeira educacional. O objetivo dessa pesquisa é averiguar as necessidades das melhorias do atendimento infantil, pois é através do lúdico que a criança se apropria do mundo real, domina conhecimentos, se relacionam e se integra culturalmente. Para o desenvolvimento dos resultados e respostas, a metodologia utilizada seguiu os princípios do estudo de investigação, por meio de uma pesquisa bibliográfica. A elaboração deste trabalho será estabelecida por pressupostos de teóricos que apresentam importância na definição e construção dos conceitos discutidos nesta análise.

Palavras-chave: Atendimento educacional infantil. Cultura. Lúdico. Problematização. Criança.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, a partir da Lei 9394/96, que estabelece novas diretrizes e bases para a educação nacional, o atendimento a criança em CMEIs (até 3 anos de idade) e pré-escolas (4 e 5 anos) constituindo a educação infantil, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Cabe destacar que apesar da inserção e dos direitos apresentados na BNCC sobre a infância, a Educação infantil ainda é vista como um depósito e um ambiente de ensino autoritário, não respeitando as condições de cada idade e o real significado de infância, não buscando novas metodologias para o desenvolvimento global da criança, observa-se a necessidade da capacitação do professor para que desenvolva metodologias renovadoras e percebendo a importância da organização do espaço, aproximando as crianças do mundo da brincadeira livre. Tendo como base o problema apresentado fica o questionamento: Qual a relevância da aplicação da musicalização e do lúdico na educação infantil?

Nessa perspectiva, justifica-se a realização desta pesquisa, a necessidade de analisar e implementar as possibilidades de melhoria educacionais através da



musicalização e do lúdico na educação infantil, trabalhando o desenvolvimento integral da criança que se dá nos aspectos cognitivos, social, físico, psíquico, e todas essas áreas são de alguma maneira constituídas pelas experiências do brincar.

O objetivo dessa pesquisa é averiguar as necessidades das melhorias do atendimento educacional infantil, no qual, respeite seus direitos, suas limitações, culturas e realidade em que vive, pois é através do lúdico que a criança se apropria do mundo real, domina conhecimentos, se relacionam e se integra culturalmente, especialmente no plano do faz de conta.

Para o desenvolvimento dos resultados e respostas no que se refere a problematização apresentada neste trabalho a metodologia utilizada seguiu os princípios do estudo de investigação, por meio de uma pesquisa bibliográfica. A elaboração deste trabalho será estabelecida por ideias e pressupostos de teóricos que apresentam importância na definição e construção dos conceitos discutidos nesta análise.

2 DESENVOLVIMENTO

Com o início da Revolução Industrial e a ausência da mãe surgiram as primeiras creches e pré-escolas dando início a Educação Infantil no Brasil, no qual o seu principal intuito era atendimento assistencial. Na década de 1980 dá-se um avanço em relação a Educação infantil. Estudos e pesquisas foram realizados com o objetivo de discutir a função da creche/pré-escola. Foi concluído que, independentemente da classe social, a educação da criança pequena é extremamente importante e que todas deveriam ter acesso a ela (Dourado, 2012).

Com a promulgação da Constituição Federal (1988), a educação foi reconhecida como um direito de todas as crianças e um dever do Estado. Além da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que, ao tratar da composição dos níveis escolares, inseriu a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica.

A Educação Infantil é a base estruturante na formação do indivíduo, é onde se inicia as relações interpessoais fora do núcleo familiar, fortalecendo o trabalho da socialização, das vivências, do compartilhamento de novas experiências e diferentes culturas. É nessa etapa da educação que a criança vivencia o verdadeiro significado



de infância, possibilitando seu desenvolvimento integral, ampliando o conhecimento sobre si e do outro, fortalecendo o acesso a seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. Oportunizando a tomada de decisões, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens, desenvolvendo sua sensibilidade, percepção, trabalho com habilidades psicomotoras, autonomia, construção de identidade, investigação e liberdade de expressão.

De acordo com o artigo 7º da Declaração Universal dos Direitos das Crianças define: “Toda criança terá direito a brincar e a divertir-se, cabendo a sociedade e às autoridades públicas o exercício pleno desse direito”. O brincar pedagogicamente tem como função a simbolização de situações vividas que estão interligadas ao universo afetivo que desenvolve um aprendizado de forma prazerosa, ao brincarem as crianças reorganizam, ressignificando o meio em que vivem pelas suas relações estabelecidas. Vygotsky buscava compreender como as crianças se relacionavam com o mundo e como produziam cultura. Afirma que é por meio do brincar que a criança se apropria do mundo real, domina conhecimentos, se relaciona e se integra culturalmente, especialmente no plano do faz de conta.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado está ainda em processo de construção, mas já é possível ressaltar alguns pontos. Até o presente momento podemos dizer que a Educação Infantil é uma etapa muito importante para o desenvolvimento da criança, e a utilização do lúdico e da musicalização é uma forma satisfatória de melhorar a aprendizagem dos alunos. Ainda faltam algumas análises e estudos de alguns autores, mas podemos dizer que este artigo terá uma relevância muito importante para os estudos na área da Pedagogia.

4 REFERÊNCIAS

MARAFON, Danielle; Freire, TamyNiwa Mattos 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/10151_5252.pdf. Acesso em: 02 outubro. 2021. Às 10:00 horas.



CONCEIÇÃO, Caroline Machado Cortelini 2013. Disponível em:
http://www.jpe.ufpr.br/jpe13_pp37-46.pdf. Acesso em: 02 outubro. 2021. Às 10:00 horas.

MARTINS, Sandra Mara Cardoso 2013. Disponível em:
<https://pedagogiaaopedaletra.com/breve-historico-da-educacao-infantil/>. Acesso em: 02 outubro. 2021. Às 10:00 horas.



GRUPO: HUMANIDADE E SOCIEDADE



EDUCAÇÃO E GÊNERO: UMA VISÃO DO ACESSO FEMININO AO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO

SILVA, Adna Caroline Felix da
BARBOSA, Maria Fernanda
FARIAS, Cezar Felipe Cardozo

RESUMO: O presente estudo visa compreender o acesso das mulheres no sistema educacional brasileiro. Buscando captar como os aspectos políticos e sociais influenciaram e continuam influenciando de maneira direta a educação das brasileiras, levantando questionamentos como: Quando elas foram inseridas e como foi o processo de inserção? Quais relevâncias trouxeram? Objetivando um breve resumo durante as épocas mais importantes do ensino no país, observou-se que a educação para o sexo feminino foi um processo turbulento devido a subordinação e opressão que sofriam. Ressalta-se que mesmo as mulheres sendo as maiores concluintes do ensino médio e superior, apresentando resultados maiores que o sexo oposto, continuam sendo desvalorizadas e marginalizadas a luz de estereótipos.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Mulheres. Sistema de Ensino. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo as mulheres foram excluídas da concepção de educação formal. Até meados do século XVII, a educação escolarizada jesuítica colonial, era dirigida apenas ao sexo masculino, sem acesso as mulheres, atendendo somente aos interesses da camada dominante. Durante essa época, a educação feminina limitava-se à aprendizagem de tarefas domésticas e de boas maneiras. Com a chegada da Corte lusitana no Brasil, ocorreu paulatinamente o desligamento do sistema jesuítico de ensino.

2 DESENVOLVIMENTO

Durante o início do período imperial, a Lei de 15 de Outubro de 1827 , acabou por estabelecer que todos os cidadãos teriam direito ao ensino primário gratuito, entretanto, ainda era designado um currículo diferente as mulheres, como previsto no Art. 12, pôde-se observar então que:

o governo imperial havia estabelecido um currículo não profissionalizante para a educação feminina, voltado para a formação de donas-de-casa, compostas das seguintes disciplinas: leitura, escrita, doutrina católica e prendas domésticas. Porém, se o Estado instituiu um currículo para a educação feminina, e outro mais completo para a educação masculina, não



possibilitou, ao mesmo tempo, as condições práticas para a execução desses currículos, ou seja, não criou as escolas (MANOEL, 1996, p. 23).

Isso ocorreu devido a falta de recursos públicos, ao sistema precário de ensino e ao desinteresse das províncias em manter o ensino público. Infelizmente, a situação que já não era boa para o sexo feminino, era ainda pior nas camadas populares, pois “[...] obviamente nem se cogitava da sua instrução, ao passo que, nas camadas superior e média, elas recebiam em graus variados uma educação doméstica.” (XAVIER, 1994, p. 75).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher no ideário positivista, ao ser orientada pela escolarização recebida, deveria desempenhar o papel de esposa, mãe e dona de casa. Ou seja, estava sujeita a viver em uma sociedade cujo poder dominante era o patriarcal, destinada exclusivamente ao ambiente do lar.

4 REFERÊNCIAS

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e Educação Feminina (1859-1910)**. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm. Acesso em: 05 out. 2021.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994. (Coleção Aprender & ensinar).



AValiação DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: IMPLICAÇÕES ENTRE AVALIAR E EXAMINAR

SILVA, Maria Fernanda

RESUMO: Após a instituição da LDB de 1996, a avaliação passou a ser um processo significativo para a educação, haja vista que visa promover a aprendizagem dos discentes e contribui para que o docente faça o diagnóstico da aprendizagem. Contrário ao ato de avaliar, há a prática do exame, com intuito de classificar os alunos. Objetivando compreender as implicações dos atos de avaliar e examinar, a presente pesquisa possui caráter exploratório e busca fazer uma revisão bibliográfica, apresentando os pressupostos que possam contribuir para a emancipação do aluno e a democratização do ensino, revelando a avaliação como um ato amoroso.

Palavras-chave: Avaliação. Exame. Aprendizagem. Educação.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação, atualmente, é uma prática que acontece constantemente na vida de um educador. No entanto, a avaliação escolar no Brasil, começou a ser discutida somente a partir de 1960, antes disso, nas escolas era utilizado a prática do exame, que tinham como intuito examinar e classificar o aluno através de provas. Com a chegada da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9394/96, o termo exame deixou de ser utilizado e passou a ser chamado de avaliação da aprendizagem. Isto significa que o ato de avaliar torna-se mais abrangente, uma vez que se distancia do processo de classificar e começa a ver o educando como participante do processo educacional, possibilitando mudanças para a melhoria da qualidade de seu desempenho.

Por mais que existam muitos estudos referentes a avaliação, ainda é necessário falar sobre isso nas escolas, para que a prática do exame, na qual o intuito é apenas classificar o educando, possa realmente deixar de ser praticada na escola e, principalmente na prática pedagógica do professor.

Seguindo essa linha de pensamento, a educação ainda está em processo de aprender a avaliar. Este aprendizado é necessário para que haja mais o ato de avaliar em sala de aula do que o de examinar. Com base nas indagações até aqui apresentadas, fica o questionamento: Quais as implicações do examinar e do avaliar no processo de ensino e aprendizagem?



A fim de compreender tal problemática, o objetivo central dessa pesquisa é realizar um levantamento bibliográfico sobre o processo de avaliar na escola, objetivando compreender a diferença entre examinar e avaliar, assim como discutir a avaliação como um ato de democratização e emancipação do ensino. Para tanto, no decorrer da pesquisa serão citados autores que abordam de uma forma significativa este conceito, bem como expressam o quão importante é a avaliação no processo educacional.

O desenvolvimento do trabalho será composto por três capítulos e por conseguinte será apresentado os resultados da pesquisa. Dessa maneira, no primeiro item será discutido a avaliação da aprendizagem, apresentando seu conceito histórico e definições. No segundo item serão apresentados os aspectos que se referem ao professor e a dificuldade que encontra ao avaliar a aprendizagem. Para finalizar, será abordado a avaliação em uma perspectiva emancipatória, na qual será explicitado como o ato de avaliar pode contribuir para a emancipação do indivíduo e a relevância da utilização adequada desta para alcançar esta emancipação. No entanto, este último tópico ainda está em fase de estudo e construção, por esta razão não será aprofundado no presente resumo.

Com a finalidade de obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, a metodologia utilizada seguirá os pressupostos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica. No decorrer do trabalho, serão fundamentadas as ideias e preceitos teóricos que irão auxiliar significativamente na construção e compreensão dos conceitos discutidos nesta análise.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Avaliação da aprendizagem: conceito histórico e definições.

Os exames escolares, foram sistematizados a partir da chegada da modernidade no mundo, eles são utilizados há muitos anos. Quando foram instituídos dentro das escolas, tinham como o objetivo dar uma nota, classificar e selecionar o aluno, tendo isso como sua função majoritária.

Em contrapartida, a prática da avaliação escolar, se consolidou com a chegada da Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº9394/96, na qual o ato de avaliar se



torna mais abrangente, visto que, anterior a lei, o processo de avaliar era visto como o ato de classificar os discentes, com uso de provas e exames.

Para Luckesi (2011) “provas e exames têm por finalidade, no caso da aprendizagem escolar, verificar o nível de desempenho do educando em determinado conteúdo e classificá-lo em termos de aprovação/reprovação.” (LUCKESI, 2011, p.202). Diante disso, nas concepções do autor, provas/exames tinham como intenção separar os eleitos, dos não eleitos.

Atualmente, essa prática ainda acontece nas escolas, visto que tanto o sistema de ensino, os pais e a escola têm como foco, muitas vezes, a promoção do aluno.

Neste sentido, Luckesi (2011), afirma que:

O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. (LUCKESI, 2011, p. 36)

Por conta disso, a prática do exame vem disparando na frente do real sentido da avaliação, que é a aprendizagem do aluno.

Desse modo, para aprender sobre a avaliação da aprendizagem, deve-se fazer a observação de sua prática pedagógica, verificar se os instrumentos que estão sendo utilizados, estão favorecendo todos os educandos. Também se espelhar em outros educadores, isso pode ser um grande aliado, além de tudo deixar de lado crenças, conceitos antigos, medos e angústias para trás, uma vez que isso pode atrapalhar o processo de aprender a avaliar.

Para mudar isso, há que se aprender um novo modo de ser e de agir, abrindo mão de conceitos e modos de agir que são impregnados em nossas crenças conscientes e inconscientes, em nosso senso comum, em nossos estados emocionais, que tem sua base histórica biográfica pessoal. (LUCKESI, 2011, p 32)

Nesta perspectiva, é necessário que haja um novo olhar sobre a avaliação, buscando compreender todas as implicações deste processo. Todavia, “o ato de avaliar é essencialmente interpretativo: há uma troca de mensagens entre quem avalia e quem está sendo avaliado” (HOFFMANN,2019, p.93).



Assim como toda a educação, a avaliação também terá suas características e tais características dependem de como cada instituição ou educador irá prosseguir com este processo. Nesta linha de pensamento, pode-se citar como exemplo: avaliação formativa, mediadora, diagnóstica e contínua. Não existem apenas esses métodos de avaliação, no entanto, a maioria deles possuem uma característica bem parecida, isto é, avaliar o aluno sem classificá-lo. Muitos autores defendem isso, pois só haverá aprendizagem se houver avaliação e se o educador souber avaliar, não com o intuito de classificar os estudantes.

2.2 O professor e a dificuldade de avaliar a aprendizagem

Seguindo a mesma linha de raciocínio discutida anteriormente, nota-se que muitas são as dificuldades que os professores encontram, cotidianamente, na construção do ato de avaliar. Dentre tais dificuldades, em seus estudos, HOFFMANN (2019), cita a presença ainda muito expressiva dos exames classificatórios, o que aumentou a exclusão em educação. Além das dificuldades também terem aumentado, pois “as escolas empobreceram em termos de recursos humanos e materiais para atender a demanda dos alunos” (HOFFMAN, 2019, p. 131). A autora também relata que os salários dos professores ficaram piores, o que acaba causando um desânimo no educador. Os professores sentem-se angustiados, pois além disso tudo, muitos problemas cabem a eles resolverem, como se fosse uma obrigação profissional.

Muitas questões interferem na educação e no desenvolvimento do trabalho do educador, como a infraestrutura, as questões socioeconômicas e culturais das crianças, entre outros aspectos.

Por todas estas razões, o professor acaba utilizando métodos classificatórios para poder ter controle da turma. No entanto, na visão de Luckesi (2005), muitos professores querem mudar esta prática, mas existem as precárias condições do sistema de ensino que acabam por atrapalhar tal mudança, o autor ainda diz que “Fazemos muito diante das condições precárias que temos no sistema de ensino; e ainda, aqui e acolá, ouvimos autoridades políticas e educacionais declarar que somos os responsáveis pelo fracasso escolar no país.” (LUCKESI, 2005, p.3).



O autor ainda ressalta que “Os professores estão sedentos de saber. É preciso oferecer-lhes o melhor que temos.” (LUCKESI, 2005, p.3), eles têm buscado, querem formação e aprender a fazer de outra forma.

Diante do exposto, nota-se que existem muitas dificuldades no processo de avaliar. Dentre as principais, pode-se citar a precariedade no sistema de ensino, que acaba resultando em falta de estímulo para o professor e a indisciplina na sala de aula. Tais dificuldades acabam acarretando na prática mais expressiva dos exames em detrimento da avaliação da aprendizagem.

Em contrapartida, Luckesi (2011), afirma que a avaliação deve ser um ato amoroso, pois avaliar envolve atos, ações, alegrias e dores. Tudo isso implica no respeito, em aceitar as coisas como elas são e não julgar. Diante disto, o autor argumenta: “Defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo e exclusivo” (LUCKESI, 2011, p. 205). Visto isso, o educador deve ser cauteloso, para ter como objetivo a inclusão do educando, auxiliando em seu desenvolvimento pessoal, a partir da aprendizagem.

Diante de tais considerações é possível compreender que “a avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida” (LUCKESI, 2011, p. 213). Ela deve ser diária, com um propósito não apenas de verificar a aprendizagem do aluno, mas para que o educador possa fazer a sua auto avaliação, dia após dia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação escolar não se implica no ato de julgar, mas sim no ato de respeitar o educando. Os educadores devem estar atentos ao praticar isto, para não cair no erro de examinar, como é possível identificar nas experiências históricas. Avaliar é diagnosticar, é compreender e é, por si, um ato amoroso.

Até o momento, a pesquisa está em fase de construção e implementação, mas diante do exposto, é possível compreender as implicações entre o examinar e o avaliar no cotidiano escolar. Sendo possível concluir que a educação ainda está em processo de aprender avaliar. Todavia, nota-se que os educadores têm buscado compreender este processo, a fim de garantir a democratização e a emancipação dos educandos através da aprendizagem.



4 REFERÊNCIAS

FERNANDES, Domingos. Para uma teoria da avaliação formativa. **Rev. Portuguesa de Educação**. Portugal, v.19, p. 21-50. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5495/1/Para%20uma%20teoria%20da%20avaliac%cc%a7a%cc%83o%20formativav19n2a03%283%29.pdf>. Acesso em: 07 out 2021.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois**. 5ª Ed, Porto Alegre: Mediação, 2019.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª Ed, São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Avaliação da aprendizagem: visão geral**. Colégio Uirapuru, Sorocaba, SP, 8 de outubro de 2005. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-1/Educacao-MII/3SF/Art_avaliacao_entrev.pdf. Acesso em: 07 out. 2021



CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS COMO FONTE DIAGNÓSTICA DE MAUS-TRATOS INFANTIL

RAPOZO, Monica Eduarda
MOTA, Thainara Fernanda França

RESUMO: Os maus-tratos remetem a questões pertinentes na sociedade na qual designam uma série de problemas na vida das crianças. Com métodos bibliográficos retratamos algumas teorias sobre o tema, buscando diagnosticar casos de maus-tratos dentro do ambiente escolar. O tema sobressai atualmente, pela grande quantidade de notificações que se destaca por meio de comunicação de massa. O objetivo dessa pesquisa, foi realizar um levantamento entre os profissionais da educação, para identificar indícios em relação ocorrência de maus-tratos infantil. Para obter resultados devido a problematização, utilizamos uma metodologia, na qual seguimos uma pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Maus-tratos. Criança. Professor.

1 INTRODUÇÃO

Os maus tratos infantis são definidos como atitudes de violência física e / ou emocional, praticada contra criança, sejam elas pertinentes por parte dos pais, ou pessoas do convívio afetivo. Cabe destacar, que quando ocasiona algum tipo de violência, a criança expõe indiretamente sinais e sintomas relevantes para a percepção, repercutindo em espaços públicos, como a escola, que é onde a criança passa a maior parte do seu tempo, quando essas violências são identificadas e entra em fase diagnóstica, cabe ao professor obter uma análise do comportamento do seu aluno, por isso é importante estar atento aos sinais que são apresentados.

Visivelmente quando a criança expressa atitudes ou comportamento diferentes, como dificuldades no desenvolvimento, na aprendizagem, nas relações com outras pessoas, o professor deve pesquisar o que está acontecendo de errado, e assim compreender o motivo da criança está agindo dessa forma.

O objetivo dessa pesquisa, foi realizar um levantamento entre os profissionais da educação, para identificar indícios em relação ocorrência de maus-tratos infantil, para que isso ocorra, estes profissionais necessitam de conhecimentos básicos para reconhecer e diagnosticar tais violências, conseguindo assim agir e desenvolver possibilidades de auxílio e defesa para essa criança.



Para obter resultados devido a problematização, utilizamos uma metodologia, na qual seguimos uma pesquisa bibliográfica, para acentuar mais conhecimentos de como é preciso construir um processo socializador fundado como um meio a estimar a prevalência de situações de violência.

2 DESENVOLVIMENTO

Segundo o dicionário Michaelis (2016) maus tratos se refere a crimes que se consuma na forma de castigos cruéis e imposições desumanas, infligidas a uma pessoa que se encontra sob a guarda ou dependência de quem dela deveria cuidar; tal delito geralmente inclui o castigo abusivo, o trabalho extenuante, a privação de alimentos e de cuidados imprescindíveis ao bem-estar de um ser humano, inclusive os cuidados médicos, por isso em 13 de julho de 1990 foi criada a Lei nº 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

São práticas preocupantes que interferem no desenvolvimento da criança, como problemas relacionais, psicológicos, emocionais e de aprendizagem. Na maioria das ocasiões os primeiros preceptores são os profissionais da educação por verem mudança no comportamento do aluno em sala de aula. Entretanto identificar vítimas de maus tratos não é tão simples, pois entre meio dessas causas, os acontecimentos são cometidos por pessoas responsáveis da criança, ou seja, a início deve reprimir uma investigação e obter a certeza de que realmente a violência está ocorrendo por parte da família.

Quando os maus tratos são ocasionados por violência física, fica relativamente mais fácil para o professor abranger, no entanto quando é obtido por violência emocional leva uma análise mais profunda do aluno, o professor deve conter um papel amigo, passando confiança e conforto, para conquistar, e ser mediador de um diálogo entre perguntas e respostas na qual não fere o aluno, mas consiga ajudá-lo.

Quando o professor descobre o que acontece com a criança ele tem o dever de levar aos gestores escolares, e juntos relatar aos órgãos competentes, para encaminhamento de amparo, onde irá ouvir, acolher e tomar devidas providências, começando assim uma atuação interdisciplinar, pois a escola é uma das instituições que compõem a chamada rede de proteção à infância.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado está ainda em processo de construção, mas já é possível ressaltar alguns pontos. Até o presente momento apresentou sobre maus tratos infantil e falou um pouco sobre a abordagem que o professor e a família devem ter diante esse fato, buscando assim melhor compreender as características da violência contra as crianças, e discutir sobre essa temática, fazendo com que os profissionais se tornem capacitados e possua conhecimentos para exercer no momento necessário, onde irá destacar a importância de se intensificar ações de prevenção, e a necessidade de integração dos diversos grupos, possibilitando discussões e reflexões entre os diferentes setores que possam apresentar estratégias preventivas, diagnósticas e terapêuticas, numa ampla rede de apoio.

4 REFERÊNCIAS

MICHAELIS. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Michaelis on-line. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br>> Acesso em: 21 Set. 2021.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

[REME - Revista Mineira de Enfermagem - Violência e maus-tratos na infância: o olhar das crianças](#)



AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

VIEL, Jaqueline Aparecida

RESUMO: O trabalho parte da análise da pesquisa da autoestima e aprendizagem na Educação Infantil, se trata como isso ocorre com as crianças e quando isso pode ter dado início o motivo que pode ter causado, e como se deve agir com alunos, o fazer um trabalho com a família, pois a ajuda da família é de suma importância. Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresenta neste trabalho a metodologia utilizada foi a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, ressaltando alguns autores importantes nesse processo.

Palavras-chave: Crianças, Família, Escola.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem sido crescente o número de alunos com dificuldades de aprendizagem e baixo estímulo para estudar. Para que haja uma aprendizagem efetiva, são determinantes algumas condições básicas, como uma boa alimentação, um bom estado de saúde e um bem-estar físico. O indivíduo deve ser estimulado a aprender, livre de repreensão ao errar, a sentir-se aceito e valorizado pelo seu potencial.

A autoestima e a aprendizagem se relacionam de maneira direta, uma vez que as dificuldades do aprender podem provocar uma baixa na autoestima e os problemas de baixa valorização pessoal culminam para desajustes e dificuldades de aprendizagem. Vale ressaltar que os alunos quando estão agitados, impacientes, devem ser observados pelos professores, para que este trabalhe a autoestima do aluno, para que o ambiente escolar se torne um local de prazer.

Cabe destacar que há vários casos em escolas ou pré-escolas, nas quais alguns alunos apresentam uma autoestima baixa, e isso pode acabar prejudicando a aprendizagem desses alunos. Levando em consideração essa problemática surge o questionamento: Qual a influência da autoestima na aprendizagem infantil?

A relevância do estudo está em levantar questões que incomodam alguns profissionais da área educacional, como qual ação pedagógica deve nortear a prática pedagógica que influenciará diretamente na autoestima do aluno, considerando as diferenças individuais e comportamentais inerentes ao ser humano.



Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar um estudo sobre a influência da autoestima no processo de aprendizagem da criança. Para garantir tal objetivo, a preocupação central desse trabalho buscou apresentar pontuações a respeito da autoestima, discorrendo sobre o seu conceito, apresentando assim como ela se forma, pontuando a sua influência no processo ensino-aprendizagem, bem como a importância da família e da escola no seu resgate, no qual se observa o papel do professor no processo do ensino aprendido da criança.

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresenta neste trabalho a metodologia utilizada foi a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, ressaltando alguns autores importantes nesse processo.

2 DESENVOLVIMENTO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é de suma importância para o desenvolvimento da criança, visto que a mesma é a responsável pelo seu primeiro contato com a vida escolar, sendo uma fase extremamente essencial para o desenvolvimento global dos alunos. Nessa etapa, as crianças começam a ter contato com um mundo totalmente diferente do mundo familiar e também começam a conhecer melhor as letras e números, além de muitos outros conhecimentos e também a socialização com outras crianças da sua idade.

As crianças são estimuladas através de atividades lúdicas, brincadeiras e jogos, esses tipos de atividades exercita a coordenação motora, cognitiva e a fazer exploração, experimentação e descobertas e a fazer exploração, experimentação e descobertas.

A história da educação de crianças está inteiramente ligada com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, por volta da década de 40. Neste período eram as criadeiras que realizam esses cuidados para as mães que precisavam trabalhar, no entanto, tais cuidavam de inúmeras crianças ao mesmo tempo e em situações precárias de higiene. Assim, surgiram as creches, como uma forma de sanitização, visto que seria uma maneira de substituir as criadeiras, entretanto com tais possuíam caráter assistencialista, ou seja, o trabalho era voltado somente para os aspectos da higiene, cuidados físicos e alimentação, sem preponderar ações educativas.



Esse começo foi um dos motivos pelos quais a creche ficou tanto tempo associada à ideia de assistencialismo. Nas décadas de 70 e 80 essa realidade começou a mudar com o surgimento de estudos e novas concepções sobre a infância.

Todavia, somente com a Constituição Federal de 1988 houve um significativo marco para a Educação Infantil, considerando pela primeira vez a creche e a pré-escola como parte do sistema educacional do país. Em seguida, dois anos depois, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ratificou também os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabeleceu a Educação Infantil como dever dos municípios apresentando a seguinte organização: creche para crianças de 0 a 3 anos e pré-escola para crianças de 4 a 6 anos (BARROS, 2008).

Nas últimas décadas, vem se consolidando na Educação infantil o educar e cuidar, o cuidado indispensável no educar, pois as creches e pré-escolas vinculam o ambiente que as crianças convivem em casa com o ambiente escolar, visto que a família e a escola devem estar interligados, pois a educação não é so no ambiente escolar ou tão somente no ambiente familiar. O incentivo e a participação da família é essencial no desenvolvimento de qualquer criança.

Na Educação Infantil, como diz a BNCC (2018), devem ser garantidos também seis direitos de aprendizagem, que foram elaborados a partir de valores éticos, políticos e estéticos, para que a criança possa ter condições de se desenvolver e aprender. Tais direitos são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

A experiência escolar nessa etapa, permite que as crianças conheçam a si mesmo e o outro, compreendendo as relações da natureza, da cultura e das produções científicas, que consistem nas práticas de cuidados das pessoas. O modo de se alimentar, na higienização e o modo que as pessoas se vestem, com as brincadeiras e nas aproximações com a leitura. Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças (BNCC, 2018).

Compreendendo as particularidades das diferentes faixas etárias que constituem a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular, estabelece uma organização em três grupos de faixa etárias: 01: Bebês até 1 ano e 6 meses, com



atendimento em creches; 02: Crianças bem pequenas de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, com atendimento também em creches; 03: Crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses, com atendimento em pré-escolas.

Ademais, a Educação Infantil é de suma importância para as crianças, dado que tal influência é significativa em todas as etapas escolares seguintes, pois é nessa etapa que os pequenos se socializam pela primeira vez com pessoas de fora de seu convívio familiar, visto também que esta fase é voltada para o ensinar brincando, respeitando o tempo de cada criança e estimulando para que os níveis de aprendizado adquiridos, sirvam de base para o conhecimento que ela vai adquirir durante toda a vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado está ainda em processo de construção, mas já é possível ressaltar alguns pontos. Até o presente momento podemos dizer que a Autoestima muito importante para o desenvolvimento da criança e a sua aprendizagem. É possível perceber que a relação e a aprendizagem da criança que possui uma autoestima elevada é muito melhor do que aquelas que não possuem, pois isso afeta a criança como um todo. Ainda faltam algumas análises e estudos de alguns autores, mas podemos dizer que este artigo terá uma relevância muito importante para os estudos na área da Pedagogia.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BARROS, Miguel Daladier. Educação infantil: o que diz a legislação . Disponível em <http://www.lfg.com.br>. 12 de novembro de 2008.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.



O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E A APRENDIZAGEM

Luisa, Fabiana Martins

RESUMO: O presente trabalho tem como a importância de compreender o desenvolvimento infantil, bem como a aprendizagem nessa faixa etária. A partir desta perspectiva este trabalho está sendo desenvolvido com base nas teorias de Piaget, Vygotsky e Wallon, com objetivo de responder a seguinte questão: Qual a relação entre o desenvolvimento infantil e a aprendizagem? Destacando pontos fundamentais do desenvolvimento humano e infantil. Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste artigo, a metodologia utilizada foi a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, ressaltando alguns autores importantes no desenvolvimento desse assunto.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano, Aprendizagem, Desenvolvimento Infantil.

1 INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Infantil (DI) é parte fundamental do desenvolvimento humano, destacando-se que, nos primeiros anos, é moldada a arquitetura cerebral, a partir da interação entre herança genética e influências do meio em que a criança vive. A Educação Infantil como etapa inicial da educação básica é de extrema importância para o desenvolvimento das habilidades que possibilitam a compreensão e interiorização do mundo humano pela criança.

No processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças na Educação Infantil, o lúdico, o movimento e as brincadeiras são fundamentais. Pois é através delas, que as crianças criam condições de desenvolver as suas capacidades, formam conceitos, criam as suas hipóteses, seleciona ideias, estabelece relações lógicas, integra percepções e se socializam. O presente artigo trata das ideias de três autores que falam sobre o desenvolvimento infantil e a aprendizagem: Piaget, Vygotsky e Wallon.

Partindo desse pressuposto levantamos uma questão: Qual a relação entre o desenvolvimento infantil e a aprendizagem para os autores mencionados?

É de grande relevância o conhecimento em relação ao desenvolvimento e a aprendizagem da criança, pois somente compreendendo esse conjunto é que o



professor pode desenvolver um bom trabalho em sala de aula, a fim de possibilitar uma aprendizagem significativa.

Nesta perspectiva, este trabalho tem o objetivo de discutir qual a relevância da compreensão do desenvolvimento infantil para a concretização da aprendizagem das crianças.

Quanto ao trabalho, para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste artigo, a metodologia utilizada foi a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, ressaltando alguns autores importantes no desenvolvimento desse assunto.

2 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento infantil (DI), se inicia a partir da interação da criança com o meio em que está inserida, a partir dessa interação, segundo Vygotsky, a criança aprende e depois se desenvolve, ou seja, se dá pela aquisição/aprendizagem construída socialmente.

Para Vygotsky o desenvolvimento das crianças ocorre em três estágios, o primeiro é pela influência social, passando pela egocêntrica até atingir a interior que para o autor se constitui no pensamento reflexivo e abstrato (ARANHA, 2016).

Ainda sobre o autor, seu pensamento é concernente à corrente do construtivismo, o que implica que o conhecimento caminha do social para o individual, pois a criança nasce em um mundo social, enquanto para Piaget o desenvolvimento da criança é biológico e a lógica da criança é o egocentrismo, considerando a necessidade de se conceber o pensamento social.

Segundo Papalia Olds e Feldman (2013), os estudiosos e pesquisadores, afirmam que o desenvolvimento ocorre durante toda a vida, enquanto para cientistas o desenvolvimento é vitalício, sendo que cada fase da vida é influenciada pela fase anterior, exercendo a influência na fase seguinte.

O desenvolvimento humano acontece também através do desenvolvimento mental e do crescimento orgânico, o qual é uma construção contínua que se dá pelo processo gradativo de estruturas mentais.

É por meio destas formas de organização da atividade mental, que o indivíduo vai se aperfeiçoando e solidificando para que todas elas sejam totalmente



desenvolvidas, caracterizando um estado de equilíbrio superior quanto aos aspectos da inteligência, vida afetiva e relações sociais.

O desenvolvimento infantil está pautado na interação com o meio segundo Vygotsky a criança aprende e depois se desenvolve, deste modo, o desenvolvimento de um ser humano se dá pela aquisição/aprendizagem de tudo aquilo que o ser humano construiu socialmente ao longo da história da humanidade (Vygotsky, 1998)

Em concordância entre os pesquisadores no que diz respeito às influências no desenvolvimento, segundo eles, tais influências originam-se com a hereditariedade (aspecto biológico), o ambiente externo e a maturação. Nos aspectos contextuais, está em primeiro grau a família e posteriormente e concomitantemente a cultura e etnicidade; condições socioeconômicas e bairro; influências normativas e não-normativas.

Ainda relatam que o desenvolvimento humano, depende de história e contexto, ou seja, se desenvolvem a partir de um conjunto de circunstâncias ou condições, influenciando o ambiente como também sendo influenciado por ele. Isso acontece por meio da interação e/ou participação dos indivíduos, ou até mesmo sendo responsável pelos processos de mudanças.

Em suas contribuições consideram que o desenvolvimento é multidimensional e multidirecional, referindo-se ao equilíbrio entre o crescimento e declínio, ou seja, é partindo de outras palavras que o ser humano ganha em determinado aspecto como vocabulário, experiências, conhecimentos e perdem em outros, como capacidade de resolução de problemas desconhecidos, habilidade, físico-motor etc.

Ainda sobre o desenvolvimento, Papalia, Olds, Feldman (2013) esclarecem que o desenvolvimento quanto à natureza é (1) passiva, de acordo com o modelo mecanicista, ou seja, são tidas como máquinas que reagem aos estímulos ambientais ou (2) ativa, de acordo com o modelo organísmico, ou seja, "(...)as pessoas são organismos ativos em crescimento que põem em marcha seu próprio desenvolvimento. Elas desencadeiam os eventos e não simplesmente reagem a eles (...)" (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2013, p. 66).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado está ainda em processo de construção, mas já é possível ressaltar alguns pontos. Até o presente momento foi percebido que Vygotsky valoriza o trabalho coletivo, cooperativo, ao contrário de Piaget, que



considera a criança como construtora de seu conhecimento de forma individual e Wallon que acredita que o processo de construção do conhecimento passa por conflitos, momentos de crises e rupturas. Ainda faltam algumas análises e estudos de alguns autores, mas podemos dizer que este artigo terá uma relevância muito importante para os estudos na área da Pedagogia.

4 REFERÊNCIAS

ARANHA, Edilene Albuquerque. O desenvolvimento da linguagem e pensamento da criança na visão de Piaget e Vygotsky. 2016.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento físico e cognitivo na adolescência. Papalia D, Feldman RD, organizadores. Desenvolvimento humano. 12ª Ed. Porto Alegre: Editora Artmed, p. 384-419, 2013.



A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SOUZA, Edimara Josiane

RESUMO: Este artigo tem por finalidade discutir a respeito da brincadeira na Educação Infantil, visando analisar a importância de seus elementos, o papel do educador, bem como as dificuldades encontradas na prática. A criança brinca para entender o mundo, através da brincadeira ela aprende a falar, ouvir, representar, imitar, imaginar, ou seja, aprende a desenvolver suas opiniões, expor suas ideias, tomar decisões e resolver conflitos. Diante da importância da brincadeira para o desenvolvimento das crianças, a presente pesquisa possui caráter exploratório e busca fazer uma revisão bibliográfica, apresentando como o lúdico qualitativo pode ser realizado nas instituições de Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Brincadeira. Criança.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o propósito de argumentar sobre a importância do brincar na Educação Infantil, haja vista que por meio dos componentes da brincadeira é possível garantir a aprendizagem nas diferentes esferas da infância. No decorrer da pesquisa serão abordados aspectos que integram a ludicidade, como por exemplo, o tempo que as brincadeiras devem durar, o espaço em que elas podem acontecer, o papel do educador, assim como as dificuldades encontradas para realizar tais procedimentos.

Para atingir tal objetivo, a princípio será apresentado o conceito de infância, posteriormente a concepção do brincar e a pertinência do lúdico para o desenvolvimento infantil. Serão abordados, ainda, os elementos da brincadeira que devem integrar o planejamento do educador visando um brincar qualitativo. No entanto, como a pesquisa ainda está em fase de estudo e construção, no presente resumo estes tópicos serão abordados de forma sintetizada.

Considerando um ambiente educacional voltado para o público infantil, muitos devem ser os princípios, bem como os fundamentos e preocupações a serem tomadas acerca do desenvolvimento destes. Sendo a escola o primeiro meio social em que a criança é inserida, a mesma tem a função de transformá-lo em um sujeito reflexivo,



crítico, ativo, ético e autônomo, ou seja, o papel da escola de Educação Infantil, antes de mais nada, é promover o desenvolvimento integral dos pequenos e sua socialização, tendo os brinquedos e brincadeiras como principais ferramentas. Sobretudo, o brincar desenvolve capacidades como a construção da identidade, a edificação da autonomia, a capacidade na resolução de conflitos e as habilidades cognitivas, motoras, físicas, afetivas e étnicas.

Portanto, ao dar referência à ciência do brincar é necessário pensar, em primeira instância, em permear os discursos existentes nos estudos e pesquisas para a execução cotidiana, de maneira que exista interlocução entre a teoria e a prática, sendo essencial trazer o brincar de qualidade para a rotina da instituição escolar. O trabalho do professor neste contexto, deve conter uma visão ampla do lúdico, de maneira que contemple em seu planejamento o tempo, o espaço e seu papel na execução da mesma.

Sendo assim, as discussões sobre lúdico são fundamentais para o desenvolvimento das competências e habilidades infantis. Embora seja um assunto bastante vasto no campo de estudo da pedagogia, há muitos pontos que ainda precisam ser explicitados. Por esta razão os tópicos abordados nesta discussão tornam-se relevantes.

Desta forma, tendo em vista a abrangência da temática, a pesquisa parte da seguinte problemática: Quais os principais desafios na construção de uma prática pedagógica embasada na ludicidade e brincadeiras na Educação Infantil? A fim de responder tal problemática a pesquisa fundamenta-se nos documentos oficiais norteadores da primeira etapa da Educação, bem como nos principais autores que discutem sobre o tema, trazendo os fundamentos do brincar e a brincadeira na Educação Infantil, ponderando suas características e seus elementos na construção da ludicidade.

Com a finalidade de obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, a metodologia utilizada seguiu os pressupostos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica. No decorrer do trabalho, serão fundamentadas as ideias e preceitos teóricos que irão auxiliar significativamente na construção e compreensão dos conceitos discutidos nesta análise.



2 DESENVOLVIMENTO

Visando um melhor entendimento dos aspectos que constituem o brincar na Educação Infantil, foram realizadas pesquisas bibliográficas com foco na concepção de criança, de infância e de Educação Infantil, desde os primórdios até a atualidade, bem como as leis que regem esta etapa da educação, tendo como referência autores que investigam a referida temática.

Nessa perspectiva, os principais objetivos que conduziram esse trabalho foram à análise da importância do lúdico e sua contribuição nos métodos de aprendizagem na Educação Infantil, assim como compreender de que forma os educadores devem fazer uso dessa metodologia na sua prática pedagógica e quais os desafios encontrados pelo educador na construção de uma metodologia lúdica. A partir das indagações sobre o brincar como meio de aprendizagem, foram buscadas respostas para a importância da brincadeira no desenvolvimento da aprendizagem infantil.

Assim, entende-se que o conceito de Educação Infantil nem sempre se configurou como apresenta a atual Lei das Diretrizes e Bases - LDB 9394/96. O contexto histórico ressalta que houve um período em que a criança era considerada um adulto em miniatura, pelo fato de executar as mesmas atividades que os adultos executavam, sendo totalmente ignorada a ideia de infância.

Na Europa, nos séculos XVII e XVIII, o processo de produção das fábricas era manual, portanto, para aumentar a produção, era necessário empregar mulheres e crianças, com isso, as famílias não tinham tempo de educar seus filhos e também enfrentavam o problema de não ter onde deixar as crianças que não estavam trabalhando.

Com a Revolução industrial, o modo de produção manual foi substituído pelo sistema fabril. Nesse período as crianças perderam seus empregos e não tinham um ambiente adequado para ficarem enquanto os adultos trabalhavam. A renda familiar diminuiu e as crianças ficaram em situação de abandono.

As primeiras instituições europeias para abrigar as crianças pequenas, cujo as mães trabalhavam nas fábricas, foram criadas no século XIX. Considerando a situação decorrente do século XVII, a ideia de que era necessário educar, promover o desenvolvimento e não somente abrigar as crianças se fortaleceu.



De acordo com Postman (1999), entre 1850 e 1950 a atenção exclusiva voltou-se para as crianças, com ações efetivas no intuito de removê-las do labor das fábricas e introduzi-las no ambiente escolar. Várias normas jurídicas diferenciaram as crianças dos adultos, atribuindo-lhes um estatuto não somente diferencial, mas também preferencial, de forma a protegê-las e assegurar seus direitos.

Em 1770, na França, foi criada a primeira creche na aldeia de Ban de La Roche, na região de Voges, pelo pastor João Oberlim, para dar assistência às crianças latentes. Posteriormente organizou-se uma instituição para cuidar de crianças de 0 a 6 anos. Educadores como Pestalozzi (1746-1827) e Froebel (1782-1852) defendiam a ideia de uma nova concepção de criança, ressaltando que a infância possui características próprias e deve ser respeitada e tratada de acordo com suas especificidades.

No processo educativo é importante que o professor tenha a percepção da importância e do significado de brincar para a criança e das contribuições que o lúdico proporciona à aprendizagem e ao desenvolvimento do aluno. Os jogos e brincadeiras desde muito cedo fazem parte do universo infantil e as crianças logo em seus primeiros anos de vida já identificam os mais diferentes tipos, iniciando pelas mais simples e depois se dedicam aos jogos, respeitando, socializando, participando, entendendo regras e, tornando sua aprendizagem mais fácil, prazerosa e eficaz.

É na Educação Infantil que a criança tem oportunidade de desenvolver e ampliar suas relações sociais, interações e formas de comunicação, por isso deve privilegiar o contexto social em que a criança está inserida, reconhecendo a diversidade de conhecimentos que essas crianças têm. A Educação Infantil tem como fundamento unir o educar e o cuidar em torno da aprendizagem, compreendendo o aluno como um ser integral que necessita desenvolver-se em seus aspectos: motor, cognitivo, social e afetivo (CABRAL, 2005).

Nesse período da infância, é importante que os educandos convivam em ambientes que possam manipular objetos, como brinquedos, bem como interagir com as outras crianças, pois o lúdico é uma importante forma de comunicação.

De acordo com o Referencia Curricular para a Educação Infantil, (RCNEI, 1998), o brincar funciona como um cenário no qual as crianças tornam-se capazes não só de imitar a vida como também de transformá-la. É através disso que a criança forma conceitos, seleciona ideias, percepções e socializa. É interessante ressaltar



também, que esta é uma atividade que auxilia na formação e socialização, desenvolvendo habilidades psicomotoras, sociais, físicas, afetivas, cognitivas e emocionais, pois através disso os pequenos expõem seus sentimentos, aprendem, constroem, exploram, pensam, sentem, reinventam e se movimentam.

O papel do educador é fundamental na aprendizagem da criança, pois seu papel é facilitar a aprendizagem, criando condições para que as crianças explorem seus movimentos, manipulem materiais, interajam com seus colegas e resolvam situações-problemas no cotidiano. O professor precisa traçar metas e objetivos que visem alcançar o que a brincadeira quer transmitir.

Para Kishimoto (1997, p.37), isso significa “transportar para o campo do ensino aprendizagem, condições para maximizar a construção do conhecimento, introduzindo as propriedades do lúdico, do prazer, da capacidade de iniciação e ação ativa e motivador.”

No entanto, o profissional da Educação Infantil, enfrenta grandes desafios e obstáculos em sua prática, e no brincar, os desafios são cada vez maiores, pois muitos professores ainda não estão bem preparados para utilizar essa prática na sala de aula e acabam sofrendo com isso, uma vez que o aproveitamento da aprendizagem das crianças fica mais prematuro.

Outro desafio nessa modalidade de ensino é a falta de espaço adequado para a realização das atividades lúdicas no ambiente escolar, mas muitos educadores ainda bem comprometidos com a educação buscam formas para driblar esses obstáculos, utilizando o espaço da sala de aula, mesmo sendo pequeno e inadequado. Assim, conseguem fazer com que as crianças possam desenvolver suas habilidades através de jogos pedagógicos e brincadeiras educativas que valorizam o desenvolvimento social das crianças.

O RCNEI (BRASIL, 1988), faz referência ao papel do professor, explicitando que este deve estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças, disponibilizando objetos, fantasias, brinquedos ou jogos e possibilitando espaço e tempo para brincar.

Dessa forma, seria interessante que os educadores tivessem ou quebrassem a resistência e deixassem que velhos paradigmas fossem vencidos, transformando assim a sala de aula num espaço criativo com uma presença maior da ludicidade, no



qual o educando pudesse desenvolver sua autonomia, sendo agente de seu próprio caminhar durante as práticas do lúdico.

Nessa perspectiva, fica a cargo do educador o papel de acompanhar as atividades, bem como promover oportunidades em que as crianças possam se desenvolver através da organização do espaço, da disponibilização de objetos e materiais que possam enriquecer o espaço da sala de aula e torná-lo um ambiente lúdico e de aprendizagem por meio também de brincadeiras. Há uma necessidade urgente de uma formação unificadora para os profissionais que atuam nas creches e pré-escolas, mas infelizmente, apesar da grande diversidade de estudos sobre a importância do brincar no processo de aprendizagem, ainda é difícil para a maioria dos educadores levarem esta realidade para o âmbito escolar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa é possível perceber que o lúdico é fundamental no processo de ensino-aprendizagem. O Jogo, a brincadeira e a utilização dos brinquedos são atividades importantes para o desenvolvimento emocional, afetivo, cognitivo e social dos alunos. No entanto, apesar da pesquisa estar em estágio de estudo e construção, foi possível constatar, de perto, o quanto as brincadeiras e os jogos têm perdido espaço para a falta de estrutura e formação adequada dos professores.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Maria Aparecida Lira. **A importância da brincadeira na educação infantil: desafios para a gestão escolar**. Monografia de especialização. Universidade Federal de Santa Maria, 2009. Disponível em https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1212/Bahia_Maria_Aparecida_Lira.pdf?sequence=1. Acesso em 06 outubro de 2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. BRASIL.

_____. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC / SEF, 1998.

CABRAL, AC FC.: **Formação de Professores para a Educação Infantil: um estudo realizado em um Curso Normal Superior**. Belo Horizonte, 2005.



KISHIMOTO, T.M. **O brincar e suas teorias.** São Paulo: Pioneira, 1998.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 1999.



FILHOS DE CASAIS HOMOAFETIVO NA ESCOLA

FERRER, Vicente Dobins
MILHORINI, Simone Cristina

RESUMO: Neste seguinte artigo é proposta a discussão sobre a realidade das famílias homo afetiva em relação ao contexto do âmbito escolar de seus filhos, para, assim, refletir sobre as possibilidades e os desafios da educação nesse cenário. Este trabalho tem como função conscientizar e expandir os conhecimentos voltados para esse meio que visam compreender as relações nos contextos familiares e educacionais, assim como as relações a partir de diferentes arranjos familiares como as famílias homo parentais. Assim sendo possível apontar a dificuldades das famílias homo afetivas em serem reconhecidas como família “normal”, assim como a existência do preconceito diante das generalizações e a dificuldade da escola em colocar em prática o direito da criança diante da diversidade.

Palavras-chave: Desafio. Conscientizar. Conhecimentos. Contextos Familiares. Preconceito.

1 INTRODUÇÃO

Pretende-se, neste estudo, compreender de melhor forma a relação homo afetiva, bem como as práticas escolares para a inclusão social, de forma teórica, e, por fim, verificar de tais medidas quanto à família homo afetivas.

Neste sentido, a família homo afetiva é aquela formada por duas pessoas do mesmo sexo, com o intuito de formar uma entidade familiar, que vise a comunhão plena de vida e de interesses, de forma pública, contínua e duradoura, apoiada num elo de afetividade, e merecedora de abrigo e proteção estatal. É preciso respeitar e compreender as diferenças e a liberdade de orientação sexual de cada pessoa, como é o caso da família homo afetivo que, com o passar do tempo, tem recorrido a uma estrutura familiar completa, ou seja, os seus próprios filhos, que merecem proteção e respeito, dentro da sociedade e da escola.

A educação nos dias atuais é a base para uma formação de uma pessoa de bem, somente com ela podemos nos desenvolver com dignidade e igualdade, por isso temos que temos que ter respeito com filhos de casais homo afetivo para não haver desigualdade nessa questão da educação.



2 DESENVOLVIMENTO

As famílias homo parentais ameaçam a ordem hegemônica heterossexista na qual a felicidade afetiva e sexual entre dois adultos e o bem estar de crianças e adolescentes somente podem ser alcançados na família formada pela união entre um homem e uma mulher. Ao se constatar que as famílias homo parentais podem contribuir igualmente para estes fins, a sociedade se sente ameaçada, com medo de ter suas bases abaladas. Percebe-se então que o preconceito presente em uma sociedade é exercido pelos indivíduos e instituições que nela atuam. A escola torna-se assim um campo fértil de disseminação ou elucidação do preconceito que precisa ser analisado.

A boa relação entre escola e família é fundamental para o bom desenvolvimento e adaptação social da criança ou do adolescente. Ademais, o reconhecimento e respeito da escola em relação à família de uma criança ou adolescente influencia diretamente no bem-estar psicológico deste aluno e também no comportamento de seus pares. No entanto, a escola parece, na maior parte das vezes, garantir a disseminação dos valores hegemônicos heterossexistas, como nos diz Lima (2011, p.13): Nesse contexto de normatização quanto ao gênero e sexualidade, onde nos diversos âmbitos sociais, bem como na escola, os discursos hegemonicamente heterossexuais são disseminados, que a família homoparental procura se colocar de forma a garantir seu bem estar e inclusão social.

A questão que fica é: onde fica o papel da escola como instituição da educação, que deveria preparar os indivíduos para atuarem de forma cidadã na sociedade? A escola também contribui para o fortalecimento do preconceito e dos mitos que envolvem as famílias homo parentais: Também a falta de esclarecimento da própria instituição fomenta que esses preconceitos impeçam a problematização a respeito da homoparentalidade e possibilitem que antigos paradigmas permaneçam sendo uma barreira entre a escola e as famílias compostas por casais homossexuais. Conclui-se que as concepções sobre o conceito de família e em relação à homossexualidade ainda influenciam fortemente o comportamento e aceitação sociais diante das famílias homo parentais. A falta de esclarecimentos e reflexão sobre o tema é perpetuado na escola pelo não reconhecimento, invisibilidade e silêncio em relação aos membros destas famílias. Há clara homofobia da grande parte dos profissionais que atuam nas



escolas, ainda que esta homofobia ocorra pela invisibilidade, Esta postura negligente de grande parte dos profissionais da educação e a falta de incentivo do Governo em apoiar ações que visem minimizar o preconceito em relação à diversidade sexual e familiar prejudica muito a adaptação social saudável dos membros destas famílias e, principalmente as crianças, que estão em plena fase de desenvolvimento e construção da sua identidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa perseguiu e atingiu seus objetivos em colher e alcançar informações que retratem as concepções dos envolvidos e os contextos dessas informações. Nota-se um certo desejo de inclusão por parte das escolas e que, respaldado pelos pais dessas famílias, elas têm pragmaticamente alcançado. Há um clima de falta de sintonia com os dias atuais, como se as escolas não acompanhassem a naturalidade de um direito adquirido e que está presente na sociedade e, por conseguinte, nas escolas, que devem evitar constrangimentos a essas famílias e até mesmo a estudantes homossexuais.

4 REFERÊNCIAS

Mesquita de Freitas, L. (2012). DISCUTINDO VALORES NA ESCOLA – HOMOPARENTALIDADE E NOVOS CONCEITOS DE FAMÍLIA. *QUIPUS - ISSN 2237-8987*, 1(2), 101-108. Recuperado de <https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/view/154>

OLIVEIRA, R. F. Famílias homoparentais com filhos em contexto escolar: conflitos, desafios e possibilidades da educação nesse cenário. 2020. 174 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.



QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE PLURALIDADE CULTURAL

SOUZA, Andrielli dos Santos de
DOMINGUES, Lorena de Pádua
FARIAS, Cezar Felipe Cardozo

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo refletir acerca dos estudos bibliográficos, que abordam os aspectos concernentes às questões étnico-raciais no currículo escolar. Através de uma análise crítica pretende-se elencar tópicos que, apontam os fatores explícitos e implícitos presentes nesta sistemática educacional brasileira que, hipoteticamente, reforça atitudes e valores eurocêntricos. A metodologia utilizada para este estudo se baseará em pesquisas bibliográficas de autores que discorrem sobre esta temática, a fim de compreender o papel, bem como, a influência do currículo na formação de indivíduos como reprodutores passivos de uma ideologia pautada no racismo estrutural. Desta forma, questiona-se a estrutura, a organização e os fundamentos do currículo que encaminhem para a construção de uma escola, e conseqüentemente, uma educação antirracista, que deve se basear nos princípios da igualdade e da equidade.

Palavras-chave: Currículo. Educação antirracista. Relações étnico-raciais. Escola. Racismo.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com as considerações preliminares presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais, (1997a), estes documentos foram elaborados para ser uma referência no trabalho de professores que atendem os anos iniciais do Ensino Fundamental. Até então, não havia sido implementado o ensino de nove anos nesta etapa, previsto pela Lei nº 11 274 de 2006; desta forma, os anos iniciais eram denominados como primeiro ciclo, que compreendia a primeira e a segunda série; e o segundo ciclo, abrangendo a terceira e quarta série.

2 DESENVOLVIMENTO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais com o tema transversal “Pluralidade Cultural” objetivam apresentar uma estruturação de conteúdos que ilustrem para o professor como este abordará a essencialidade do tema central em suas práticas pedagógicas, todavia, devendo simultaneamente fazer as adaptações necessárias e condizentes à sua realidade no âmbito escolar.



As proposições curriculares presentes no documento em questão, passaram por um processo de seleção, no qual, foram utilizados critérios para decidir quais conteúdos seriam elencados, como estes seriam estruturados e quais os princípios fundamentariam suas abordagens. Desta forma, sistematizados em blocos temáticos, os Parâmetros buscam integrar os conteúdos com o contexto cultural do país, de maneira a contribuir com a formação de indivíduos que compreendam as questões culturais do Brasil, além do comum imediatismo, ou seja, cidadãos que possam perceber e apreender todos os aspectos envolvidos; desde as manifestações e acontecimentos históricos, aos valores implícitos.

A temática central se dispõe em blocos temáticos, os quais se integram a elementos culturalmente comuns a todos os grupos; no bloco denominado “Pluralidade Cultural e a vida das crianças”, elencam-se os eixos: a vida sociofamiliar, a temporalidade, a espacialidade, a organização política e a educação; com a intencionalidade de esclarecer as particularidades da cultura brasileira, assim declarado.

[...] Trata da singularidade do Brasil, na forma como aqui se apresenta uma população de origem diversificada, portadora de culturas que se preservaram em suas especificidades, ao mesmo tempo em que se amalgamaram em novas configurações. Trata de estruturas que são comuns a todos, dos entrelaçamentos socioculturais que permitem valorizar aquilo que é próprio da identidade de cada grupo, e aquilo que permite uma construção comum, onde cabe pronunciar o pronome “nós”. O objetivo didático, assim, é oferecer conteúdos que possibilitem aproximações da noção de igualdade quanto aos direitos, quanto à dignidade e que embasem a valorização da diversidade cultural (BRASIL 1997a, p. 48).

O Parâmetro Curricular com o tema transversal Pluralidade Cultural destaca a diversidade cultural existente no Brasil e, compreendem como constituintes desta multiplicidade as questões étnicas, sociais e regionais. Concomitantemente, reconhecem que apesar das “heranças” provindas dessa diversidade, no decorrer da história, em diferentes contextos sociais, foram construídas concepções e atribuições com cunho preconceituoso, excludente e discriminatório, referentes a determinados grupos.

O documento visa orientar o trabalho pedagógico de modo a contribuir para a formação de uma concepção de sociedade brasileira, na qual os alunos possam compreender as relações de desigualdades existentes e pensar em estratégias que



possam provocar mudanças nesse contexto social fortemente marcado pela estratificação.

É elencado que apesar de nosso país possuir a organização política democrática, esta por sua vez não marcada pela asseguaração dos direitos, mas por privilégios. Tais privilégios, teoricamente, contribuiriam para a manutenção dos processos de dominação, exploração e exclusão, nos quais os grupos detentores de certo poder socioeconômico possuem oportunidades de acesso e de permanência sobressalentes aos grupos menos afortunados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora possua um aporte teórico vasto que através de expressões e conceitos que induzem os leitores desses escritos pensarem que há uma sólida preocupação com as questões concernentes à pluralidade cultural em questão, é possível identificar trechos que expressam o que muitos autores denominam “mito da democracia racial”:

Entretanto, apesar da discriminação, da injustiça e do preconceito, que contradizem os princípios da dignidade, do respeito mútuo e da justiça, paradoxalmente o Brasil tem produzido também experiências de convívio e da interetnicidade, a reelaboração das culturas de origem, constituindo algo intangível que se tem chamado de brasilidade, que permite a cada um reconhecer-se como brasileiro (BRASIL, 1997a, p. 20).

O termo “brasilidade” exterioriza que embora o processo de miscigenação e as lutas de diversos grupos, marcados pela opressão e pela violência, essa historicidade leva a um sentimento de “ser brasileiro”. Minimiza-se e reduz toda a injustiça vivenciada pelos diversos grupos étnicos e sociais a um conceito errôneo, que expressa a ideia de uma superação utópica. A própria normativa cita essa falácia da existência de uma democracia racial:

Historicamente, registra-se dificuldade para se lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. O País evitou o tema por muito tempo, sendo marcado por “mitos” que veicularam uma imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, ou, em outra hipótese, promotor de uma suposta “democracia racial” (BRASIL, 1997a, p. 20).

4 REFERÊNCIAS



BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997a. (v. 10.1, Pluralidade Cultural). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997b. (v. 10.2, Temas Transversais - Pluralidade Cultural). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.



A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO NO AMBIENTE ESCOLAR

GARCIA LEMES, Ana Luísa
EUFRASIO DOS SANTOS, Carolaine

RESUMO: A psicopedagogia é a combinação de dois saberes, psicologia e pedagogia, pois é uma ciência que estuda o processo de aprendizagem humana, sendo o seu objeto de pesquisa o ser em processo de construção e reconstrução do conhecimento. É cada vez mais necessária a inclusão de psicopedagogos nas instituições escolares. O objetivo do artigo consiste em conhecer como os psicopedagogos desenvolvem seu trabalho na escola. O desenvolvimento do trabalho será fundamentado em ideias de autores, que apresentem definições significativas para construção dos conceitos destacados no presente artigo.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Dificuldade. Aprendizagem. Educação. Conhecimento.

1 INTRODUÇÃO

Na maioria dos casos, a escola é o primeiro ambiente onde as crianças e jovens deixam o convívio familiar e passam a fazer parte de outros grupos com perspectivas e experiências diferentes. Ao longo da jornada escolar, os alunos participam da aprendizagem direta ou indiretamente, em alguns casos essa ação não acontece conforme o esperado pelas escolas ou famílias, é onde se dá o fracasso escolar, ou baixo rendimento.

Os psicopedagogos são os profissionais responsáveis por compreender os problemas de aprendizagem enfrentados por esse aluno, e desenvolver trabalhos para melhorar e aumentar o potencial dos alunos na escola. A Psicopedagogia vai muito além do que a junção das palavras psicologia e pedagogia, ela é uma ciência que estuda o processo de aprendizagem humana, tendo como objeto de estudo o indivíduo em processo de construção do conhecimento.

O que nos instiga a saber sobre essa profissão é, como o psicopedagogo desenvolve seu trabalho na escola? Desse modo se fez necessário saber mais a fundo o trabalho do psicopedagogo no âmbito escolar, seus desafios e métodos de trabalho. O objetivo dessa pesquisa foi compreender mais a fundo os processos do trabalho do psicopedagogo, como funciona sua atuação na escola, como exerce seu trabalho com os alunos, para que pudéssemos através do presente trabalho, mostrar a importância desses profissionais nas escolas.



Para que fossem esclarecidas todas nossas dúvidas e questionamentos sobre a problematização do trabalho, a metodologia utilizada seguiu modelo de pesquisa bibliográfica. O desenvolvimento do trabalho será fundamentado em ideias de autores e teóricos, que apresentem definições significativas para construção dos conceitos destacados no presente artigo.

2 DESENVOLVIMENTO

A Psicopedagogia, é o campo do saber que tem como aplicação a Psicologia experimental á Pedagogia, são a produção de um conhecimento científico, o de ser meio, ser instrumento, tanto em uma perspectiva teórica ou aplicada.

A Psicopedagogia se divide em dois campos, a clínica e a institucional, a diferença entre elas está no local em que é trabalhado e desenvolvido, e as diferentes metodológicas utilizadas. A Psicopedagogia Clínica, acontece individualmente normalmente em consultórios, centros de saúde e clínicas, onde o intuito é identificar as causas internas que interferem na aprendizagem. O psicopedagogo que atende em clínica se concentra em descobrir o porquê o sujeito não aprende, para auxiliá-lo (BOSSA, 2000).

O psicopedagogo precisa estar atualizado e ciente de todos os problemas que possam servir de obstáculos, Gamba e Trento colaboram a ideia ao indicarem que:

Para que o trabalho em uma clínica de Psicopedagogia seja realizado com sucesso, o envolvimento dos profissionais que ali atuam é de extrema importância. O psicopedagogo precisa estar atento às inúmeras possibilidades de intervenção, levando em conta, as dificuldades apresentadas pelos clientes que buscam sua ajuda, bem como a própria disponibilidade frente a novos aprendizados demonstrados por este (GAMBA; TRENTO, 2009, p.2).

Já a Psicopedagogia Institucional, tem caráter preventivo e acontece nas escolas, contexto hospitalar, no setor empresarial, em organizações assistenciais, e tem como objetivo principalmente nas escolas, reduzir os problemas de aprendizagem sendo realizados trabalhos didáticos pedagógicos e assim combater o fracasso escolar. O professor tem que assumir uma postura de renovação, ajudando nas estratégias propostas, segundo Vercelli:



A Psicopedagogia institucional é um campo de estudo que vem se desenvolvendo como ação preventiva de muita importância, mas é vista como ameaçadora, pois tem por objetivo fortalecer a identidade do grupo e transformar a realidade escolar. Torna-se ameaçadora, pois em muitos casos, o psicopedagogo poderá propor mudanças para que determinadas crianças aprendam, mas, infelizmente, muitos educadores resistem a essas mudanças e interpretam o que lhes foi dito como se não estivessem dando conta do papel que exercem (VERCELLI, 2012, p.73).

O Psicopedagogo no contexto escolar terá o compromisso com a transformação da realidade escolar, esse profissional levanta a possibilidade de reflexão dos métodos educativos e numa postura de investigação consegue descobrir as causas dos problemas de aprendizagem que possuem em sala de aula.

É papel do psicopedagogo na instituição conhecer a escola que está atuando verificando o projeto político pedagógico, para identificar as concepções dos alunos e do ensino e aprendizagem, que junto à equipe escolar conduz a reflexão e a construção de um ambiente propício à aprendizagem significativa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado está ainda em processo de construção, mas já é possível ressaltar alguns pontos. Até o presente momento podemos dizer que o profissional Psicopedagogo é uma muito importante para o desenvolvimento da criança, e a utilização de metodologias diferenciadas é uma forma satisfatória de melhorar a aprendizagem dos alunos. Ainda faltam algumas análises e estudos de alguns autores, mas podemos dizer que este artigo terá uma relevância muito importante para os estudos na área da Pedagogia.

4 REFERÊNCIAS

BOSSA, Nádia Aparecida. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 2. Ed.- Porto Alegre, Artes Médias, 2000.

VERCELLI, L.C. A. O trabalho do psicopedagogo institucional. Disponível em:
<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/17281/10050>>.
Acesso em: 04/10/2021

GAMBA, A B; TRENTO, V. A. O Projeto de trabalho como mediador de aprendizagem no espaço clínico. Disponível em:



<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3284_1745.pdf

>
Acesso em: 04/10/2021



A CONTRIBUIÇÃO DOS CONTOS DE FADAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

IANES, Jhécika Alexandra
CAMPOS, Ketilim da Silva

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar como os contos de fadas influenciam no desenvolvimento infantil, tanto em progresso intelectual escolar, quanto social, e também pode influenciar em valores morais e culturais. Através de uma leitura abrangente podemos observar como tais histórias se originaram, evoluíram e se consolidaram na modernidade, é através dessa visão que apresentamos com qual intuito esse gênero literário foi realmente apresentado para as crianças em seu passado e com qual intuito é apresentado agora.

Palavras-chave: Contos de fadas. Aprendizagem. Influenciam.

1 INTRODUÇÃO

Dentro do ambiente escolar a literatura infantil é usada de forma abundante, pois proporciona momentos mágicos que ligam as crianças do real ao imaginário, trabalhando corretamente e planejando o conteúdo de maneira diferenciada e adaptada o professor pode levar seus educandos a um rico desenvolvimento escolar e social. Dentro do campo imaginário podemos destacar que os contos literários podem oferecer uma grande ajuda no desembaraçar dos mistérios da nossa realidade, “Há significados mais profundos nos contos de fadas que se contam na infância do que na verdade que a vida adulta ensina.” (RESSURREIÇÃO, 2005. p. 19).

Além de estimular a imaginação os contos de fadas ajudam no enriquecimento do vocabulário, pois durante essa fase escolar as crianças o ampliam melhor lendo ou nas muitas vezes escutando e tais histórias carregam consigo um conhecimento rico em linguagem. Com os contos também é possível desenvolver no aluno o seu lado social para conviver com os demais e ajudar a moldar seu caráter.

Baseado no que foi abordado até aqui a questão central abordada neste trabalho vem com a seguinte dúvida: como os contos de fadas podem contribuir para melhorar a prática pedagógica e assim contribuir na aprendizagem das crianças?

2 DESENVOLVIMENTO



Através de uma pesquisa extensa realizada através de livros e artigos tivemos o privilégio de perceber como tal gênero literário pode contribuir com o desenvolvimento de um indivíduo e como veio a se originar, este pertencendo a literatura infantil, os contos de fadas tiveram como sua origem na cultura céltico-bretã, algumas teorias levantam a hipótese que ela fazia parte de rituais, outras como a perspectiva de Von Franz (1981), relatam que são experiências arquetípicas, onde os integrantes de uma tribo contavam suas visões ou sonhos para seus companheiros. (PAIVA, 1990).

Já na França no século XVII surge a primeira coletânea organizada pelo poeta e advogado Charles Perrault, mas só é realmente reconhecida após o sucesso dos irmãos Grimm, os contos primeiramente escritos com certa obscuridade vêm com a trama de passar uma lição nas jovens crianças, estas que desobedeciam a seus pais ou para prevenir tais atitudes, de início nem todos os contos eram finalizados com “felizes para sempre”, mas sim com momentos trágicos e algumas vezes assustadores, ao longo do tempo com a modernização e comercialização de livros, desenhos e filmes para as crianças, tais repertórios foram alterados para os quais conhecemos hoje, histórias em que as princesas são meigas, os vilões são derrotados por um príncipe e no final todo mundo vive feliz para sempre, mesmo assim não deixando de passar em algum momento uma lição de vida ou um meio de aprendizagem.

Na infância o primeiro contato com a literatura ocorre por meio dos contos de fadas, que são utilizados como uma metodologia, que contribui em muitos aspectos no desenvolvimento da criança/aluno em sala de aula e na vivência do seu cotidiano.

Os contos de fadas transmitem conhecimentos e valores culturais que são passados de geração para geração. Nos contos a problemática é existencial, o personagem principal enfrenta vários obstáculos antes de vencer o mal, fazem uso constante da magia e encantamentos, geralmente os contos tem poucos personagens o espaço e tempo é restrito tendo um conflito único e o conto sendo complexo ou mais simples são narrados.

É característico dos contos de fadas colocar um dilema existencial de forma breve e categórica. Isto permite a criança aprender o problema em sua forma mais essencial, onde uma trama mais complexa confundiria o assunto para ela. O conto de fadas simplifica todas as situações. Suas figuras são



esboçadas claramente; e detalhes, a menos que muito importantes, são eliminados. Todos os personagens são mais típicos do que únicos. (BETTELHEIM, 2002, p. 07).

É no ambiente escolar onde a criança aprimora o seu desenvolvimento, a capacidade física, cognitiva e afetiva, sendo também o local onde o aluno passa grande parte de sua vida. Com tudo isso faz-se necessário que seja um ambiente agradável e atrativo para que o convívio e as experiências possam favorecer no desenvolvimento e refletir de forma positiva na vida adulta das crianças que frequentam a escola.

Para auxiliar na construção do caráter do indivíduo ainda pequeno, uma ferramenta indispensável é a literatura Infantil que em sala de aula será uma grande aliada no trabalho pedagógico e na construção dos valores, autoestima, o gosto pela leitura e na aprendizagem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir a final que o gênero literário aqui exposto pode ser utilizado de maneiras positivas e grandiosas dentro e fora do ambiente escolar, sendo trabalhado corretamente ele pode ser uma grande ferramenta de ensino, auxiliando em vários conteúdos como o de matemática, (em sala o professor pode utilizar das histórias para poder fazer operações matemáticas com os personagens ou até mesmo explorando as formas presentes na ilustração de um livro utilizado para a contação de história), língua portuguesa, (este momento também é amplo e pode ser utilizado com muita criatividade), artes, geografia, história, para a criação de valores e moral que poderão dar origem a indivíduos presentes em sociedade como seres críticos e participativos.

4 REFERÊNCIAS

BASTOS, M. **Entenda a relevância que os contos de fada possuem para as crianças**. Saiba mais sobre a história por trás dos contos de fadas. Disponível em: <https://marinabastos.com.br/contos-fada/>. Acesso em: 05 de out. 2021.

BETTELHEIM, B. A PSICANÁLISE DOS CONTOS DE FADAS. **PAZ E TERRA**, 16.ed. Tradução de Arlene Caetano, 2002. Disponível em: <http://fernandomaues.com/noigandres/textos/ensino/a-psicanalise-dos-contos-de-fadas.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

FALCONI, I. M.; FARAGO, A. C. Contos de Fadas: origem e contribuições para o desenvolvimento da criança. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**,



Bebedouro, v.2, p. 85-111, 2015. Disponível em:
<<https://unifibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200330.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2021.

<https://brasilecola.uol.com.br/literatura/historia-dos-contos-fadas.htm>

PEDROSO, Altemir. A educação no Brasil. **Propagare**, Guarapuava, v. 6, n. 2, p. 100-125, jul./dez. 2016.

SCHNEIDER, R. E. F; TOROSSIAN, S. D. Contos de fadas: de sua origem à clínica contemporânea. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 132-148, ago. 2009. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682009000200009 . Acessos em 08 out. 2021.



PARA QUE SERVE OS ANTECEDENTES CRIMINAIS?

MARTINS JR., Rodrigo de Paula

RESUMO: O presente resumo apresenta qual a utilidade dos antecedentes criminais na dosimetria da pena. No intuito de compreender a utilidade dos antecedentes, frente a unicidade do direito, tratou-se do tema sob o viés doutrinário e jurisprudencial com análises de julgados e artigos científicos que tratam seu uso. A pesquisa é bibliográfica e utiliza como procedimentos a leitura, análise, compreensão de artigos e jurisprudência de maneira crítico dedutiva. O principal resultado alcançado diz respeito ao uso dos antecedentes como expressão do princípio constitucional da individualização da pena e, discussões pertinentes sobre sua aplicabilidade e constitucionalidade.

Palavras-chave: Antecedentes; dosimetria da pena; individualização da pena.

1 INTRODUÇÃO

Este resumo busca abordar a motivação que justifica a utilização dos antecedentes criminais na dosimetria da pena que não é explicada pelo código penal e também desdobramentos que sua utilização causa. É explorado as incompatibilidades constitucionais abordadas por artigos que apontam que o uso dos antecedentes é reflexo do direito penal do autor, e também viola a vedação constitucional a penas perpétuas, pois a análise do antecedente pode abarcar toda a vida do sujeito.

O texto será organizado em três pontos. Inicialmente na exploração da serventia dos antecedentes. Depois abarcaremos os conflitos constitucionais com o Direito Penal do Autor e perpetuidade de pena para finalmente discutir a inutilidade da reabilitação criminal. Ao abordar as relações entre os antecedentes e as aparentes incompatibilidades constitucionais mencionadas no parágrafo acima, busca-se contribuir com as discussões pertinentes a estas incompatibilidades.



2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Para que servem os antecedentes?

Os antecedentes fazem parte das circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal e tem por objetivo concretizar o princípio constitucional da individualização da pena disposto no artigo 5.º, inciso XLVI, o qual determina que o legislador regulará a maneira que a pena delimitada ao sujeito seguindo suas particularidades pessoais e segundo (NUCCI. 2020b, p. 73):

O princípio significa que a pena não deve ser padronizada, cabendo a cada delinquente a exata medida punitiva pelo que fez. Não teria sentido igualar os desiguais, sabendo-se, por certo, que a prática de idêntica figura típica não é suficiente para nivelar dois seres humanos [...] *Individualizar* significa particularizar uma situação ou tornar alguém individual; quer dizer distinguir uma coisa de outra, a fim de poder compreender, exatamente, o conteúdo, o alcance e a extensão do objeto analisado. A *pena* é a sanção penal destinada ao condenado, infrator da lei penal, cuja finalidade é multifacetada, implicando retribuição e prevenção pela prática do crime.

Assim como os outros incisos do artigo 59 do código penal, o antecedente é a medida que o legislador apesar de não poder prever a variedade de sutilizações na ação humana, estabeleceu para quantificar a reprimenda cabível e, por mais que a circunstância não pertença ao crime ao tipo penal julgado, se torna aspectos complementares da conduta definida pela lei penal. (JESUS, 2020. p. 577). Desta maneira, o magistrado não aplica de maneira mecânica as leis editadas pelo poder legislativo e também adequa o tipo de pena e sua quantidade de acordo com a individualidade da pessoa e da situação; a fim de garantir a consecução dos fins da pena, os quais são: a retribuição do Estado pelo crime cometido assim como a prevenção geral (fim intimidativo da pena que visa a impedir que os membros da sociedade pratiquem crimes) e a prevenção especial (retirada do infrator do meio social para o impedir de delinquir e corrigir o comportamento indesejado). O uso da circunstância “antecedentes” pelo magistrado não deve portanto, ser encarada como aspecto de retribuição somente, pois desta maneira seria ele apenas instrumento da vingança da sociedade (PENEASU, 2015).

Para a delimitação da pena-base com a interpretação das circunstâncias do artigo 59 do Código Penal é feita a análise da “justiça da aplicação da pena-base” conforme o voto do Ministro do STF Alexandre de Moraes (2020. 01:04:50) na sessão plenária do dia 15/08/2020 do Supremo Tribunal Federal que tratou do assunto “maus



antecedentes”: “Os maus antecedentes² devem ser analisados dentro de outras características e para o exato cumprimento de individualização da pena.”. Desta maneira, não só os antecedentes mas, todos os outros incisos do artigo 59 compõem conjuntamente a aplicação do princípio constitucional de individualização da pena. Portanto, o instituto dos antecedentes é instrumento de análise da individualidade do sujeito que comporá a “justiça na aplicação da pena-base”, e através dessa análise compreende-se a aplicação do princípio da individualização da pena (existem discussões sobre a compatibilidade do antecedente com este princípio e outros comandos constitucionais como veremos em tópico específico adiante). Apesar da “justiça na aplicação da pena-base” e do princípio da individualização da pena, o uso do antecedente pode gerar dúvidas se o uso dessa circunstância serve para punir o fato criminoso ou o sujeito por ser considerado criminoso. segundo Mariley Barbosa Xavier (2016. p. 26):

Sabemos que a vigência do Código Penal Brasileiro é anterior a Constituição Federal, porém ela é obrigatoriamente uma referência à ser seguida pelo legislador, uma vez que o Estado Democrático de Direito, pilar do nosso ordenamento jurídico, tem adota o(sic) direito penal do fato como elemento balizador da conduta do indivíduo; ou seja, o réu é penalizado pelo que faz, ou, em alguns casos, quando ele deixa de fazer, pois o que se leva em conta são as suas condutas, sejam elas omissivas ou comissivas. Portanto, o indivíduo nunca deverá ser responsabilizado criminalmente pelo que ele é ou deixou de ser.

Apesar da adoção constitucional do direito penal do fato e não do autor, a justificativa para o uso dos antecedentes (e da reincidência) pela jurisprudência na visão de Pêcego e Silveira, (2013, p. 193)³ citando a fundamentação do desembargador Reinaldo Portanova do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais na apelação criminal 1.0721.03.011202-6/001 é de que:

A reincidência, como circunstância exasperante, não pode e nem deve ser recebida como degenerativa ao direito do autor, uma vez que é o próprio quem dá causa à mesma, numa demonstração de que a punição anterior não serviu para coibi-la, evidenciando desprezo à lei e persistência na prática delitiva, não havendo, assim, que se falar em ferimento à individualização da pena (ao contrário, trata-se de um critério desta), ou mesmo incentivo a um estigma que impede a integração social do apenado, já que, repetindo,

² Nesse contexto, o uso do termo “maus antecedentes” se dá na situação em que haja uma valoração negativa a ser feita pelo juiz em relação aos antecedentes do sujeito no entanto, a consideração deste quesito como negativo deve respeitar as finalidades da pena.

³ Para os autores, a citação seguinte é o que é usado pela jurisprudência justificar a aplicação automática tanto dos antecedentes como da reincidência.



referida circunstância, além de advir de lei codificada, pretende punir aquele que teima em permanecer na reiteração delitiva.

Portanto, a consideração negativa do antecedente (leia-se maus antecedentes⁴) é um reforço para desencorajar a persistência de práticas delitivas e serve para dissuadir cada vez mais a delinquência por meio de reprovações cada vez piores em razão da continuidade de ações criminosas. Sua consideração, no entanto, é amplamente criticada por apresentar incompatibilidades com os princípios constitucionais da proporcionalidade; princípio da dignidade da pessoa humana; princípio do *Non Bis in Idem* (vedação a dupla punição pelo mesmo fato) e princípio da individualização da pena. (CAPUCHINHO, LANA, MAIA e GUIMARÃES 2015, p. 39-40):

Ocorre que, os antecedentes criminais, quando são desfavoráveis ao réu, são extremamente prejudiciais a ele, pelo fato de não possuírem um prazo prescricional, implica num caráter perpétuo, vinculado ao mesmo até a sua morte. Além disso e, até em decorrência desse caráter perpétuo, esse instituto vai de encontro a diversos princípios constitucionais basilares do Direito, como o princípio da dignidade da pessoa humana, quando coloca em cheque os valores do indivíduo rotulado por um mau antecedente; o da proporcionalidade, pois a pena sempre será instituída além do delito praticado, não sendo de fato uma pena justa e proporcional; o princípio do *non bis in idem*, uma vez que ocorre a punição dupla por crime praticado, sendo a primeira na própria pena pelo crime anterior, e a segunda no momento em que é utilizada para agravar a pena do réu; além, é claro, do princípio que veda a pena de caráter perpétuo do artigo 5º, XLVII, “b” da Constituição Federal.

O uso dos antecedentes está permeado de implicações que questionam as disposições constitucionais, principalmente por se tratar de um instituto anterior a constituição federal de 1988 e que portanto não foi criado com o mesmo conjunto de princípios norteadores, uma vez que não há delimitação temporal para seu uso ou ainda por tratar da punição de acordo com o histórico do sujeito e não somente pelo fato em análise, por exemplo (XAVIER, 2016. p. 26).

2.2 os Antecedentes e o direito penal do autor

A aplicação do instituto dos antecedentes pode causar dúvidas se seu uso é delimitado pelo direito penal do autor (que é marcado pela punição do sujeito razão de suas condições pessoais e não somente o fato julgado), ainda que a forma com

⁴ Uma vez que há o cuidado por parte da jurisprudência no uso do antecedente de maneira negativa como “mau antecedente” e disposições legais (Lei de drogas) que indica a existência de “bons antecedentes”, é possível portanto depreender que haja diferença entre os dois que transcende a palavra “antecedentes” pois sejam eles positivos ou negativos (bons ou maus) se dão usos distintos em sua aplicação, portanto pode o antecedente favorecer ou desfavorecer a pessoa.



que a constituição federal trata as punições em âmbito penal seja sob o direito penal do fato, que significa que, o direito penal deverá punir as condutas praticadas pelo indivíduo e não somente ele por ser quem é como o uso dos antecedentes pode sugerir, ao considerar um fato alheio ao crime na quantidade de pena a ser aplicada. Segundo Xavier apud Salo de Carvalho (2016, p. 26):

[...] o uso das circunstâncias, da reincidência e dos maus antecedentes, mesmo sendo reconhecida, na hora da aplicação da pena, seve para qualificar ou para impedir o exercício de alguns direitos do réu. Outrossim, as avaliações que são feitas na primeira e segunda fase da dosimetria da pena, violam expressamente o que se defende no direito penal do fato, vez que a avaliação delas são feitas de forma subjetiva, considerando a conduta moral do indivíduo, ao invés de fazer uma análise objetiva do fato em si.

A utilização dos antecedentes é alvo de controvérsias pois sua utilização, assim como as demais circunstâncias judiciais são atacadas pelo argumento de que tais circunstâncias se distanciam do fato criminoso. Pelo motivo de delimitar a punição a partir de condições alheias à ação penal, como é o caso do artigo 97 do Código Penal que discorre sobre medida de segurança aplicável à pessoa inimputável, a aplicação desta medida e não a uma pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos leva em conta o sujeito e a ameaça que representa a sociedade, não somente o fato cometido. (MARTINS; e ROMA, [s.d]. p. 9)

Para o inimputável, não há a aplicação de pena, por não preencher os elementos quem compõem a culpabilidade⁵ não pode ser penalizado de igual maneira a uma pessoa imputável e deve ser-lhe aplicado uma medida de segurança de acordo com as determinações do artigo 97 do Código Penal porém em relação o uso dos antecedentes em um novo processo criminal, o ministro do STF Luiz Roberto Barroso (2020. 47:00) na sessão plenária do dia 15/08/2020 do Supremo Tribunal Federal que tratou do assunto “maus antecedentes” alega que, pelo motivo de os maus antecedentes não serem utilizados para a caracterização da culpa não há de se discutir a presunção de inocência após esta presunção já ter sido quebrada por um juízo condenatório. Portanto, o antecedente não é utilizado para os fins do direito penal do autor (no que concerne a caracterização da culpa), vez que não é o bastante para condená-lo apenas por um fato passado. Sua utilização se dá somente quando a culpa já está caracterizada e visa, portanto, reprovar em maior peso condutas criminosas reiteradas.

⁵ Imputabilidade, Potencial consciência sobre a ilicitude do fato e exigibilidade de conduta diversa
250



Para ilustrar o ministro dá um exemplo em que um dos autores de um suposto estelionato tenha praticado dez estelionatos seis anos antes e o coautor é primário e de bons antecedentes e “se ele não puder levar em conta os maus antecedentes, terá que condenar as duas pessoas à mesma pena” o que para o ministro seria uma violação ao princípio da isonomia e ao princípio da individualização da pena. Em razão da violação a esses princípios, ele considera que impedir o magistrado de valorar o antecedente caso entenda que seja o caso de maus antecedentes, significa impedir que ele cumpra de maneira constitucionalmente adequada a individualização da pena.

Nesta mesma sessão o ministro Alexandre de Moraes (2020. 01:04:50) se posicionou de maneira similar ao dizer que a ideia das circunstâncias judiciais (os antecedentes nesse caso) é diferenciar os autores de um crime que já tiveram sua culpa comprovada e só a partir disto decidir qual a melhor reprimenda dentro dos critérios de retribuição como também visando a ressocialização. No entanto, a ressocialização ainda se trata de assunto controverso vez que a legitimidade do Estado para ressocializar o indivíduo ainda é contestada doutrinariamente como sugere o excerto levantado por Xavier apud Ferrajoli (2016, p. 26-27):

O Estado não tem o direito de forçar os cidadãos a não serem malvados, mas só o de impedir que se danem entre si, razão pela a qual tampouco tem o direito de alterar (reeducar, redimir, recuperar, ressocializar ou outras ideias semelhantes) a personalidade dos réus. E o cidadão, embora tenha o dever jurídico de não cometer fatos delitivos, tem o direito de ser interiormente malvado e de seguir sendo o que é.

Tal posicionamento sobre a ilegitimidade do Estado em alterar a essência do indivíduo por meio da dissuasão e ressocialização via remoção social, caso o julgue ser essencialmente mau e imprestável para a sociedade que faz parte e em decorrência disto, ostracizá-lo por tempo maior ou menor, tem se mostrado consistente ao longo dos anos como sugere os excertos de Martins; e Roma apud Piccolotto, e de Martins; e Roma apud Teles ([s.d]. pg. 9):

“Dentre os critérios infraconstitucionais para fixação da pena-base, previstos no artigo 59 do Código Penal, há aqueles que se distanciam do fato criminoso praticado, relacionando-se exclusivamente com a pessoa do acusado, em total afronta à garantia da proibição do direito penal de autor. Mostra-se inaceitável, conforme já mencionado, a valoração de qualidades e condições pessoais com a finalidade de incrementar o poder punitivo estatal.” [...] “[...] fixar pena com base no passado do agente é o mesmo que fixá-la com fundamento em sua raça, na religião que professa, na cor de seus olhos ou



de sua pele, ou na textura de seus cabelos. É fixá-la com base em elemento completamente dissociado do fato criminoso por ele praticado”

Apesar de contestação doutrinária acerca da legitimidade estatal em se utilizar direito penal do autor resta discutir se o direito penal do autor está de fato superado pelo ordenamento jurídico e se não estiver (como parece ser, pelo menos em relação ao inimputável, por exemplo) se é algo a ser extirpado do sistema normativo. A problematização abordada pela doutrina apresentada, em contraste à defesa dos princípios constitucionais da isonomia e individualização da pena, feita pelos ministros do STF, Luiz Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, sugere que o direito penal do fato rege a caracterização da culpa, ao passo que o direito penal do autor tem seu uso na dosimetria da pena, gerando portanto não um direito penal do fato, mas, um direito penal misto que se baseia no fato para caracterizar a culpa mas no autor para delimitar a pena. (PÊCEGO; e SILVEIRA, 2013. p. 188)

2.3 OS ANTECEDENTES E A PUNIÇÃO PERPÉTUA

Assim como aduzido no primeiro capítulo com a definição legal e doutrinária dos antecedentes, existe a interpretação de que utilização do instituto dos antecedentes significa punir novamente alguém por fato passado, em desconformidade com o artigo 5º, inciso XLVII, alínea “b” o qual prescreve que não haverá penas de caráter perpétuo em razão do princípio do *Non Bis in Idem* (vedação a dupla punição pelo mesmo fato). Para CAPUCHINHO, LANA, MAIA e GUIMARÃES (2015, p. 36) a consideração de um antecedente de forma negativa para majoração da pena-base (portanto um mau antecedente) significa fazer com que a pessoa cumpra novamente a pena de crime que já respondeu:

Essa violação constitucional é grave, visto que traz um enorme prejuízo ao réu que se vê na situação de passar por uma determinação da quantidade de pena que deverá cumprir, vez que o crime cometido, anteriormente, já pode ter tido a pena devidamente cumprida pelo réu e alcançado o seu objetivo. Mais grave ainda é imaginar a situação de uma pessoa com conduta ilibada perante a sociedade, que cumpre seu papel de cidadão e não tem um perfil voltado à criminalidade, que, por um deslize, comete um crime de baixa ofensividade, como, por exemplo, uma injúria e, nesse momento, tem configurado um mau antecedente criminal, que perdurará por toda a sua vida

No entanto, tal ponto de vista pressupõe que todo antecedente é um mau antecedente e, que este instituto deve ser aplicado de maneira genérica, o que não é o caso. A partir das reflexões sobre o que é um mau antecedente e dos pontos de vista dos ministros Luiz Roberto Barroso e Alexandre de Moraes mencionados do tópico anterior, depreende-se que a consideração de um mau antecedente deve,



respeitar a livre decisão motivada do juiz, ou seja, deve haver uma justificativa para a sua aplicação, não bastando seu uso “automático”. Isto posto, o sujeito de conduta ilibada do exemplo só deverá temer a consideração da injúria como um mau antecedente caso cometa um novo crime e, se nesse novo crime houver alguma justificativa que possibilite sua consideração como um mau antecedente. Caso contrário, a mera existência de antecedentes em nada deve interferir em nova reprimenda diferente da reincidência, vez que a consideração do antecedente pelo magistrado não é vinculada em sua avaliação das circunstâncias judiciais conforme a leciona o ministro Luiz Roberto Barroso (2020. 47:00) na sessão plenária do dia 15/08/2020 do Supremo Tribunal Federal que tratou do assunto “maus antecedentes” ao mencionar a obrigatoriedade na aplicação da reincidência mas não na consideração de maus antecedentes:

[...] há uma norma do código penal vinculante que determina consequências expressas no caso de se tratar de reincidência por exemplo a impossibilidade de concessão de regime mais benéfico para o reincidente ou a impossibilidade de substituição da pena para o reincidente, há vedações expressas no CP portanto, o tratamento da reincidência é vinculante ao passo que o dos maus antecedentes é uma faculdade do juiz.

Para qualquer crime a regra é prescribibilidade, ou seja, a “validade” por tempo certo, excetuados os casos do artigo 5º, incisos XLII e XLIV que preveem a imprescribibilidade dos crimes de racismo e ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. A regra, assim, é que todas as penas tendem a ser extintas seja pelo cumprimento dela ou pela decorrência do prazo prescricional que atinge a “data de validade” (CAPUCHINHO, LANA, MAIA e GUIMARÃES 2015, p. 27). Se a pena acaba, por que um dos efeitos dela (o antecedente) continua? Nas palavras de Pêcego; e Silveira (2013. p. 188):

Aceitar esse efeito estigmatizante (maus antecedentes) é reconhecer o malfadado permanente etiquetamento, tão combatido pela moderna visão da criminologia crítica, colocando o condenado de outrora, por toda a sua vida, à margem da sociedade, dificultando sobremaneira a ressocialização do condenado e produzindo efeitos perversos em sua vida futura

O ministro do STF Luiz Roberto Barroso ao proferir seu voto na sessão plenária do dia 15/08/2020, entendeu que o prazo prescricional da reincidência não se aplica aos antecedentes em razão de afrontar os princípios da isonomia e individualização da pena no entanto, para evitar a perpetuidade na consideração de antecedentes, há de se levar em conta a razoabilidade da sugestão de prazos de



prescrição que permitam a evitar esta perpetuidade e ainda diferenciar o prazo da reincidência mesmo que sejam maiores que o prazo da reincidência como Filippo (2019) sugere:

Sugere-se, *lege ferenda*, a aplicação dos prazos prescricionais previstos no artigo 109 do CP. Assim, a partir do cumprimento ou da extinção da pena, concomitantemente ao lapso de cinco anos da reincidência, passariam a fluir os prazos para a contagem dos maus antecedentes, coincidente com as faixas estabelecidas para os prazos prescricionais, a partir da pena concretamente fixada. Com isso, os maus antecedentes poderiam interferir na nova pena, desde que inseridos nos marcos legais de 20, 16, 12 ou 8 anos, a depender do montante da reprimenda definitiva. Por outro lado, não deverão ser considerados os prazos de quatro e três anos, previstos, respectivamente, nos incisos V e VI do artigo 109 do CP, porque eles são inferiores a cinco anos, de modo que ficarão por este abrangidos, porque, como se viu, a reincidência possui a aptidão de agravar mais incisivamente a pena do que os maus antecedentes e, por isso, não é razoável que estes se submetam a prazos menores do que o lustro legal.

Sua sugestão se apoia em razões que superam o marco da reincidência (portanto diferencia-se o instituto e exclui o caráter perpétuo do mau antecedente) e dá ao indivíduo o benefício da dúvida. Um lapso temporal suficiente para “regenerá-lo” a um novo estado de ser que seja aceito pela sociedade que o cerca (sem a intervenção direta do Estado nesta transição o que soluciona a discussão sobre a legitimidade do Estado em ressocializar) ao superar as transgressões cometidas anteriormente ainda que em decorrência de um lapso temporal de próximo a uma geração como sugere o autor e, apesar de não haver delimitação jurisprudencial de um lapso temporal para tanto já há entendimento por parte do Superior Tribunal de Justiça conforme menciona PÊCEGO; e SILVEIRA. (2013. p. 190):

A discussão aqui travada não é nova. Embora não possa indicar a existência de posição majoritária na jurisprudência, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que: “O art. 61, I do CP determina que, para efeito da reincidência, não prevalece à condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração anterior houver decorrido período superior a cinco anos. O dispositivo se harmoniza com o Direito Penal e a Criminologia modernos. O estigma da sanção criminal não é perene. Limita-se no tempo. Transcorrido o tempo referido, evidenciando-se a ausência de periculosidade, denotando, em princípio, criminalidade ocasional. O condenado quita sua obrigação com a Justiça Penal. A conclusão é válida também para afastar os antecedentes. Seria ilógico afastar expressamente a agravante e persistir genericamente para recrudescer a sanção aplicada.”²³ No âmbito do Supremo Tribunal Federal, a dúvida aqui suscitada não foi solucionada, isso porque a matéria recebeu repercussão geral nos autos do Recurso Extraordinário n. 593.818-SC⁶, de relatoria do Ministro Joaquim Barbosa, em

⁶ A deliberação da corte ocorreu no dia 19/08/2020 e fixou a tese 150, a qual diz que os antecedentes não tem o mesmo prazo prescricional da reincidência



apreciação concluída em 26 de fevereiro de 2009, mas ainda não foi submetida à deliberação do Plenário da Corte.

A matéria que ensejou a repercussão geral, já foi mencionada em razão da sessão plenária que a julgou e fixou a tese de que o prazo prescricional de cinco anos da reincidência não se aplica aos maus antecedentes, desta maneira destacando-se a diferença entre os institutos. PÊCEGO; e SILVEIRA. (2013. p. 190) também sugere um prazo distinto para findar o caráter perpétuo do mau antecedente respeitando as diferenças entre os institutos:

Como os maus antecedentes possuem natureza diversa da reincidência, a contagem de prazo para a cessação dos dois institutos não pode ser coincidente. Assim, o parâmetro mais razoável é a aplicação do mesmo prazo de cinco anos. Todavia, o *dies a quo* do prazo de duração dos maus antecedentes deve ser considerado após o cômputo do quinquênio de duração da reincidência. Dessa forma, vencido o prazo de efeito da reincidência, deve ter início o prazo quinquenal no qual os maus antecedentes devem ser utilizados como critério de fixação da pena-base.

Nesse sentido cuida-se de uma resposta formal ao problema da perpetuidade que é vedada pela constituição federal, restando a definição de um prazo razoável que não limite a resposta judicial mas que também permita que o sujeito convicto a não praticar novos delitos se livre do estigma do antecedente no âmbito penal como o caso do Habeas Corpus 402.752 – MS do STJ no qual o ministro Rogério Schietti Cruz decidiu que a incidência do mau antecedente deve ser relativizada uma vez que no curso de 25 anos desde a condenação utilizada como mau antecedente o réu não cometeu outros crimes (*Habeas Corpus* 402.752 – MS. 2018) dizendo que:

Com efeito, não se pode tornar perpétua a valoração negativa dos antecedentes, nem perenizar o estigma de criminoso para fins de aplicação da reprimenda, sob pena de violação da regra geral que permeia o sistema. Afinal, a transitoriedade é consectário natural da ordem das coisas. Se o transcurso do tempo impede que condenações anteriores configurem reincidência, esse mesmo fundamento – o lapso temporal – deve ser sopesado na análise das condenações geradoras, em tese, de maus antecedentes.

Portanto, não só o nexa com a conduta (que no exemplo citado se trata da mesma conduta delitiva o mau antecedente) como também o lapso temporal devem ser sopesados em respeito aos princípios constitucionais que regem a delimitação da pena pelo Estado, mormente o princípio da proporcionalidade bem como a vedação a penas perpétuas o que significa que apesar de não haver comandos legais em sua



aplicação ou ainda um entendimento pacífico jurisprudencialmente ou doutrinariamente, ainda cabe ao julgador em exercício condicionar a consideração do mau antecedentes não só em nexos entre as condutas avaliadas como também em conformidade aos princípios constitucionais norteadores do direito penal. “A reincidência e os maus antecedentes operam, em nosso sistema normativo, como *marcadores de contumácia delitiva*. Não há justificativa razoável para os antecedentes valerem para o resto da vida.” (RIZZOTTO, 2020). Ainda assim, os reflexos de condenações anteriores persiste unido à pessoa, ainda que o sujeito tente se valer das medidas legais que ocultem seus antecedentes como é o caso da reabilitação criminal.

2.4 OS ANTECEDENTES E A REABILITAÇÃO CRIMINAL

A reabilitação criminal é uma ação que alcança qualquer pena aplicada em sentença definitiva tem por finalidade assegurar o sigilo das informações referentes a condenação do sujeito e visa a reinserção deste na sociedade, livre de estigmas, preconceitos, rótulos, e constrangimentos, possibilitando a reinserção no mercado de trabalho por exemplo. (CASTRO, 2014) Por meio dessa ação, a pessoa que foi condenada e cumpriu sua pena pode manter as informações sobre seus antecedentes em sigilo (artigo 93 do Código Penal), dessa maneira exercendo seu direito ao esquecimento, poupando constrangimentos por atos passados, como leciona RIZZOTO (2020):

Uma das formas mais antigas de esquecimento é o instituto da reabilitação, que facilita a reinserção do condenado na comunidade e, entre outros efeitos, lhe assegura o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação. O direito ao esquecimento não é absoluto e, através da técnica da ponderação, está em permanente diálogo com as liberdades comunicativas. A depender do grau de interesse público, a pretensão de esquecimento se legitima sob diferentes prismas, da mera contextualização de fatos desfavoráveis até a desindexação em sites de buscas, a anonimização de dados pessoais sensíveis e o completo apagamento de informações. Na ausência de disposição expressa que o enuncie diretamente, o esquecimento constitui direito fundamental implícito, que pode ser extraído, pela via interpretativa, de princípios gerais estruturantes da ordem jurídica constitucional, com destaque para as cláusulas gerais: I) da tutela da dignidade da pessoa humana; II) da proteção e promoção da personalidade, em suas múltiplas dimensões; III) da razoabilidade; IV) da vedação de penas de caráter perpétuo; e V) da prescritibilidade das obrigações.

A Reabilitação Criminal é disciplinada no Código Penal pelos artigos 93 a 95 e pelo Código de Processo Penal nos artigos 743 a 750 e, a partir destes dispositivos depreende-se que a reabilitação criminal depende de requerimento da



parte interessada após decorrer dois anos após o cumprimento da pena como também conta com o cumprimento de outros requisitos, no entanto o artigo 202 da Lei de Execução Penal garante que após a extinção da pena não deverá haver qualquer menção a condenação em certidões de antecedentes exceto quando forem usados para instruir novo processo criminal ou outro caso expresso em lei (CASTRO, 2014):

Entendemos que artigo 202 da LEP, sendo ela uma Lei Especial, não só prevalece sobre o Código Penal, como também é uma lei mais benéfica ao acusado "*Novatio Legis in Mellius*", que tem seu respaldo pelo artigo 5º, XL da CF. Porém vale ressaltar que a LEP não revogou o instituto da reabilitação por completo, ele apenas dá a garantia - à pessoa que já teve sua pena cumprida - de que não constarão em registros e folhas corridas a sua condenação e para tal não seria necessário preencher os requisitos da reabilitação do artigo 94 do CP.

É inegável o estigma social que os antecedentes criminais acarretam e ultrapassa a avaliação do magistrado no processo criminal como também, afeta de maneira negativa a vida em sociedade dessa pessoa condenada judicialmente. Para contornar a mancha de seus antecedentes, a pessoa pode se utilizar da reabilitação criminal para que sua condenação ou condenações não sejam mencionadas em certidões de antecedentes com a ressalva de que tais informações ainda podem ser acessadas por meio de requisição de juiz criminal. Significa dizer que: apesar de mascarar as condenações em certidões, a reabilitação não excluirá de fato os antecedentes, podendo estes antecedentes serem utilizados em instrução de processo de nova infração penal, conforme conclui-se da redação do artigo 202 da Lei nº 7.210 de 1984 – Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984, [s.p]) – e artigo 748 da Lei nº 3.689 de 1941 – Código de Processo Penal (BRASIL, 1941, [s.p]) – e da fundamentação do Mandado de Segurança nº 438.372.3/7, julgado pela 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (j. 30.3.2004, por maioria). de relatoria do Desembargador Hélio de Freitas (MENDES, 2006):

A simples existência do registro e de informações relacionados com o processo do impetrante não fere o direito constitucional à reserva de sua intimidade e de sua vida privada. O que viola esse direito é a divulgação indevida desse registro e dessas informações. Por isso, a lei determina que, em determinados casos, se guarde sigilo a respeito desse registro e dessas informações. A lei não manda cancelar, apenas determina que se observe sigilo sobre esses dados, preservando, com isso, o direito constitucional à reserva da intimidade e da vida privada da pessoa. [...] Nem se argumente que as disposições previstas nos artigos 202 da Lei de Execução Penal [01] e 748 do Código de Processo Penal [02] bastam para resolver o problema, garantindo o sigilo dos registros, sem que se precise excluí-los. É que ambos os dispositivos dizem respeito a processos que resultaram em condenação. Eles são necessários para a Justiça Criminal e, por isso, devem ser mantidos



nos arquivos da Polícia (Institutos de Identificação), com as ressalvas de sigilo.

Portanto, os efeitos da reabilitação visam a cancelar os registros criminais em certidões de antecedentes para permitir que o condenado possa omitir eventual condenação quando solicitar certidões para fins civis, o que lhe permite a reinserção social com maior facilidade pois o mero envolvimento do indivíduo com procedimentos criminais já se mostra suficiente para manchar sua imagem social (MENDES, 2006).

Evidencia-se, derradeiramente, no instituto da reabilitação a possibilidade de distanciamento de uma pessoa condenada de seus maus antecedentes, garantindo-lhe o sigilo de seu passado em relação a seus pares e possibilitando sua reinserção social no entanto, o sigilo somente vale perante a sociedade e não para o Estado. Uma vez manchado pelo mau antecedente, não há redenção.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta feita, é claro que a utilização dos antecedentes na dosimetria da pena é expressão de princípio constitucional porém sua legitimidade é questionada e tem outros aspectos derivados que aparentemente não se coadunam completamente com os princípios constitucionais uma vez que a utilização de antecedentes pode se prolongar no tempo de maneira comparável a uma pena de natureza perpétua.

Não só a extensão temporal mas também a natureza da punição que se coaduna categoricamente ao direito penal do autor. Aliás, de modo certo deve ser lembrado que o instituto da reabilitação criminal caso não seja requisito para o retorno ao estado anterior em uma situação específica, tem sua utilização obscurecida pela especialidade da lei de execuções penais o que leva a novos questionamentos sobre a perpetuidade da pena uma vez que seus efeitos só valem mesmo para finalidades extrapenais.

A partir do exposto, mostra-se plenamente cabível nova discussão sobre limite temporal para utilização dos antecedentes tanto em respeito ao princípio da individualização mas também de acordo com a vedação constitucional à penas perpétuas.

4 REFERÊNCIAS



NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado** / Guilherme de Souza Nucci. – 20. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020

JESUS, Damásio de. **Direito Penal vol. 1** – 37. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PENEOASU, Cosmin. **Judicial Individualization of Punishment in Special Situations. Judge's role in these cases.** Disponível em: <http://www.proceedings.univ-danubius.ro/index.php/eirp/article/view/1673/1657#sdfootnote1sym>. Acesso em: 28/07/2021.

XAVIER, Mariley Barbosa. **A consideração dos antecedentes criminais na fixação da pena.** 2016. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília. 2016. disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/10586/1/21180309.pdf>. Acesso em: 30/07/2021.

PÊCEGO, Antônio José F. De S.; e SILVEIRA, Sebastião Sérgio da. **ANTECEDENTES E REINCIDÊNCIA CRIMINAIS: NECESSIDADE DE RELEITURA DOS INSTITUTOS DIANTE DOS NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO PENAL.** Disponível em: <https://revistajusticaesistemacriminal.fae.edu/direito/article/view/25>. Acesso em 30/07/2021.

MARTINS, Murilo Vilela Freitas; e ROMA, Rone Miller. **DIREITO PENAL DO AUTOR E DIREITO PENAL DO FATO.** Disponível em: https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/Murilo_Vilela_Freitas_Martins.pdf. Acesso em: 30/07/2021.

DE FILIPPO, Thiago Baldani Gomes. **MAUS ANTECEDENTES PODEM SER ETERNOS? Análise do julgamento do HC 162.305-SP.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jan-27/thiagofilippo-maus-antecedentes-podem-ou-nao-eternos>. Acesso em: 30/07/2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 402.752 – MS (2017/0135432-0).** Concedido parcialmente. Impetrante: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Paciente: JOACIR DA SILVA AUGUSTO (PRESO). Impetrado: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Relator: Min. Rogério Schietti Cruz. 11 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/direito-esquecimento-relativiza.pdf>. Acesso em: 30/07/2021.

CASTRO, Webervan. **ENTENDENDO A REABILITAÇÃO PENAL.** Disponível em: <https://werbevan.jusbrasil.com.br/artigos/117361978/entendendo-a-reabilitacao-criminal>. Acesso em: 30/07/2021

RIZZOTTO, Adriana. **Antecedentes criminais valem para sempre?.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-22/adriana-rizzotto-antecedentes-criminais-valem-sempre>. Acesso em: 30/07/2021.



BRASIL. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jul. 1984. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210compilado.htm. Acesso em: 30/07/2021.

MENDES, Clóvis. **A possibilidade de exclusão de inquéritos e processos dos registros de instituto de identificação.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1174, 18 set. 2006. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/8929>. Acesso em: 1/08/2021.



GRUPO: TECNOLOGIA E SOCIEDADE



DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÃO PARA PROCRASTINAÇÃO

WEBER, Fabrício Machado
LOPES, Ronan Anacleto
SOUSA, Pedro Henrique de

RESUMO: O presente projeto busca desenvolver um aplicativo que ajude a combater a procrastinação. Foi realizada uma pesquisa descritiva para embasamento teórico, será utilizado a ferramenta *React Native* para o desenvolvimento do aplicativo *Android*. Foi descoberta a necessidade de criar novas ferramentas para reduzir a procrastinação e foram desenvolvidos protótipos das principais telas do *app*.

Palavras-chave: Aplicativo. Procrastinação. *React*.

1 INTRODUÇÃO

A procrastinação pode ser definida como um atraso ou um adiamento na realização de uma determinada tarefa tendo a consciência de que esse atraso irá gerar consequências negativas maiores do que consequências positivas (KLINCKSIECK, 2013). Esse comportamento pode ser visto no âmbito escolar, onde um estudo aponta que cerca de 82% dos estudantes procrastina suas tarefas pelo menos uma vez por semana (SAMPAIO, 2011).

A procrastinação é comportamento que sempre esteve presente na sociedade e pode afetar qualquer pessoa, até mesmo grandes gênios como Leonardo Da Vinci, que devido aos seus inúmeros projetos inacabados, acredita-se que fosse um grande procrastinador (CATANNI e MAZZARELLO, 2019).

Em tempos onde a tecnologia é quase onipresente e constantemente bombardeia as pessoas com informação, pode ser difícil manter o foco em uma atividade e evitar a procrastinação, para isso é necessário manter a organização e o gerenciamento de tempo em dia, além de evitar ambientes e situações que possam gerar um desvio de foco que leve a procrastinação.

O presente projeto busca desenvolver um aplicativo que almeja auxiliar os seus usuários a manter o foco e a organização de suas atividades, limitando o acesso a outros aplicativos, evitando que o usuário se distraia e acabe procrastinando. O aplicativo irá contar com funcionalidades que bloqueiam o acesso e visualização de notificações, bem como a possibilidade de criar listas de tarefas a serem cumpridas.

O principal objetivo a ser atingido com o desenvolvimento desse projeto é reduzir o tempo procrastinado e aumentar a eficiência dos usuários, bem como manter



a organização de seus objetivos diários, principalmente seus estudos, que acaba sendo uma das atividades mais afetadas pela procrastinação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Dentro da procrastinação acadêmica, certas tarefas acabam sendo mais procrastinadas que outras, “A tarefa estudo foi indicada por 40,3%; em seguida, a tarefa trabalho foi assinalada por 25,1% dos estudantes, enquanto que 23,6% afirmaram que procrastinam mais a tarefa exercícios.” (GEARA;FILHO;TEIXEIRA, 2017, p. 144).

Mesmo sendo uma área de pesquisa relativamente nova, já existe um interesse em utilizar novas ferramentas, pois a necessidade de se combater a procrastinação vai ser sempre existente, segundo Correia e Moura (2017, p. 123):

Também foram encontrados estudos que tratavam do papel de ferramentas tecnológicas na redução da procrastinação no ambiente de aprendizagem, por meio de monitoração, suporte às tarefas e participação. Esses resultados podem servir a estudos futuros que tratem de abordagens experimentais com o propósito de reduzir a procrastinação em ambientes de aprendizagem.

Existe a necessidade de que as novas tecnologias sejam utilizadas de maneira que auxiliem a redução da procrastinação, e com o passar dos anos, as ferramentas necessárias acabaram ficando mais acessíveis a população.

Em um estudo foi notado que indivíduos com um maior hábito de checar o celular durante o dia são mais propensos a procrastinação, esses indivíduos são interrompidos por notificações mais frequentemente e sentem uma necessidade maior de checar os seus dispositivos (ALEXANDER, 2021, tradução nossa).

A procrastinação tende a ser um comportamento que age como um círculo vicioso, onde o ato de procrastinar acaba gerando mais procrastinação, opostamente a autoeficácia, já que esta acaba gerando um círculo virtuoso, onde acabam por procrastinar menos (WÄSCHLE et al., 2014).

ESTADO DA ARTE

Existem no mercado alguns aplicativos de cunho similar ao do proposto no presente trabalho, alguns deles podem ser citados como o *AppBlock*, que permite ao



usuário bloquear quaisquer aplicativos que o usuário achar necessário, o impedindo de ser acessado e mostrar notificações.

Também existe o *Priority Matrix*, que utiliza a matriz de Eisenhower para auxiliar o seu usuário a organizar melhor o seu tempo e suas tarefas, fazendo com que seja possível analisar e priorizar as atividades necessárias.

METODOLOGIA

MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa descritiva com o objetivo de compreender melhor o fenômeno da procrastinação e como ela afeta o desempenho acadêmico de estudantes.

MATERIAIS

Os materiais utilizados serão um computador *desktop* operando com o sistema *Windows 10* e um celular com sistema operacional *Android* na versão 10, que serão utilizados para o desenvolvimento. Serão utilizados os seguintes softwares para o desenvolvimento:

- *Visual Studio Code*
- *React Native*
- *Expo*

VISUAL STUDIO CODE

O *Visual Code Studio* é um ambiente de desenvolvimento integrado que foi criado pela *Microsoft*, leve, versátil e facilmente customizável e é disponibilizado gratuitamente, e a versão em uso atualmente é a 1.60.1. Será utilizado para codificar o aplicativo e suas telas.

REACT NATIVE

O *React Native* é um *framework* baseado em *React*, que tem como proposta facilitar o desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis *Android* e *iOS* (sistema operacional dos dispositivos móveis da *Apple*), sendo escrito utilizando a linguagem *JavaScript*, e convertendo o código para a linguagem nativa do aparelho, será utilizado para desenvolver o aplicativo. A versão em uso no projeto é a 16.13.1.

EXPO

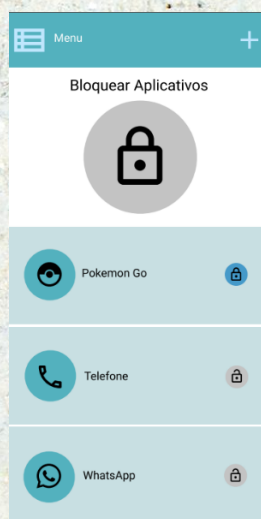


Expo é uma ferramenta que serve para facilitar o desenvolvimento mobile, pois oferece acesso a várias bibliotecas de maneira nativa e dispensa a instalação de outros *softwares*. A versão utilizada para o desenvolvimento é a 4.10.0

RESULTADOS FUTUROS

Utilizando como base os materiais e a metodologia empregada no atual projeto, almeja-se desenvolver um aplicativo para dispositivos *Android*, que tenha a capacidade de auxiliar no controle à procrastinação. Tendo como a sua principal funcionalidade a possibilidade de bloquear determinados aplicativos, conforme mostra a imagem a seguir:

Figura 1 – Tela de Bloqueio



Fonte: O Autor, 2021

Como visto na Figura 1, o aplicativo permite que o usuário selecione quais aplicativos instalados em seu aparelho ele deseja bloquear o acesso enquanto realiza suas atividades, a fim de não ser interrompido.

Também será desenvolvido um sistema que permite ao usuário criar suas próprias listas de tarefas a serem cumpridas, garantindo assim uma maior organização e melhor compreensão do progresso de suas atividades.

Figura 2 – Lista de Tarefas





Fonte: O Autor, 2021

Como visto na Figura 2, poderão ser criadas várias listas, cada uma com seu nome, objetivos, metas e prazos de acordo com a necessidade do usuário, assim podendo manter uma maior organização em suas tarefas.

CONCLUSÃO

A ideia principal para esse projeto se deu devido a necessidade de combater e controlar a procrastinação dos usuários de celular, em especial aqueles que passam uma quantia exacerbada de tempo utilizando o aparelho.

Por meio das pesquisas realizadas e projetos desenvolvidos neste trabalho, percebeu-se que existe uma necessidade de que novas ferramentas sejam desenvolvidas para auxílio na diminuição da procrastinação, tendo em vista que esse ainda é um campo pouco explorado.

Em futuros desenvolvimentos esse projeto deverá produzir um aplicativo funcional, que será distribuído de maneira gratuita para aparelhos *Android*. Sendo inicialmente distribuído para testes a uma pequena população, com a intenção de avaliar a experiência do usuário e a satisfação com as funcionalidades do aplicativo.



REFERÊNCIAS

CATANI, Marco; MAZZARELLO, Paolo. Grey Matter Leonardo da Vinci: a genius driven to distraction. **Brain**, [S.L.], v. 142, n. 6, p. 1842-1846, 28 maio 2019. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/brain/awz131>. Disponível em: <https://academic.oup.com/brain/article/142/6/1842/5492606>. Acesso em: 08 set. 2021.

CORREIA, Rony Rodrigues; MOURA, Pedro Jácome de. Aprendizagem e Procrastinação: uma revisão de publicações no período 2005-2015. **Reice. Revista Iberoamericana Sobre Calidad, Eficacia y Cambio En Educación**, [S.L.], v. 152, n. 2017, p. 111-128, 2017. Servicio de Publicaciones de la Universidad Autonoma de Madrid. <http://dx.doi.org/10.15366/reice2017.15.2.006>. Disponível em: <https://revistas.uam.es/reice/article/view/7025>. Acesso em: 08 set. 2021.

GEARA, Gabriela Ballardin; HAUCK FILHO, Nelson; TEIXEIRA, Marco Antonio Pereira. Construção da escala de motivos da procrastinação acadêmica. **Psico**, [S.L.], v. 48, n. 2, p. 140-151, 22 jun. 2017. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2017.2.24635>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/24635>. Acesso em: 08 set. 2021.

KLINGSIECK, Katrin B.. Procrastination. **European Psychologist**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 24-34, jan. 2013. Hogrefe Publishing Group. <http://dx.doi.org/10.1027/1016-9040/a000138>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2013-13184-004>. Acesso em: 08 set. 2021.

MEIER, Adrian. Studying problems, not problematic usage: do mobile checking habits increase procrastination and decrease well-being?. **Mobile Media & Communication**, [S.L.], p. 205015792110293, 4 ago. 2021. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/20501579211029326>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/20501579211029326>. Acesso em: 08 set. 2021.

WÄSCHLE, Kristin *et al.* Procrastination and self-efficacy: tracing vicious and virtuous circles in self-regulated learning. **Learning And Instruction**, [S.L.], v. 29, p. 103-114, fev. 2014. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.learninstruc.2013.09.005>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959475213000662>. Acesso em: 08 set. 2021.



A INFLUÊNCIA DOS JOGOS NO PSICOLÓGICO

CANHETE, Fernando Rennan Segal
LOPES, Ronan Anacleto
BERTI, Michael Pires Berti

RESUMO

Como desenvolvimento das tecnologias como o computador e os videogames, temos a popularização do *game* como um instrumento de entretenimento, que pode ou não influenciar o psicológico e a aprendizagem de uma pessoa. Nesse sentido abordaremos sobre a compreensão incremental da inteligência, desenvolvida através de um jogo que será desenvolvido usando a plataforma *RPG Maker*, Da relação jogador/personagem no ato de assumir a identidade, das escolhas, das ações, da projeção do personagem em relação a história, essa sensação de se envolver e como ela influencia o jogador para um conhecimento que poderá ou não ser utilizado num futuro em um novo *game* ou até na sua vida cotidiana. Analisar essas influências jogo se apresentam um impacto positivo ou negativo nos processos cognitivos de seus jogadores.

Palavras-chave: *Game*. Processos Cognitivos. *RPG Maker*.

1 INTRODUÇÃO

O RPG - *Role Playing Game* é um estilo de *game* de estratégia onde o jogador define seus passos, controlando um grupo de personagens em “alguma missão, em diversas tramas e cenários” (AZEVEDO, 2005 p. 28). No RPG temos uma narrativa forte tendo um ambiente onde os jogadores possuem tempo para pensar e considerar o próximo passo (RABIN, 2012).

Analisando até que ponto o RPG pode influenciar a pessoa do jogador. Temos muitas notícias nocivas com relação aos jogos eletrônicos, mas onde está o lado positivo?

No trabalho de Carol Dweck professora de Stanford citado no artigo “*Social And Emotional Benefits Of Video Games: Metacognition and Relationships*” (mencionado por Shapiro, 2014) é abordado compreensão incremental da inteligência desenvolvida através do jogo de videogame, a construção de uma mentalidade construtiva, que vem através da resolução de um “quebra-cabeça”, onde há recompensas pela realização da tarefa, por ultrapassar um obstáculo após o outro.

Nessa pesquisa, questionaremos a aprendizagem de forma interativa, onde o jogador falha mas aprende a aprender com essa falha, na conquista das metas.



Propomos o questionamento com relação a essa aprendizagem construtiva. O presente projeto será elaborado no RPG *Maker* 2003, um projeto com temática simples com 6 unidades 3 de suporte e 3 de ataque, o jogo vai se desenvolver em 2D com o personagem principal que poderá ser customizado. O *game* não possui nome, mais possui a intenção de ser um projeto de imaginação e cooperação.

A elaboração do *game* será necessária para ter um melhor controle sobre das variáveis do jogo e da identificação das dificuldades e possibilidades, facilitando a análise dos resultados. O significado e o conhecimento são construídos através dos domínios semióticos e não apenas pelas palavras, a aprendizagem se dá quando retemos o conhecimento, e elaboramos através desse para usá-lo em uma situação nova.

Baseado nas informações observadas até o momento, deve-se compreender sobre o jogo e como eles afetaram a vidas das pessoas. Nas sessões seguintes serão discutidos os principais termos e elementos que constituem a teoria por trás deste trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO

Em um *game* o jogador se envolve adentrando num ambiente holístico, no jogo de RPG temos história, linguagem, comunidade e intuição um termo que define esse ambiente é o domínio semiótico.

O termo domínio semiótico foi usado por James Paul Gee, especificamente no seu livro *What Video Games have to Teach Us About Learning and Literacy* (O que os videogames têm a nos ensinar sobre aprendizagem e alfabetização). Segundo Gee (2007) quando se participar de um ambiente com um domínio semiótico alcançamos a chance de vivenciar o mundo de uma maneira diferente, faz parte de uma comunidade com a mesma afinidade.

A visão de como a aprendizagem ocorre durante um jogo, é parte de vários estudos maiores, como um *game* e suas regras podem conduzir o jogador/personagem em colaboração com outros personagens, a aprender mesmo que ocorra uma falha de estratégia, perda do desafio ou morte no jogo.



RPG é a sigla para *Role Playing Game*, traduzindo para o português seria Jogo de Interpretação de Papeis, ou seja, um jogo de encenação. Temos que Novak (2010, p. 103-104) fala sobre a origem do RPG e suas características:

Os games de representação de papéis (role-playing games ou RPG) originaram-se da tradição iniciada na década de 1970 pela série de jogos de RPG Dungeons & Dragons, que eram jogados com papael e lápis.
[...]

Assim como os games de aventuras, os RPGs caracterizam-se pela importância narrativa; no entanto eles também contêm personagens que melhoram ao longo do game. Por causa do sólido desenvolvimento emocional dos personagens – e também do fato de que a vitória está vinculada a essa evolução - os jogadores de RPGs normalmente experimentam um forte envolvimento emocional com seus personagens.

No RPG o jogador desenvolve um vínculo com o personagem, se envolve e evolui com desenrolar do jogo, a narrativa do jogo é elaborada para criar esse vínculo.

Nas palavras Ed Stark Danny, Gerente de Projetos Especiais do grupo de Pesquisa e Design de RPG da Wizards of the Coast Bison (citado por Novak 2010, p. 105) “a socialização, a imaginação e a cooperação continuam a ser os pilares de qualquer RPG, mesmo depois de 30 anos, Dungeon & Dargons mantém esse foco”. A identidade assumida constrói um comprometimento com as metas do jogo.

No RPG temos o desconhecido, um ambiente novo, no qual tem-se a possibilidade através da representação de “viver” a história, o estímulo a imaginação está presente no RPG, dando liberdade de para as decisões, sendo os detalhes e informações importantes o que estimulam a concentração (ZAMARIAM, 2020).

Nesse modelo de jogo em específico, onde se vivencia a história, que temos a tomada de decisão e ação dentro do jogo, no processo de turnos, ou seja, partes bem definidas e visíveis, com suas devidos obstáculos e metas a serem conquistados e atingidos respectivamente.

Com esses cenários baseados em metas, obteremos conhecimento e desenvolveremos a criatividade, um conhecimento através do domínio semiótico que formará pensadores e solucionadores de problemas, através desse ambiente de jogo onde o jogador forma suas habilidades testando suas estratégias em tempo real.

O jogo o incentiva a se considerar um solucionador de problemas ativo, aquele que persiste em tentar resolver problemas mesmo depois de cometer erros; que, de fato, não vê os erros como erros, mas como



oportunidades de reflexão e aprendizagem. Isso o incentiva a ser o tipo de solucionador de problemas que, ao invés de ritualizar as soluções para os problemas, deixa-se aberto para desfazer o domínio anterior e encontrar novas maneiras de resolver novos problemas em novas situações. (GEE, 2003, p.44. Tradução nossa.)

E quando ocorre a fracasso na empreitada, o porquê da motivação de recomeçar do último turno. Onde o fracasso pode melhorar seu desempenho para o confronto dos obstáculos e metas, adquirimos assim um pensamento crítico.

Por analogia usamos os ensinamentos de Gee, para inserir a aprendizagem que obtemos através do jogo, quando o retomamos até conquistar as metas e como esse comportamento influencia o jogador em sua realidade cotidiana:

Por duas razões: primeiro, para deixar claro que entender os significados é um assunto ativo no qual temos que refletir (embora inconscientemente) sobre a situação e o domínio em que estamos. E, em segundo lugar, porque quero argumentar que a aprendizagem em qualquer domínio semiótico é crucialmente envolve aprender como situar (construir) significados para esse domínio nos tipos de situações que o domínio envolve. É precisamente por isso que a aprendizagem real está ativa e sempre uma nova forma de vivenciar o mundo. (GEE, 2003, p. 27. Tradução nossa.)

O ambiente interno (jogo) e o ambiente externo (realidade) são ambientes distintos, mas que se inter-relacionam mutuamente através do jogador, se coligando e transformando tudo através do personagem/jogador.

3 METODOLOGIA

O âmbito da pesquisa é a construção de um jogo digital, utilizado o software RPG *Maker 2003* que permite a produção do projeto em tempo reduzido com qualidade se adaptando ao projeto, que possui um único desenvolvedor e um prazo curto. Na aplicação da metodologia temos a história, personagens e cenários, que foram elaborados para serem usados para análise da interação do usuário com o *game*.



3.1 RPG MAKER

Desenvolvido pela empresa *Gotcha Gotcha Games Inc.*, em meados dos anos 80, é um software possibilita a construção no formato de RPG de jogos digitais, desde sua criação várias versões foram lançadas. O *RPG Maker 2003*, possui um ambiente visual para a construção do jogo, com uma interface simples que utiliza o mouse, permite a importação de gráficos personalizados de até 16 bits, *sprites* de personagens entre outros.

3.2. PRÉ ELEMENTOS DO JOGO

O enredo do projeto é de aventura, baseado em um personagem que por motivos desconhecido, que se envolve em mundo desconhecido para descobrir o mistério do porquê se encontrava ali, numa aventura para descobrir a si mesmo. O personagem principal poderá ser customizado pelo jogador, para um melhor envolvimento no mundo do jogo, demais personagens serão liberado com o avanço da história.

Figura 1 - Folha de Desenhos do Personagem (*Sprite Sheet*).



Fonte: Fernando Sega



3.2 CONSTRUÇÃO DE DADOS.

Após a construção do *game*, propomos a entrevista com a Dra. Juliana Blum Moraes CRM/PR 25749, médica psiquiatra, com relação a compreensão incremental da inteligência e a aprendizagem construtiva através do jogo digital e entrevista com grupo de jogadores com o questionamento com relação a essa aprendizagem construtiva com a seguinte pergunta: Quando temos o sucesso e fracasso na evolução do jogo, como essas situações influenciam a motivação do jogador e qual a sua aprendizagem dessas situações?

Como seguimento desse questionamento temos a questão:

-Como o jogador percebe o efeito motivacional, relacionando-os as ações e operações durante o desenrolar do jogo?

-Como o jogador avalia esse efeito motivacional em situações reais do seu cotidiano?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi abordado como o *game* pode impactar o psicológico e a aprendizagem de uma pessoa, sendo o objeto principal de estudo, um *game* que será desenvolvido usando a plataforma *RPG Maker*. Ao aplicar o jogo e analisar os efeitos que este teve em seus jogadores, por meio de entrevistas, será possível avaliar se o jogo apresenta um impacto positivo ou negativo nos processos cognitivos de seus jogadores.

Espera-se a troca de experiências, no atingir com o projeto a motivação inata que os jogos de videogames possuem, compreender a relação jogador/personagem no ato de assumir a identidade, da “gana” de vencer, do fato de se não vencer aprender a aprender a vencer. Das escolhas, das ações, da projeção do personagem em relação a história, essa sensação de se envolver e como ela influencia o jogador para um conhecimento que poderá ou não ser utilizado num futuro em um novo *game* ou até na sua vida cotidiana.



5 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Eduardo. **Desenvolvimento de Jogos 3D e Aplicações em Realidade Virtual**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GEE, James Paul. **What Video Games have to Teach Us About Learning and Literacy** New York: Palgrave Macmillan, 2003. Disponível em : <https://blog.ufes.br/kyriafinardi/files/2017/10/What-Video-Games-Have-to-Teach-us-About-Learning-and-Literacy-2003.-ilovepdf-compressed.pdf>. Acesso em 23 set. 2021.

NOVAK, Jeannie. **Desenvolvimento de Games**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

RABIN, Steve, **Introdução ao desenvolvimento de games**. Vol. 1. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

RABIN, Steve, **Introdução ao desenvolvimento de games**. Vol. 3. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SHAPIRO, Jordan. Social And Emotional Benefits Of Video Games: **Metacognition and Relationships** (2014). Disponível em <https://www.kqed.org/mindshift/35734/social-and-emotional-benefits-of-video-games-metacognition-and-relationships>. Acesso em 09 ago.2021.

ZAMARIAM, Franciela Silva. Literatura em Jogo: **A formação de Leitores Através do RPG**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.



A APLICAÇÃO DA LINGUAGEM DE MODELAGEM UNIFICADA (UML) PARA O SUPORTE DE UM PROJETO DE JOGO

SEGA, Suzane Olivete
BERTI, Michael Pires Berti
LOPES, Ronan Anacleto

RESUMO

A Linguagem de Modelagem Unificada – UML, é uma linguagem de modelagem que fornece uma documentação do processo de desenvolvimento. Neste trabalho abordaremos a linguagem UML na concepção de um determinado jogo de RPG, analisando a contribuição dos diagramas e documentos textuais, como referência e material de pesquisa na elaboração de cada personagem e objetos do jogo. O GDD é um documento que detalha os recursos e elementos do jogo, como temática, mecânicas, plataformas entre outros. A abordagem da pesquisa objetiva desenvolver a partir dos diagramas da UML um mapeamento sistemático dos diagramas para auxiliar no projeto de um jogo. Os diagramas serão escolhidos conforme suas características e aplicabilidade na extensão e variantes no projeto.

Palavras-chave: UML. Diagramas. Jogo. GDD. RPG.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo consiste em uma análise comparativa da UML (*Unified Modeling Language*) e GDD (*Game Design Document*) no desenvolvimento de um determinado jogo de RPG utilizando o *RPG Maker 2003*, o processo e todos os aspectos da criação do jogo, dando ênfase aos diagramas da UML.

Antes da UML existiam vários métodos diferentes para a orientação a objetos, com terminologias, definições de processos e notações próprias. Destacando-se algumas linguagens o método *Booch* de Grady Booch, o OOSE (*Object-Oriented Software Engineering*) de Ivar Jacobson, e o OMT (*Object Modeling Technique*) de James Rumbaugh. Em 1994 Booch e Rumbaugh começaram a unificar seus métodos lançando *Unified Method*; em 1995 Jacobson uniu-se a eles com a finalidade de incorporar o OOSE no escopo inicial do *Unified Method*, que refletiu a mudança do nome para UML.

A UML é uma linguagem de modelagem, possuindo documentos gráficos e textuais, que permitem o entendimento a partir de modelos conceituais, possibilitando sem ambiguidade a construção de modelos precisos. Segundo Bezerra (2007, p. 16)



“ a UML pode ser utilizada para modelagem de sistemas, não importa que linguagem de programação será utilizada na implementação do sistema nem a forma (processo) de desenvolvimento adotada.”

Os *games* tornaram-se nas últimas décadas um objeto de estudo e sua característica em transmitir mensagens faz com que sua importância seja ainda mais forte. De um entretenimento, o jogo passou a ser visto como uma ponte entre o mundo real e o mundo virtual. Nesse sentido, para identificação com o jogador os desenvolvedores propõem sempre aproximar à narrativa dos *games* a cultura e a arte de maneira a reproduzir com veemência a realidade de quem joga.

O GDD é um documento de que descreve ricamente o *design* de um jogo, traz concepção orientadora dos elementos do *game* e recursos, para serem utilizados durante todo o desenvolvimento do jogo. Porém a falta de clareza afeta a forma da apresentação das ideias para o projeto, o que dificulta a comunicação entre os desenvolvedores de *games*.

O presente artigo pretende refletir sobre a possibilidade da utilização da Linguagem de Modelagem Unificada - UML, focando na contribuição dos diagramas e documentos textuais, agindo como facilitador na referência, construção, pesquisa, elaboração dos personagens e objetos do jogo.

Inserido nesse contexto, o presente artigo visa utilizar a UML para demonstrar como pode ser utilizado os diagramas, para projetar os elementos e a interação em um jogo. Nos passos seguintes serão abordados e discutidos os principais elementos que embasam a o presente trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DDG

Novak (2010, p. 374) afirma que o objetivo documento de design do game (DDG) não é vender a ideia do jogo:

Em vez disso, a única finalidade do DDG é ser usado como guia de referência durante o processo de desenvolvimento do game. O DDG concentra - se no modo de jogar, na história, na interface e nas regras do game. Ele deve especificar as regras do game com um nível suficiente de detalhamento para que você, em tese, possa jogar o game sem usar um computador. [...] O documento mudará quase diariamente à medida que o



projeto evoluir. É importante que ele esteja disponível em rede e os membros da equipe de desenvolvimento possam fazer alterações nele a qualquer momento.

O GDD é primordial para o desenvolvimento do projeto de jogo, nas fases do desenvolvimento pode haver ajuste para otimizar o projeto.

2.2 UML

Segundo Bezerra (2007, p. 18) temos que “ a UML é uma linguagem de modelagem visual, ou seja, um conjunto de notações e semântica correspondente para representar visualmente uma perspectiva de um sistema”, tem como objetivo da interpretação sem ambiguidades.

Na UML o diagrama de caso de uso mostra graficamente a interação do ator que interage com o sistema, determinando o ambiente do sistema. Essa interação é demonstrada por uma linha que une os dois elementos da comunicação (BEZERRA, 2007).

A linguagem e as regras da UML permitem criar e ler um modelo bem formado, o que implica que o modelo facilitará a comunicação para a equipe desenvolvedora.

Quando se cria um personagem os atributos psicológicos devem estar bem caracterizado de forma a construir um laço ambiental com o jogador, deve se ater as peculiaridades no desenvolvimento dele (AZEVEDO, 2005).

UML consiste em itens, relacionamentos e digramas, os itens são a base de um modelo, os relacionamentos unem os itens e os diagramas reúnem os itens, embora seja usada em muitas áreas, não possui uma significativa participação na indústria de jogos.

Contudo, pode se descrever vários elementos básicos de um *game*, usando se diagramas da UML. A interação do jogador com o jogo, o comportamento do jogo pode ser descrito através de um diagrama de caso de uso, assim como pode se converter as informações como os objetos, com suas propriedades com as quais o jogador, assim como outros objetos podem interagir através de um diagrama de classes.



A UML é uma linguagem padronizada, usada há mais vinte anos, o projeto de um jogo deve ser um modelo formal e padronizado que permita a equipe se comunicar com eficácia e com colaboração.

2.3 RPG

Temos uma variedade de gêneros de *games*, dentre esses estilos temos o *Role Playing Game*, cuja a sigla é RPG, que em português pode ser traduzido como “jogo de interpretação de papéis”. O RPG é um gênero com narrativas fortes. Segundo Rabin p.131;

Seus jogadores não apenas apreciam uma boa história, mas também esperam por uma. Esse é o lugar onde o ambiente, trama e narrativa bem pensados são integrais para a jogabilidade. [...] os jogadores em geral têm tempo de pensar a respeito e analisar seu próximo passo. Eles querem tomar suas decisões, e querem que suas decisões tenham importância. [...] enquanto desenvolvem e aprimoram sua personagem.

Sendo assim um estilo de *game* com uma história interativa que possibilita a o sentimento de imersão no jogo, onde temos o aprimoramento da experiência do jogador. A imersão no *game* é o motivo de criar-se histórias bem elaboradas com elementos fascinantes, fazendo assim o jogador se tornar parte naquele mundo, fazendo parte daquela história, sendo essa sensação da imersão no game.

3 METODOLOGIA

3.1 METODOLOGIA ADOTADA

Para Aristóteles apud Ceribelli “... aprender é o maior dos prazeres, não só para o filósofo, mas também para o resto da humanidade, por menor que seja a sua capacidade para isto” (2003, p. 47).

O desenvolvimento deste estudo é classificado como pesquisa aplicada, sendo que “objetiva gerar conhecimento para a aplicação prática e dirigidos a solução de problema específicos” (SILVA e MENEZES, 2001, p. 20). O processo desenvolvimento e análise do problema proposto será analisado através da coleta de dados e análise de resultados



3.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Segundo Cerribelli “o pesquisador precisa fazer o levantamento do material necessário à investigação realizando estudo exploratório, para procurar fontes de consulta” (2003, p. 64). Os processos utilizados para obtenção dos resultados do problema proposto, por ser tratar de um estudo de caso, utilizará como técnica a pesquisa e coleta de documentos, bem como, para alcançar a compreensão no sentido de alcançar as respostas as indagações propostas há a necessidade de pesquisa bibliográfica.

Segundo Cervo Bervian (1983, 7^a) apud Pádua (2004, p. 59) documento “é toda base de conhecimento fixado materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova.” O objetivo geral da coleta de documentação é servir de base para a pesquisa bibliográfica.

Obtendo assim conhecimento sob aspectos estruturais e funcionais, bem como, através de levantamento bibliográfico da literatura sugerida, somaremos uma série de informações que podem servir como modelo e contribuir com novas experiências.

4 CONCLUSÃO

Espera-se documentar o *game* usando a UML, para projetar a interação do mesmo. Sendo esse recurso importante para planejar e defini-lo, porque fornecerá uma visão geral da sua construção com o uso do diagrama de classe e o diagrama de uso poder-se-á tomar as decisões corretas pela maior visibilidade do contexto e atingir um resultado melhor.

Com benefício da transparência em todos os seus desdobramentos, compreensão clara e acessível do projeto permite ao desenvolvedor posicionar-se de forma construtiva, dando subsídios para o desenvolvimento do jogo.

5 REFERÊNCIAS



AZEVEDO, Eduardo. **Desenvolvimento de Jogos 3D e Aplicações em Realidade Virtual**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BEZERRA, Eduardo. **Princípios de análise e projeto de sistemas com UML**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CERIBELLI, Marilda Corrêa. Como elaborar uma dissertação através da pesquisa científica. 1ª ed., Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=3haJdQ9KRLEC&printsec=frontcover&dq=marilda+correa+ceribelli+como+elaborar+uma&hl=pt-BR&sa=X&ei=bGLxT9DQFoS69QTtrT3DA&ved=0CDgQ6AEwAA#v=onepage&q=marilda%20correa%20ceribelli%20como%20elaborar%20uma&f=false>>. Acesso em: 01 out. 2021.

NOVAK, Jeannie. **Desenvolvimento de Games**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. Metodologia de Pesquisa: Abordagem teórico-prática. 10ª ed., São Paulo: Papyrus, 2004. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=72nMi8qNRJsC&pg=PP4&dq=elisabete+matallo+marchesini&hl=pt-BR&sa=X&ei=M2TxT-jeJJGe8gTj6vyGAg&ved=0CD0Q6AEwAQ#v=onepage&q=elisabete%20matallo%20marchesini&f=false>> . Acesso em: 01 out. 2021.

RABIN, Steve, **Introdução ao desenvolvimento de games**. Vol. 1. São Paulo: Cengage Learning, 2011.



APLICANDO CONCEITOS DE GAMIFICAÇÃO NO AMBIENTE FAMILIAR COM A UTILIZAÇÃO DAS HEURÍSTICAS DE NIELSEN

MENDONÇA, Rafael Roberto
SOUSA, Pedro Henrique

RESUMO: Atividades cotidianas possuem baixo engajamento do público jovem, O desenvolvimento de um software gamificado para a utilização em ambiente familiar com o intuito de incentivar os jovens, se dará por meio da gamificação, que consiste em aplicar recursos de jogos no dia a dia, mas para tornar este software agradável, é necessário o uso de técnicas de usabilidade, como as heurísticas de Nielsen. Será realizado um protótipo de tela abordando os temas já citados. É esperado ao fim da pesquisa, um protótipo de software que auxilie o engajamento com uma interface agradável e segura.

Palavras-chave: Engajamento. Gamificação. Software. Usabilidade. Protótipo.

1 INTRODUÇÃO

Estar em contato com a tecnologia de alguma forma diariamente é uma realidade atual, Smart Tvs, Smartphones, Computadores e Notebooks são exemplos presentes em nosso cotidiano. Indivíduos de diversas idades possuem acesso a tecnologia, por varios meios distintos. O uso da tecnologia esta presente em nosso trabalho, em nossas casas, até mesmo ao retirar dinheiro de um caixa eletrônico estamos em contato com a tecnologia.

Os jovens em sua grande maioria tem uma relação muito mais proximo com este mundo de tecnologia e consecutivamente relacionados a jogos eletrônicos. A imersão dentro destes jogos envolve de tal forma alguns jovens e ate mesmo adultos, que estes acabam deixando de lado responsabilidades e afazeres, bem como prejudicando muitas vezes o relacionamento com pessoas que vivem com eles.

O uso da Gamificação pode se apresentar como uma forma de auxiliar o comprometimento dos jovens a cumprirem suas responsbilidade e ainda aumentar o envolvimento com outras pessoas.

Ao pensar em atividades cotidianas, temos uma visão de obrigação, um dever, algo que não será divertido ou recompensador, e isso gera pouco engajamento do público jovem, assim tornando um desafio para os pais fazerem com que seus filhos se sintam mais motivados à realizarem atividades de casa.



Para que esta abordagem tenha sucesso, uma aplicação que auxilie os pais a criarem este engajamento de seus filhos com as atividades, contando com uma boa usabilidade que atenda bem as ambos os públicos jovens e adultos pode ser elaborada. O interesse do usuário é uma linha tênue que pode ser fragilizada por problemas de usabilidade. Nesta etapa deve-se trabalhar conceitos como usabilidade interface e o quão agradável é para o usuário utilizar a aplicação.

“Existem três respostas para um design - sim, não e UAU! UAU é aquela que devemos ter como objetivo” (GLASER, 2009, tradução nossa). Para conseguir atender este objetivo serão considerados regras de usabilidade, que garantirão um maior sucesso na construção de um protótipo, que demonstre os principais recursos a serem alcançados.

O presente trabalho tem o objetivo de desenvolver o protótipo de um aplicativos para smartphone, com intuito de Gamificar atividades do dia a dia, criando um ambiente virtual e Gamificado para que os envolvidos possam interagir e controlar atividades a serem realizadas, bem como criar desafios para estas atividades e até mesmo recompensas. Com aplicação de técnicas de usabilidade espera-se criar uma interface amigável que estimule e facilite o uso da aplicação por jovens e Adultos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.1 Gamificação

A tecnologia não necessariamente se limita à área de desenvolvimento da sociedade, podemos utilizar de seus avanços para nosso entretenimento. E um bom exemplo de entretenimento, são os “Jogos”. Seja jogando por meio de consoles, computadores, celulares, ou até mesmo acompanhando um vídeo ou livestream, podemos ter contato com esta área tecnológica.

[...] A intensidade do jogo e seu poder de fascinação não podem ser explicados por análises biológicas. E, é nessa intensidade, nessa fascinação, nessa capacidade de exercitar que reside a própria essência e a característica primordial do jogo (HUIZINGA, 2014, apud SANTAELLA, 2017, p.40).



A Gamificação consiste em transformar algo do cotidiano como fazer compras ou realizar umas tarefas, em atividades mais estimulantes utilizando para isso recursos encontrados normalmente em jogos eletrônicos, com a finalidade de estimular o engajamento em atividades consideradas normalmente maçantes e tediosas.

Este conceito pode ocorrer em diversas áreas sociais, pois, como exemplifica Rogers (2013, p.27) um jogo é uma atividade que requer ao menos um jogador, que tenha regras e deve haver uma condição de vitória. No caso da gameficação, podemos tornar o dia-a-dia das pessoas mais interessantes, já que, uma tarefa rotineira como lavar a louça, pode acabar sendo um desafio a ser concluído com objetivo de alcançar alguma recompensa final.

2.1.2 Heurísticas de Nielsen

Quando se fala de desenvolvimento de softwares, sites e aplicativos, o design não se limita apenas ao visual, ele também abrange a usabilidade. E se apenas a parte visual for levada em consideração, as chances de um projeto falhar são altas, como explica Nielsen (2007, tradução nossa) “Mesmo os melhores designers produzem produtos de sucesso apenas se seus designs resolverem os problemas certos”.

Jakob Nielsen, propôs dez heurísticas para facilitar a projetar uma boa interface que por consequência leva a ter uma ótima experiência. Pois como Nielsen cita:

Ter um bom designer não elimina a necessidade de um processo sistemático de usabilidade. A redução de riscos e a melhoria da qualidade exigem testes do usuário e outros métodos de usabilidade. (NIELSEN, 2007, tradução nossa).

Então, por meio destas heurísticas, o desenvolvimento de uma interface buscará não apenas agradar visualmente, mas também tornando seu uso mais confortável e seguro. É papel do designer desenvolver uma interface onde seu status seja visível, compatível com a realidade do usuário, padronizado de forma que o foco seja o reconhecimento e não a memorização. Ser flexível e eficiente, mas que o usuário seja autônomo durante o uso, apenas lhe oferecendo suporte, caso necessário.



2.2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.2.1 Métodos

Para realização deste trabalho foi realizada a pesquisa em trabalhos anteriores, onde se identificou possíveis áreas ainda a serem exploradas, teve-se como referência principal os trabalhos dos alunos Garcia e Ávila, os quais realizaram abordagens dos temas de gamificação com aplicações de soluções distintas nas áreas de educação e tarefas de casa.

2.2.2 Materiais

Para o desenvolvimento de um protótipo, será utilizado a ferramenta Figma versão 88.1.0, um editor gráfico de vetor e prototipagem de projetos de design, baseado principalmente no navegador web. É uma ferramenta online e gratuita, cujo requisitos mínimos são: Um navegador web (Opera GX versão 79.0.4143.73 utilizado) e um sistema operacional (Windows 10 64-bit utilizado).

2.3 ESCOPO

O escopo inicial deste projeto tem como objetivo abordar a criação de um protótipo de aplicativo para smartphones, onde o usuário poderia se cadastrar, criar seus personagens, um grupo e criar atividades para serem realizadas juntamente com os membros de seu grupo. No jogo, haverá um “Mestre” que gerenciaria desde o grupo de jogadores, missões disponíveis, recompensas e sistema de nível de personagem.

O jogador poderia aceitar missões cotidianas como “Lavar o banheiro” ou “Levar o cachorro para passear”, tudo isso no intuito de completar a missão disponibilizada pelo mestre e assim, receber sua “Experiência” e poder subir de nível, onde por sua vez, poderia ganhar recompensas de nível (gerenciadas pelo mestre) que presenteariam o jogador com pontos para gastar em regalias na loja do aplicativo,



como por exemplo “Ir tomar um milk-shake” ou coisas mais triviais como “+1 hora de videogame” e entre outras infinitas possibilidades.

2.4 RESULTADOS

Com o aplicativo, o foco é principalmente ativar os jovens a serem mais ativos em casa, gerando engajamento para atividades que muitas vezes os mesmos se recusariam a fazer. E, com esse engajamento junto de uma interface confortável, fazer com que a vida em si se torne mais atrativa e divertida.

Essa é uma característica dos jogos que se busca na gamificação, o fato de termos liberdade para sermos o que quisermos e explorar um mundo vasto de possibilidades, torna a vida corriqueira das pessoas em uma grande aventura mesmo fora de um ambiente fantasioso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste trabalho, espera-se criar o protótipo de um aplicativo com uma boa forma de gerar engajamento quanto a ações cotidianas, incentivando e motivando os jovens de uma forma mais atrativa, melhorando a relação familiar.

É importante ressaltar que uma interface agradável e otimizada precisam ser prioridade, para que não haja obstáculos na utilização do aplicativo.

Por meio da gamificação e de boas técnicas de usabilidade, espera-se agradar o público jovem, e também adulto.

4 REFERÊNCIAS

ÁVILA, Matheus Ribeiro. **Aplicativo android para gamificação em ambiente educacional**. 2019. Número total de folhas 45. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas) – Faculdades Integradas do Vale do Ivaí, Ivaiporã, 2019.

GARCIA, Mateus de Freitas. **Desenvolvimento de aplicativo Android para Gamificação no ambiente familiar**. 2019. 47. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas) – Faculdades Integradas do Vale do Ivaí, Ivaiporã, 2019.



MOMA, Gabriel. **10 heurísticas de Nielsen para design de interface**. UX Collective, 2017. Disponível em: <https://brasil.uxdesign.cc/10-heurísticas-de-nielsen-para-o-design-de-interface-58d782821840>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

NIELSEN, Jakob. **The Myth of the Genius Designer**. Nielsen Norman Group, 2007. Disponível em: <https://www.nngroup.com/articles/the-myth-of-the-genius-designer/>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

ROGERS, Scott. Level up um guia para o design de grandes jogos. Editora Blucher, 2013. 9788521207016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521207016/>. Acesso em: 05 out. 2021.

SANTAELLA, Lucia. Gamificação em debate. Editora Blucher, 2017. 9788521213161. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521213161/>. Acesso em: 05 out. 2021.



APP GERENCIAMENTO DE PARTIDAS

JÚNIOR, Osmar Martins
LOPES, Ronan Anacleto
SOUSA, Pedro Henrique

RESUMO

O presente artigo propõe o desenvolvimento de um aplicativo de gerenciamento de partidas, uma ferramenta tecnológica que contribuirá para a aprendizagem desportiva. Na criação do aplicativo será utilizada a Gamificação, para um *app* voltado para o gerenciamento de partidas. O *app* possuirá abas de diferentes tipos de esportes, com data e horário para o agendamento das atividades, sempre levando em consideração as normas do Covid-19 a serem seguidas em cada esporte

Palavras-chave: Gerenciamento. Aplicativo. Esporte. Atividade.

1 INTRODUÇÃO

Do francês temos a palavra *disport*, na Grã-Bretanha em torno do século XV a palavra *sport* foi vista pela primeira vez, mas é somente a partir dos séculos XVIII e XIX que ela é entendida. É nesse momento que aparecem o campo esportivo que hoje conhecemos (BOURDIEU, 1983).

As atividades físicas são praticadas desde a época dos primatas, tendo evoluído de século a século, e elas deram início ao que chamamos de esporte. Há muitos esportes praticados no mundo todo, entre eles estão alguns mais conhecidos como futebol, handebol, vôlei, ciclismo e corrida, mas eles não foram praticados da maneira como vemos hoje, o futebol por exemplo era um esporte praticado no Brasil por volta de 1900, mas somente os brancos e ricos podiam participar, mas logo depois alguns trabalhadores já começaram a praticar o Futebol.

Os muros erguidos em torno do futebol não resistiram a formação das metrópoles brasileiras. Foram demolidos pela massa de trabalhadores que encontrou nesse esporte a essência democrática que lhe era negada em todas as outras áreas. (GUTERMAN, 2009)

O esporte é algo grandioso, que além de fazer muito bem a saúde, também é muito conhecido por fazer as pessoas se conhecerem e se conectarem, algo que melhora a convivência em sociedade. Segundo Fraga *et al.* 2009. p. 32) “o sedentarismo é um mal nem sempre visível que está sempre à espreita e a prática de



caminhadas ou qualquer outra atividade física uma forma de evitar essa ameaça à saúde”

As dificuldades encontradas por quem pratica esportes hoje em dia são: poucas pessoas em busca de diversão por meio de esportes práticos, dificuldade em encontrar grupos para praticar e dificuldade em seguir as normas de segurança do Covid-19.

Na criação do aplicativo será utilizada a Gamificação, que são os princípios dos jogos, onde o usuário se mantém entretido dentro do aplicativo que está utilizando, mesmo que sem perceber. O aplicativo irá conter abas de diferentes tipos de esportes, que conterà data e horário em que serão agendadas as atividades. Na gamificação usamos a estrutura, o estilo e objetivo dos jogos para adequar uma realidade envolvendo o usuário.

Com esse aplicativo se espera alcançar diversos usuários que estão em busca de novas amizades e grupos de treinamento ou diversão, todos em um único local. No mercado temos alguns aplicativos com finalidades similares, mas o diferencial desse é que trará as normas do Covid-19 a serem seguidas em cada esporte, ou seja, a explicação sobre o local seguro para praticar esportes de forma saudável e cuidadosa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GAMIFICAÇÃO

Para o melhor entendimento deste projeto, deve-se compreender o papel da Gamificação e com ela é entendida pelos diversos da área. Neste capítulo será apresentado um breve resumo envolvendo a teoria por trás deste importante conceito.

Gamificação pode ser compreendido como a utilização de mecânica de jogo em circunstância de não-jogo, cujo objetivo é estimular o usuário numa dada situação. “Gamificação tem como base a ação de se pensar como em um jogo, utilizando as sistemáticas e mecânicas do ato de jogar em um contexto fora de jogos” (Fadel *et al.* 2014, p. 15).



A gamificação faz com que os usuários sintam à vontade de realizar algo, mesmo que seu cérebro não queira:

Em comum, os serious games e a gamificação pretendem que, por meio de sua aplicação, os seus usuários “sintam” um impulso de fazer uma tarefa que de outro modo não estariam tão atraídos em realizar. Ou seja, o que se pretende é que os seus usuários se sintam motivados a executar uma atividade sem grandes dificuldades, algo que os jogos normalmente fazem muito bem. (SANTAELLA, 2017, p. 12)

Basicamente a gamificação consiste em aplicar tarefas e recompensas como forma de fazer com que a pessoa (usuário) fique engajada com o aplicativo, assim como pode passar horas jogando, buscando a diversão. Segundo Santaella (2017) a diversão consiste em divertir-se, mas também ao ato de estar interessado e ou entretido em algo.

2.2 APP SIMILAR NO MERCADO

Outros *apps* existentes no mercado já tentam sanar as dificuldades apontadas neste trabalho, porém ainda não contam com recursos atualizados, informando sobre as normas sanitárias de combate a COVID-19

App Agendei Quadras é um aplicativo similar ao aplicativo que estamos desenvolvendo, nele é permitido escolher o local da quadra, agendar e ir jogar, uma funcionalidade interessante dele é que as quadras são pagas, então o usuário deve efetuar o pagamento antecipadamente. Informações disponíveis no site agendeiquadras.com.br.

3 METODOLOGIA

3.1 MÉTODOS

Foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre esportes com o foco em esportes e lazer, as normas do Covid-19 a serem seguidas em cada esporte, assim como os aplicativos sobre agendamentos de partidas que já estão no mercado.

O desenvolvimento do *APP* será realizado com base em conceitos de prototipação, onde assim que iniciado o desenvolvimento, será criado um protótipo



das principais telas e através de *prints* semanais, serão implementados novas funcionalidades e correções.

3.2 MATERIAIS

No desenvolvimento do aplicativo serão utilizadas as seguintes ferramentas: *Visual Studio Code*, *React Native* e *Expo*, vale a pena ressaltar que mudanças futuras poderão ocorrer pelo motivo de que o *app* está em fase de desenvolvimento.

Visual Studio Code que é um *Software* de edição de código gratuito disponível para *Windows*, *Linux* e *MacOs*; a linguagem de programação utilizada será *React Native*, uma biblioteca do *Javascript* criada pelo *Facebook*, utilizada para criar aplicações *Android* e *iOS* (*iPhone OS*) e por fim utilizaremos a ferramenta *Expo*, que é utilizada para acessar as *API's* (*Application Programming Interface*) do smartphone.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Com o desenvolvimento e distribuição deste *app*, espera-se que ocorra um aumento no número de participantes de atividades físicas, ao mesmo tempo que se previna o aumento e disseminação do Coronavírus, ao respeitar todas as normas.

O *App* deverá agradar o usuário, de forma que este busque cada vez mais interações com o aplicativo visando as vantagens e possibilidades ofertadas pelos conceitos de gamificação implementados.

Os resultados esperados serão desenvolver uma ferramenta tecnológica que contribuirá para a aprendizagem desportiva, reunindo pessoas interessadas em atividades em um determinado local, fazendo com que despertem o prazer de realizar atividades físicas, seguindo corretamente todas as normas da covid-19. Apresentar de forma sucinta as reflexões realizadas até o momento, os aspectos relevantes sobre o trabalho e as recomendações que se façam necessárias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



O presente trabalho buscará auxiliar no combate ao sedentarismo principalmente causado pelo isolamento social decretado nos últimos anos. Cabe destacar que o aplicativo se encontra em fase de desenvolvimento, esperamos criar um dispositivo engajador que anime o usuário em novas movimentações de maneira que pratique a atividade desportiva.

Em desenvolvimento futuros, propõe-se que seja concluído o *App* e aplicado a um pequeno grupo de controle, para verificar erros e a usabilidade do mesmo. Ao colher as análises deste grupo, realizar as correções necessárias com o intuito de publicar o *app* em plataformas de distribuição de aplicativos, como a Google Play Store.

5 REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, Pierre. Questões

de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.136-163. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5548726/mod_resource/content/1/WM-Como%20%C3%A9%20poss%C3%ADvel%20ser%20esportivo%20P.%20Bourdieu.pdf> Acesso em: 09 set. 2021.

FADEL, L. M. et al. **Gamificação na Educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014.

FRAGA, A. B. et al. “Sedentarismo é...”: concepções de praticantes de caminhada e a medicalização das práticas corporais. **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. Porto Alegre: Gênese, 2009.

GUTERMAN, M. O futebol explica o brasil. [São Paulo] Editora Contexto, 2009. Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/O_Futebol_explica_o_Brasil/1s1nAwAAQBAJ?hl=pt-BR&qbpv=1&dq=O+futebol+explica+o+brasil&printsec=frontcover> Acesso em: 10 set. 2021.

Santaella, L. Gamificação em debate. [São Paulo] Editora Blucher, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521213161/>>. Acesso em: 10 set. 2021.



DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E SOFTWARE GERENCIADOR EMPRESÁRIAL UTILIZANDO DELPHI

TEZOLIN, Leonardo Afllen
LOPES, Ronan Anacleto

1 INTRODUÇÃO

O Delphi, um poderoso compilador Pascal com várias melhorias significativas para a criação de aplicativos Windows, foi disponibilizado pela primeira vez em 1996. Ele é um sistema de desenvolvimento de software de alto nível com um conjunto de ferramentas integrado para desenvolver aplicativos completos, é uma ferramenta para o desenvolvimento rápido de aplicativos. (KALMYKOV, 2016, p. 3). Hoje ele atua no mercado como uma IDE, um compilador e também é uma linguagem de programação, ele é muito utilizado atualmente para desenvolver softwares voltados para a programação desktop, mas também pode utilizado na programação mobile.

Neste contexto, iremos abordar todos os módulos envolvendo a criação de um software de gerenciamento de viagens de funcionários de uma empresa, onde surgiu a necessidade de ajudar da empresa de facilitar o trabalho e controlar melhor os gastos e os lucros que este departamento possui. Será utilizado a ferramenta Delphi para desenvolver esse sistema visando ter uma melhoria no gerenciamento desta empresa, onde apresentará telas de cadastro, consultas, e módulos fiscais.

2 REFERENCIAL TEORICO

Segundo Rodrigues (2019, p. 25) diz que, algo que o desenvolvedor não pode esquecer é que a facilidade trazida pelo ambiente de desenvolvimento do Delphi, pode criar um entusiasmo e iniciar a criação de sistemas mais complexos, acreditando ser fácil sua realização.

Não se engane, essa ferramenta é poderosa, cria sistemas desde os mais simples até os mais complexos, porém não se deve subestimá-la, pois o Delphi exige um conhecimento aprofundado de sua linguagem, assim como dos seus componentes.



A origem do Delphi vem de uma sincera homenagem a cidade de Delfos, pois os desenvolvedores tinham como objetivo acessar o banco de dados Oracle, surgindo assim a ideia de dar este nome, ou seja, o Delfos que acessava o Oráculo. Ele possui várias edições de desenvolvimento, onde facilmente tem a sua interface editável de acordo com o que o usuário pretende, que está conectada diretamente com o conforto para o desenvolvedor ter uma fácil navegabilidade para acessar as ferramentas.

No Delphi, é muito útil o uso de algoritmos com variáveis, pois podemos adequar algumas operações conforme desejarmos. Cada vez mais, os programas gerados em Delphi deixam de utiliza-las, pois, por ser visual e utilizar objetos tornam-se, em alguns casos, desnecessárias. (Rodrigues, 2019, p. 24-25)

O Delphi tem sido uma das principais ferramentas de desenvolvimento para criar aplicativos para o sistema operacionais Microsoft Windows. Todas as suas funcionalidades são dispostas para o melhor aproveitamento por parte do desenvolvedor, mas é importante que se pesquise sobre elas. O estudo da linguagem, bem como da ferramenta de desenvolvimento, seus componentes nativos e outros que podem ser utilizados, desenvolvidos por terceiros, é essencial e vital para o sucesso no desenvolvimento.

Entretanto, ele é uma ferramenta totalmente nova. Além de usá-lo para trabalhar nos arquivos em linguagem Object Pascal ou Delphi (como a Borland prefere chama-la agora), você pode utiliza-la para trabalhar com outros arquivos usados no desenvolvimento em Delphi, tais como os arquivos SQL, XML, HTML e XSL, bem como nos arquivos de outras linguagens (incluindo a C++ e a C#).

3 DESENVOLVIMENTO

1.1 UTILIZAÇÃO DO DELPHI

O Delphi é uma plataforma de desenvolvimento de software, usado principalmente para se criar aplicações em desktop, utiliza C++ e Object Pascal como linguagens de programação padrão, ele é acessível com os as ferramentas de banco de dados mais conhecidas no mercado atualmente, como por exemplo Oracle,



MySQL, PostgreSQL e Firebird, abrange serviços de aplicações Web e CTI, podendo também ser aplicável para a programação mobile.

Hoje Delphi é utilizado em diversas aplicações de diversos segmentos, tanto no lado cliente como no lado servidor, em aplicações multicamadas e com compatibilidade para diversos bancos de dados. De aplicações médicas, aplicativos para celulares (em Delphi é possível, com um único código, criar aplicativos para Android, IOS e Windows!) passando por estúdios de áudio, modelagem de aplicações geológicas e, até mesmo pesquisa nuclear (afinal, essa é a área do autor do livro!), tudo pode ser desenvolvido em Delphi utilizando sua IDE RAD. (KALMYKOV, 2016).

1. CICLO DE VIDA DE UM SOFTWARE

O ciclo de vida de um software é dividido em alguns grupos: iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e encerramento. O ciclo de vida do software é uma estrutura que representa os processos e atividades envolvidos no desenvolvimento, operação e manutenção do software e, na verdade, cobre todo o ciclo de vida do sistema. Neste ciclo, existem alguns modelos que definem como o software será desenvolvido, lançado, melhorado e finalizado.

Todo projeto é sub dividido em determinadas fases de desenvolvimento. O entendimento dessas fases permite ao time do projeto um melhor controle do total de recursos gastos para atingir metas estabelecidas. (VARGAS, p. 9)

A escolha do modelo definirá a sequência de etapas da atividade, ele é escolhido pelo cliente e pela equipe de desenvolvimento, diversos fatores o afetarão, como negócio, tempo disponível, custo, equipe, etc. A sequência das fases definirá o ciclo de vida do software.

É uma técnica que permite verificar e avaliar os aspectos ambientais e impactos potenciais relacionados a um produto ou serviço, englobando etapas que vão desde a retirada da natureza das matérias-primas (berço) até a disposição do produto final (túmulo). (DELGADO et al.)

Ao longo do ciclo de vida, diversas considerações podem ser feitas, principalmente

- Se as características do projeto tendem a mudar com a conclusão de cada fase do projeto
- Se a incerteza relativa aos prazos e custos tende a diminuir com o término de cada fase

Segundo VARGAS (2014, p. 9) a descrição do ciclo de vida do projeto pode ser genérica, representada por um único gráfico com os grupos de processos, ou detalhada,



incluindo vários gráficos, fluxogramas e tabelas, específicos de cada atividade. Um dos principais aspectos a serem avaliados durante o ciclo de vida do projeto é o nível de esforço. Entende-se por esforço a quantidade de pessoas envolvidas no projeto, o dispêndio de trabalho e dinheiro com o projeto, as preocupações, as complicações, as horas-extras etc. O nível de esforço destinado ao projeto inicia-se em praticamente zero e vai crescendo até atingir um máximo e, logo após esse ponto, reduz-se bruscamente até atingir o valor zero, representante do término do projeto

2. GERÊNCIA DE PROJETOS E LEVANTAMENTO DE REQUISITOS

Gerenciamento de projetos é a aplicação do conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto para atender aos seus requisitos, e a importância dos requisitos no resultado final de um projeto de software é fortemente reconhecida, teorizada e debatida nas áreas de gerenciamento de projetos e engenharia de software. Sabemos que para garantir a qualidade de um software, é essencial que seus requisitos sejam compreendidos. Em outras palavras, como o autor deste livro nos alerta, se não compreendermos os requisitos adequadamente, serão grandes as chances de o software resultante não atingir o resultado esperado.

Segundo VARGAS (2014, p. 5) o sucesso de uma organização depende da compreensão do que um alto desempenho do projeto: projetos concluídos no prazo no orçamento e que atingem os objetivos originais. Uma pesquisa realizada pelo PMI mostra que organizações com alto desempenho em projetos tem o dobro de iniciativas estratégicas realizadas com sucesso (76%), quando comparadas a organização de baixo desempenho (38%).

Além disso, organizações com alto desempenho perdem dize vezes menos dinheiro (US\$ 20 milhões *versus* US\$ 230 milhões para cada US\$ 1 bilhão gasto em projetos.

Os requisitos expressam as características e restrições do produto de software do ponto de vista de satisfação das necessidades do usuário e, em geral, independem da tecnologia empregada na construção da solução, sendo a parte mais crítica e propensa a erros no desenvolvimento de software. (MACHADO, 2016)

A documentação que registra os requisitos necessários para a atender 22às necessidades do projeto. Ele pode ser construídos a partir de requisitos de alto nível, sendo detalhado progressivamente com o projeto. O plano de gerenciamento dos



requisitos do projeto é auxiliar ao plano de gerenciamento de projetos e descreve os procedimentos que serão analisados, documentados e gerenciados através do projeto. (VARGAS, 2014, p. 73)

3. LINGUAGEM UML E ORIENTAÇÃO A OBJETOS

A UML (Unified Modeling Language ou Linguagem de Modelagem Unificada) é uma linguagem visual utilizada para modelar sistemas computacionais por meio do paradigma de Orientação a Objetos. Essa linguagem se tornou, nos últimos anos, a linguagem-padrão de modelagem de software adotada internacionalmente pela indústria de Engenharia de Software.

É uma família de notações gráficas, apoiada por um metamodelo único, que ajuda na descrição e no projeto de sistemas de *software*, particularmente daqueles construídos utilizando o estilo orientado a objetos (OO). Essa definição é um tanto simplificada. Na verdade, para diferentes pessoas a UML tem significados diferentes. (RUMBAUGH, 2005)

A orientação a objetos trabalha com uma notação própria e possui alguns conceitos centrais. Dentre os mais importantes estão as classes, os atributos, os relacionamentos e a herança. Já a linguagem UML possui diagramas próprios.

Deve ficar bem claro, no entanto, que a UML não é uma linguagem de programação, mas uma linguagem de modelagem, cujo objetivo é auxiliar os engenheiros de software a definir as características do software, tais como seus requisitos, seu comportamento, sua estrutura lógica, a dinâmica de seus processos e até mesmo suas necessidades físicas em relação ao equipamento sobre o qual o sistema deverá ser implantado. (GUEDES, 2007,2014)

É uma notação gráfica usada para expressar a análise e criação de projetos de softwares e para comunicá-los a outros. A UML é independente de linguagem, mas destina-se a descrever projetos orientados a linguagem. Ela não é uma metodologia em si: pode ser usada como ferramenta descritiva independente de qual seja seu processo de projeto (CANTÙ, 2003, p. 346)

4. ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE UM PROJETO



O Projeto é um processo formado por um grupo de atividades que são coordenadas e controladas com datas de início e fim, visando atingir um objetivo tendo como aspecto relevante as limitações de tempo, custo e recursos. (PEREIRA, 2010).

Para uma boa implementação de modelagem de projetos, é importante primeiro definir métodos, metamodelos, símbolos e ferramentas. Essas escolhas estão relacionadas, e afetam umas às outras e dependem dos objetivos do projeto de modelagem.

Para evitar surpresas durante a execução dos trabalhos, desenvolver diferenciais competitivos e com isso agilizar o retorno sobre o investimento e a tomada de decisões sobre o planejamento e controle do projeto, otimizar a utilização dos recursos envolvidos e gerar conhecimento para projetos futuros. (PEREIRA, 2010).

É essencial escolher cada um desses aspectos-chave no início de cada projeto de modelagem de processo. Se não houver método, o trabalho dificilmente será eficiente, o que pode fazer com que a equipe pertinente perca tempo e aumente o custo do projeto.

5. PROCESSOS E QUALIDADE DE SOFTWARES

No contexto de desenvolvimento de software, qualidade pode ser entendida como um conjunto de características a serem satisfeitas em um determinado grau, de modo que o produto de software atenda às necessidades explícitas e implícitas de seus usuários. Entretanto, não se obtém qualidade do produto de forma espontânea. Ela tem de ser construída. Assim, a qualidade do produto depende fortemente da qualidade de seu processo de desenvolvimento.

A construção da ontologia de qualidade seguiu o método proposto em [3]. Basicamente, esse método inicia com uma especificação de requisitos da ontologia, na qual são levantadas as suas questões de competência, isto é, questões que a ontologia tem de ser capaz de responder. (DUARTE et al, 2000)

Para avaliar a qualidade, é preciso haver meios de medi-la. Ou seja, é preciso obter uma medida que quantifique o grau de alcance de uma característica de qualidade.



Segundo VARGAS (2014, p. 87) O Plano de Gerenciamento de qualidade é o documento que descreve os procedimentos que serão utilizados para gerenciar todos os aspectos da qualidade do projeto.

No plano, devem estar documentados alguns desses métodos:

- Título do projeto;
- Nome da pessoa que elaborou o documento;
- Requisitos de qualidade;
- Métricas e padrões de qualidade esperados;
- Priorização das mudanças nos quesitos de qualidade e respostas;
- Nome do responsável pelo plano
- Registro de alterações
- Aprovações

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os aspectos mencionados acima, conclui-se que, o Delphi é uma das ferramentas que mais facilita a vida de um programador desktop, pela sua portabilidade e navegabilidade nas construções de layouts, pois ele garante uma boa estrutura de componentes, auxiliando o desenvolvedor a ter as melhores formas de conseguir realizar exatamente o que o usuário lhe pediu sem muita dificuldade.

E também se pode mencionar o fato de que para se criar um sistema do zero é preciso todo um planejamento amplo de todas as tarefas, processos e procedimentos que o projeto terá até que seja finalizado, pois a falta de planejamento pode resultar em riscos fatais que podem futuramente comprometer a vida do projeto, sendo assim devemos seguir todos os passos escritos acima para poder se desenvolver um sistema bem elaborado, organizado e agradável aos olhos do usuário.



4 REFERÊNCIAS

AEDB – ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOM BOSCO. **A metodologia de Análise do Ciclo de Vida, apoiada pelo Software Umberto, como ferramenta de gestão na perspectiva da sustentabilidade: um estudo de caso.** Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/888_ACV%20como%20ferramenta%20de%20gestao.pdf/>. Acesso em 17/09/2021.

CANTÙ, Marco. **Delphi 7 “A bíblia”.** Acesso em 06/10/2021.

DEVMEDIA. **DELPHI EM 10 MINUTOS: Tudo Que Você Precisa Saber para Começar!** Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=aTPgBJj6IRc/>>. Acesso em 15/09/2021.

DEVMEDIA. **Entenda a Delphi Language.** Disponível em: <<https://www.devmedia.com.br/entenda-a-delphi-language/31353/>>. Acesso em: 13/09/2021.

GUEDES, Guilleanes. **UML 2 guia prático.** Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=YEaGDQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA15&dq=linguagem+uml+e+orienta%C3%A7%C3%A3o+a+objetos&ots=rcaoEBJwNf&sig=L3K3f4-fja7zbFgl8yiQadwMmuo#v=onepage&q&f=false/>> Acesso em 20/09/2021.

GUIMARÃES, Frank. **Desenvolvendo sistemas em Delphi:** Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/Desenvolvendo_Sistemas_Em_Delphi/5rVxDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0/>. Acesso em 13/09/2021.

KALMYKOV, Yuriy. **Programação em Delphi para iniciantes.** Disponível em: <http://embarcadero.com.br/wp-content/uploads/2016/10/DelphiProgramming4Beginners_PTBR_1.1.pdf/>. Acesso em 01/10/2021.

MACHADO, Felipe. **Análise e gestão de requisitos de software – Onde nascem os sistemas.** Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/An%C3%A1lise_e_Gest%C3%A3o_de_Requisitos_de_Soft/MYdiDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=LEVANTAMENTO+DE+REQUISITOS&printsec=frontcover/>. Acesso em 17/09/2021.



PEREIRA, Fernando. **Elaboração e análise de projeto – introdução.** Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/elaboracao-e-analise-de-projeto-introducao/> Acesso em 07/10/2021.

PMI PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Um guia de conhecimento em gerenciamento de projetos.** Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/UM_GUIA_DO_CONHECIMENTO_EM_GERENCIAMENTO/hDpnDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1/ Acesso em 20/09/2021.

RESEARCHGATE. **A utilização do Delphi em pesquisas acadêmicas em administração: um estudo nos anais do EnAnpad.** Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana-lkeda/publication/255658144_A_Utilizacao_do_Delphi_em_Pesquisas_Academicas_em_Administracao_um_Estudo_nos_Anais_do_EnAnpad/links/0c96053adc3606ac35000000/A-Utilizacao-do-Delphi-em-Pesquisas-Academicas-em-Administracao-um-Estudo-nos-Anais-do-EnAnpad.pdf/ . Acesso em 21/09/2021.

RESEARCHGATE. **Uma ontologia de qualidade de software.** Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ricardo-Falbo/publication/238130316_Uma_Ontologia_de_Qualidade_de_Software/links/5499437c0cf2d6581aafe8f6/Uma-Ontologia-de-Qualidade-de-Software.pdf/ . Acesso em 21/09/2021.

VARGAS, Ricardo. **Manual prático do plano de projeto utilizando o PMBOOK Guide.** Acesso em 02/10/2021.

VERAS, Manoel. **Gestão dinâmica de projetos.** Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Gest%C3%A3o_Din%C3%A2mica_de_Projetos/e4eiDAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=projetos&printsec=frontcover/ . Acesso em 21/09/2021.



COMPARANDO ENGINES

DARÉ, Ariel Brunke
LOPES, Ronan Anacleto
Sousa, Pedro Henrique

RESUMO: Com a evolução da tecnologia, vêm surgindo cada vez mais ferramentas que nos auxiliam em diversos projetos na área da tecnologia. auxiliam em diversos projetos na área da tecnologia. Porém junto com tantas opções surge o questionamento: qual será a mais apropriada para minha situação? Portanto, com o objetivo de facilitar nessa decisão importante, será feito um jogo simples de apenas uma fase, usando duas *engines* de programação: o Java e o *Game Maker*. O objetivo será comparar as duas tecnologias por meio de testes manuais, verificando diferenças entre cada uma no desenvolvimento de um mesmo jogo, realizando um levantamento das características de cada tecnologia, seus pontos fortes e fracos.

Palavras-chave: *Engine*. Java. *Game Maker*.

1 INTRODUÇÃO

No mundo de hoje, as mídias de entretenimento digital são feitas pela sua maioria por meio da programação, e os jogos, por exemplo, são uma delas. Seguindo nessa linha, existem diversas linguagens de programação, com seus diferentes benefícios e diferenças entre elas, então já que existem muitas linguagens ou ferramentas propícias para os mais diversos projetos, é possível escolher a que melhor se encaixa no que se deseja fazer num jogo por exemplo.

Hoje em dia, os Video-Games vem sendo uma forma extremamente lucrativa no meio da programação, e sendo assim, surgiram diversos *softwares/ferramentas* que facilitam na criação dos mesmos. Segundo Marques(2021), chamamos essas ferramentas de criação de jogos de *Engines*, que são softwares que possuem uma linguagem para programar e diversas ferramentas e bibliotecas para ajudar no desenvolvimento de um jogo.

Levando em conta os pontos retratados anteriormente, será proposto um jogo que será desenvolvido utilizando as tecnologias Java e *Game Maker*, analisando-as como diferentes *engines* para o desenvolvimento de jogos eletrônicos. Java é uma



linguagem extremamente famosa e usada no meio da programação, que não é limitada a somente o mundo dos games, apesar de ser mundialmente conhecida por ser a engine usada para criar *Minecraft*, e o *Game Maker*, uma engine feita exclusivamente para a criação e desenvolvimento de jogos, mais precisamente os 2D (duas dimensões), a qual tem vários jogos famosos feitos nela, como *Undertale*, *Katana ZERO*, *Deaths's Gambit*, etc.

É esperado um jogo simples, de uma fase, que tenha funções o suficiente para provar certos pontos que são: facilidade de programar, desempenho, compatibilidade, dentre outros, e que se tenha uma boa noção do potencial dessas duas linguagens.

A importância de saber os conceitos dessas duas linguagens, e o que cada uma dela é, e como funcionam, é grande, portanto, serão descritas algumas informações técnicas que podem auxiliar na compreensão deste projeto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

É essencial compreender elementos técnicos que envolvem essas ferramentas de desenvolvimento, Java e Game Maker, analisando por meio de livros e artigos, as diferentes visões sobre o assunto.

JAVA

Segundo Peter Jandl Junior(2021), autor do livro JAVA: Guia do Programador, falando um pouco da sintaxe do Java, ou seja, como é a escrita do código da *engine*, ele pontua:

(...)Java tem uma sintaxe e estrutura relativamente simples, o que torna uma linguagem de programação única. Segundo a Oracle, "Java não apenas permeia a internet, mas é a força invisível por trás de uma muitas aplicações e dispositivos que movem nosso dia a dia. De celulares a dispositivos portáteis, jogos e sistemas de navegação, até soluções de e-business, o Java está em todo lugar"!(JANDL,Cap 1.3, 2021)

De acordo com Diego Feijó (2020) que desenvolveu um *framework* para Java para facilitar a criação de jogos nessa *engine*, no desenvolvimento de jogos em Java, suas dificuldades se mostram na própria complexidade de se aprender a linguagem e conseguir usá-la, como também nas ferramentas que a IDE possui para a criação de jogos.



GAME MAKER

Passando a falar um pouco do *Game Maker* e que tipo de engine ele é, Heverton Santos Queiroz(2012) confirma que:

(...)É uma engine completa por possuir todos os sub motores padrões e um grande número recursos. O *Game Maker* possui o recurso *drag-and-drop* (arrastar e soltar), que converte os comandos em ícones a sua própria linguagem de programação embutida. (QUIROZ,p.32,2012)

O autor do trabalho “Guia de desenvolvimento de jogos para programadores independentes”, Luís Miguel Dias Fernandes (2015), afirma que desenvolver jogos eletrônicos, assim como qualquer outro software, no geral, demanda um processo grande e complexo, que deve haver organização e boa gestão dos recursos, o que nem sempre acontece nesse procedimento.

3 DESENVOLVIMENTO

Materiais e Métodos

O presente trabalho será desenvolvido com base no estudo das ferramentas propostas e sua comparação de forma prática, registrando os pontos positivos e negativos de cada processo de desenvolvimento realizado e como descrito anteriormente, serão utilizados como ferramentas a plataforma Game Maker e a linguagem Java.

É preciso possuir um bom conhecimento das duas linguagens, e já está tendo um domínio do Java, com experiência para criar a janela, personagem de teste e movimentação a ele. Está sendo usada a versão 1.8, pela IDE(*Integrated Development Environment/Ambiente de Desenvolvimento Integrado*) Eclipse, em sua versão 2020-06 (4.16.0), Build id: 20200615-1200, além de ser gratuita para o uso, isso vale também para todas as suas bibliotecas.

O módulo de *Game Maker*, será necessário comprar o *software* para que se possa usá-lo de maneira oficial. A versão que se pretende utilizar é o Game Maker Studio 2, que possui o custo de 169 reais e 99 centavos na plataforma de vendas Steam, mas possui uma versão de teste de graça, para utilizar por 30 dias.



Assim será possível por meio de testes manuais, ou seja, programando, fazendo *debugs*, resolvendo problemas e como cada linguagem vai lidar com estes problemas, analisando recursos disponíveis, estudando a linguagem da *engine*, dentre outras coisas, para que se tire conclusões sobre quais as qualidades de cada uma dessas linguagens.

RESULTADOS ESPERADOS

Produzir um mesmo jogo nas duas *engines*, e que ele tenha uma magnitude suficiente para que possam ser mostrados os pontos citados anteriormente para que se possa comparar as duas opções que estamos trabalhando.

Fazer um levantamento das características de cada linguagem utilizando a metodologia explicada, além de identificar situações em que uma ferramenta seria melhor ou pior que a outra, com base no estudo realizado

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se busca ao final desse projeto, identificar os pontos fortes e fracos de cada ferramenta quanto a sua utilização como *engine* de desenvolvimento de jogos eletrônicos, para que assim, crie-se um parecer quanto a essas tecnologias, facilitando para que futuros projetos possam escolher com mais exatidão, qual ferramenta melhor satisfará suas necessidades.

5 REFERÊNCIAS



FEIJÓ, Diego. **JTiled2D: uma biblioteca para desenvolvimento de jogos 2D em perspectiva top-down na linguagem Java**. 2020. 64.p , Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/218118/Diego%20Feij%c3%b3%20-%20jTiled2D.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 08 set. 2021.

FERNANDES, Luís.M.D. **Guia de desenvolvimento de jogos para programadores independentes**. 2015, 110.p .Trabalho de Mestrado – Instituto Superior de Engenharia do Porto, Porto 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/47142749.pdf> Acessado em: 10 set. 2021

GRILLO, Guilherme. 5 Jogos Incríveis Feitos no GameMaker. **Blog Danki Code**. 2019. Disponível em: <https://blog.dankicode.com/jogos-incriveis-feitos-no-gamemaker/> Acesso em: 05 out. 2021

JUNIOR, Peter.J. **JAVA: Guia do Programador**. Edição 4.Rua Luis Antônio dos Santos 110-02460-000 – São Paulo, SP - Brasil: Novatec Editora Ltda, 2021, 462.p. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=6hcuEAAAQBAJ&pg=GBS.PP1.w.0.0.0.3> Acessado em: 10 set. 2021

MARQUES, Marcio. **GAME ENGINES COM PROGRAMAÇÃO VISUAL PARA DESENVOLVIMENTO DE GAMES 2D**. **WarpZone**, 2021 Disponível em: <https://warpzone.me/game-engines-com-programacao-visual-para-desenvolvimento-de-games-2d/> Acesso em: 05 out. 2021.

QUEIROZ, Heverton.S. **Desenvolvendo Jogos Com O Game Maker**. 2012. 76.p, Trabalho de Conclusão de Curso– Universidade Estadual do Sudoeste Da Bahia, Vitória da Conquista - BA, 2012. Disponível em: <http://www2.uesb.br/computacao/wp-content/uploads/2014/09/DESENVOLVENDO-JOGOS-COM-O-GAME-MAKER-heverton-santos-queiroz.pdf> Acesso em: 08 set. 2021.





**GRUPO: TECNOLOGIAS
DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NAS
ORGANIZAÇÕES**



SOFTWARE DE FACILITAÇÃO AO ATENDIMENTO – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).

ANDRADE, Felipe Teixeira
ADONI, Kethelyn Martins

RESUMO: Quando falamos sobre o CRAS, ele não utiliza muito de marketing e de segmentações de mercado porque ele é uma organização pública que utiliza de recursos públicos para auxiliar o público-alvo. Espera-se que esse projeto seja útil não apenas agora por conta do SARS-COV-19, para não haver aglomeração, mas sim para quando acabar essa pandemia. Fizemos esse projeto para otimizar o processo de atendimento do CRAS, muitas pessoas vão lá com as mesmas perguntas em filas com outro tipo de problemas que precisam ser resolvidos o quanto antes, até mesmo pessoas idosas que não podem se aglomerar e ficar tempo na fila por questões de saúde.

Palavras-chave:

Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Benefício de Prestação Continuada (BPC).

ARS-CoV-2 (conhecida como COVID-19).

1 INTRODUÇÃO

Como diagnóstico realizado, pode-se observar um meio de facilitação mais ágil para o atendimento mais seguro e rápido para a diminuição e usuários se deslocando até o CRAS para sanar algumas dúvidas ou ser feito um agendamento para que possa usufruir do atendimento.

De acordo com estudos mais aprofundados na prática sobre o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), podemos entender que o CRAS é uma instituição pública sem fins lucrativos da prefeitura, no qual a sua função é ajudar os beneficiários do Cadastro Único, por meio de recursos como por exemplo o bolsa família, realizando a entrega de cestas básicas, auxiliando com a impressão da segunda via de documentos, fazendo também visitas pela profissional Assistente Social, com o intuito de fazer um acompanhamento para ajudar quando necessário, um exemplo de benefícios é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), para o público mais carente. Nesse sentido, vale lembrar também que, em função da pandemia do COVID 19, o CRAS também ajudou muitas pessoas na realização do cadastro para receber o benefício do auxílio emergencial.



Devido sua importância, principalmente entre pessoas mais carentes, e em função das dificuldades ocasionadas pelas medidas de restrição e distanciamento devido à pandemia do COVID19, foi observada uma necessidade de uma ferramenta facilitadora, visto que os serviços eram de extrema importância para as famílias carentes e não poderiam ser paralisados, apesar das restrições dos atendimentos presenciais. Com base nessa problemática, foi sugerida uma solução para o CRAS, que seria um aplicativo de software para facilitar tanto para pessoas de pouca idade quanto idosos para que possam sanar suas dúvidas ou fazer o agendamento para utilizar os serviços do CRAS e não precisar se deslocar até o CRAS, com isso as dúvidas poderiam ser sanadas com poucos clicks no aparelho celular.

2 DESENVOLVIMENTO

Os encontros que são feitos no CRAS afetam as equipes e as famílias, permitindo ou não a circulação de intensidades, criando deslocamentos e interferências. Esse campo de afetamento é possível porque os corpos e tudo o que existe se constituem tanto pela potência (intensivo), quanto pelo conjunto de relações que os compõem (extensivo), por partes que se modificam de maneiras infinitas. Estas partes integram nossa subjetividade e se exprimem nas relações que estabelecemos, desfrutando de dimensões distintas, diferenciando-se entre si. Assim, somos todos compostos por partes extensivas, relações e graus de potência que sofrem constantes variações intensivas. Somos, conjuntamente, capazes de afetar e de ser afetados, igualdade e singularidade, momento e eternidade, dispostos em um plano de imanência no qual não sabemos de que afetos somos capazes.

Atualmente nas organizações faz-se necessário a estimulação dos profissionais para um pleno conhecimento, direcionando-os para um diferencial estratégico, competitivo e de sucesso. Aumenta-se a necessidade da geração de informações e que elas sejam úteis e significativas para que promovam o aprendizado individual e organizacional, produzindo assim melhores resultados (CHIAVENATO, 2009).

De acordo com Milkovick e Bourdreau:

Desenvolvimento é o processo de longo prazo para aperfeiçoar as capacidades e motivações dos empregados a fim de torná-los futuros



membros valiosos da organização. O desenvolvimento não inclui apenas o treinamento, mas também a carreira e outras experiências (MILKOVICK E BOURDREAU, 2000, p. 338).

O CRAS tem uma função que é tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e com isso ele necessita de recursos para fazer isso acontecer e com os recursos pode-se dizer que o setor de marketing do CRAS busca informar o pessoal de todas atualizações possíveis para que a população fique bem informada sobre as atualizações do CRAS.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos a grande importância que o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) possui no município pois é um trabalho desempenhado com dedicação e qualidade, objetivando melhor atender o outro, de acordo com suas necessidades. E com a conclusão que temos seja de um aplicativo para facilitar nesse tempo de SARS-COV-19 e no andamento do serviço dos funcionários, pois a intenção desse aplicativo é agilizar o atendimento aos usuários do CRAS, já que a tecnologia está avançada e cada vez mais presente. Ressaltamos que o App não irá facilitar somente o atendimento dos usuários do CRAS, mas sim de toda a população de São João do Ivaí que busque esclarecimentos sobre os procedimentos do CRAS.

4 REFERÊNCIAS

Apresentar todas e somente as obras citadas no texto.

As referências devem ser elaboradas de acordo com a NBR:6023 da ABNT.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. 34.ed. Tradução de ..., Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRASIL. **Código Penal**. 2016. Disponível em: <link>. Acesso em: 31 jan. 2017.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: 3a edição, 2009.

MILKOVICK, George T., BOUDREAU, Jhon W. **Administração de RH**. Editora Atlas, 2000.

PEDROSO, Altemir. A educação no Brasil. **Propagare**, Guarapuava, v. 6, n. 2, p. 100-125, jul./dez. 2016.





UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE FUNDAMENTALISTA NA AVALIAÇÃO DE EMPRESAS COMO UMA FERRAMENTA DE APOIO AO INVESTIDOR DO MERCADO DE CAPITALIS.

PIMENTA, Edmilson Batista Sarto
BARBOZA, Samuel Gorriz

RESUMO: O presente trabalho visa apresentar uma cartilha para os novos investidores do mercado de capitais, pois o mesmo se encontra em crescimento considerável nos últimos dois anos, principalmente na bolsa de valores brasileira. Com isto por meio de uma amostragem por conveniência, será exposto a como realizar uma análise fundamentalista que ajudará os novos investidores a entender seus indicadores e as operações que ocorrem diariamente, além de fornecer algumas dicas de ferramentas que poderão ampará-lo em sua análise para efetuar suas transações com uma base sólida e estratégias que diminuirão suas perdas se utilizadas corretamente.

Palavras-chave: Análise Fundamentalista, Mercado de Capitais, Bolsa de Valores, Indicadores, Investimentos.

1 INTRODUÇÃO

O presente resumo é parte da elaboração de um artigo pensando no Mercado de Capitais, que mostra um crescimento de aproximadamente 300%, de acordo com a B3 (Bolsa de Valores Brasileira), tendo seu maior desenvolvimento a partir de 2018; trazendo a necessidade para os novos investidores de uma extensa avaliação de suas decisões.

Tendo isto em mente surgiu a preocupação dos autores de instruir aos novos investidores a como realizar suas decisões no Mercado de Capitais diante de tantas ofertas e dados:

O resumo apresentado busca abordar as principais questões a serem levadas em consideração ao realizar uma análise fundamentalista de uma empresa em que há o interesse de investir seu capital a fim de ter um retorno no curto, médio ou longo prazo de acordo com a estratégia empregada e a finalidade do capital investido.



Primeiramente abordaremos sobre o macro ambientes em que a empresa possa estar inserida e o quais eventos devem ser acompanhados pois os mesmos geram um grau de influência na empresa observada, e como se preparar para o impacto que isso pode trazer em seus investimentos.

Após tratarmos sobre os macroambientes será a vez de observarmos os diversos setores econômicos que a empresa pode estar inserida e os seus sinais que devem ser atentados pelo investidor e como reagir de acordo com suas oscilações.

2 DESENVOLVIMENTO

O conhecimento sobre o tema análise fundamentalista, além de vasto encontra-se disperso em muitas publicações, sendo assim, para a produção do artigo foi realizado uma escolha por conveniência dos autores José Kobori autor do livro Análise Fundamentalista (2019), dos escritores Carlos Alberto Debastiani e Felipe Augusto Russo, os quais publicaram o livro Avaliando empresas investindo em ações (2008), além de Thiago Nigro autor da obra Do Mil ao Milhão (2018).

De acordo com Kobori (2019) para não correr ou pelo menos atenuar os mesmos riscos, o primeiro passo para quando uma pessoa decide alocar suas economias em um investimento, encontra-se a análise de toda a esfera do investimento, o qual é composto pelos ambientes macroeconômico, setorial e da empresa em observação.

O estudo de todos os âmbitos se mostra fundamental, pois distingue as influências que afetam os resultados da empresa, sendo assim quanto maior e mais minucioso for o exame dos fatores que revestem a empresa, superior será a chance de acerto, assim como para Nigro (2018, p.145) "quando estudamos os fundamentos das empresas, podemos ter maior segurança de que estamos fazendo bons negócios".

Desta forma foi criado uma cartilha para auxiliar na avaliação de empresas seguindo os princípios da análise do ambiente, setor de atuação, seus fundamentos e indicadores, levando em consideração acordo o pensamento dos autores escolhidos para a amostragem.

2.1 Análise do Ambiente Macroeconômico



A economia interfere diretamente no valor de uma organização, pois segundo Kobori (2018, p.04) “Todas as pessoas e empresas estão sujeitas à influência das políticas macroeconômicas globais e nacionais”, sendo assim é importante sua análise antes de tomar a decisão de onde alocar seu capital.

Muitos indicadores financeiros são responsáveis pelas alterações no cenário econômico de uma nação, como a inflação, taxa de juros, taxa de câmbio, a balança comercial, entre outras. De acordo com Kobori (2018) essas variáveis ditam o ritmo de eventuais mudanças nas empresas, pois a taxa de juros expressa o valor pago pelo empréstimo do dinheiro, o câmbio define os custos para exportação e importação, a inflação reflete o queda no poder de compra da moeda afetando nas a renda da população, seu consumo e conseqüentemente as vendas das empresas.

2.2 Análise Setorial da Empresa

Efetuada a análise macroeconômica, recomenda-se que seja realizada uma avaliação setorial, a qual busca estudar e comparar os setores que compõem a economia, seja ele primário, secundário e terciário.

No sistema econômico as empresas estão subdivididas em setores, subsetores e segmentos. Ao se realizar um investimento em determinada empresa é indicado que se observe qual é a situação em que encontra-se o setor ao qual a mesma pertence, procurando

[..] avaliar qual o seu estágio de crescimento: é um setor já maduro e se mantendo? Em declínio ou em forte expansão? As rentabilidades dependem dessas avaliações. Por exemplo, a indústria de fumo é um setor que já atingiu sua maturidade e está em declínio, e a expectativa é que existam cada vez menos consumidores para seus produtos, pois há uma forte campanha em toda a sociedade que desestimula novos consumidores, além de diminuir os atuais. Já a indústria de energia renovável e limpa está em forte expansão e deverá crescer nas próximas décadas KOBORI (2018, p.08).

Sendo assim, de acordo com Kobori (2018), é importante que o investidor analise a taxa de crescimento do setor, comparando com o índice do Produto Interno Bruto (PIB), já que pode haver problemas no setor quando o mesmo não acompanha o PIB, além da averiguação da barreira de entrada de concorrentes externos, questões de regulação e fiscalização e qual a perspectiva do setor para o futuro.

Conhecendo as forças e fraquezas de cada setor, o investidor pode filtrar quais os melhores negócios disponíveis tanto para o curto prazo quanto para um longo período de tempo.



2.3 Análise da Empresa

Ao analisar uma empresa procura-se observar seus indicadores, já que os mesmos possuem influência direta no seu processo de geração do resultado, bem como do desenvolvimento da companhia, além de mostrar a real situação da empresa.. Os dados a serem observados se subdividem em indicadores de balanço e indicadores de mercado.

2.3.1 INDICADORES DE BALANÇO

De acordo com a fala de Debastiani e Russo (2008, p.79), os indicadores de balanço “são aqueles que utilizam apenas informações contidas nos balanços trimestrais e nos demonstrativos de resultado do exercício (DRE), e, por essa razão, mantêm-se inalterados até que a empresa divulgue um novo balancete”.

Com os dados advindos de um balanço patrimonial é possível se apurar vários indicadores, diante disso a seguir elencamos alguns dos principais a serem analisados.

- **ROE (RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO)**

Este indicador apresenta a rentabilidade da empresa em relação ao seu patrimônio, sendo obtido por meio da divisão entre lucro líquido e patrimônio líquido do período contábil apurado pela empresa.

- **VPA (VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO)**

Para calcular o valor patrimonial de cada ação, utilizamos o montante do patrimônio da empresa dividido pela quantidade de ações disponíveis da mesma, com isso obteremos o valor patrimonial da ação ou VPA.

- **RPL (RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO)**

Este indicador RPL pode ser auferido por meio da divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido da empresa, pois para Debastiani e Russo (2008, p.83) “Considera-se para o cálculo desse indicador o Lucro Líquido apurado num período de 12 meses e o valor do Patrimônio Líquido atual.

- **GE (GRAU DE ENDIVIDAMENTO)**

O índice de endividamento é capaz de mostrar qual a dívida total da empresa em comparação com seu ativo, já que seu cálculo é feito pela divisão do passivo pelo ativo.



- **MB (MARGEM BRUTA)**

Calculada através da divisão do lucro bruto pela receita líquida, este indicador representa a eficiência do setor produtivo da empresa sendo este a diferença entre as vendas e o seu custo de produção.

- **MB (MARGEM LÍQUIDA)**

A margem líquida pode ser encontrada pela divisão do lucro líquido pela receita líquida. Este indicador revela quanto realmente a empresa consegue gerar de lucro em relação a sua receita total.

2.3.2 INDICADORES DE MERCADO

Conforme apresenta Debastiani e Russo (2008, p.79) os indicadores de mercado “são aqueles que utilizam informações de balanço e dados do mercado em seu cálculo, o que faz que seu valor se modifique todos os dias pela influência dos elementos oriundos do mercado, que é atualizado diariamente. Segue abaixo principais indicadores de mercado:

- **P/L (PREÇO SOBRE O LUCRO POR AÇÃO)**

Uma das principais perguntas que o investidor faz, é de como saber quando uma ação está barata, nesse sentido o P/L indica a relação do valor de mercado da empresa com o seu lucro apresentado. lucro, ou seja pode auxiliar na análise de preço de uma empresa, seu cálculo é feito tomando o preço da ação e dividindo-o pelo LPA da empresa.

- **P/VPA (PREÇO ATUAL SOBRE VALOR POR AÇÃO)**

O P/VPA é obtido pela divisão do preço atual pelo VPA, sendo que se seu resultado for menor que 1 o preço atual está abaixo do preço real, se juntar este fator com demais avaliações que indiquem a valorização da empresa, a mesma é uma candidata forte para ser investida. Mas se o valor do cálculo for maior que 1 significa que a ação está sendo negociada por um valor maior que o seu preço real, podendo representar que o mercado está acreditando na empresa.

- **PSR (ÍNDICE DE PREÇO EM RELAÇÃO ÀS VENDAS)**



O índice PSR é encontrado pela divisão do preço atual da ação pela receita líquida por ação. Esse indicador está diretamente ligado à receita da companhia, ou seja, seu volume de vendas.

- **EBITDA (LUCRO ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO)**

Este indicador é um pouco mais complexo, tendo como objetivo medir a capacidade de geração de caixa da empresa e a performance do administrador. De acordo com Debastiani e Russo (2008, p.98) este indicador “É utilizado para eliminar fatores externos à atividade da empresa, que podem mascarar os lucros”.

Conforme Kobori (2019, p.67)

Para encontrar o EBITDA é só somar ao lucro operacional constante na demonstração de resultados do exercício as despesas com juros, depreciação e amortização, conforme a própria nomenclatura define. Como é um indicador amplamente utilizado pelo mercado, muitas empresas já publicam o indicador.

- **DIVIDEND YIELD**

Segundo Nigro (2018) o *dividend yield* representa qual o percentual que uma empresa paga de dividendos em relação ao preço de sua ação. Para seu cálculo deve-se dividir o valor de dividendos pagos em determinado período, pela cotação da ação e posteriormente fazer a multiplicação por 100.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investir seu capital na bolsa ou em qualquer outra negociação de ativos financeiros é importante realizar uma análise fundamentalista, a qual trará diversos dados permitindo que o investidor faça uma previsão aproximada do mercado e com isso aportando seu capital de maneira estratégica reduzindo os riscos de seu capital sofrer perdas e conseguindo um resultado melhor no final da operação.

É importante sempre elaborar uma análise completa dos dados da empresa estudada, evitando levar em conta apenas um diagnóstico isolado, pois se assim for feito mesmo que este fator isolado esteja mostrando um resultado bom, o mesmo não apresenta o quadro geral da empresa, o qual, para ser executado é necessário uma vista de todos os dados, agrupando-os no fim para se chegar a uma conclusão próxima ao que seja esperado.



Sendo assim, mesmo com a compreensão correta dos dados obtidos é improvável prever completamente o mercado, por isso é de extrema importância a tomada de estratégias de prevenção como a reserva de emergência, diversificação de capital entre outras diversas técnicas que podem ajudar a diminuir os riscos de seus investimentos.

O estudo ou resumo busca por meio dos autores apresentados, criar uma trilha de conhecimento por meio de uma cartilha aos que buscam uma primeira inserção no mercado de capitais amparado em uma análise fundamentalista.

4 REFERÊNCIAS

B3 divulga estudo sobre os 2 milhões de investidores que entraram na bolsa entre 2019 e 2020. B3, 14 de dez de 2020. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/investidores.htm. Acesso em: 06/10/2021.

DEBASTIANI, Carlos Alberto; RUSSO, Felipe Augusto. Avaliando Empresas, Investindo em Ações. São Paulo: Novatec, 2008.

KOBORI, José. Análise Fundamentalista .Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2019. 9788550808239. Disponível em [:https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550808239/](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550808239/). Acesso em: 06 out. 2021.

NIGRO, Thiago. Do mil ao milhão: sem cortar o cafezinho. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.



GERAÇÃO ALFA NO FUTURO DAS ORGANIZAÇÕES

MARQUES, Jéssica Gabriele Ribeiro

RESUMO: Este estudo de caso apresenta o conceito de Geração Alfa, composta por indivíduos nascidos a partir de 2010, com o objetivo de demonstrar como esta parcela da população irá afetar o destino e a maneira de trabalho das organizações do mundo inteiro. Estas mudanças adentro das organizações demonstram um caráter importante ao moldar a maneira como as mesmas se comunicam com as diversas gerações que compõem seu quadro de colaboradores. Tais modificações de personas se dão pelo desenvolvimento das pessoas no cenário em que vivem, sendo esta evolução impulsionada pelos contextos tecnológicos, sociais, econômicos e políticos.

Palavras-chave: Geração Alfa. Tecnologia. Futuro das Organizações.

1 INTRODUÇÃO

O rápido desenvolvimento da informação e da tecnologia, especialmente na existência da internet e seus vários sites e o conteúdo adentro deste universo de conectividade, tem causado uma mudança de mentalidade e comportamento na sociedade. Essas mudanças são demarcadas por classes genealógicas, cada qual tem a sua característica e personalidade, se diferenciando nos métodos em que lidam com problemas, em como se comunicam, e como se desenvolvem. De acordo com Tapscott (2009) existem pelo menos cinco tipos destas gerações, os Baby Boomers, X, Y, Z e Alfa.

Todas as semanas, cerca de 2,5 milhões de pessoas nascem como Geração Alfa, estes que também podem ser nomeados como nativos digitais, pois desde o seu concebimento eles têm fácil acesso ao ambiente virtual por meio de *computadores, notebooks, tablets e smartphones*.

Da mesma forma que as classes genealógicas se moldaram de acordo com o contexto tecnológico, as organizações também vêm adaptando sua maneira de trabalhar e pensar para receber tais pessoas de diferentes faixas etárias em seu quadro de colaboradores, principalmente a que vamos colocar em evidencia neste estudo de caso, a geração Alfa.



O objetivo deste trabalho, é iniciar uma possibilidade de considerar características dos nativos virtuais no ambiente de trabalho que frequentaram, e como as empresas irão lidar com tais pessoas neste âmbito, como forma de estimular a produção de conhecimento inerente ao assunto.

Este estudo de caso foi pautado em pesquisas bibliográficas, coletadas por meio de artigos, livros e materiais sobre o tema retratado. O método referencial é o procedimento de pesquisa monográfica, na qual se busca o domínio de um determinado assunto. Neste artigo, as características da pesquisa bibliográfica são descritivas, registrando, analisando e correlacionando fatos de pesquisa. As buscas de materiais são realizadas nas bases de dados dos portais de periódicos Scielo e Google Acadêmico.

2 DESENVOLVIMENTO

A palavra “Geração” se seguida literalmente significa que é formada por pessoas nascidas no mesmo período, porém, ela pode ser interpretada de uma maneira mais eficaz, que seria um grupo de indivíduos que foram adaptados no mesmo determinado espaço de tempo tendo o mesmo tipo de influência política e cultural do período em que vive.

De acordo com Tapscott (2009), existem pelo menos cinco tipos de geração que podem ser identificadas. Em primeiro lugar, temos os Baby Boomers, que nasceram entre 1946 a 1964, logo após, podemos observar a geração X, nascida entre 1965 a 1980, em terceiro temos a geração Y, nascidos em 1981 a 1994, em seguida, temos a geração Z que foram os que nasceram 1995 a 2010, e temos a população dos dias atuais, a Geração Alfa, que engloba as pessoas nascidas a partir de 2011 a 2025.

A geração dos tempos atuais teve este nome por conta de pesquisas feitas pelo especialista em dados Mark McCrindle e sua equipe na Austrália, sendo a designação Geração Alfa classificada como a mais apropriada para a classe genealógica. Alfa é a primeira letra do alfabeto grego e significa o primeiro de uma série de itens ou categorias (OXFORD).

Estes nativos digitais tem como característica principal a sua conectividade com o ambiente virtual, pois foram inseridos prematuramente neste contexto de tecnologia e inovação, este fato impactou toda a geração Alfa em uma grande expansão. Eles já



nascem sabendo usar equipamentos eletrônicos como *Smartphones*, *Tablets*, *Notebooks* e computadores.

Segundo a pesquisa etnográfica de Barkowitz (2016) há alguns atributos que devem ser levados em consideração sobre os nativos digitais, como:

- Não gostam de compartilhar suas economias;
- São ágeis em tarefas com tecnologia;
- Apresentam certa dificuldade com atividades que envolvam papéis;
- Não gostam de regras;
- Não ligam para privacidade;
- Fogem de qualquer forma de restrição;

Com base nos parâmetros acima, podemos considerar que a geração alfa é a que tem mais habilidades pessoais e desafios, pois a influência da tecnologia poderá fazer com que eles cresçam rapidamente, contudo, poderão encontrar impasses em relação a sua vida pessoal e em sua mentalidade.

Nesse cenário, são pessoas que utilizarão da tecnologia como uma facilitadores na potencialização do tempo, não somente na educação, mas também no mercado de trabalho. Tal desenvolvimento tecnológico interfere na comunicação e forma de aprendizagem, concedendo aumento da capacidade de pesquisa e visão crítica, sendo, portanto, uma geração caracterizada pela instrução e educação (OLIVEIRA, CRUZ, 2016).

Para as organizações, ter estes membros em seu time é um grande desafio, pois há a necessidade de implementação de recursos tecnológicos em sua estrutura organizacional.

Fica evidente que haverá um cenário novo para as organizações, com desafios em vários aspectos. Será fundamental construir novas formas de se relacionar com colaboradores e consumidores, abraçando valores como práticas e reconhecendo, mais do que nunca, que é preciso ir além de uma abordagem única para todos. (CISP-INTERCAMBIO, 2021)

É indubitável que as organizações terão que reinventar para receber os alfas, sendo que processos que seriam por meios físicos terão que ser repensados e aplicados de uma maneira mais ágil e tecnológica, fazendo com que o trabalho seja mais eficaz e abrangente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Apesar de ser um tema que vem ganhando autoridade na literatura atual, podemos considerar que a geração alfa é um assunto pouco estudado e que as fontes para pesquisa estão escassas. Este fato, nos dá a consciência que há territórios ainda inexplorados a respeito deste assunto, e nos dá a possibilidade de colaboração teórica a respeito do tema.

Por meio desta pesquisa, podemos observar que o ambiente organizacional precisará passar por mudanças significativas para poder atender e transmitir desenvolvimento para esta geração atual. É necessário que a empresa saiba usufruir das benfeitorias da tecnologia para motivar seus colaboradores fazendo com que o ambiente que estes estão inseridos seja favorável para o compartilhamento de conhecimento, bem como o aproveitamento das habilidades dos nativos virtuais.

4 REFERÊNCIAS

Barkowitz, D. **13 Things to know about the Alpha Generation: The newest generation has nopurchasing power yet, but will soon take over the world.** 2016. Disponível em: www.adage.com. Acesso em: 18 set. 2021.

Berkowitz, D. **13 Things to know about alpha generation.** 2016. Disponível em: <http://www.adageindia.in/digital/digitalnext/13-things-to-know-about-the-alpha-generation/articleshow/50761673.cms>. Acesso em: 18 set. 2021.

INTERCAMBIO. Já ouviu falar da geração Alpha? Entender este grupo é crucial para o futuro das empresas. 2021. Disponível em: <https://cispintercambio.com/2021/07/15/ja-ouviu-falar-da-geracao-alpha-entender-este-grupo-e-crucial-para-o-futuro-das-empresas/> Acesso em: 18 set. 2021

LIMA, Y. K.; CAVICHIOLI, F. A. **O PERFIL E A INFLUÊNCIA DE CADA GERAÇÃO ATUANDO NA MESMA ORGANIZAÇÃO.** 2019. Acesso em: 30 ago. 2021.

MCCRINDLE, M. **Generation Alpha: Mark Mccrindle Q & A With The New YorkTimes.** 2015. Disponível em: <http://mccrindle.com.au/the-mccrindleblog/tag/youth/>. Acesso em: 18 set. 2021.

OLIVEIRA, V. A.; CRUZ, B. de P. A. **Geração alfa e as possibilidades de futuras pesquisas em marketing.** 2016. Disponível em: <http://ocs.espm.br/index.php/simposio2016/C2016/paper/view/33>. Acesso em: 30 ago. 2021.

OXFORD. **LEXICO.** 2021. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/>. Acesso em: 02 out. 2021.



Ramadhani, A. K.; Wibisono, M. **VISUAL LITERACY AND CHARACTER EDUCATION FOR ALPHA GENERATION. 2017.** Acesso em: 30 ago. 2021.

REIS, T. A. **Study on The Alpha Generation And The Reflections of Its Behavior in the Organizational Environment. 2019.** Disponível em: . Acesso em: 30 ago. 2021.

Tapscott, D. **Grown up digital: How the net generation is changing your world. 2009.** Acesso em: 18 set. 2021.

THOMAS, M. R.; MADIYA; SHIVANI. **Customer Profiling of Alpha: The Next Generation Marketing. 2020.** Disponível em: . Acesso em: 30 ago. 2021.



O WHATSAPP BUSINESS COMO FERRAMENTA DE VENDAS: UM ESTUDO DE CASO EM EMPRESA FAMILIAR DE PRODUÇÃO DE LEITE E QUEIJO

CAETANI, Kaio Eduardo Gordiano

RESUMO: O trabalho tem por objetivo a aplicação da ferramenta WhatsApp Business em uma pequena empresa familiar de produção de leite e queijo. Buscou-se, por meio de uma intervenção administrativa, mensurar os resultados da aplicação deste recurso aliado ao uso de ferramentas de gerenciamento na empresa, visando o aumento da produtividade e lucratividade. Para isso, foi-se realizado uma intensa revisão da literatura, bem como pesquisa de campo na empresa em questão. Notou-se que o uso de ferramentas tecnológicas juntamente com organização é capaz de trazer grandes benefícios às empresas.

Palavras-chave: Gestão. Tecnologia. Resultados.

1 INTRODUÇÃO

Em pequenas propriedades e principalmente em cidades menores, a produção de leite e queijo têm importante papel na geração de renda às famílias. Muitas vezes, a população não dispõe de um mercado de trabalho adequado, recorrendo à agricultura familiar para o provimento do seu sustento. Dessa forma, é imprescindível que exista atenção ao gerenciamento, para que o negócio permaneça organizado, produtivo e rentável. Engana-se quem pensa que pequenos negócios não precisam de gerenciamento.

No que concerne a produção de leite, Lustosa (2008 apud NASCIMENTO, 2008) salienta que sua cadeia produtiva é uma das mais robustas do país, sendo que foram produzidos 20 e 23 bilhões de litros de leite em 2004 e 2007, respectivamente, alcançando um faturamento que chegara a 273 milhões de dólares. A cadeia do leite, diferentemente da cadeia automobilística, por exemplo, ainda não mostra sinais significativos de uma gestão orientada à estratégia e desempenho da cadeia no todo, pois ainda são muito centradas nas próprias organizações que optam por gestão independente.

Como já exposto, é essencial que se desenvolva boas ferramentas de gestão, e um dos pontos mais marcantes dentre as práticas utilizadas por empresas bem sucedidas, é a utilização de um plano de negócios, que identifica os pontos fortes e



fracos das empresas e enumeram todos os requisitos e prazos que devem ser cumpridos para que suas propostas se concretizem (SILVA, 2004, p. 18).

2 DESENVOLVIMENTO

O agronegócio e a agricultura familiar são sem dúvidas o que movimenta a economia do mundo e fornece o sustento de toda a sua população. Desde os tempos mais remotos o homem usa do cultivo para prover a sua subsistência, sendo que atualmente, a agricultura se modernizou e dispõe de grandes interações tecnológicas. As empresas que atuam nesse ramo precisam acompanhar esse avanço para não ficarem obsoletas, podendo, conseqüentemente, sofrerem enormes prejuízos.

Dessa feita, em se tratando de produção de queijo e leite, importante se atentar na quantidade e agilidade das ordenhas, buscando formas de otimizar a produção, na qualidade dos refrigeradores e do controle de produção de queijos, bem como ter a disposição meios de comunicação para auxiliar no contato com fornecedores e clientes.

O WhatsApp é um aplicativo de trocas de mensagens criado no Vale do Silício e lançado em 2009. Foi adquirido pelo Facebook e em 2016 havia alcançado a marca de 2 bilhões de usuários. O aplicativo WhatsApp, usado por micro e pequenas empresas como ferramenta de facilitação no processo de compra de um produto ou serviço, permite uma maior praticidade para aqueles que desejam visualizar o que deseja em imediato, possibilitando que a empresa envie a ele uma imagem do produto de pretensão de compra sem necessitar que o consumidor se desloque até a loja física, tornando mais rápido e eficaz este processo de compra, além de permitir, também, a obtenção de informações pelos consumidores que procuram tirar dúvidas sobre um produto ou serviço, ou até mesmo como forma de exposição de novos produtos ou promoções da empresa. (GOULART et al. 2019, p. 46 apud AQUINO et al. 2014).

Qualquer projeto de intervenção administrativa requer intensa organização, bem como a aplicação de conhecimentos sólidos em sua gestão para alcançar o sucesso. A primeira questão que se destaca consiste na discussão sobre o que realmente corresponde ao sucesso de um projeto. Percebe-se que não existe uma resposta clara e bem-aceita por todos sobre quais critérios definem se um projeto



obteve sucesso ou não. As áreas tradicionalmente consideradas como fatores críticos de sucesso (FCSs) no gerenciamento de projetos são: prazo, custo, escopo e qualidade (JUNIOR E CARVALHO, 2009, p. 69 apud DINSMORE, 1998; GRANOT, 1997; PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2008).

A gestão de projetos assiste a demandas de escopo, tempo, custo, qualidade e bom relacionamento com o cliente. O sucesso na gestão de um projeto está relacionado ao alcance dos seguintes objetivos: entrega dentro do prazo previsto, dentro do custo orçado, com nível de desempenho adequado, aceitação pelo cliente, atendimento de forma controlada às mudanças de escopo e respeito à cultura da organização (CONFESSOR et al. 2013, p. 3 apud PMI, 2000). Dessa feita, admissível notar que o gerenciamento de projetos é essencial, assim como, pode ser aplicado em diversas áreas ajudando a planejar todo o trabalho que será realizado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento, este trabalho permitiu reflexões consideráveis acerca da importância de se utilizar meios tecnológicos nas empresas e de suas implicações na realização de vendas. Outrossim, possibilitou compreender o quanto o uso de ferramentas de gerenciamento é capaz de aumentar a organização, a produtividade e a rentabilidade, contribuindo para o crescimento da empresa. Restam algumas análises, pesquisas e estudos para consolidar o conhecimento adquirido, todavia, inegável que o trabalho já contribuiu consideravelmente à nossa formação.

4 REFERÊNCIAS

CONFESSOR, K.L.A; SANTOS, B.V.P; GOUVEIA, R.E.C. A importância da gestão de projetos na gestão de estoques. **Revista de Casos e Consultoria**, João Pessoa, PB, v.4, n.4, p.1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/21958/13076>. Acesso em 24 set. 2021.

GOULART, R.D; BORBA, G.A.S; SILVA, E.A; PRADO, R.A.D.P. O uso do WhatsApp como ferramenta mercadológica no segmento de supermercados. **Revista Navus**, Florianópolis, SC, v.9, n.3, p.41-54, jul./set. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/mathe/Downloads/846-5249-2-PB.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021



JUNIOR, R.R; CARVALHO, M.M. Gestão de projetos inovadores em uma perspectiva contingencial: análise teórico-conceitual e proposição de um modelo. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, SP, v.6, n.3, p.63-78, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79149/83221>. Acesso em 01 out. 2021.

LUSTOSA, Dejar Marcelo Senke. **Medição de desempenho na cadeia produtiva do leite: proposta de cesta de indicadores estratégicos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração e Negócios, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

SILVA, João Braz da. **O Uso de Ferramentas de Gestão Empresarial como Fator de Sucesso dentro das Empresas - Um Estudo de Caso**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.



O COMPORTAMENTO DO NEUROMARKETING NA CONTEMPORANEIDADE DO MARKETING 4.0 DIANTE AS REDES SOCIAIS.

ANDRADE, João Marcos da Silva

RESUMO: Em seguimento a tantas mudanças no mercado contemporâneo, este estudo tem o objetivo de debater e discutir o papel das pesquisas neurocientíficas e os estímulos que levam o cliente a compra relacionada aos métodos publicitários utilizados no contexto da indústria e marketing 4.0 que se reestrutura do tradicional para o digital de maneira inovadora e ágil. Esta sapiência se propõe, ainda, a estabelecer as funções e propriedades das ferramentas do marketing digital presentes nas redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter, TikTok, entre outras) como o *copywriting* que por meio da persuasão está sendo cada vez mais utilizado como um método para atrair o comprador utilizando apenas uma redação atrativa e o uso de influenciadores digitais que usufruem da sua imagem para exercer influência e liderança para potenciais clientes de uma marca por intermédio da internet. Procuramos apontar os principais segmentos estratégicos utilizados pelo marketing no contexto digital 4.0 relacionados com os estudos de neuromarketing, pois é visível a instiga que as técnicas neurocientíficas fazem perante o consumidor e, diante dessa observação, oportunizou-se a ideia de realizar um estudo diante a temática, já que a mesma não possui muitos materiais disponíveis para análise. Foram utilizados como metodologias de pesquisa artigos científicos relacionados ao tema proposto e pesquisas quantitativas por meio de formulários eletrônicos buscando, de maneira simples e clara, defender as ideias do reconhecido como “guru do marketing” Philip Kotler, o Psicólogo behaviorista, inventor e filósofo Burrhus Frederic Skinner, o Filósofo fundador da Escola Peripatética e do Liceu, Aristóteles e do Instituto Brasileiro de Neuromarketing e Neuroeconomia (IBN) que é voltado para a compreensão das influências que afetam o comportamento do consumidor com base nos estudos em Neurociência aplicada.

Palavras-chave: Indústria 4.0, Marketing, Neuromarketing, Marketing 4.0, *Copywriting*, Influenciadores Digitais.

1 INTRODUÇÃO



Este estudo surge numa altura em que o paradigma do marketing se renova, reestrutura do tradicional ao digital, onde segundo Torres (2018, p. 28), “a revolução digital sozinha não explica tudo o que está ocorrendo na sociedade, e que afeta o consumidor, sua empresa, conseqüentemente a ciência do marketing”, O consumidor, com menor tempo para a compra e maior acesso a informações por meio das redes sociais faz com que seja necessário o reposicionamento das estratégias mercadológicas tradicionalmente utilizadas.

De acordo com a ideia de Torres (2018, p.30),

O foco do próprio consumidor deixou de ser as mídias e passou a ser as pessoas que tivessem informação útil e relevante para sua decisão de consumo. Com o foco nas pessoas, e não mais na mídia, hoje os consumidores estão mais interessados nas histórias de outros consumidores, em se relacionar com eles, e em ler o que outras pessoas comuns escrevem, criam ou produzem.

As organizações que previamente centralizaram seus afincos de comunicação, na mídia (televisão, rádios, carros de som, banners, entre outras), neste momento, se comunicam propriamente com os consumidores. Em seguimento a recolocação de parâmetros da mercadologia perante a grande mudança, os critérios do *copywriting* que se refere a um aparato de vendas (Perez, 2018) é um requisito que busca por meio da persuasão conquistar o cliente de maneira simples, clara e direta.

Segundo Vaz (2014), “a *copy* não fala à cabeça, a *copy* fala ao coração. As pessoas não compram com a razão. A razão só valida o que a emoção já comprou”. Deter-se de uma marca com notoriedade é um grande diferencial no mercado contemporâneo e para conquistar a influência ante o consumidor as instituições encontraram um novo aliado, os estudos e ações plausíveis do neuromarketing que de acordo com Lugo (2020),

[...] pode ser considerado como uma evolução e uma nova tendência de marketing. O que, ao mesmo tempo, implica o desenvolvimento de novas metodologias para a compreensão do funcionamento do cérebro, a fim de buscar uma explicação para processos-chave para a tomada de decisão sobre o consumo de produtos e serviços que permitam a concepção e implementação de estratégias de posicionamento. É considerada uma disciplina moderna em que a neurociência e o marketing se convergem.



O uso do apelo emocional é muito utilizado no marketing e na publicidade com o intuito de criar estímulos que provoquem reações emocionais no receptor, cliente. Apesar de possuímos um sistema racional e um emocional, está provado que o emocional prevalece sempre sobre o outro no que toca a decisões (Skinner, 1974/1976).

É notório que o cenário do mercado está se reconstruindo cada vez mais rápido, indubitavelmente são recorrentes pelas mudanças dos sistemas impactados pelas tecnologias ativas, internet, este fenômeno Castells (1999) caracteriza como “sociedade em rede”, deste modo, os profissionais de comunicação enfrentam o desafio de lidar com os consumidores cada vez mais exigentes e com expectativas diversas.

Conseqüentemente ao posicionamento de Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p. 133),

Profissionais de marketing precisam se adaptar a essa nova realidade e criar marcas que se comportem como pessoas – acessíveis e amáveis, mas também vulneráveis. Devem se tornar autênticos e honestos, admitir suas falhas e parar de tentar parecer perfeitas. Movidas por valores básicos, as marcas centradas no ser humano tratam os consumidores como amigos, tornando-se parte integral de seu estilo de vida.

A diferença entre marketing e neuromarketing é que enquanto um recolhe dados, informações que tendem a ser oportunizados e aplicados nos diversos negócios atuais, faz o processo de planejamento e execução do mix de mercado, preço, praça, produto e promoção, constitui-se da função gerencial que busca garantir satisfação nas trocas com a intenção de gerar valor ao cliente, o outro exhibe resultados encontrados por meio de dispositivos neurais, conectando a coleta de informações com a ciência, exibindo resultados firmados através de uso de técnicas da neurociência que podem ser analisados criteriosamente e se juntada com as pretensões críveis do *copywriting* tendem a atingir um engajamento crescente no marketing digital atuante nas redes sociais conquistando um relacionamento quantitativo e qualitativo entre marca e consumidor tornando-o advogado da marca (Kotler, 2017).

Este estudo segue dividido inicialmente com a contextualização do marketing digital introduzido no mercado 4.0 onde são utilizadas as redes sociais juntamente



com os influenciadores digitais como estratégias de negócio. Subsequentemente, serão analisados os estudos científicos do neuromarketing e seus posicionamentos diante os comportamentos dos consumidores no decorrer do processo da compra de um produto ou serviço dando ênfase nos parâmetros inovadores do *copywriting*.

Espera-se resultados valorativos perante o posicionamento do marketing digital e inovador na contemporaneidade. A perspectiva expectável perante o estudo, mesmo com a dificuldade e ausência quantitativa de materiais na área do conhecimento no idioma brasileiro é contribuir com futuros alunos, pesquisadores, profissionais que buscam agregar conhecimento ao tema e instituições que prezam por um desempenho verossímil em suas vendas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 RELAÇÃO ENTRE O MARKETING 4.0 E OS INFLUENCIADORES DIGITAIS

A Indústria 4.0 inclui uma ampla gama de sistemas de tecnologias avançadas, mudando, em grande escala, as estratégias de marketing e as inovações que o acompanham, possuindo a capacidade de aumentar o valor das ações mercadológicas e promover o diferencial de antagonismo sustentável das organizações. Também batizada como a 4ª Revolução Industrial, possui uma repercussão significativa na produtividade aumentando a eficiência do uso de recursos e o desenvolvimento de produtos em grande escala. O mercado muda instantaneamente, sem interrupções agendadas. Seus direcionamentos, padrões, tendências estão em evolução constante, escoltando os costumes, práticas e condutas do público consumidor, sobretudo, na era digital, tecnológica, veracidade no mundo pós-moderno caracterizado pela multinacionalização do capitalismo, onde, segundo Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p.12), “o papel dos profissionais de marketing é guiar os clientes por sua jornada desde o estágio de assimilação até se tornarem advogados (defensores ou embaixadores) da marca”, em face a contemporaneidade mercadológica que se reestrutura continuamente.

Ao datar dos primórdios do século XX, o marketing vem progredindo sua orientação, ausentando-se de uma colocação centrada no produto e conduzindo-se a um foco canalizado no cliente, levando em consideração o ser humano em si



e segue em conformidade com o posicionamento de Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p.20), após afirmar que “hoje vivemos em um mundo totalmente novo. A estrutura de poder está passando por mudanças drásticas. A internet, que trouxe conectividade e transparência às nossas vidas, tem sido em grande parte responsável por essas transformações.”

Sequenciado as ideias de atualização da mercadologia e observando os críveis benefícios que a internet, o contexto on-line, atribuiu com as plataformas e ferramentas ao marketing digital, o qual possui a finalidade de aumentar a produtividade compreendendo as sequências utilizadas pelo consumidor na era da internet das coisas, em conjuntura com o Marketing 4.0, que “descreve um aprofundamento e uma ampliação do marketing centrado no ser humano para cobrir cada aspecto da jornada do cliente” (Kotler, Kartajaya e Setiawan, 2017, p.13) é irrecusável as mudanças metodológicas perante as atividades publicitárias e projetos dos profissionais marketólogos.

Afirma Torres (2018, p.24), “se é difícil se esconder dessa revolução digital, mais difícil ainda é ignorar seu crescimento e a influência na sociedade e nos consumidores. Se antes ignorar o mundo online era contraproducente e perigoso, agora é fatal para o seu negócio”. As inovações detêm-se da capacidade de acréscimo de valor no negócio propiciando diferenciais competitivos sustentáveis a uma organização.

O ciclo de inovação ágil (Silva; Minciotti, 2021), de acordo com os contextos do marketing 4.0, deixa explícito a necessidade de satisfazer o cliente para que tenha a capacidade de influenciar outros consumidores, pois perante a diversidade de mudanças, é necessário a ajuda recíproca entre o público interno e externo construindo uma conectividade social, os mesmos acreditam na experiência pessoal, no fator social e a apresentação destas colocações por meio das redes sociais tendem a unir o comprador com marca. Cabe salientar que os avanços das tecnologias e estratégias mercadológicas geram impactos nas organizações, além de, com a ajuda das redes sociais, ajustarem a relação consumidor/fornecedor entrando em cena a utilização de ferramentas do marketing digital e seus benefícios.



A utilização do marketing digital é aplicada em uma localização diferente do tradicional devido o mesmo divulgar a imagem de uma organização através da utilização da internet sendo conceituado por Gabriel (2010, p. 104 apud Cruz e Silva, 2014), “o marketing que utiliza estratégias em algum componente digital no marketing mix - produto, preço, praça ou promoção”.

Observa-se que as estratégias de marketing digital têm se posicionado como eficazes em muitos negócios, tanto para aqueles totalmente online, como para os que utilizam de diversas plataformas de atendimento, cruzando o varejo físico com a loja virtual e a medida que este conceito de interação avança, progride as exigências dos clientes diante o relacionamento com as empresas.

Segundo Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p. 69), “o papel mais importante do marketing digital é promover a ação e a defesa da marca”, impulsionando resultados e, interligado com o posicionamento dos mesmos autores, as ações que mais tendem a credibilizar o reconhecimento, procura e compra de determinada empresa são as conversas espontâneas presentes nos diversos ciclos sociais onde os consumidores ao decidir qual marca escolher, tendem a seguir os passos de seus equivalentes com a intencionalidade de se protegerem das falsas alegações de marca ou de campanhas publicitárias astutas, usando seus sistemas sociais para construir sua fortificação.

Em sequência ao posicionamento da Indústria 4.0, é averiguado a credível utilização de influenciadores digitais que utilizam de sua imagem para exercer influência e liderança para potenciais clientes de uma marca por intermédio da internet como estratégia de marketing nas mídias e redes sociais, unindo o posicionamento de relacionamento entre marca e consumidor juntamente ao contexto de linguagem internetês que conforme Marinho (2021),

Nas plataformas digitais os internautas podem desenvolver conteúdos criativos, partilhar informações, falar sobre suas experiências, expor opiniões sobre diversos assuntos, descrever seus gostos por determinado produto ou serviço, entre outras possibilidades. Alcançando desta forma, um grande número de visualizações e interações em suas publicações.



Os métodos comunicativos que tendem a vendas introduzidos nas redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter, TikTok, entre outras) já se tornam essenciais nas campanhas de marketing e publicidade no intuito de atingir públicos específicos e impulsionar conteúdos estratégicos.

O conceito de confiança do consumidor não é mais vertical. Agora é horizontal. No passado, os consumidores eram facilmente influenciados por campanhas de marketing. Eles também buscavam e ouviam autoridades especialistas. Entretanto, pesquisas recentes em diferentes setores mostram que a maioria dos consumidores acreditam mais no fator social (amigos, família, seguidores do Facebook e do Twitter) do que nas comunicações de marketing. A maioria pede conselhos a estranhos nas mídias sociais e confia neles mais do que nas opiniões advindas da publicidade e de especialistas [...]. (Kotler, Kartajaya e Setiawan, 2017, p. 27)

Perante os estudos buscados, é visível a importância do usufruto dos *Digital Influencers* (influenciadores digitais) no atual contexto do marketing digital que por meio de vídeos, publicações visuais e escritas, *lives*, entre outras variedades de ferramentas presentes nas redes sociais, vem de encontro com o posicionamento de Marinho (2021) que afirma que “os resultados dessas ações afetam positivamente a imagem das empresas que acabam por ganhar mais visibilidade na internet e, conseqüentemente, retorno sobre os investimentos (vendas)”, entretanto, gerando assim, a união entre o “útil ao agradável”.

2.2 NEUROMARKETING E SUA INFLUÊNCIA NA INDÚSTRIA 4.0

É fato que nas últimas décadas o homem vem sendo avistado sobremodo a partir de suas condições biológicas, sociológicas e psíquicas, sendo caracterizadas como seus modos de ser e viver, ainda que tais determinações venham sendo ora negligenciadas, ora negadas com afinco. (Junior, 2018).

Assim como o mercado contemporâneo, as estratégias de marketing, administração e seus diversos contextos em relação a gestão, as ações neurológicas, psicológicas e seus derivados vêm sendo estudados com maestria e competência para conquistarem retornos plausíveis que contribuam de maneira eficiente no desenrolar de projetos científicos que se interligam com os setores de



saúde, econômico, administrativo, educacional, entre outros, recebendo a nomenclatura de neurociência.

A neurociência compreende o estudo do sistema nervoso e suas ligações com toda a fisiologia do organismo, incluindo a relação entre cérebro e comportamento. O controle neural das funções vegetativas - digestão, circulação, respiração, homeostase, temperatura -, das funções sensoriais e motoras, da locomoção, reprodução, alimentação e ingestão de água, os mecanismos da atenção e memória, aprendizagem, emoção, linguagem e comunicação, são temas de estudo da neurociência. (Ventura, 2010)

Em vigência ao posicionamento e atuação da neurociência é crível citar a colocação das áreas administrativas que utilizam dos mesmos para agregar fortificação aos aparatos de vendas. Reconhecido como neuromarketing, constitui-se da “aplicação de *insights* da neurociência e da psicologia para a criação de *designs* mais eficazes” (Bridger, 2019, p. 20), que buscam como finalidade atrair os consumidores às compras e os influenciarem a se tornarem defensores da marca ou serviço.

Concordante com Lugo (2020),

O neuromarketing busca, com pesquisa, maior precisão sobre desejos, gostos, motivações e necessidades de compra dos consumidores, a fim de segmentar o mercado com maior segurança e traçar um planejamento estratégico mais adequado em relação aos produtos e serviços, seu posicionamento, preço, comunicação e canais.

O marketing, na perspectiva da neurociência, pesquisa as emoções dos consumidores de acordo com seus hábitos de consumo, respostas estas referentes aos diferentes estímulos fornecidos por anúncios realizados pelo setor de comunicação publicitária. Muitas de suas decisões se concentram em sentimentos puramente subjetivos e são deixadas a seus critérios, visto que estão ligados às centelhas sensoriais que são ativadas no momento do consumo.

Sua aplicação tende a recolher respostas diante algumas interrogações relacionadas ao comportamento dos clientes durante a procura e aquisição de produtos ou serviços, ou seja, estuda a mente do consumidor.



Do exposto, pode-se considerar a definição de neuromarketing como uma aplicação de técnicas neurocientíficas que buscam compreender a dinâmica do cérebro em face aos estímulos do marketing, o mesmo é considerado a filosofia da gestão, de acordo com a qual os objetivos organizacionais são alcançados na medida em que são identificadas as necessidades e desejos do público consumidor de maneira em que o satisfaça.

2.3 COPYWRITING, ESTRATÉGIA BENÉFICA À VENDA

Tradicionalmente estudada, a Revolução Industrial, atualmente, progride em grande velocidade e veracidade para acompanhar as mudanças benéficas relacionadas aos contextos econômicos e sociais. Acompanhando tamanhas evoluções, são visíveis os aperfeiçoamentos relacionados às técnicas de marketing, publicidade e afins, que buscam sanar a sede e necessidade de aumentar o consumo dos bens produzidos, além de conquistar um nicho de mercado diante de um grande percentual de concorrentes existentes, sendo necessária a utilização de novas técnicas que possam agir sobre as motivações inconscientes do público, conhecida como *copywriting*.

Segundo Maccedo (2018),

[...] *copywriting* diz respeito a fazer o uso das palavras corretas para se comunicar com um público-alvo, ao intuito de conduzi-lo a uma tomada de decisão. Esse método de escrita aplica as regras de persuasão para influenciar e conduzir alguém a ações específicas.

Os principais livros e sites americanos definem *copywriting* como 'o ato de escrever textos para fins publicitários ou outras formas de marketing'. O trabalho chamado *copy* é um conteúdo composto para aumentar a influência de uma marca e, finalmente, persuadir uma pessoa ou grupo a tomar uma determinada decisão.

Doravante do *copywriting*, pode-se formular brochuras, *outdoors*, catálogos, folhetos, anúncios em geral, cartas de vendas, roteiros comerciais, postagens em redes sociais e nos variados métodos de comunicação de marketing.



Os profissionais que trabalham com o *copy*, conhecidos como *copywriter*, ainda em seguimento com Macedo (2018),

O *copywriter* utiliza técnicas específicas, com palavras certas para construir uma argumentação que despertará no leitor a vontade de fazer uma escolha. Essa escolha pode ser a de concordar com uma ideia, entrar em contato com uma empresa, solicitar um orçamento, assinar um *newsletter*, ou diretamente efetivar uma compra.

Em conformidade com os significados expostos anteriormente, pode-se interligar com o posicionamento sobre retórica defendida pelo filósofo Aristóteles (350 A.C., apud FERREIRA, 2019, p. 15),

[...] Para você persuadir e influenciar as pessoas, precisa precisa construir *Ethos*, sua Credibilidade. [...]
[...] Para a “persuasão completa”, além de Credibilidade, precisa criar *Pathos*, ativar as emoções. [...]
[...] Ative a emoção correta, e seu cliente escolherá você, o seu produto, e a sua solução.
E agora ele precisa justificar sua escolha.
Logos. [...]

Entretanto, o uso de uma palavra correta que possa ativar um gatilho mental, “temperos” (Ferreira, 2019, p. 6), emoções, induz a uma associação e ação positiva eficaz do consumidor em torno das organizações, sendo um fator decisivo de sucesso de qualquer comunicação estratégica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os estudos realizados e informações retidas, é crível posicionar, de maneira inovadora, a colocação entre a relação do marketing digital, teorias confirmatórias da neurociência juntamente com as técnicas de *copywriting*.

Tais ligações, após uma estratégia plausível lançada perante uma finalidade específica, podem ser inseridas aos trabalhos dos influenciadores digitais



que podem usufruir da retórica verbal nas redes sociais fazendo com que os consumidores se sintam confortáveis e engajados com as organizações.

4 REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip, **Marketing 4.0: Do tradicional ao digital**. – Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, Philip. **Os 10 pecados mortais do marketing - Sintomas e Soluções** – Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

TORRES, Cláudio. **A bíblia do marketing digital: Tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar** – São Paulo: Novatec Editora Ltda., 2019.

BRIDGER, Darren. **Neuromarketing – Como a neurociência aliada ao designer pode aumentar o engajamento e influência sobre os consumidores**. – São Paulo: Autêntica Business, 2019.

FERREIRA, Gustavo. **Gatilhos mentais - O guia completo com estratégias de negócios e comunicações provadas para você aplicar**. – São Paulo: DVS Editora, 2019.

FERREIRA, Gustavo. **Copywriting - Palavras que vendem milhões - Descubra os segredos das maiores cartas de vendas escritas pelos maiores copywriters do mundo... E entre na mente deles para criar suas cartas multimilionárias**. – São Paulo: DVS Editora, 2019.



MACCÉDO, Paulo. **Copywriting - O método centenário de escrita mais cobiçado do mercado americano.** – São Paulo: DVS Editora, 2018.

LUGO, S. Nery. **Neuromarketing a debate.** – La Habana, Cuba: Revista Cubana de Salud Pública, 2020.

Marinho, S. Camila. **Comunicação estratégica: o uso de influenciadores digitais pelos profissionais de comunicação social.** – Maranhão: *Brazilian Journal of Development*, 2021.

Ventura, F. Dora. **Um retrato da Área de Neurociência e Comportamento no Brasil.** – São Paulo: Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2010.

CRUZ; SILVA, A. B. Cleide, L. Lângesson. **Marketing Digital: Marketing para o novo milênio.** – Araguaína: Revista Científica do ITPAC, 2014.

JUNIOR, V. M. P. Jesus. **A expropriação psicológica do sujeito no capitalismo tardio e a concepção neurocientífica de homem.** – São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

SILVA; MINCIOTTI, C. Edson; A. Silvio. **Ciclo de Inovação dos Negócios por Princípios Ágeis: Solução, Negócios, Valor e Clientes.** – S/L: ANPAD, 2021.

Sampaio, A. S. Angelo. **Skinner: Sobre Ciência e Comportamento Humano.** – Bahia: Psicologia, Ciência e Profissão: Teoria e Pesquisa, 2005.



CONTROLE FINANCEIRO: IMPORTÂNCIA, BENEFÍCIOS E COMO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA PODE CONTRIBUIR COM A VIDA DAS PESSOAS

DIONISIO, Christofher Antonio Navas

RESUMO: O estudo realizado a seguir, foi elaborado baseado em pesquisas bibliográficas, sendo seu objetivo apresentar a importância e os benefícios que um bom controle financeiro tem para a vida das pessoas diante da situação pandêmica vivida atualmente, que por sua vez intensifica ainda mais a necessidade de realizar um controle financeiro e como a educação financeira pode estar ajudando as pessoas neste aspecto, além de como as tecnologias de informação e comunicação podem estar facilitando este controle.

Palavras-chave: Controle Financeiro. Educação Financeira. Crise Econômica. Tecnologias da Informação.

1 INTRODUÇÃO

Uma boa gestão financeira é de suma importância dentro de uma organização, pois é por meio dela que uma empresa tem possibilidade de crescer, isso ocorre porque o capital é um dos itens mais importantes e necessários para uma empresa alcançar seus objetivos, como dito por Chiavenato (2015, p. 1) “Nenhuma empresa pode ser aberta sem um mínimo de capital inicial e nem pode funcionar sem algum capital de giro, para garantir suas operações cotidianas. O dinheiro é o motor dos negócios.”, contudo este tema não engloba apenas o mundo empresarial, mas também envolve as pessoas em seu individual.

As pessoas e as empresas possuem muito em comum, pois ambas produzem para conquistar seu capital, os dois possuem despesas e também querem alcançar seus objetivos, seja eles quais forem, mas para que isso ocorra corretamente é importante saber controlar este capital, para que o mesmo não seja desperdiçado ou administrado de maneira incorreta, podendo assim, levar a eventuais problemas e perdas, então pode-se dizer que uma gestão financeira pessoal é tão importante quanto uma gestão financeira empresarial.

Atualmente a sociedade tem passado por um período difícil, isso vem acontecendo devido a pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2, também conhecido como Covid-19, e ele teve um impacto significativo na economia como



um todo, prejudicando inúmeras pessoas, além disso, este vírus também contribuiu muito com o aumento do desemprego, pois inúmeros empresários tiveram que fechar as portas de seus negócios.

Com relação ao impacto que o Covid-19 teve na economia nacional, Reis (2020, p. 5) afirma que:

[...] esta situação poderá agravar o nível de endividamento dos brasileiros, já que muitos não estão preparados financeiramente para passar por este cenário sem precedentes na história do país e que está interferindo consideravelmente em na vida de toda a população, onde muitas empresas estão fechando e demitindo seus colaboradores, fato que interfere diretamente na renda familiar.

Devido a estas circunstâncias muitas pessoas passaram por problemas financeiros, causados pelo desemprego, ou mesmo pela má gestão de suas finanças, o que se dá ao fato de não estarem minimamente preparadas para uma ocasião de necessidade, bem como, eventuais imprevistos.

Com base no que foi dito anteriormente, pode-se perceber que se as pessoas possuísem o conhecimento e o costume de estarem preparadas financeiramente, alguns problemas poderiam ter sido minimizados e isso serve como uma prova de como a educação financeira no ambiente escolar pode trazer diversos benefícios para a vida das pessoas, pois por meio do aprendizado as pessoas entenderiam desde cedo as utilidades do capital, bem como os benefícios de se preparar para eventuais contratemplos e como isso seria benéfico para a vida delas mesmas.

Agora é possível visualizar uma questão deveras importante do tema abordado, que é como inserir de maneira adequada a gestão financeira na vida das pessoas, sendo que este mistério pode ser solucionado de maneira simples, por meio das escolas, mais especificamente com a inserção da educação financeira como disciplina na grade educacional, este é um assunto que já há muito tempo deveria ter sido incluído na sociedade por meio das escolas, toda via o mesmo foi negligenciado por tempo demais, com tudo, não é tarde para que este erro seja corrigido, porque agora mais do que nunca este conhecimento possui uma relevância muito significativa e pode, se trabalhado corretamente, trazer diversos benefícios para a sociedade.



2 DESENVOLVIMENTO

Controle financeiro, sua importância e benefícios

Segundo Chiavenato (2015, p. 2) “As empresas são organizações sociais que utilizam dinheiro, recursos e competências para entregar algo ao mercado e atingir determinados objetivos.”. Sendo assim, para uma empresa, possuir um bom controle financeiro é de suma importância para o seu desenvolvimento, porque é por meio de seu capital que ela tem possibilidade de investir em si própria com o intuito de alcançar seus objetivos, todavia, dependendo de como ela realiza tal controle tende afetar positiva ou negativamente sua estrutura, por isso muitas empresas optam em contratar profissionais qualificados que estejam responsáveis por tal serviço, podendo em alguns casos serem terceiros, como escritórios de contabilidade. Sendo assim não importa quem realiza este controle para a empresa, o importante é realizá-lo.

Assim como o controle financeiro é importante para uma organização, o mesmo vale para as pessoas em seu individual, todavia, as pessoas normalmente não contratam funcionários ou mesmo terceiros para controlar suas finanças, desta forma este controle só depende da iniciativa delas mesmas, segundo Braido e Steiger (2016, p. 1) “A realidade financeira das pessoas é resultado do conhecimento que elas têm em finanças e da forma com que elas administram o seu dinheiro.”, ou seja, a boa realização deste controle financeiro é refletida sobre o conhecimento que a mesma possui do assunto.

Após o indivíduo possuir seu controle financeiro, o mesmo possuirá uma base sólida para realizar seus planejamentos financeiros, mas o que seria o planejamento financeiro? Para Braido e Steiger (2016, p. 3):

[...] pode-se definir planejamento financeiro como uma estratégia a ser utilizada por empresas e pessoas para melhor aplicar e controlar as finanças, sendo que através deste planejamento, são estabelecidos objetivos, partindo da realidade, para serem alcançados no futuro.

Já para Souza, *et al* (2018 p.3, *apud* Planejar) “Planejamento financeiro é o processo de formulação de estratégias para auxiliar os indivíduos a gerenciarem seus assuntos financeiros para atingirem seus objetivos de vida.”



Desta forma, pode-se definir o planejamento financeiro como estratégias elaboradas e praticadas pelo indivíduo que permitem ao mesmo visualizar seus objetivos estipulados previamente, podendo ser eles a curto, médio e longo prazo. Todavia, dependendo dos objetivos estipulados pelo indivíduo cabe uma análise de sua situação financeira, onde segundo Ferreira e Castro (2020, p.138):

A regra essencial para ter uma boa saúde financeira e gastar menos do que se ganha, portanto, o primeiro passo, para se delimitar os objetivos financeiros a serem atingidos é identificar a real situação financeira da pessoa.

Sendo assim, para que o indivíduo possa alcançar seus objetivos, ele precisa identificar sua atual situação, ou seja, saber quanto do dinheiro que o mesmo possui devem ser destinados às suas dívidas e custos, de modo que possa visualizar quanto de seu capital pode ser destinado ao alcance de seus objetivos propostos.

Percebe-se então que, possuir conhecimento financeiro é necessário para que o mesmo possa alcançar seus objetivos, de modo que não o possuir pode acarretar problemas durante a elaboração de um controle ou mesmo um planejamento sobre as finanças do indivíduo.

Agora partindo do pressuposto de que um bom controle e planejamento financeiro são indispensáveis na vida de uma pessoa, cabe uma análise dos benefícios que ela pode trazer para a vida das pessoas. De acordo com Fachini, Stupp e Faveri (2020, p. 47) “A partir do momento que o indivíduo obtiver sucesso nos controles pessoais e conseguir manter seus gastos inferiores as suas receitas, poderá contar com a rentabilidade dos seus recursos excedentes.”.

Sendo assim, após o indivíduo conseguir controlar suas finanças adequadamente, cabe a ele decidir o que fazer com os recursos excedentes, podendo muito bem o mesmo ser destinado ao seu planejamento financeiro, de modo que o indivíduo possua mais recursos para alcançar seus objetivos previamente definidos.

Crise financeira

O Brasil já a algum tempo vem enfrentando uma crise financeira que tem prejudicado inúmeros brasileiros, sendo o acréscimo no desemprego um dos fatores causadores destes problemas. O desemprego se dá pelo fato do desaquecimento da



economia, onde há uma restrição na taxa de créditos, bem como o aumento na inflação e nos juros, o que não prejudica somente as pessoas, mas também empresas altamente financiadas. (Serasa Experian, 2018).

Devido a maior dificuldade de as empresas obterem créditos, ocasionado pelo desaquecimento econômico, acaba gerando dívidas a estas empresas dependentes, estas que acabam por serem mais e mais crescentes, levando essas empresas a realizarem demissões de alguns de seus colaboradores em uma tentativa de reduzir seus custos, o que por sua vez diminui o nível de consumo das pessoas, além de intensificar o processo de retração. Neste ponto, tem-se o desemprego como uma mola propulsora da crise econômica. (Serasa Experian, 2018)

Consegue-se perceber que o desemprego é um fator contribuinte para a crise financeira, sendo que o mesmo alcançou proporções alarmantes, pois segundo Serasa Experian (2018) “A taxa de desemprego no Brasil fechou o 2º trimestre de 2018 em 12,3%, o que representa 12,9 milhões de pessoas fora do mercado e em busca de recolocação.

Neste sentido, quando a pessoa não consegue um emprego para gerar sua renda, as dívidas tendem a aumentar gradativamente e as pessoas tendem a priorizar suas necessidades básicas, acabando por deixar de lado suas demais dívidas, o que por sua vez gera inadimplência.

Todavia, o desemprego não é o único fator que prejudica a saúde financeira dos brasileiros gerando inadimplência, segundo uma pesquisa realizada pelo Serasa Experian (2018) “[...] os principais motivos que levam o brasileiro à inadimplência são o desemprego (26%), a redução da renda (14%), o descontrole financeiro (11%) e a realização de empréstimos em nome de terceiros (5%).”.

Já tendo visto as consequências que o desemprego gera na economia, outro fator que gera um impacto significativo como mostrado a pesquisa é a redução na renda, que pode em muitos casos ser influenciada pelo desemprego, todavia este fator pode muito bem estar atrelado ao terceiro item tratado nesta pesquisa, ou seja o descontrole financeiro, onde por meio de uma má gestão das finanças a renda do indivíduo tende a ser desperdiçada, acarretando na redução de sua renda, o que por sua vez leva o quarto item tratado, que são os empréstimos, onde o mesmo pode ser influenciado a fazê-los tanto pelo desemprego, quanto a redução na renda, bem como o descontrole financeiro.



Educação financeira amparada por ferramentas digitais de informação e comunicação

Nos tópicos anteriores foi apresentado a importância do controle financeiro na vida de uma pessoa, bem como benefícios que pode trazer aos mesmos, além disso, pode-se ver também como a crise financeira teve um impacto significativo na vida dos brasileiros, impacto este que se intensificou devido a atual pandemia causada pelo Covid-19, sendo assim, possuir um bom controle de suas finanças pode ajudar o indivíduo em sua sobrevivência.

De acordo com Kiyosaki (2017, p. 1):

Atualmente, a maioria das pessoas sabe que há uma crise financeira global, mas, infelizmente, não sabe o que fazer a respeito. Em vez de ignorar, a maioria fecha os punhos ainda mais e espera que a crise passe, rezando para que os líderes políticos consigam resolver a crise global e que aqueles dias felizes voltem.

Alguns poucos sabem que precisam mudar. Mas, sem uma educação financeira sólida, não sabem o que fazer ou como efetuar essas mudanças.

Ao analisar esta passagem, percebe-se que as pessoas estão cientes da situação, contudo não sabem exatamente o que fazer a respeito, ou seja, não sabem como lidar com ela e isso se dá pela falta de conhecimento do assunto, isso acontece porque em muitos casos as pessoas não tiveram quem os ensinara, sendo assim, não possuíam o conhecimento necessário para se preparar para possíveis imprevistos.

Sendo assim, no cenário atual, a opção pela implementação de uma educação financeira na vida das pessoas se torna uma decisão positiva para a vida dos mesmos, segundo Braido e Steiger (2016, p. 4) “Por intermédio de uma educação financeira as pessoas desenvolvem competências para administrar suas finanças de forma consciente e eficaz.”, ou seja, por meio de uma educação financeira, as pessoas podem conseguir o conhecimento necessário para controlar suas finanças.

Hoje em dia, com o fácil acesso a tecnologias de informação e comunicação, existem várias ferramentas que podem, por sua vez, proporcionar ao ensino de educação financeira uma temática mais atrativa, prática e fácil de ser usada, diferentemente de ferramentas como o papel e a caneta, onde por meio de aplicativos e programas como Excel e diversos outros, o indivíduo consegue visualizar e controlar



suas finanças de forma prática e fácil, o que transforma algo demorado e complicado em algo prático e simples.

A utilização de tecnologias da informação para o melhoramento da aprendizagem se torna algo eficiente neste contexto, todavia, segundo Júnior e Melo (2021, p. 34308) “A aprendizagem precisa ser significativa, desafiadora, problematizadora e instigante, a ponto de mobilizar o aluno e o grupo a buscar soluções possíveis para serem discutidas e concretizadas [...]”, ou seja, mesmo utilizando de tecnologias para facilitar o aprendizado, ainda é necessário que tal aprendizado seja significativo para a vida do indivíduo, bem como é necessário que o mesmo seja instigante, fazendo com que o aluno se interesse pelo assunto e busque saber cada vez mais.

O uso das tecnologias na aprendizagem, segundo Júnior e Melo (2021, p. 34311) “[...] trouxe um grande dinamismo, pois possibilitou uma articulação maior entre teoria e prática, facilitando a explicação e o entendimento do acadêmico e suas necessidades nos dias atuais [...]”, sendo assim, com o uso de tais tecnologias possibilita mostrar ao aluno como o conhecimento deve ser utilizado e não apenas ficar na teoria, mas também com o uso da prática que possibilita uma fixação melhor de tal conhecimento.

Isso mostra como as tecnologias podem estar ajudando os alunos em sua aprendizagem, o que pode muito bem facilitar seu entendimento se trabalhado de maneira correta, segundo Júnior e Melo (2021, p. 34311) “Com as tecnologias o conhecimento torna-se algo acessível [...]”, ou seja, dependerá apenas de como é repassado este conhecimento, bem como o mesmo é trabalhado para mostrar seu impacto na vida das pessoas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizada a análise deste artigo, elaborado com base em referenciais bibliográficos, pode-se perceber a importância que o controle financeiro possui, tanto para uma organização quanto para a vida das pessoas, além disso, este tipo de controle se mostra deveras vantajoso para que os utiliza, pois por meio dele as pessoas e empresas possuem base para estar elaborando seus planejamentos financeiros.



Ainda mais nos tempos atuais de pandemia, que se mostrou como um causador de problemas financeiros na vida das pessoas, um bom controle financeiro se mostra uma ferramenta que permite ao indivíduo se preparar para possíveis imprevistos, que por sua vez proporcionam um tipo de segurança para aqueles que os utilizam.

Sendo assim, conclui-se que a educação financeira é de fato algo muito importante e que deve ser implementado nas escolas, para que as pessoas saiam delas com o conhecimento necessário para realizar por si mesmas seu próprio controle de capital, algo que pode muito bem ser facilitado ao utilizar as tecnologias disponíveis destinadas a estas funções, desta forma os indivíduos que compõem a sociedade poderão estar mais preparados para futuros imprevistos que possam vir a ocorrer em suas vidas.

4 REFERÊNCIAS

BRAIDO, Gabriel Machado; STEIGER, Gilsomaro André. **Finanças pessoais na adolescência: conhecimento financeiro dos estudantes de ensino médio das escolas públicas da comarca de arroio do meio/rs**. Simpoi, Anais 2016. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/306425498_FINANCAS_PESSOAIS_NA_ADOLESCENCIA_CONHECIMENTO_FINANCEIRO_DOS_ESTUDANTES_DE_ENSINO_MEDIO_DAS_ESCOLAS_PUBLICAS_DA_COMARCA_DE_ARROIO_DO_MEIO_RS. Acesso em: 26 de set. de 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão financeira: uma abordagem introdutória**. Barueri, SP: Editora Manole, 2015. 9788520445518. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520445518/>. Acesso em: 08 out. 2021.

FACHINI, Carlos Alberto; STUPP, Diego Rafael; FAVERI, Dinorá Baldo de. **Análise do controle financeiro pessoal e familiar nas decisões de consumo**. RAGC, v.8, n.35, p.44-56/2020. Disponível em: <http://fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/2083>. Acesso em: 03 de out. de 2021.

FERREIRA, João Batista; CASTRO, Iara Maria. **Educação financeira: nível de conhecimentos dos alunos de uma instituição de ensino superior**. Revista de Administração e Negócios da Amazônia, V.12, n.1, jan/abr, p. 134-156, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Joao-Ferreira-88/publication/341883538_FINANCIAL_EDUCATION_LEVEL_OF_KNOWLEDGE_OF_STUDENTS_OF_A_HIGHER_EDUCATION_INSTITUTION_Educacao_Financeira



[Nivel de conhecimento dos alunos de uma IES/links/5ed828b9299bf1c67d3bac10/FINANCIAL-EDUCATION-LEVEL-OF-KNOWLEDGE-OF-STUDENTS-OF-A-HIGHER-EDUCATION-INSTITUTION-Educacao-Financeira-Nivel-de-conhecimento-dos-alunos-de-uma-IES.pdf](https://www.repositorio.univale.br/links/5ed828b9299bf1c67d3bac10/FINANCIAL-EDUCATION-LEVEL-OF-KNOWLEDGE-OF-STUDENTS-OF-A-HIGHER-EDUCATION-INSTITUTION-Educacao-Financeira-Nivel-de-conhecimento-dos-alunos-de-uma-IES.pdf). Acesso em: 03 de out. de 2021.

JÚNIOR, Ismael Lemes Vieira; MELO, José Carlos de. **Utilizando as tecnologias na educação: possibilidades e necessidades nos dias atuais**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.4, p. 34301-34313 apr. 2021.

KIYOSAKI, Robert. T. **Pai Rico O Poder Da Educação Financeira**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Alta Books, 2017. 9788550803975. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550803975/>. Acesso em: 25 set. 2021.

REIS, Ana Paula dos Santos. **Os principais fatores que influenciam no endividamento e inadimplência das famílias brasileiras**. Centro Universitário Fametro. Disponível em: <http://repositorio.unifametro.edu.br/handle/123456789/164>. Acesso em: 25 de set. de 2021.

SERASA EXPERIAN, 2018. **Conheça as 7 principais causas de inadimplência no Brasil hoje**. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/conheca-as-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil-hoje/>. Acesso em: 05 de out. de 2021.

SOUSA, Almir.Ferreira. D, et al. **Planejamento financeiro pessoal e gestão do patrimônio**. Barueri, SP: Editora Manole, 2018. 9788520455135. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455135/>. Acesso em: 03 out. 2021.

